

GEOGRAFIA E TERRITÓRIO

Planejamento Urbano, Rural e Ambiental

*Luciene Vieira de Arruda
Belarmino Mariano Neto
(Organizadores)*

VOLUME IV

ideia



«Este livro forma o Volume IV da coletânea de artigos oriundos das monografias apresentadas pelos concluintes, que iniciamos quando formamos a primeira turma do Curso de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba. O curso engloba quatro linhas de pesquisa: Geografia Planejamento Territorial Urbano e Rural; Geografia Cultural e da Percepção; Geografia e Planejamento do Meio Físico/Ambiental; Geografia e Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos.»

*Luciene Vieira de Arruda
Belarmino Mariano Neto
(Organizadores)*

GEOGRAFIA E TERRITÓRIO

Planejamento Urbano, Rural e Ambiental

VOLUME IV

Luciene Vieira de Arruda
Belarmino Mariano Neto
(Organizadores)

Ideia – João Pessoa – 2025

Todos os direitos dos organizadores.
As responsabilidades sobre textos e imagens são dos respectivos autores.

Diagramação/Capa: Magno Nicolau
Revisão: Luciene Vieira de Arruda
Ilustração da capa: <https://www.istockphoto.com/br>

CONSELHO EDITORIAL

Marcos Nicolau – UFPB
Roseane Feitosa – UFPB – Litoral Norte
Hildeberto Barbosa Filho – UFPB
Dermeval da Hora – Proling/UFPB
Helder Pinheiro – UFCG
Marlécio Maknamara – UFPB
Luciene Vieira de Arruda – UEPB

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G345 Geografia e território: planejamento urbano, rural e ambiental
[recurso eletrônico] / Luciene Vieira de Arruda, Belarmino
Mariano Neto, Organizadores. – Dados eletrônicos. - João
Pessoa: Ideia, 2025.
14 mb. pdf

ISBN 978-65-5608-697-2

1. Geografia e território – planejamento urbano, rural e
ambiental. 2. Geografia – planejamento urbano. 3. Geografia –
planejamento rural. 4. Geografia – planejamento ambiental. 5.
Geografia agrária e território – assentamentos. I. Arruda,
Luciene Vieira de. II. Mariano Neto, Belarmino.

CDU 911.37:71(813.3)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Gilvanedja Mendes, CRB 15/810



EDITORA

contato@ideiaeditora.com.br
www.ideiaeditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

LUCIENE VIEIRA DE ARRUDA

BELARMINO MARIANO NETO

1 GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL URBANO E RURAL

FORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PERSPECTIVA DE LUTA DA MULHER PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E EMANCIPAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO 16

PROFA. ESPEC. JORDANA LOUISE DO NASCIMENTO

PROFA. DRA. SHARLENE DA SILVA BERNARDINO

REFORMA AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL: A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA INÊS/PB 29

PROF. MS. JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA

PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO TIRADENTES, EM MARÍ/PB: DO APRENDIZADO À CONSCIENTIZAÇÃO DA LUTA NO CAMPO 42

PROFA. ESP. MÁRCIA VIEIRA DOS SANTOS DE SALES

PROF. DR. IVANILDO COSTA DA SILVA

DESAFIOS DA TERRITORIALIZAÇÃO: A LUTA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES – PILÕES/PB 54

PROFA. MS. RENATA COSTA DE BARROS

PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

DINÂMICA TERRITORIAL NO BREJO PARAIBANO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA MARGARIDA – ALAGOA GRANDE/PB 67

PROF. ESPEC. SEVERINO DO RAMO PEREIRA DE LIMA

PROFA. DRA. LUCIENE VIEIRA DE ARRUDA

REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS.....80

PROF. DR. ELTON OLIVEIRA DA SILVA

PROF. DR. IVAN TARGINO MOREIRA

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA ESCOLA MIGUEL PEREIRA - LAGOA DE DENTRO/PB 92

PROFA. ESPEC. MARCILENE BARBOSA OLIVEIRA DE LIMA

PROF. DR. EDVALDO CARLOS DE LIMA

GEOGRAFIA AGRÁRIA E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB..... 105

PROF. ESPEC. ANÍBAL SIMÕES FILHO

PROF DR. ELTON OLIVEIRA DA SILVA

TRANSFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS RECENTES NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO/PB 117

PROFA. ESPEC. LENILMA VIEIRA DA COSTA SILVA

PROF. DR. ELTON OLIVEIRA DA SILVA

DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB 129

PROFA. ESPEC. MARIANNA MOREIRA SANTOS

PROF. MS. THIAGO LEITE BRANDÃO DE QUEIROZ

2 GEOGRAFIA CULTURAL E DA PERCEPÇÃO

A GEOGRAFIA CULTURAL DO NORDESTE BRASILEIRO E A POESIA POPULAR DE JESSIER QUIRINO..... 144

PROFA. ESPEC. ÉRICA GOMES DA COSTA MARIANO

PROF DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DA PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO, NO MUNICÍPIO DE CUITÉ DE MAMANGUAPE/PB 158

PROFA. ESPEC. CARLA SOARES BORBA

PROFA. MS. MARIA ALETHEIA STEDILE BELIZÁRIO

**TERRITÓRIO RELIGIOSO: A FÉ CATÓLICA NA ROTA CULTURAL
RAÍZES DO BREJO, NA CIDADE DE DUAS ESTRADAS/PB..... 172**

PROF. ESPEC. DEVID WALLAS DE SOUSA BORGES

PROFA. MS. MARIA ALETHEIA STEDILE BELIZÁRIO

**ETNOCLIMATOLOGIA E PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
UM ESTUDO NA COMUNIDADE DOIS IRMÃOS, PIRPIRITUBA/PB. 184**

PROFA. ESPEC. JENIFER FREITAS DIAS

PROF. DR. JOEL MACIEL PEREIRA CORDEIRO

PROFA. MS.SIMONE DA SILVA

PROF. DR. RAMON SANTOS SOUZA

PROF. DR. CARLOS ANTÔNIO BELARMINO ALVES (IN MEMORIAM)

**O TURISMO NA PARAÍBA: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS DO
AGRESTE AO SERTÃO 196**

JARBELLY KARINA DA COSTA

PROF. DR. IVANILDO COSTA DA SILVA

**O SANTUÁRIO DE FREI DAMIÃO E A TECITURA URBANA: UMA
ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM GUARABIRA/PB 210**

PROFA. DRA. SHARLENE DA SILVA BERNARDINO

PROF. DR. JOSIAS DE CASTRO GALVÃO

3 GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO DO MEIO FÍSICO/AMBIENTAL

**ALTERNATIVAS DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA
COMUNIDADE AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB,
COMO FORMA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL 224**

PROF. ESPEC. SEVERINO ASSIS DA SILVA JUNIOR

PROF. DR. FRANCISCO FÁBIO DANTAS DA COSTA

PROF. DR. LANUSSE SALIM ROCHA TUMA

**POTENCIALIDADES AGRÍCOLAS NATURAIS DE SOLOS DA
MICRORREGIÃO DE GUARABIRA/PB: CONTRIBUIÇÃO PARA
ADEQUAÇÃO NA RELAÇÃO SOLO/PLANTA E NO
DESENVOLVIMENTO RURAL 237**

PROF. ESPEC. WELLINGTON MIGUEL DANTAS

PROFA. DRA. LUCIENE VIEIRA DE ARRUDA

**PARÂMETROS ESTRUTURAIS DA VEGETAÇÃO EM FLORESTA
ESTACIONAL DECÍDUA, GUARABIRA, AGRESTE DA PARAÍBA,
BRASIL 250**

PROF. DR. JOEL MACIEL PEREIRA CORDEIRO
CARLOS ANTÔNIO BELARMINO ALVES (IN MEMORIAM)
PROFA. DRA. LUCIENE VIEIRA DE ARRUDA
PROF. MS. ARYAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA
PROF. DR. RAMON SANTOS SOUSA

**TERRITÓRIO DAS ÁGUAS NO SEMIÁRIDO: CONFLITOS E
DEPENDÊNCIA POR RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO CURIMATAÚ ENTRE A PARAÍBA E O RIO
GRANDE DO NORTE - NORDESTE DO BRASIL 263**

PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO
PROF. MS. ARYAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA
PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA:
REPRESENTATIVIDADE DAS UCS ESTADUAIS E OS DESAFIOS À
SUSTENTABILIDADE..... 277**

PROF. DR. MÁRCIO BALBINO CAVALCANTE

**PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (PEPB), ARARUNA-PB:
UMA ANÁLISE SOBRE O ECOTURISMO DESENVOLVIDO NA ÁREA
E AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... 290**

PROFA. ESPEC. MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA
PROFA. DRA. REGINA CELLY NOGUEIRA DA SILVA

**CARTOGRAFIA DAS DINÂMICAS DE USO E OCUPAÇÃO
TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ,
ENTRE A PARAÍBA E O RIO GRANDE DO NORTE 303**

PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO
PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES
PROFA. DRA. LUCIENE VIEIRA DE ARRUDA

**ARBORIZAÇÃO URBANA: ESTUDO BIOGEOGRÁFICO DA
INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS NA PAISAGEM URBANA
DO CENTRO DE GUARABIRA/PB 316**

PROFA. ESPEC. JANAYNA ATAIDE DA FONSECA

PROF. DR. JOSÉ MÁCIO RAMALHO TEÓDULO

**A FORMAÇÃO DO HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO
(HBCB/CH/UEPB) COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA E PRÁTICAS DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL 328**

PROFA. DRA. LUCIENE VIEIRA DE ARRUDA

PROFA. MS. MARIA ALETHEIA STEDILE BELIZÁRIO

PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO

PROF. DR. CARLOS ANTÔNIO BELARMINO ALVES (IN MEMORIAM)

AMARILDO HENRIQUE DE LUCENA

TURMA IV DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:

PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL

**ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE EROÇÃO DOS SOLOS NO SÍTIO
MARCAÇÃO, SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN..... 343**

PROF. MS. MARLON NELO DE LIMA

PROFA. MS. ANA CARLA MARQUES DOS SANTOS

**GEOGRAFIA DAS ÁGUAS: AVALIAÇÃO AMBIENTAL PRELIMINAR
DA NASCENTE DO RIO CAMARATUBA, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE
DUAS ESTRADAS/PB E SERRA DA RAÍZ/PB..... 356**

PROF. ESPEC. DEVID WALLAS DE SOUSA BORGES

PROF. DR. IVANILDO COSTA SILVA

**4 GEOGRAFIA E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NOS ESPAÇOS
URBANOS**

**O CENTRO DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB E SUAS
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS 369**

PROFA. ESP. PATRÍCIA SOARES DE MEIRELES

PROFA. DRA. REGINA CELLY NOGUEIRA DA SILVA

**O SHOPPING CIDADE LUZ E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS
EM GUARABIRA/PB..... 382**

PROFA. MS. GEISA KARLA DE OLIVEIRA BORBA

PROFA. DRA. MICHELE KELY MORAES SANTOS SOUZA

**GEOINFORMAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO LEGALMENTE
ORIENTADO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
GUARABIRA/PB..... 396**

PROFA. ESPEC. DANIELE GOMES DE ANDRADE

PROF. DR. JOSÉ MÁCIO RAMALHO TEÓDULO

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS IV E AS
TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE
MAMANGUAPE/PB 410**

PROFA. MS. ALICE MARIA MARQUES DA SILVA

PROFA. MS. ANA CARLA DOS SANTOS MARQUES

**DIAGNÓSTICO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS
ELETRÔNICO NA CIDADE DE JACANÃ-RN 424**

JOÃO GUILHERME DE LIMA SILVA

PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

PROFA. MS. SIMONE DA SILVA

PROF. DR. RAMON SANTOS SOUZA

**A GEOGRAFIA DO COMÉRCIO EM PEQUENAS CIDADES:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A RUA CELSO CIRNE, EM SOLÂNEA/PB.. 437**

PROF. ESPEC. MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS ALVES

PROF. DR. LUIZ ARTHUR PEREIRA SARAIVA

**CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E SELETIVIDADE ESPACIAL:
UMA ANÁLISE DA CIDADE DE GUARABIRA/PB 450**

PROF. ESPEC. JONAS RAFAEL FERREIRA DO NASCIMENTO

PROFA. MS. MARIA ALETHEIA STEDILE BELIZÁRIO

APRESENTAÇÃO

Luciene Vieira de Arruda

Belarmino Mariano Neto

(Organizadores)

Este livro forma o Volume IV da coletânea de artigos oriundos das monografias apresentadas pelos concluintes, que iniciamos quando formamos a primeira turma do Curso de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba. O curso engloba quatro linhas de pesquisa: Geografia Planejamento Territorial Urbano e Rural; Geografia Cultural e da Percepção; Geografia e Planejamento do Meio Físico/Ambiental; Geografia e Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos.

O Volume I da coletânea foi lançado em 2010 e a Turma I preparou 23 artigos; O Volume II foi lançado em 2013 e a Turma II produziu 25 artigos; O Volume III foi lançado em 2015 e a Turma III contribuiu com 25 artigos. Agora, em seu volume IV, a turma atual, juntamente com alguns professores convidados, preparou 34 artigos, todos seguindo as mesmas regras dos volumes anteriores.

Durante o curso, em todas as turmas, tratamos acerca dos encontros e desencontros internacionais sobre o meio ambiente que, desde 1975, fazem parte da agenda ambiental, além de pesquisas nos campos da Geografia, Biologia, Ecologia, Climatologia e outras ciências. Alguns encontros tiveram mais destaques, como as conferências mundiais: Rio-92, Rio+20, entre outros.

Em 1992, o cientista social pernambucano, Roberto Freire, fez uma dura crítica ao modo de produção capitalista, dizendo que se tratava de uma “farsa ecológica” o que aconteceu na Conferência

Mundial Rio-92, Cúpula do Rio de Janeiro articulada pelas Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente e para a sociedade. Na visão do estudioso supracitado, o que se discursou sobre a ideia de desenvolvimento sustentável neste evento, parecia uma tentativa internacional em barrar as agressões que o sistema capitalista efetuava contra o patrimônio natural e contra as pessoas que, em grande parte do planeta, viviam e ainda vivem abaixo da linha da pobreza.

A Conferência Rio+20 conseguiu ser mais desastrosa que a Rio-92, pois tentou encobrir as intenções que o sistema capitalista, em sua fase de crise aguda, reserva para o resto de natureza e humanidade. A verdade é que o modo de produção capitalista não se sustenta ecologicamente e agoniza em crises sem precedentes em sua curta existência histórica, ou seja, pouco mais de quinhentos anos. Deste modo, seguir neste sistema é apostar na destruição socioambiental presente e futura.

Quando falamos de 50 anos, ou meio século de encontros ambientais estamos resgatando, a ideia de tomada de consciência ambiental planetária, com movimentos pacifistas e ambientalistas, culminando com a Conferência de Estocolmo (Suécia, 1972); das várias ações da ONU para nosso futuro comum (década de 1980); Rio-92 e, parafraseando Freire (1992), a farsa ecológica se repetiu na Rio+20. Venceu a tese dos capitalistas degradadores e os representantes de governos e de Estados, que advogou em defesa dessa tese antiecológica, inclusive o governo brasileiro, pois, sabendo desse encontro, tratou de permitir que o novo Código Florestal Brasileiro entrasse em pauta no Congresso Nacional, para regularizar os crimes ambientais passados e recentes.

A humanidade ficou ambientalmente mais pobre em 2012 e não lhes resta mais quase nada de esperanças, no que tange as questões socioambientais presentes e futuras. A Conferência rio+20 enterrou, em grande parte, os passos dados há 20 ou 30 anos de preocupações com o meio ambiente. De fato, os movimentos sociais não foram ouvidos, não conseguiram incluir nesse novo documento, as verdadeiras preocupações em relação às

crises socioambientais existentes atualmente e que se agravarão nesses próximos 20 anos.

Este ainda é o nosso saldo: agressões ao meio ambiente - poluição atmosférica, poluição dos mares, poluição dos rios, poluição dos alimentos, desmatamento, extinção de espécies da fauna e da flora são quase todas permitidas pelos estados modernos e praticadas, direta ou indiretamente, por empresas capitalistas que, obedecendo às normas do mercado, buscam o maior lucro, custe o que custar para a natureza e para os seres humanos. Os diferentes estágios da humanidade são os diferenciais sociais em diferentes espaços. A produção do espaço geográfico é extremamente contraditória e afronta diretamente a natureza, em todos os sentidos.

Esta sociedade baseada no produzir por produzir, no lucrar em detrimento da natureza e do humano é vista como mercadoria de uns poucos; o reino natural é uma mera manufatura para o desenfreado mundo comercial e da concorrência. A questão da pobreza humana no ambiente e, mais particularmente, sua estrutura social, com mudanças recentes em nível de padrão técnico e as condições de vida, trabalho, moradia na periferia das cidades, marcam um ambiente de profundas contradições. Estes argumentos, em termos de uma economia política, deparam-se com as contradições estabelecidas ao longo do histórico e contraditório sistema capitalista.

Existe um novo discurso expresso em uma metanarrativa do mundo, da sociedade e do ambiente em que o meio ambiente e a sociedade começam a ser entendidos a partir de categorias concretas da história. É importante dizer que a sociedade capitalista levou ao extremo as contradições historicamente estabelecidas na relação sociedade e natureza, tanto em relação à proporcionalidade material (quantitativa e qualitativa) necessária para reprodução da sociedade, quanto na ideia de valores e acumulação capitalista que podem ser identificadas como responsáveis por profundas transformações socioespaciais refletidas enquanto crises ecológicas do presente.

A sociedade envolvida e as dinâmicas do meio ambiente que hoje são representadas por profundas alterações socioambientais, demonstram uma nítida combinação de atividades em situações conflitantes. O atual estágio de desenvolvimento científico, tecnológico e informacional, proposto pelo professor Milton Santos, revelam os problemas de ordem ecológica, econômica e social, que apontam para desequilíbrios naturais e conflitos sociais nunca vistos pela humanidade.

Portanto, é preciso uma profunda compreensão da história socioeconômica política, cultural e técnica estabelecidas, levando em conta os processos de apropriação da natureza em seus diferentes estágios e níveis. Esta é a principal preocupação do que consideramos enquanto questões geográficas atuais, pois entendemos que os ecossistemas naturais, sistemas agrícolas e sistemas urbanos são focos de diferentes estudos. Nesse sentido existe uma convergência epistemológica das ciências sociais e naturais que aponta na direção das questões ambientais, não apenas enquanto campo da Biologia, Ecologia ou Geografia, mas de todas as ciências e seus pesquisadores preocupados com o futuro do planeta e das futuras gerações.

Deste modo, esperamos que os trabalhos apresentados neste livro IV possam contribuir para a continuidade da reflexão sobre o ser, o estar e o agir neste mundo, o que queremos e o que fazemos nele, enriquecer o conhecimento geográfico e sugerir ideias para tomada de decisões, no âmbito do planejamento urbano, rural e ambiental.

1 GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL URBANO E RURAL

FORMAÇÕES TERRITORIAIS E A PERSPECTIVA DE LUTA DA MULHER PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E EMANCIPAÇÃO NO CENÁRIO PARAIBANO

Profa. Espec. Jordana Louise do Nascimento

e-mail: jordana-g3@hotmail.com

Profa. Dra. Sharlene da Silva Bernardino

e-mail: profsharlene@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

A pesquisa buscou analisar a luta da mulher para ter voz ativa no cenário agrário paraibano e de como esse processo contribui com a consciência emancipatória, ocasionando a reconfiguração do território dentro e em torno de si, salientando como a sua participação política fortalece os movimentos que estão inseridas. Desse modo foram analisadas as histórias de vida de Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e as limitações encontradas pela mulher assentada no Assentamento de Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari-PB, para se firmar enquanto indivíduo político e como as imposições da cultura patriarcal impedem o desenvolvimento destas dentro e fora do assentamento. Buscou-se construir uma linha entre a Geografia e o Gênero no contexto da luta das mulheres por terra e por emancipação política.

Palavras-chave: emancipação; território; gênero.

1 INTRODUÇÃO

As análises propostas nesse artigo buscaram levantar o protagonismo da luta da mulher identificando-a como sujeito político ativo. Para isso, procurou-se entender que as estruturas

territoriais, configuradas sobre padrão da divisão de classes, precarizam a vida das mulheres. Assim, é relevante para as discussões mais recentes da geografia crítica buscar depreender o feminismo, reconhecendo que a natureza do gênero está inserida nas estruturas e nos padrões territoriais, interferindo na formação do espaço social como também nas configurações territoriais.

Almejando compreender melhor esses aspectos, foi realizado um estudo no Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari-PB, na região imediata e intermediária de João Pessoa, visando analisar a narrativa da mulher dentro do Assentamento, buscando conhecer a realidade a qual está inserida.

Nesse processo será construída uma análise de como as relações de poder são criadas dentro do espaço social. Levando em consideração que o poder está inserido entre o macroterritório e microterritório, estando presente em todas as relações sociais firmando-se na vida cotidiana. Logo, está ligado diretamente com a construção e modificação do espaço geográfico. Esse aspecto reflete diretamente na interação política da mulher tanto no microterritório, esse com caráter familiar – espaço privado; como no macroterritório, com caráter social – espaço público.

A partir dessas colocações é preciso levantar algumas questões: qual é a importância da mulher identificar-se enquanto sujeito ativo? O estudo sobre fatos históricos e geográficos sobre a luta das mulheres e entre classes sociais são importantes para compreender a formação de territórios? Quais são as limitações encontradas pelas mulheres assentadas? Essas pontuações são importantes para adentrar na trajetória de luta das mulheres, de como esse processo repercute dentro da sociedade ocasionando o rompimento dos padrões e a alienação imposta pelo sistema patriarcal, gerando a busca da emancipação política.

Para responder a estas indagações, serão levantados nomes de mulheres que lutaram/lutam pela democratização da terra e por direitos trabalhistas, como a líder das Ligas Camponesas Elizabeth Teixeira, a líder sindicalista Margarida Maria Alves e da mulher assentada. Assim se construiu uma rede de pensamentos através

do levantamento de obras que abordam e discutem temas sobre a área de gênero, reforma agrária, luta de classes, território, relações de poder e emancipação.

2 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE LUTA DA MULHER PARAIBANA PELA TERRA

Falar sobre a realidade da mulher dentro de um contexto agrário é entender que as disputas territoriais tornam-se acentuadas pela estrutura do patriarcalismo e refletem diretamente na precarização da vida delas enquanto sujeitos, que lutam pela democratização da terra dentro de um macroterritório com configurações capitalistas. A esse respeito, Bernardo Mançano Fernandes (2013) faz uma análise sobre o conceito de território, na qual, os órgãos governamentais instrumentalizam o território buscando defender os interesses das estruturas dominantes, expressando as relações de poder dentro das configurações territoriais ao criar uma relação de controle social no campo.

Assim, ocorrendo a discussão sobre a democratização da terra, entendemos que a reforma agrária vai além da conquista pela terra, Elizabeth Teixeira ajuda a compreender que a luta por terra é em busca de uma vida digna, uma vez que a “Reforma Agrária não é só terra para plantar; é também semente, adubo, é financiamento para o agricultor sobreviver até a colheita. É o preço justo para vender a safra. É escola para nossos filhos. É casa pra morar e é assistência médica!” (Rocha, 2016, p.78), é a saída da precarização.

Judith Butler (2018), aponta que a precariedade é uma característica de indução política, que gera uma condição de vulnerabilidade, expondo a população à violência arbitrária do Estado. Podendo ser essa a violência doméstica, que a mulher sofre no microterritório; na esfera do macroterritório, têm-se a violência representada pelo Estado e a que ocorre no campo, produzida pelo latifúndio, pois a omissão por parte do Estado nos instrumentos judiciais, deixa de proporcionar proteção e reparação.

A indução da mulher a condição de precarização, que por consequência gera a vulnerabilidade, a torna submissa de acordo

com Heleieth Saffioti (2015, p. 140), “A submissão das mulheres na sociedade civil assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens”, a sociedade civil é entendida como livre, ela dá indícios que a mulher é “livre”, contudo busca meios para legitimar as ações da cultura patriarcal, podendo ser essas incorporadas nas instâncias governamentais.

Quando uma mulher modifica o microterritório, passando a questionar e a entender a condição de submissão e passividade introduzida culturalmente, passa a incorporar a sua vontade dentro de si, reocupando o território privado do pensamento e do corpo. Desse modo, reconfigurando o seu papel na sociedade, colocando-se como indivíduo político que ocupa um território de luta, que tem como base combater as estruturas sociais de pilar capitalista, cujo signo é o da cultura do machismo.

Como dito acima, as estruturas tendem a legitimar as ações de dominação, buscando manter a hierarquia social e as relações de poder, definindo as configurações territoriais. Por isso, o processo de emancipação política é lento, porque caminha contra a ordem hierárquica e mexe com a estrutura, ameaçando o sistema dominante. A consciência de classe que a mulher adquire quando ingressa na luta pela democratização da terra, tem como consequência a entrada de outras mulheres na luta, uma vez que essas também passam a modificar a estrutura familiar.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) visa: “terras, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (Stedile, 2012, p. 33), ou seja, uma democratização nas estruturas sociais e econômicas de poder. Contudo, essas pautas só vão ser alcançadas quando ocorrer o rompimento com o patriarcalismo, uma vez que não é possível almejar uma mudança na sociedade sem que as mulheres se tornem livres das barreiras impostas por essa ordem de poder. Mészáros (2011 p.287) afirma que a “emancipação das mulheres, a qual, por sua própria natureza, exige uma ordem social qualitativamente diferente”. Então, para que a reforma agrária ocorra de forma ampla, ela precisa andar de mãos dadas com a luta feminista.

3 TRAJETÓRIAS DE LUTAS PROTAGONIZADAS POR ELIZABETH TEIXEIRA E MARGARIDA MARIA ALVES

As trajetórias de Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves não serão abordadas com o objetivo de fazer uma comparação sobre a trajetória de vida e de luta ou como uma biografia, mas para dá corpo e voz as ações políticas desenvolvidas por mulheres quando entraram/entram na luta, em prol das trabalhadoras/trabalhadores camponeses, que sofriam/sofrem com precarização do trabalho, moradia e alimentação. Serão levantados os motivos que as levaram para a luta e o crescimento político nacionalmente.

Elizabeth Teixeira rompeu com as estruturas do microterritório, (esse sendo dominado pelo seu pai), ao questionar o fato de não poder se casar com o companheiro de sua escolha. Ela encontrou como saída, a fuga de casa para casar-se com um homem negro que não possuía bens. Muitas foram as ameaças destinadas a João Pedro Teixeira (companheiro de Elizabeth) por parte do pai de Elizabeth, para manter o controle sobre a sua filha. Contudo, as ameaças não interferiram no seu posicionamento e ela se manteve firme. No dia de sua fuga, ela sofreu com a fúria de seu pai, que atirou contra o casal na intenção de matá-los (Rocha. 2016).

Garcla (2002, p.03) afirma que “a violência estrutural são também práticas sociais opressivas e de controle”. O patriarcalismo projeta a sua força de domínio sobre a exploração e submissão da figura feminina, gerando a precarização na vida das mulheres, passando a aliená-las, para que se tornem dóceis e não questionem o papel determinado pela cultura imperialista, com o objetivo de naturalizar as suas ações violentas, sendo essas físicas ou psicológicas, com a conivência do estado.

Margarida Maria Alves, compreendeu a estrutura hierárquica onde estava inserida ainda na infância, conhecendo a pobreza e submissão. De acordo com Luanna Rodrigues (2018 p. 36), “foi com a expulsão dos seus pais da terra na qual a família vivia e trabalhava que Margarida experienciou a sua primeira ação trabalhista, contra os patrões”. Com a ação movida contra os

antigos patrões, Margarida firma o seu posicionamento político, entendendo que a única forma de sair da precarização é através da luta, com apenas 18 anos vivenciou o primeiro contato com sindicato rural.

Para entender melhor as repressões sofridas por Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, vamos explicar a conjuntura política em que se encontravam as relações de poder no espaço agrário paraibano, uma vez que essas duas mulheres entraram em conflito direto com os grandes proprietários locais, quando passaram a questionar as suas regras.

As oligarquias na Paraíba construía o “Grupo Várzea”, formado pelas famílias Velloso Borges e Ribeiro Coutinho. Esses atuaram fortemente contra os movimentos dos trabalhadores do campo e foram os mandantes do assassinato de Margarida Alves e João Pedro Teixeira, fundador das Ligas Camponesas em Sapé-PB, com a finalidade de manter o controle sobre o poder e fragmentar os movimentos de resistência.

A estrutura hierárquica de poder era e é tão bem aplicada, que o “Grupo Várzea” dominava todo o território da Paraíba e as instituições governamentais estavam sobre as suas ordens. As ações tomadas pelo “Grupo Várzea” não eram realizadas secretamente, eles se reuniam entre os seus, organizavam os atentados/assassinatos e direcionavam os capangas e a força do Estado.

O assassinato de João Pedro Teixeira foi encomendado por Aguinaldo Velloso Borges. Elizabeth lutou para que os mandantes do crime fossem punidos, levando o caso aos jornais e à justiça. Em seu depoimento, apontou os nomes dos responsáveis. O caso ganhou uma proporção nacional e, mesmo com os esforços locais para que o crime não fosse apurado, os mandantes foram condenados. Contudo, Velloso Borges não chegou a ser preso. Elizabeth denunciou como funcionou o esquema.

Ele foi protegido pelo manto da imunidade parlamentar [...] Eu não me esqueci, porque imunidade é bem parecido com impunidade. [...] Imagine só o Aguinaldo Velloso Borges era o quinto suplente de

deputado estadual. Foi preciso que um deputado estadual pedisse licença e mais quatro suplentes fizessem o mesmo, para que ele assumisse como deputado (Rocha, 2002. p. 120).

A luta realizada por Elizabeth e Margarida girava em torno de pautas que iam contra as configurações territoriais determinadas pelas oligarquias locais. Quando passaram a modificar o cenário local, colocaram em legitimidade a pauta camponesa, sendo essas: a redução da carga horária de trabalho; direito ao décimo terceiro; carteira assinada; receber o salário em dinheiro; estabilidade onde o trabalhador morava; pagamento das benfeitorias quando o trabalhador deixasse a terra; indenização por tempo de serviço e descanso semanal. Essas pautas causaram aversão aos grandes fazendeiros, pois julgavam que os camponeses não podiam possuir direitos judiciais legais.

Elizabeth tornou-se líder das Ligas Camponesas de 1962 até 1964, passando a ser referência em uma proporção de macroterritório, reunindo-se com Ernesto Che Guevara em cuba e com o ex-presidente João Goulart, denunciando as injustiças cometidas no campo. Nesse momento, Elizabeth compreendia exatamente a relação entre a classe trabalhadora e o grande fazendeiro, chegando a afirmar que “Só havia dois caminhos pra os camponeses: continuar escravizados e morrer de fome na beira da estrada ou lutar” (Rocha 2016 p. 138). Com essa consciência emancipatória, e mesmo recebendo julgamentos de homens que a chamava de “sem vergonha”, afirmando que o seu local era dentro de casa com os filhos e não se “metendo” na política, manteve-se firme, pois sabia que o seu lugar era lutando.

Sob a sua liderança, as Ligas Camponesas de Sapé-PB contaram com aproximadamente 12 mil associados e teve repercussão nacional. Esse fato intensificou ainda mais as investidas violentas das oligarquias locais e enquanto viajava para as gravações do filme “Cabra marcado para morrer”, teve a sua casa incendiada pelo exército e os seus filhos quase foram queimados juntos (Rocha 2016). Com o golpe militar de 1964, Elizabeth Teixeira foi presa e torturada por quase três meses, sendo libertada

somente porque não conseguiram enquadrá-la em nenhum artigo da Lei de Segurança Nacional. Diante da repressão, Elizabeth foi forçada a fugir levando consigo apenas um filho, vivendo por muito tempo no Rio Grande do Norte, no município de São Rafael, com o nome de Maria Marta. Foi dada como morta durante anos, para que os seus filhos não fossem mais incomodados pelo Estado. Retomou a sua identidade apenas quando a ditadura militar acabou.

Margarida Maria Alves tinha uma postura firme, teve sua formação política com base no trabalho e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), obtendo uma consciência emancipatória forjada na luta. De acordo com Rodrigues (2018), Margarida não atuou apenas no sindicato, a sua luta também era voltada para uma educação popular e emancipadora, por acreditar que através dela ocorreria a transformação social. Engajou-se com Serviço de Educação Popular (SEDUP), almejando a construção de uma educação voltada para a formação da classe trabalhadora.

Margarida Maria Alves lutou contra as oligarquias em todas as esferas que conseguiu alcançar. Ainda de acordo com Rodrigues (2018 p. 56) “Ela dizia aos camponeses: vocês são os braços dos patrões, a riqueza deles quem produz são vocês. Sem o trabalho de vocês eles não fazem nada, eles não têm nada”. Essa era a consciência emancipatória que ela almejava conquistar, mostrar aos trabalhadores a força que eles possuíam. O seu nome cresceu dentro da Paraíba e no âmbito nacional, quando houve a intenção da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na Paraíba, o nome de Margarida foi levantado pelos dirigentes, existia a intenção de lançá-la como candidata a vereadora, contudo a mesma recusou, pois a dominação machista – representada pela figura do marido – não permitiria.

A presença de Margarida, enquanto presidente do STR, durante 12 anos e a projeção que ganhou no macroterritório, inspirou outras mulheres a entrarem na luta. Durante a sua atuação como presidente do STR de Alagoa Grande-PB, destacou-se, por fazer uma verdadeira luta pelas questões trabalhistas, encaminhando cerca de 71 ações judiciais em defesa dos trabalhadores na região do brejo paraibano.

Os processos judiciais movidos contra as oligarquias e a movimentação gerada pelo trabalho realizado por Margarida no campo (é importante salientar que a sua atuação ocorreu durante a ditadura militar) despertou a inquietação do “Grupo Várzea”, principalmente do Velloso Borges, que mais uma vez “encomendou” a morte de outra liderança, no caso a de Margarida. O seu assassinato ocorreu durante o período de articulação para a campanha salarial, onde reivindicava férias, 13º salário e carteira assinada, chegando a discursar abertamente contra os grandes fazendeiros informando que fez denúncias ao ministério de trabalho e à polícia.

Nos relatos de Rodrigues (2018) a execução de Margarida ocorreu três meses depois do seu discurso, em 12 de agosto de 1983 foi assassinada em sua casa na frente do seu filho, que na época possuía apenas oito anos de idade. A modificação no território causado por Margarida teve como resposta o ato extremo da violência por parte dos latifundiários. Após sua morte Margarida sofreu com a omissão oriunda da parcialidade do Estado, uma vez que o mesmo deu brechas para que nem todos os fazendeiros envolvidos no plano do assassinato fossem incorporados no processo criminal e posteriormente todas as pessoas envolvidas no crime foram absolvidas.

Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves construíram caminhos com o viés voltado para a formação do trabalhador através da luta. Os exemplos deixados por seus legados germinaram a terra, dando voz às trabalhadoras e camponesas, mostrando que a política e o movimento que luta pela democratização da terra, também é um espaço para as mulheres. As sementes seguem brotando e os seus nomes continuam sendo replicados na história e na luta.

4 O OLHAR DA MULHER ASSENTADA DIANTE DA LIMITAÇÃO IMPOSTA PELO SISTEMA PATRIARCAL

A narrativa apresentada nesse momento vai ser a da Dona J., coordenadora da escola Zumbi dos Palmares e residente no Assentamento. O trabalho no lote que administra é fonte de sustendo, além do vínculo escolar. O desenvolvimento da produção é voltada para a agroecologia – prática aplicada como política dentro da escola – uma pequena criação de galinhas e abelhas. A produção de Dona J, conta com a plantação de macaxeira, duas caixas de abelhas, o pequeno galinheiro e uma cisterna onde é retirada a água para a irrigação.

As terras destinadas para a formação do assentamento não cumpriam a função social, além de possuir dívidas acumuladas durante 20 anos e por isso foram direcionadas à reforma agrária. A área possuiu como economia a produção canavieira, pertencendo à Fazenda Cafundó, que tinha como proprietário Laureano C. da Silva. As trabalhadoras e trabalhadores, quando tomaram conhecimento sobre as irregularidades das terras no ano de 2000, organizaram-se com o MST dando início às reivindicações pelo direito do acesso à terra. A partir desse momento, houve a ocupação no ano de 2001 pelos militantes do MST, por volta de 60 famílias que fizeram o corte da cerca e adentraram a terra.

O fazendeiro procurou apoio do Estado, que respondeu enviando cerca de 200 policiais para o acampamento, com o objetivo de despejar as 60 famílias. Com a derrota judicial do fazendeiro, não havia mais motivos para que o Estado ordenasse a retirada dos trabalhadores da terra. A partir desse momento os camponeses passaram a lidar com a violência oriunda da milícia. Segundo os relatos dos assentados, em 2003 o acampamento sofreu um atentado. Os milicianos tocaram fogo em 25 barracos, felizmente não houve vítimas. A consolidação do assentamento ocorreu apenas no ano de 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Por estar inserido em uma sociedade com princípios patriarcais, o Assentamento Zumbi dos Palmares reproduz o reflexo da cultura dominante, com a figura masculina no centro da política, passando a configurar o microterritório de acordo com a interação social e cultural que foi ensinado a seguir. A absorção

dessa estrutura condiciona as assentadas a reproduzirem ações, que, por muitas vezes, são machistas. De acordo com o relato de Dona J. a escola junto com o assentamento, buscou discutir a questão de gênero abordando o feminismo e empoderamento. Essa ação ocorreu com uma professora que foi ao Assentamento aplicar palestras sobre a temática. Contudo, as mulheres assentadas foram para a primeira palestra e não quiseram mais ir a outras, pois segundo elas, a professora estava “impondo” que elas não poderiam mais servir o “cafezinho” do seu marido, cozinhar e realizar as tarefas domésticas.

A construção da sociedade sobre os pilares que limitam e empurram ainda mais, as mulheres para a precarização, tem como principal consequência a repressão. Durante as entrevistas para conhecer a história da formação do Assentamento Zumbi dos Palmares, foi possível perceber a timidez e o receio destas mulheres narrarem como houve a ocupação. Elas olham para o companheiro e falam que ele contaria melhor e logo depois se retiram do centro da discussão. Dona J. conta que os traumas definem a personalidade das mulheres, podendo, em alguns casos, baixar a autoestima e limitar as suas ações.

A realidade da mulher do campo assentada, segundo Dona J. também é afetada pelas limitações físicas e financeiras que atrapalham o seu desenvolvimento dentro do assentamento e de ter acesso à educação. Entre as limitações estão: os filhos; falta de transporte; chegar tarde em casa e a pressão que os companheiros despejam sobre as mulheres que buscam crescer academicamente, colocando em xeque as obrigações domésticas destinadas para manter a estrutura familiar, que é imposta socialmente.

A figura da mulher só é vista em “pé de igualdade” quando não há uma consolidação de um território fixo, pois se ver a necessidade da mulher na linha de frente na luta pela terra, participando de assembleias e ocupações na esfera política. Segundo Maria García (2002): “A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observando nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita.”

A perspectiva de Garcia voltada para o estudo de gênero no meio agrário ajuda a compreender que esse quadro muda quando o acampamento consolida-se em um assentamento, pois, a partir desse processo, ocorre a fixação em um território, logo, inicia-se uma relação de poder onde a mulher perde espaço em um território de luta, passando a ocupar apenas o microterritório, forçando-a a deixar o espaço político para a figura masculina, gerando um conflito de classe e gênero dentro dos assentamentos.

Compreende-se, portanto, que a discussão sobre os processos territoriais enquanto corrente teórica para entender a luta da mulher pela democratização da terra e por emancipação, sob o ponto de vista da divisão entre as classes, logo entre os gêneros, é uma das formas de defender o rompimento das estruturas capitalistas nas relações sociais. Esta corrente nos faz olhar e questionar os padrões territoriais oriundos das relações de poder, culturais e de dominação social patriarcal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebemos a realidade da mulher assentada, conhecendo as limitações impostas socialmente e culturalmente, através da prática e observando a dinâmica de suas ações. O levantamento do referencial teórico foi importante para compreender o processo histórico em que se encontra a mulher. Estes elementos nos serviram enquanto arranjo teórico-metodológico, desse modo foi possível realizar as primeiras reflexões sobre uma geografia política e crítica dentro da discussão de gênero e de luta pela democratização da terra e por emancipação.

A vida das mulheres do campo é constituída através de muitas lutas e gritos em busca de uma emancipação política. Como registrado na trajetória de vida e luta de Elizabeth Teixeira e Maria Margarida Alves, o despertar da consciência de classe e a emancipação política, sem o vínculo com a figura do homem, através da luta pela democratização da terra e pelos direitos das

trabalhadoras e dos trabalhadores, se dá numa conjuntura extremamente violenta e excludente.

Os questionamentos feitos por Dona J. sobre a sua própria condição, ao falar que os traumas modelam a personalidade, concede abertura para uma nova visão, de que a mulher necessita de espaço para crescer e passar a tomar decisões que são de cunho privados. As mulheres no Assentamento Zumbi dos Palmares estão em processo de uma construção do pensamento emancipatório político, esse processo é lento, no entanto, ele já está acontecendo e adentrando as casas das trabalhadoras e dos trabalhadores. A emancipação da mulher enquanto agente ativa e política, é de fundamental importância para a libertação da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FERNANDES, B.M. **Entrando nos territórios do Território**. In. CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2013.190p.
- GARCÍA, M.F. **Trabalhadoras rurais e luta pela terra: Interlocução entre gênero, trabalho e território**. in. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho. São Paulo: Unesp, 2002. Vol 3
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capita: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. -São Paulo: Boitempo, 2011.
- ROCHA, A.A. **Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra**. 2ºed. - João pessoa: CCTA, 2016. 260p.
- RODRIGUES, L.L.M. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e a violência no campo paraibano**. Tese Doutorado em geografia – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. 447 f.
- SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado Violência**. – 2º ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- STEDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. - 2ºed. - São Paulo: Expressão popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012. p.176.

REFORMA AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL: A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA INÊS/PB

Prof. Ms. José de Arimateia de Oliveira Silva

e-mail: prof.ari.deoliveira@gmail.com

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB/CH

e-mail: belogeo@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

O modelo assentamento rural representa a fragilidade da “Reforma Agrária” no Brasil, ao mesmo tempo em que esses espaços são alternativas à recreação do campesinato. Nessa linha, propôs-se compreender a Reforma Agrária no Curimataú Oriental, visando a reprodução camponesa no Assentamento Sítio, em Dona Inês/PB. Tomou-se por base Moreira (1997), Oliveira (2007) e Fernandes (2013); consultas no INCRA (2020) e Censo Agropecuário (2006; 2017); e trabalho de campo no Assentamento Sítio. Constatou-se a necessidade de uma Reforma Agrária constituída de condições estruturais, financeiras e técnicas, além da atuação contundente do Estado com o desenvolvimento dos assentamentos. Tais territórios configuram-se unidades produtoras de alimentos e trabalho, de autonomia e dignidade social.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; Luta pela terra; Reprodução camponesa

1 INTRODUÇÃO

Os Assentamentos Rurais (AR), vistos com visibilidade a partir dos anos de 1980, representam o modelo de Reforma Agrária pensado pelo Estado brasileiro para atender a demanda dos trabalhadores sem terra, que buscam em um pedaço de terra

um meio de reprodução social e econômico, ao mesmo tempo um espaço de morada.

Com base nos dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), no Brasil registram-se 9.431 Projetos de Assentamento Rural (PAs), ocupando uma área de 87.702.072,013 hectares de terra, no domínio de 969.197 famílias. No estado da Paraíba há 314 PAs, abrangendo uma área de 282.409 hectares, onde foram assentadas 14.409 famílias (INCRA, 2020).

Na Microrregião do Curimataú Oriental registram-se 25 assentamentos rurais, reunidos compreendem uma área de 15.692,2768 hectares de terra, sob o domínio de 925 famílias. No Município de Dona Inês existem 5 assentamentos. Às áreas desses PAs reunidas equivalem a 4.491 hectares de terra, onde vivem 209 famílias assentadas (INCRA, 2020). O PA Sitio, o maior entre eles, é o objeto desse estudo.

A criação dos assentamentos tem sido uma das saídas viáveis para promover alterações na estrutura fundiária. A instalação de infraestruturas, como habitações, eletricidade, e permanência de serviços de educação, saúde, lazer, assistência técnica, bem como políticas de financiamento agrícolas podem ser apontadas como as prioridades dos assentamentos. Consideramos que o acesso a esses serviços pode corroborar para reprodução dos camponeses nessas áreas.

Os camponeses não só lutam para entrar na terra, mas lutam também “para permanecerem na terra como produtores de alimentos” (Oliveira, 2007, p. 135), assim mantendo vivos os territórios de domínio campesino. Acreditamos que a reprodução camponesa, exclusivamente pelo acesso à terra e exploração da terra em se”, como foi escrita na história do campesinato, se torna uma recriação precária dentro dos assentamentos criados da Reforma Agrária.

Sparovek (2003) aponta que a reforma agrária é entendida de duas formas: para alguns, significa a eliminação da propriedade privada sobre a terra; Já outros, acreditam que há Reforma Agrária quando há financiamento agrícola, políticas de preço, educacionais e técnicas. Esta vertente pondera que apenas o acesso à terra não

garante a efetividade de uma política reformista no âmbito de emancipar os camponeses.

Está em pauta a Reforma Agrária implantada pelo Estado. A morosidade na efetivação da Reforma Agrária reforça os argumentos de muitos autores sobre o desinteresse do Estado com a desconcentração da terra no país, assim como aponta nuances para entendermos as lutas dos movimentos sociais pela terra e o quanto o poder sobre ela ganhou visibilidade ao longo do tempo.

A proposta em curso busca compreender como tem acontecido a reprodução camponesa no Curimataú Oriental a partir da década de 1980, com enfoque aos camponeses do PA Sítio. Para alcançarmos tal proposta, analisou-se a Reforma Agrária e a política de assentamento implementada nos anos 80; investigou-se a luta pela terra no PA Sítio; e se construiu um perfil socioeconômico e da produção do PA Sítio, tendo em vista compreender a importância do acesso à terra para os assentados.

Espera-se que as análises produzidas acerca do PA Sítio sirva de base intelectual e histórica para as famílias do assentamento e de outros lugares, assim como seja uma referência para as pesquisas que versam sobre a Reforma Agrária. Tal estudo contribui para reafirmar a emancipação política dos trabalhadores e dos movimentos sociais pela terra, fato que fortalece as relações camponesa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método qualitativo conforme Minayo (2014) apresenta finalidades diversas. Ele leva o pesquisador a interpretar fatos sociais subjetivados nos espaços e a investigar determinados estratos sociais marginalizados. A partir do trabalho empírico, este método oportuniza o investigador a produzir novos padrões de conhecimento sobre grupos da sociedade, a (re)formular conceitos ou atualizar outros já existentes.

A elaboração do arcabouço metodológico se baseou nas leituras de Reforma Agrária, compreendendo os assentamentos

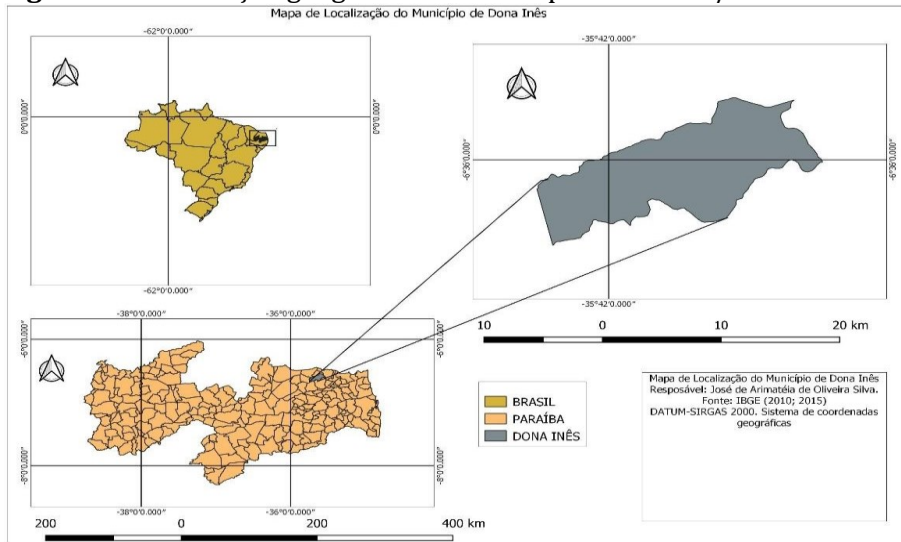
rurais como espaços territorializados e ressignificados por ideias camponesas, com uma produção destinada a manutenção da família, um dos pilares do modo de vida camponês. Ainda foi realizado a coleta de dados em plataformas digitais de órgãos estatais, como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-PB, 2020), Censo Agropecuário (2006; 2017), através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Esses *websites* permitem o acesso mais rápido a banco de dados oficiais de pesquisas realizadas por esses órgãos, além de democratizar o acesso à informação de interesse público.

O PA Sítio estende-se por uma área de 1.813,7196 hectares de terra, onde foram assentadas 81 famílias. Tal assentamento apresenta traços do campesinato, observados no trabalho familiar e na produção destinada ao consumo interno da família. A pesquisa *in lócus* foi essencial para a consolidação do trabalho, pois a realidade de dada fração espacial é o meio mais eficiente para se ter maior clareza do objeto investigado, nesse caso o PA Sítio, assim tomando conhecimento sobre a reprodução social e econômica dos assentado.

3 LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS/PB

O município de Dona Inês está inserido na região Imediata de Guarabira e Intermediária de João Pessoa, localizado em uma área conhecida como Curimataú Oriental, nos limites com o Brejo paraibano (Figura 1). A extensão territorial do então município é de 173.648 km². A sua sede está a 101,229 Km da capital da Paraíba, João Pessoa, tendo acesso pelas rodovias BR 230/BR, 103/PB, 104/PB e 105/PB (IBGE, 2020).

Figura 1 - Localização geográfica do município de D. Inês/PB.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O povoado de Dona Inês surgiu com as fazendas de gado e a formação de pequenos sítios onde eram praticadas a agricultura de subsistência. Como outras unidades administrativas municipais, o território de Dona Inês-PB foi desmembrado de outro município, no caso o de Bananeiras-PB, do qual foi vila e depois distrito antes de sua emancipação política pela Lei de nº 2141, datada em 19 de junho de 1959.

3.1 O ESTATUTO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA

O Estatuto da Terra, sob a Lei 4.504/64, definiu o conceito de “função social da terra”, pelo qual foram estabelecidos critérios¹ e exigências para exploração da terra nas propriedades rurais.

¹No geral, o texto base do Estatuto da Terra demonstrou preocupação com a preservação ambiental, exploração racional da terra e direito dos trabalhadores rurais. Cujo texto assumiu tamanha importância que foi transcrito no artigo 186 da Constituição Federal de 1988, com os mesmos objetivos e sem alterações.

Também determinou que as desapropriações para Reforma Agrária, deveriam ser pagas em títulos das dívidas públicas (Maestri *et.al.*, 2012).

A aplicação do Estatuto da Terra encarou forte resistência dos latifundiários. E, quando fez-se valer na prática, revelou-se instrumento político de combate as lutas dos camponeses. Nas palavras de Barone e Ferrante (2017), não significou nada além de um texto, pois desviou do sentido para que foi criado, que era tornar os latifúndios improdutivos em terras produtivas e nas mãos dos trabalhadores rurais.

Segundo a abordagem histórica de Martins (1985; *in* Fernandes, 1994, p. 27), “as desapropriações somente eram realizadas como tentativa de diminuir os conflitos, sendo que durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, 8 decretos de desapropriação por ano contra pelo menos 70 conflitos por terra ao ano”. Oliveira (2007) endossa o debate ao dizer que os governos militares buscaram meios que controlassem a efervescência dos conflitos pela terra na região Nordeste.

Oliveira (2007, p. 122) destaca que “os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então ‘fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia’”. Segundo Ianni (1979, *in* Oliveira, 2007), o projeto de colonização de terras tomou *status* de “contra-reforma”, pois nem democratizou a terra na Amazônia e nem alterou a estrutura fundiária do Nordeste.

O início da década de 1980 é marcada pelo fim do Regime Militar e redemocratização política do País. Paralelo a este momento, nasce um novo ciclo de mobilizações pela terra, encabeçado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) na Região Sul e pela atuação política da Comissão Pastoral da Terra (CPT, criada em 1974-1975) e do Sindicato Rural na Região Nordeste (Caume, 2006).

Em resposta as pressões, o Governo Sarney, em 1985, elaborou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Conforme Barone e Ferrante (2017), o I PNRA reafirmou a importância do Estatuto da Terra, isto é, manteve princípios

basilares, como a função social da terra, e reforçou que não poderia fazer Reforma Agrária em grandes propriedades (latifúndios) que estivessem produzindo.

É evidente as ambiguidades assumidas pelo PNRA, como demonstrado no artigo 2º (§ 29, do Decreto n.9 91.766), quando diz, “se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios” e também propriedades rurais que apresentassem relevante presença de arrendatários e/ou parceiros trabalhando nelas” (Oliveira, 2007, p. 126). De acordo com dados oficiais, Fernandes (2013), além de Filippi (2005), apontam que pouco mais de 83 mil famílias foram assentadas em 4,5 milhões de hectares, ou seja, menos de 6% da meta prevista até 1989 – final do governo Sarney.

A Política de Assentamento não tratou a concentração da terra como um problema nem reconheceu a existência da “Questão Agrária” nacional. Este pensamento se distancia de uma Reforma Agrária “redistributiva”. Para Fernandes (2013), uma “Reforma Agrária redistributiva” busca a descentralização do poder sobre a terra e retira o seu *status* de improdutiva, garantindo assim, a sua função social.

As abordagens dos estudiosos da Reforma Agrária apontam que, a partir de 1985, o ciclo de contestação e luta dos movimentos sociais pela direito à terra foram determinantes para aumentar o número de assentamentos criados no País.

3.2 CONFLITOS POR TERRA NA PARAÍBA E NO CURIMATAÚ: A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Até a segunda metade do século XX o cenário agrário paraibano em sua forma, função e estrutura continuavam às mesmas do período colonial, salvo algumas exceções (o trabalho não era escravo e os engenhos eram substituídos pelas usinas). Este cenário se agravou com a consolidação do modelo agro-exportador na década de 1970, em consequência a *modernização conservadora* da agricultura, que passou a consumir mais as terras aráveis, rompendo com as relações clientelistas cedidas a parceiros,

arrendatários e moradores de condição². A inserção do capital nas grandes propriedades culminou no fechamento das terras e na expulsão desses sujeitos.

Através das organizações de luta, como os sindicatos, Federação dos Agricultores na Agricultura (FETAG), CPT e o MST, muitos camponeses conseguiram conquista a terra. Parte dos conflitos foram para permanecer na terra, caso da Mesorregião do Agreste, que teve o Curimataú entre as principais áreas de conflitos, onde os camponeses resistiam à expulsão das grandes propriedades (fazendas).

As áreas com maior distribuição de Projetos de Assentamento na Paraíba entre 1989 a 2013 foram o Brejo Seco e o Curimataú. Isso se deve a intensa atuação da Diocese de Guarabira/PB e das paróquias locais para a luta e conquista da terra (Ferreira, 2016). É tanto que, entre as 8 Microrregiões Agrestina, o Curimataú Oriental é a quarta com maior quantidade de área (1.307,4 km²), perdendo apenas para Campina Grande (2.124,8 km²), Itabaiana (1.532,8 km²) e Guarabira (1.319,2 km²).

O Curimataú Oriental possui 25 projetos de assentamentos, com 925 famílias assentadas. Este conjunto de assentamentos dessa possui aproximadamente 15.692,2 hectares de terras. Salienta a situação do PA José Maria da Pires localizado em Solânea. Ele foi criado em 2016 através de desapropriação, mas ainda não há registros de famílias cadastradas no SIPRA/INCRA-PB (SIPRA, 2020).

Entre os municípios que compõem o Curimataú Oriental, toma destaque Dona Inês que, embora possua 5 PAs, estes representam uma área de 4.491,1 ha, onde registram 209 famílias assentadas. O objeto em estudo, o PA Sítio, se encontra localizado neste Município. O Assentamento Sítio também é resultado do conflito pela terra durante a década de 1980. Foram incontáveis episódios de repressão aos camponeses ex-moradores da Fazenda Sítio antes dela ser desapropriada para Reforma Agrária. A partir

² O morador de condição eram camponeses que trabalham nas terras dos fazendeiros, em troca, as famílias pagavam pelo aluguel de uso da terra em dinheiro ou com parte de sua produção.

da luta pela terra e para permanecer nela, as famílias foram assentadas e fizeram da antiga fazenda um novo território de vida.

Em discordância do processo de desapropriação de 40% das terras do imóvel pelo Decreto de nº 84.962-1980, o dono da terra passou atacar os trabalhadores (Moreira, 1997). As denúncias das atrocidades eram reportadas pela CONTAG ao INCRA-PB, entre a quais, destacam: a) construiu cercas de arame farpado ao lado das casas dos moradores; c) os proibiu de plantarem nas suas terras; c) soltou o gado nos roçados dos agricultores, para destruir as plantações agrícolas.

A Fazenda que deu origem ao PA Sítio foi desapropriada para fins de Reforma Agrária em 15 de abril de 1988, através do Decreto Nº 95.925/88. A emissão de posse saiu em 28 de maio de 1989, e em 7 de agosto do mesmo ano 82 famílias foram assentadas em uma área de 1813 ha. Moreira (1997) descreve que apenas 25% das terras foram desapropriadas, diferente dos 40% previsto, fato que gera dúvidas em relação a atuação do Estado com a garantia dos direitos desses trabalhadores.

O INCRA levou quase trinta anos para lotear o PA Sítio. No ano de 2019 foi oficializado a divisão dos lotes, tendo pouquíssimas alterações. Os lotes foram distribuídos justamente nos lugares onde as famílias já moravam e exploravam, assim como o tamanho da área permaneceu quase a mesma. Os critérios para legalizar os limites dos lotes foram: localização e capacidade produtiva da família. Na prática, teve assentados que tiveram o tamanho do lote ampliado para 22 ha ou 40 ha, e um pequeno grupo, que preferiu manter-se com a área em média de 5 ha.

3.3 REPRODUÇÃO DOS ASSENTADOS DO PA SÍTIO: PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DO(S) TERRITÓRIO CAMPONÊS

O planejamento territorial perpassa por diferentes esferas sociais e em diversas instâncias. Segundo Krambeck “o planejamento é visto como uma ação que define as formas e caminhos para atingir objetivos pré-determinados, a partir de uma

realidade específica [...]” (2007. p. 31). Trata-se de um mecanismo importante para coordenação de ações para chegar ao mais próximo possível dos resultados esperados.

O planejamento territorial dos assentamentos rurais podem ser norteados por duas perspectivas que implicam formas distintas de organização espacial: 1º) inicialmente, seguem as ações dos órgãos estatais (a exemplo do Incra) que, através de programas de desenvolvimento agrário e agrícola, viabilizam a formação do território assentado; 2º) construir outra visão de planejamento, baseada no trabalho familiar e coletivo, orientado por saberes tradicionais. Nessa linha, tomaremos conhecimento da organização social e econômica do/no PA Sítio.

As concepções de Moreira (2007) norteiam a análise no PA Sítio. Cujas autora afirma que o camponês vê a terra como parte integrante de sua existência, sendo nela que ele se realiza. Verificamos essas características no então assentamento, observadas na forma como as famílias territorializam a terra, planejam e organizam as práticas que configuram o lote em um território camponês face aos desafios da desvalorização da pequena agricultura familiar e do afastamento do Estado.

Os assentados planejam e organizam o espaço do lote para ser ocupado por diferentes atividades produtivas: a) roçados, onde desenvolvem a policultura; b) plantação de capim forrageira; c) reserva de mata para extração de madeira; d) área de pastagem; e) espaços domésticos para criação de suínos, aves e pequenas hortas. A lógica é “simples”, os conhecimentos aplicados e o trabalho empregado tem o intuito de garantir a manutenção do grupo familiar dentro do lote.

A reprodução social no Assentamento Sítio segue a fórmula M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Para Oliveira (2007, p. 40), isso é a forma “simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades”. As famílias do PA Sítio usam o dinheiro adquirido com a venda do excedente para comprar roupas, sapatos, alimentos industrializados e outros

produtos. Este processo é feito há séculos pelo campesinato e tem assegurado a sua reprodução em diferentes épocas.

A policultura faz parte da ocupação e organização do espaço agrário da região Agreste, inclusive do Curimataú Oriental. Moreira (2007) salienta que a policultura se encontra distribuída nas pequenas propriedades. No PA Sítio a agricultura ocupa áreas que variam entre 1 e 2 ha, sendo o feijão a cultura mais cultivada (90,47%) nos lotes, seguida da fava (57,14%), macaxeira e batata-doce (47,61%) e o inhame (33,33%). A maior parte do lote é ocupado pela pecuária, especificamente, bovina.

Os fatores demográficos e o relevo afetam consideravelmente a capacidade produtora dos assentados no PA Sítio. A população jovem está migrando para as cidades, provocando uma diminuição da população, nessa última década. Já o relevo acidentado dificulta a ampliação das áreas agrícolas com uso de aragem mecânica.

Outra característica marcante neste assentamento é o trabalho familiar nas atividades agrícolas e da pecuária. Também é recorrente a prática de cooperação e ajuda mútua, como troca de dias de serviços e mutirões, nas atividades já citadas. Ambas as práticas de organização produtiva representam as formas basilares das relações de trabalho no PA Sítio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da política de assentamento rural, desde a sua origem, denuncia o desinteresse do Estado com os camponeses sem terra, visto que o acirramento dos conflitos territoriais tem tocado de modo mais intenso na concentração fundiária e exigido prioridade a Reforma Agrária. E, quando a Reforma Agrária é feita, inúmeros limites são postos, como morosidade na distribuição da terra, não cumprimento de metas de famílias assentadas, no acesso ao crédito e no acompanhamento técnico.

A cada assentamento criado condiz a novas alterações na estrutura fundiária dos lugares onde foram instalados. A desconcentração da terra e dos recursos públicos passa a produzir

novas relações sociais e possibilitam outras dinâmicas no campo. Nesses lugares, mantêm-se a relação com a terra, mediante as relações de trabalho, e, por meio do trabalho, se dá própria reprodução da vida camponesa.

Como o Estado tem se mostrado negligente a política de assentamento rural, cabe aos camponeses, insatisfeitos, se organizarem politicamente e assumirem a condição de conflitar pela terra. É na esteira do desenvolvimento rural e na reprodução do seu modo de vida que a luta dos assentados, das instituições e movimentos sociais não cessam. Até agora, esses sujeitos e agentes políticos continuam mobilizados na luta por um projeto político emancipatório no campo e que venha favorecê-los.

A desconcentração da terra e a formação de pequenas unidades produtivas, em maior ou em menor escala, moldou o espaço agrário de Dona Inês, onde concretizou-se mudanças significativas na vida das famílias assentadas. Além de possibilitar a diversificação da produção agrícola e a oferta de alimentos para o consumo próprio e para atender a população local e regional.

REFERÊNCIAS

- BARONE, L. A; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma Agrária no Brasil do Séc. XXI: bloqueios e ressignificações. *In*: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017, p. 312-368.
- BRASIL, Decreto nº 84.962 de 23/07/1980. *Disponível em*: <http://legis.senado.leg.br/norma/507602>, *acesso em*: 31 de jul. de 2020.
- CAUME, D.J. **O MST e Os assentamentos de Reforma Agrária: A Construção de Espaços Sociais Modelados**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2006.
- FERREIRA, D.S. Aspectos da questão agrária na Paraíba: ocupações, assentamentos e impactos territoriais da reforma agrária (1984 a 2013), 2016.
- FERNANDES, B.M. (Org.). **CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA**: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico. São Paulo: Tese (livre-docência)- Universidade Estadual Paulista, 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>.

- IBGE, **Censo agropecuário**, 2006 Disponível em:https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7censo.pdf acesso em 08/09/2020.
- IBGE, **Censo agropecuário**. 2017, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=2>. Acesso em 21 de mar de 2019.
- IBGE, **Cidades. Município de Dona Inês**. 2020. Disponível em <http://www.ces.ibge.gov.br> acesso as 21:13 do dia 27 de agosto de 2020
- INCRA, **Assentamentos- Informações gerais**. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=18&Par acesso em:30 de out de 2019.
- MAESTRI, M. *et.al*. A Aldeia Ausente: Índios, Caboclos, Cativos, Moradores e Imigrantes na Formação da Classe Camponesa Brasileira. 2012, p. 217-276. In: MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: 14 ed. Hucitec, 2014. p. 407.
- MOREIRA E.; TARGINO, I. De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semiárido Paraibano. Presidente Prudente: **Revista NERA**, n. 10. Jan-jun. 2007. p. 72-93.
- MOREIRA, E. **POR UM PEDAÇO DE CHÃO**. João Pessoa: Editora universitária-UFPB, 1997.
- OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 185.
- SPAROVEK, G. **As qualidades dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003, p. 204.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO TIRADENTES, EM MARÍ/PB: DO APRENDIZADO À CONSCIENTIZAÇÃO DA LUTA NO CAMPO

Profa. Esp. Márcia Vieira dos Santos de Sales

e-mail: marcia_v.s@hotmail.com

Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva

Universidade Estadual da Paraíba

e-mail: ivan13silva@yahoo.com.br

RESUMO

A pesquisa buscou analisar as mudanças socioeconômicas ocorridas no Assentamento Tiradentes-Mari/PB no período de 1999 a 2019. Na compreensão desse objeto de estudo foi necessário analisar os conceitos de território em uma dinâmica com os movimentos sociais, a luta pela terra na perspectiva do território e da territorialidade e a relação com o projeto do Assentamento (PA) Tiradentes, enfatizando a importância da educação deste. Utilizamos a metodologia o levantamento bibliográfico, pesquisa qualitativa, utilizamos a observação participante e pesquisa de campo, que permitiu o conhecimento sobre o assentamento Tiradentes e sua importância sobre a realização da reforma agrária.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Território; Educação.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica que os movimentos sociais trouxeram para o campo da educação um caráter educativo de conscientização quanto aos direitos e deveres, e dentre esses deveres está a educação do campo. Para melhor compreensão, destaca Caldart

(2004): No: o povo do campo tem direito a educação no lugar onde mora; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com sua participação. Logo a educação do campo busca a valorização da cultura camponesa como forma de resistência e valorização do homem do campo.

Nesse sentido, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que em seus acampamentos e assentamentos sempre prioriza como fonte do desenvolvimento social, político e ideológico pautando uma educação do campo. A importância dessa realidade é uma conquista para os trabalhadores do campo e ter uma escola pautada pelo movimento, significa a valorização desses sujeitos em sua realidade e a desvincular à uma educação que não coincide com a vivência destes (MST, 2005).

Essa realidade passa a ser questionada e a luta por uma educação que fosse capaz de atender o interesse do trabalhador do campo se faz presente nos movimentos sociais que exige do Estado uma participação efetiva. A importância da compreensão da educação do campo consiste em conhecer a luta e resistência da população camponesa brasileira, como destaca Molina (2015):

Falar de Educação do Campo de acordo com sua materialidade de origem significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da concentração fundiária; da necessidade de enfraquecimento e da superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; aos alimentos; a água, a vida (Molina, 2015 p. 381).

A Educação do campo revela uma resistência camponesa e uma autonomia dos sujeitos do campo, não ficando subjugados a uma reprodução de educação que não reflete sua realidade, indo além, é reconhecer-se como sujeito que se diferencia por sua experiência no campo, mas que não o deixa menos importante ou atrasado como era considerado, e o reconhecimento para a importância da população rural continuar no campo o que traria um desenvolvimento e justiça social.

2 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A CONQUISTA DA TERRA

O Brasil tem sua história marcada pela desigualdade social presente em seu território, e um desses fatores foi a não realização da reforma agrária, fato que se agrava, principalmente, na década de 1970, devido à modernização da agricultura, que fortaleceu os latifundiários. A sua expansão agravou a luta pela terra dos movimentos sociais que buscavam o camponês de posse de sua terra e para nela produzir o seu sustento, luta que foi reprimida pelo Golpe Militar (Fernandes, 2000).

O estado da Paraíba é marcado historicamente pelo controle econômico, político e social de uma das dez principais famílias detentoras de terras no estado, a Ribeiro Coutinho (Mitidiero, 2008). Na microrregião de Sapé já tinha marcas de luta pelos camponeses na década de 1960, com as Ligas Camponesas, que reprimida pelo Golpe Militar 1964 o que causa o término das Ligas, pois esse regime relacionou as reivindicações da posse da terra com dignidade ao camponês, como ideias comunistas, algo que não era agradável aos militares. As reivindicações continuam, mas a presença de um movimento social de cunho nacional chega ao Estado no final da década de 1980, com a CPT, que leva fé e a luta pela terra (Mitidiero, 2008).

Com a chegada do MST na década de 1990 ao estado paraibano houve uma nova aposta frente a reforma agrária. No fim da década de 80 o Brasil vivia o fim do governo militar e sua redemocratização, sendo de suma importância os movimentos sociais pela luta dos direitos das pessoas menos privilegiadas na sociedade na nova Constituinte, esse cenário de mudanças também se fez na Paraíba.

É notória a importância do MST no cenário nacional de luta e resistência para alcança a reforma agrária no país, não podendo deixar valorizar a luta de outros grupos, mas a resistência pode ser contabilizados pelos dados obtidos pelo Dataluta *apud* Moreira (2012), em que ocorreu no estado entre 1989 e 2011 um número 71 ocupações por movimentos socioterritoriais, sendo que 20 na

Zona da Mata, e alcançou em todo o estado nesse período de 291 assentamentos, entre esses o PA Tiradentes, formado desde 1999, localizado no município de Mari.

Foi na esteira destes movimentos sociais camponeses que a luta pela terra chegou a Mari/PB, criando as condições para o Acampamento Tiradentes que culminou com vários conflitos, tensões, ordens de despejos até a conquista definitiva da terra, moradas e muitas outras conquistas que se consolidaram com a fixação dos camponeses e suas famílias sendo meios para alcançar pela reforma agrária (Martins, 1981).

O município de Mari tem uma área de 155,265 km² com uma população de maioria urbana acima de 20 mil habitantes e na zona rural com mais de 3 mil, é cortada pela rodovia PB-073 (IBGE, 2024) Este teve grande importância nos ciclos agrícolas do estado da Paraíba a exemplo cultivo de tabacos, cana de açúcar, abacaxi e recentemente a mandioca. O assentamento fica a leste da sede deste município, com aproximadamente 7 km, o que facilitou o acesso a área de pesquisa.

O assentamento Tiradentes se originou da Fazenda Gendiroba que pertencia a uma das dez famílias detentoras de terras no estado da Paraíba, a família Ribeiro Coutinho que obteve sua hegemonia nas terras do litoral, o que permitiu como afirma Targino e Moreira (1997) deter político e econômico regional dando origem uma das mais fortes oligarquias rurais, a essa família no estado da Paraíba, principalmente depois do fortalecimento das usinas para o programa do Proálcool¹ na década de 1970.

O assentamento Tiradentes surge da Gendiroba Agropecuária LTDA, pertencente ao grupo familiar e empresarial de Ribeiro Coutinho que estava falindo, em um período de crise

¹ O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado por decreto governamental no Brasil em novembro de 1975 e que contribuiu para impulsionar a produção de bioenergia no país, tendo a cana-de-açúcar para produção do etanol. O que representa uma das maiores realizações genuinamente brasileiras baseadas em ciência e tecnologia. <https://agencia.fapesp.br/>

vivenciada pelos usineiros no fim da década de 1990, quando o álcool é desvalorizado frente ao açúcar. O MST sabendo da situação da Gendiroba através do INCRA organiza para que esta venha a ser regularizada para projeto da reforma agrária e como meio de pressionar o governo federal, adentra na fazenda e monta acampamento com 400 famílias (Souto, 2007).

O acampamento surge em 11 de setembro de 1999, com famílias, oriundas principalmente do município de Sapé, houve apoio do INCRA com cestas básicas e da prefeitura de Mari, mas ocorreram três despejos, o que fez com que muitas famílias desistissem do processo para o assentamento (Souto, 2007). Além da permanência e persistência dos acampados em barracas de lonas, as famílias que eram moradoras da Fazenda aceitaram participar do movimento, mesmo estando em moradias da fazenda eram frequentes nas reuniões realizadas pelo MST, exigência do movimento para entrar no programa da reforma agrária, como declara uma moradora da antiga fazenda, M.F, 54 anos:

Eles (MST) queriam que todos participassem, todos os moradores que ficaram tinham que participar das reuniões com o INCRA e eles (MST). Os que não fossem eles mandavam ir embora, não queriam quem não participassem e os 22 moradores que ‘ficou’, todos ficaram na luta do MST, iam para as reuniões do movimento, a gente ficava nas casas da gente (casas da fazenda). Ficamos nas casas velhas, mas quando veio o dinheiro para fazer as casas, veio pra todo mundo, para os moradores e para os acampados (Informação Verbal)².

A exigência para a participação de todos os antigos moradores da fazenda releva a integração ao movimento e a necessidade de os moradores entenderem a sua dinâmica. A iniciação do assentamento ocorreu com o pré-parcelamento, que é a medição minuciosa da área feita pelos acampados e aprovado pelo INCRA para comprovar que área tem a capacidade de ser utilizada como projeto de assentamento. A vistoria analisa todos os

² Entrevista fornecida por M. F. Entrevista I [ago. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020.

componentes do imóvel, como recursos naturais e bem feitorias da área demarcada, para calcular a indenização da propriedade para só depois repassá-la as famílias por meio de contrato para a utilização da terra (INCRA, 2012).

Depois houve a divisão dos lotes conforme o número de famílias dos acampados e dos moradores (22 famílias) dando um total de 160 famílias que foram beneficiados para serem assentados, a divisão veio por meio de sorteio, uma forma mais justa encontrada pelo MST, para não haver conflitos entre os próprios assentados. Para se tornar um espaço de produção e convívio foram repassadas verbas para a infraestrutura mínima necessária para o assentamento, que tem uma estrutura de agrovila, com um hectare para a construção das casas de alvenaria e o uso área produção e os lotes que varia de 5,5 a 7,5 hectares, devido a irregularidade do relevo (Souto, 2007).

Com a organização dos lotes e a agrovila houve uma dinâmica entre os assentados, a exemplo da presença da religiosidade de denominações cristãs, além do catolicismo, é possível observarmos templos de igrejas protestantes. Outro fato interessante que ocorreu com a garantia da terra, são o surgimento de novas gerações que permaneçam no campo, os filhos e netos dos assentados que utilizam da terra adquirida para construir novos núcleos familiares, temas abordados para eventuais pesquisas mais detalhada sobre esses assuntos.

3 A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO TIRADENTES, UMA LUTA CONSCIENTIZADA PELO MOVIMENTO SOCIAL

Os movimentos sociais têm um viés na valorização da educação, pois esses trazem em sua conjuntura o conscientizar os sujeitos frente aos seus direitos que muitas vezes é negado pelo próprio Estado. Nesse contexto, como aborda Batista e Santos (2016) o surgimento desses movimentos, em destaque o MST que se pauta nas ideologias de Paulo Freire, em que os sujeitos são construtores de sua própria realidade, destaca-se a educação

no/do campo, onde as várias realidades e diferentes sujeitos constroem uma educação baseada em sua vivência.

O surgimento da educação no/do campo realizado pelo MST é notório nas raízes do surgimento da escola Tiradentes. A história do assentamento estar arraigada com a importância da educação que deste o período de acampamento se fazia presente. Segundo Costa (2010) a escola passou por locais, como uma fábrica de alimentos, um galpão e antiga sede da fazenda, local esse que foi oficializado como escola municipal. A sua importância surge com a necessidade do cumprimento da própria reforma agrária como revela a fala do assentado J.S.S:

Bem, a escola através de seus agentes, os professores, coordenadores, a gestão, teve uma importância essencial, a tal ponto que no início todas as crianças eram atendidas, atendimento médico, dentista, a escola é quem providenciava tudo isso. A criança precisava de um remédio, a escola fazia essa ponte; um carro pra levar à Mari, a escola fazia isso. Sem se falar também nas reuniões com pais, as formações, então no início a escola teve muito presente na vida das pessoas. (Informação verbal)³.

Na fala do entrevistado é notório que a escola, principalmente no início do assentamento, se mostrava um elo entre os assentados e a sua importância social não se limitava ao fato de exercer a educação básica. Ela apresentava características do movimento, de priorizar a educação desde o acampamento até o assentamento, logo a escola faz parte do cotidiano e das preocupações das famílias (Caldart, 2004). Atualmente essa ligação não se mostra tão forte, coincidindo com a diminuição da influência do MST no assentamento.

A petição para obter um prédio próprio da escola deu-se principalmente por funcionar em uma sede da antiga fazenda Gendiroba, sem estrutura para o ensino e o distanciamento, visto que a escola ficava distante da agrovila onde se concentra os assentados. A demonstração de luta pela conquista de um prédio

³Entrevista fornecida por J. S. S. Entrevista V [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

para a escola Tiradentes ocorreu através do movimento, tão necessária como afirma Souza (2006) sobre o potencial efetivo de organização seja na esfera cultural, econômicas, social e política dos trabalhadores rurais.

A escola idealizada pelo movimento ficou nítida nos primeiros anos, o foco em ter uma escola do/no campo teve um fortalecimento em 2007 quando recebeu apoio da UFPB pelo projeto⁴ de formação de professores para obter uma eficácia no processo ensino-aprendizagem e para contribuir na construção do Projeto Político Pedagógico (COSTA, 2010). A importância da escola e a busca para que esta fosse de qualidade sempre esteve presente entre os assentados como é demonstrado na fala de J. S.S, 46 anos.

Bem, desde o início, a comunidade sempre solicitou dos governantes municipais uma escola de qualidade, mas muito tempo não foi ouvido a tal ponto que houve uma assembleia, a direção da escola e a direção do assentamento e eles decidiram paralisar as aulas por tempo indeterminado em quanto não houvesse uma audiência no fórum da cidade, com o prefeito. Todos os pais fizemos uma ata, entregamos uma ao secretário de educação e outra no fórum de Mari. Marcamos essa audiência com o prefeito, estava eu e uma representante do assentamento e lá foi feito um acordo e o prefeito se comprometeu em construir a escola e por sinal é a escola Tiradentes. A formação dela, da escola, foi um projeto da Universidade Federal, através da professora doutora, Socorro Xavier e era uma formação da educação do campo. Então há formação, da escola vem inserida na educação do campo (Informação verbal)⁵.

O conhecimento do entrevistado é obtido por ter este participado da gestão escolar e sendo um dos líderes locais do MST, valoriza como todos os assentados a conquista da escola, motivo de

⁴ Projeto Educação Popular no Campo em Assentamento de Reforma Agrária: trabalho e formação de docente através de oficinas pedagógicas vinculadas aos programas de bolsa de extensão- PROBEX e programa de licenciatura- PROLICEN. (COSTA, p.63)

⁵ Entrevista fornecida por J. S. S. Entrevista V [set. 2020]. Entrevistador: Márcia Vieira dos Santos de Sales. Mari- PB, 2020

orgulho para o Assentamento. A importância da contribuição da professora Socorro Xavier ⁶, foi capaz de implementar a teoria e prática da educação do/no campo, com a contribuição para a formação continuada para os professores e o projeto político pedagógico da escola Tiradentes. Atualmente não existe mais essa formação baseada na educação do/no campo, mas o PPP com os temas geradores busca valorizar o conhecimento do homem do campo. Projeto esse que vem sendo reformulado para melhor atender as necessidades relacionado a escola-comunidade na atualidade.

A conquista do prédio da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes foi alcançada no ano de 2012 através do poder público municipal, causando grande satisfação entre os assentados e a importância no desenvolvimento educacional do assentamento com uma estrutura modelo para atender os alunos desde a educação infantil até o 9º ano, como salas de aulas climatizadas, banheiros amplos, sala de diretoria, administração e professores, cantina, sala aula para alunos atípicos e espaço para atividades de recreação.

Atualmente a escola tem 186 alunos, havendo 14 professores sendo sua maioria efetivados e 28 funcionários para o apoio, funcionando nos turnos manhã, tarde e com a Educação de Jovens e Adultos no período da noite.

A presença comunitária dentro da escola já esteve mais presente, assim como a influência do MST nesse assentamento, que apesar de sua contribuição, no decorrer dos anos houve um distanciamento notório refletido entre os alunos, que com diálogos demonstraram não estarem totalmente conscientizado sobre a importância desse movimento em sua comunidade.

⁶ Professora doutora do Departamento de Educação do Campo da UFPB.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais no Brasil exerceram e exercem um papel fundamental nas conquistas para a população marginalizada de nossa sociedade. Os movimentos do campo marcam a história do país, pelo seu grito de justiça social capaz de quebrar “cercas”, mas é necessário exaltar a importância social que o MST trouxe na luta pela terra no país modificando a trajetória para se realizar a reforma agrária. E as diversas famílias beneficiadas por esse movimento em todo país, a exemplo das 160 famílias do Assentamento Tiradentes que pela luta e persistência, conquistaram sua terra e a dignidade de poder usufruir dos benefícios que ela proporciona.

Os reconhecimentos unânimes dos entrevistados sobre a importância da ação do MST para a obtenção da conquista das terras ficaram notórios na fala de cada entrevistado. Mas também foi possível observar que no decorrer dos anos a influência desse movimento vem perdendo forças, entre os assentados, sendo um dos motivos citados a autonomia financeira destes, e os benefícios já alcançados como a escola, o posto de saúde de estruturas modelos, ginásio, a associação, entre outros. A escola é um meio de interação social valorizada pela comunidade, sendo o seu maior desafio permanecer como a educação do/no campo e a de sua identidade como uma escola de assentamento rural.

A escola Tiradentes além de cumprir sua função educadora também se mostra o local mais propício para manter a conscientização da importância da conquista da terra pelos pais e avós dos respectivos alunos que nela frequentam. Para se manter a memória dessa conquista, há sempre no mês de setembro, palestras com a lideranças locais, apresentações de trabalhos e desfile cívico dentro do assentamento.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M.S.X.; SANTOS, C.C.P. A Prática Educativa Popular na Educação do e no Campo: diálogos com Paulo Freire. In: **Anais de III Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação da Paraíba**. UFPB. João Pessoa-PB, 2015, p. 93-102
- CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- COSTA, L.M. **A construção do projeto político-pedagógico da Escola Municipal Tiradentes/Mari-PB: desafios e possibilidades para a educação do campo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- _____. A ocupação como forma e acesso à terra. **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, Washington – DC, 2001. 6 a 8 de setembro de 2001.
- GOHN, M.G. Movimento sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 16, n. 47, mai/agos, 2011.
- MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MITIDIERO, J.M.A. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2008.
- MOLINA, M. C. Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação e Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul/dez, 2015.
- MOREIRA, E.R.F. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa. Ed. Universitária/ UFPB, 1997.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, Ed. UFPB, 1997.
- MOREIRA, E.R.F. (Coord.). Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (Getec). **Banco de Dados da Luta pela Terra: relatório 2011** (Dataluta). João Pessoa. UFPB, 2012.
- _____. **Movimentos Sociais e Educação**. 3. ed. São Paulo-SP: Cortez, 1999.
- MST – **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Caderno de Educação nº 13. Dossiê MST – Escola. 2. ed. São Paulo. 2005.
- _____. **Quem somos**. Disponível em www.mst.org.br. Acesso em: 25 de outubro de 2020.
- OLIVEIRA, M.E.B; GARCÍA, M.F. Movimentos sociais de luta pela terra e educação: organização espacial e territorial do MST na Paraíba. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 223-347, 2009.
- OLIVEIRA, A.U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997

SOUTO, J.V. **Entre a contestação e a superação**: a produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal Paraíba. João Pessoa, 2007.

TARGINO, I.; MOREIRA, E.; MENEZES, M. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Revista Rurais**, v. 5, n.1, p. 83-117, mar. 2011.

DESAFIOS DA TERRITORIALIZAÇÃO: A LUTA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES – PILÕES/PB

Profª. Ms. Renata Costa de Barros

Departamento de Geografia - UEPB/CH
e-mail: barrosrenatac@outlook.com

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Departamento de Geografia - UEPB/CH
e-mail: lepaivarodrigues@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

O assentamento Florestan Fernandes (Pilões/PB) se constitui em meio à luta pela terra, sendo criado em 2005 frente a muitas dificuldades. Nesta pesquisa, objetivou-se identificar os desafios e perspectivas dos assentados, para de compreender o processo contínuo da territorialização camponesa. Os procedimentos metodológicos aqui desenvolvidos estão firmados na experiência empírica junto aos camponeses do Florestan Fernandes. A pesquisa concluiu que houve mudanças significativas quanto às condições de vida, moradia e trabalho dos sujeitos assentados neste território, mas que desafios complexos ainda se materializam através da escassez de recursos fundamentais como acesso à água e às condições de produção e comercialização.

Palavras-Chave: Assentamento Florestan Fernandes; Territorialização; Luta Pela Terra.

1 INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil, apesar de ser um debate histórico cujas raízes foram firmadas desde o período colonial, ainda não deixou de ser, aos dias atuais, um debate recorrente e urgente. Lutar pela terra e para nela permanecer tem sido o grande desafio

dos indígenas, dos camponeses e de distintos povos tradicionais que possuem vínculos históricos e culturais com as terras desse país. A reforma agrária, por exemplo, tem sido desde muito tempo o principal anseio de milhares de trabalhadores sem terra que se mobilizam junto aos movimentos sociais do campo na esperança de democratização desse recurso.

Oliveira (2007) contribuiu para a compreensão da reforma agrária enquanto política social, apontando a pertinência de sua efetivação no tocante de uma reordenação territorial firmada nos objetivos de desconcentração de terras e socialização desse recurso. A partir do autor, é possível entender a reforma agrária enquanto um instrumento para a diminuição de desigualdades sociais, sendo capaz de promover melhorias significativas ao campo e aos sujeitos que nele vivem e produzem. A reforma agrária é necessária em sua totalidade, efetivada e fortalecida com todas as políticas menores que a compõem e que são fundamentais para o verdadeiro desenvolvimento do campo e do campesinato.

No Brasil, os assentamentos resultam substancialmente da luta encabeçada por Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e movimentos sociais do campo, cuja trajetória de resistência é a única via de pressionar os governos a atenderem as demandas urgentes de acesso a terra e de melhores condições de vida e trabalho. É, portanto, através da espacialização e territorialização da luta pela terra dos trabalhadores e movimentos sociais do campo que se constitui o principal caminho da conquista do território e da territorialização camponesa (Fernandes, 1994).

O Projeto de Assentamento (PA) Florestan Fernandes, localizado no município de Pilões/PB, no Agreste e Brejo paraibano, que atualmente passou a representar a Região Imediata de Guarabira e intermediária de João Pessoa (IBGE, 2017), é um território conquistado por meio da luta pela terra promovida por trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo. Sua história remete às terras do antigo Engenho Poções que foi por muito tempo a principal via de trabalho de inúmeras famílias da zona rural de Pilões. As famílias de Poções – como era conhecido o povoado – eram atreladas ao trabalho da cana-de-açúcar e aos

empreendimentos pecuários do proprietário do engenho, e viviam em situação de moradores nestas terras. Sempre a depender das condições ofertadas pelo patrão, essas famílias permaneceram anos sem nenhuma estabilidade habitacional e na maioria dos casos em condições precárias de moradia.

Em 2005, após a desapropriação das terras de Poções pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os trabalhadores foram contemplados com o PA Florestan Fernandes, que com 450 hectares de terra beneficiou um total de 41 famílias. Vale salientar que com o declínio dos empreendimentos canavieiros no Brejo paraibano, o município de Pilões passou por um processo de expressiva territorialização camponesa, podendo ser observado a partir dos seis projetos de assentamentos ali constituídos (INCRA, 2017).

Entretanto, considerando a política de assentamentos após 15 anos de conquista do território, observamos que existem muitos impasses e problemáticas que permeiam a territorialização camponesa, por isso questionamos neste estudo quais são os atuais desafios e perspectivas da territorialização das lutas sociais no assentamento Florestan Fernandes. O interesse foi investigar a realidade dos assentados do PA Florestan Fernandes, buscando compreender suas atuais condições de vida e trabalho, considerando o assentamento enquanto processo contínuo da territorialização, que perpassa por contradições frente aos limites do Estado capitalista.

2 PILÕES, O BREJO E SEUS PROCESSOS TERRITORIAIS

Geograficamente, o município de Pilões está inserido no Agreste e Brejo Paraibano, áreas históricas de regionalizações anteriores a 2017 nova regionalização do IBGE (2017), centralizada em uma hierarquia urbana, essa nova regionalização colocou Pilões/PB, como pertencente a região imediata de Guarabira e da região intermediária de João Pessoa. No trabalho consideramos os dois modelos regionais, pois tanto a ideia de

Brejo, quanto de Agreste (Moreira, 1997) estão no cerne das questões agrárias regionais, foco dessa pesquisa.

Pilões/PB, pertence à formação geológica do Planalto da Borborema. Sua área territorial compreende 64 km², com população de 6.978 habitantes. Os terrenos apresentam formas características do relevo de mares de morros, aspecto comum aos brejos de altitude, típicos da Paraíba. Territorialmente o município de Pilões faz limite com os municípios de Serraria ao norte, Areia ao sul, Pilõezinhos, Cuitegi e Alagoinha a leste e Arara a oeste (CPRM, 2005; IBGE, 2010).

O Brejo que era composto por oito municípios, representava uma região de excessão do estado da Paraíba, cujo desenvolvimento e ordenamento territorial esteve por muito tempo atrelado à produção agrícola, preferencialmente à monocultura canavieira, cultivo que através dos engenhos e usinas marcou a vida de incontáveis trabalhadores e trabalhadoras que tiveram desde a infância, suas histórias atreladas às práticas desgastantes e desvalorizadas do trabalho na cana-de-açúcar. Na ascensão econômica atrelada à monocultura canavieira o Brejo foi palco da produção de uma das maiores usinas do estado, a Usina Santa Maria, localizada entre Pilões e Areia/PB (Ponte, 2011).

Durante o auge dos engenhos, uma das principais alternativas de trabalho na região do Brejo eram as práticas de produção e moagem da cana-de-açúcar, processo executado de forma tradicional, sem a presença de técnicas e aparatos industriais. Por serem muito expressivos no Brejo, os engenhos empregavam uma grande massa de trabalhadores, vale salientar que no município de Pilões foi contabilizada a presença de 26 engenhos até a década de 1960 (Ponte, 2011).

Segundo Moreira e Targino (1997), o incentivo do PROÁLCOOL em 1975, ampliou as fronteiras da cana-de-açúcar na Paraíba, aumentando o número de municípios produtores e expandindo o domínio das usinas pelo estado, expansão essa que por um lado provocou a decadência de muitos engenhos e por outro incorporou ao seu processo produtivo os engenhos cujos

proprietários aceitaram a proposta de se tornarem fornecedores de cana-de-açúcar.

Mas o crescimento do setor sucroalcooleiro acompanhava o crescimento da política do PROÁLCOOL, programa que arrefeceu na década de 1980 mediante crise financeira, ocasionando a decadência de muitas usinas e destilarias, dentre elas a Usina Santa Maria, que chega à falência em 1991, esse foi um dos maiores empreendimentos canavieiros do Brejo paraibano, cenário que representa mais um período de desemprego e expulsão de trabalhadores na região.

Segundo Rodrigues (2012), o declínio da produção sucroalcooleira provocado pela crise do PROÁLCOOL aliado a retração da atividade pecuária desencadeada pelos seguidos períodos de seca na região, foram as principais causas da intensa onda de desemprego no Brejo paraibano. Com este cenário, a década de 1990 representa o início de um novo processo de organização do espaço agrário, onde a partir de então toma protagonismo a luta pela terra encabeçada pelos antigos trabalhadores da cana-de-açúcar.

A luta pela terra no Brejo paraibano apresentou na maioria dos casos, conotação diferente da luta pela terra característica do corte da cerca e dos acampamentos de reforma agrária, quase sempre organizados pelo MST. A massa de trabalhadores desempregados e sem oportunidades de emprego encontrava-se ainda com seus direitos trabalhistas pendentes, frente a essa situação, a luta dos trabalhadores se organiza no sentido de reivindicar o direito de permanecer na terra como forma de pagamento.

Na região, algumas entidades foram responsáveis pelo direcionamento e articulação dos trabalhadores na luta pelo direito à terra, bem como pela organização dos “espaços interativos”, dentre elas podemos citar: os sindicatos, o Serviço de Educação Popular (SEDUP), a Arquidiocese de Guarabira/PB, a UFPB e o MST. “A existência do espaço interativo é fundamental para o processo de construção do conhecimento, na formação dos sujeitos, e para o

avanço da organização do movimento social” (Fernandes, 1994, p. 175).

Foi com a ajuda dessas entidades, movimentos e instituições que a partir da década de 1990, muitos trabalhadores da cana-de-açúcar alcançaram a desapropriação de terras pertencentes aos empreendimentos canavieiros aos quais estiveram vinculados sob a condição de trabalhador morador nas décadas anteriores, e até mesmo desde a sua própria infância.

Com expressivo surgimento dos assentamentos de reforma agrária configurou-se com uma perceptível mudança na estrutura fundiária do Brejo paraibano, onde a desapropriação de latifúndios improdutivos, referentes aos antigos empreendimentos canavieiros, deu margem a novas possibilidades de uso do solo e de aproveitamento deste recurso natural. Com a conquista da terra e a consequente territorialização camponesa desenvolvida pelo significativo número de famílias assentadas, ascendeu o aspecto da policultura e da produção de alimentos, possibilitando novas oportunidades de vida e trabalho no campo.

Em Pilões/PB foram criados seis projetos de assentamento entre os anos 1997 e 2012, sendo o assentamento Florestan Fernandes criado em 2005, após desapropriação de 450 hectares de terra do Engenho Poções, em benefício de 41 famílias. Com a falência do Engenho Poções, ao final da década de 1990, e frente às injustiças cometidas com os trabalhadores que viviam como moradores nas terras do engenho, estes, se articularam junto ao MST e passaram a lutar pelo direito de permanecer na terra. Luta que perdurou por alguns anos até a conquista do território e posterior criação do assentamento Florestan Fernandes.

O percurso metodológico realizado durante a construção desta pesquisa está dividido em duas principais etapas, sendo estas: o levantamento bibliográfico/aprofundamento teórico e o levantamento de dados referente ao processo da pesquisa empírica. Ambos foram desenvolvidos na perspectiva de uma análise qualitativa, cujo interesse maior esteve firmado na compreensão dos processos sociais que permeiam o território Florestan Fernandes.

A escolha do referencial bibliográfico esteve direcionada ao tema, aos conceitos norteadores da pesquisa e aos subtemas. Buscamos elencar autores que trabalhassem com perspectivas teóricas relacionadas à questão agrária brasileira e à questão agrária no Brejo paraibano, tendo em vista o recorte espacial da pesquisa. Desse modo, a leitura de autores como Oliveira (2007), Moreira e Targino (1997), Rodrigues (2012), Ponte (2011), Fernandes (1994) e outras leituras complementares, foram fundamentais para a construção dessa pesquisa.

No que tange ao levantamento de dados, nos apoiamos nas práticas de trabalho de campo com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Trabalhamos diretamente com os sujeitos sociais do assentamento Florestan Fernandes. Os questionários foram aplicados com 35 representantes de núcleos familiares, sendo 22 do sexo feminino e 13 do sexo masculino. As entrevistas foram direcionadas ao presidente do assentamento e alguns assentados no decorrer da etapa de aplicação dos questionários.

Os trabalhos de campo foram realizados entre os meses de janeiro e março de 2020, totalizando quatro visitas de aproximadamente oito horas cada. Por fim, os dados coletados, foram tabulados em Excel, onde trabalhamos com o relatório de tabela dinâmica para facilitar a análise dos dados. Quanto às entrevistas, estas foram transcritas e inseridas no texto dando voz aos sujeitos da pesquisa, fragmentos importantes que são apresentados no texto.

3 OS DESAFIOS DA TERRITORIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES

A Sede do assentamento Florestan Fernandes está localizada a 03 km de distância do perímetro urbano de Pilões, podendo ser facilmente acessada pela PB- 087 que liga os municípios de Pilões e Serraria. No assentamento algumas casas são localizadas junto à Sede, na área mais central, às margens da PB-087 e outras são localizadas em áreas mais distantes e elevadas,

o que dificulta o acesso. Historicamente, o povoado do PA Florestan Fernandes é conhecido pelo nome de Poções, mantendo referência ao antigo empreendimento canavieiro que durante muito tempo predominou no território.

Possuindo 450 hectares de terra, onde 100 hectares são destinadas à reserva ambiental, o assentamento beneficiou 41 famílias que são efetivamente cadastradas pelo INCRA, tendo recebido lotes que variam entre 4 e 5 hectares. Segundo informações passadas pelos assentados o número de hectares é incerto, uma vez que durante a medição e distribuição dos lotes, muitos foram divididos em duas partes, ficando uma fração dos hectares no local onde se construiu a casa e a outra em áreas mais distantes destinadas à produção.

Na pesquisas registramos pessoas que vivem há mais de 50 anos na localidade e que têm suas memórias de vida, sobretudo de trabalho, marcadas pela produção canavieira do antigo Engenho Poções. Praticamente todas as pessoas que responderam nossos questionários viviam nas terras do engenho antes da desapropriação para fins de reforma agrária, e apenas 8,57% viviam em outras localidades. Os 91,43% alegaram viver nessas terras devido às relações de trabalho direta ou indiretamente interligadas ao proprietário do engenho Poções.

Quanto às condições de para moradia, inicialmente as casas foram construídas pelo INCRA e anos depois os assentados receberam uma verba para reforma. Algumas casas foram ampliadas a partir de renda própria obtendo estruturas com até 10 cômodos, mas em geral as casas possuem estruturas com 5 ou 6 cômodos. Certificamos ainda que as casas não possuem cisternas, sendo este um dos problemas que dificultam a vida de alguns assentados, pois a questão da falta d'água envolve desde o acesso a água para gastos domésticos quanto à água potável. Algumas famílias investiram, a partir de recursos próprios, em reservatórios e poços semi-artesianos.

Em relação a limitação do acesso a água, com base nos questionários aplicados comprovamos que 45,71% das famílias – percentual que representa quase metade dos sujeitos envolvidos

na pesquisa – não possuem água encanada. Diariamente essas pessoas perpassam dificuldades devido à falta d'água para distintas necessidades essenciais, sobretudo para beber, sendo obrigadas, na maioria das vezes a realizar esforços excessivos para buscar água em locais distantes de suas casas e com pouca acessibilidade.

É importante dizer que no assentamento existem quatro poços perfurados há anos, todos abandonados em fase de conclusão sem nenhuma funcionalidade e benefício à população. Segundo relato de assentados, os poços foram perfurados em áreas de potencial hídrico com capacidade de abastecimento para todas as famílias, mas por descaso do INCRA, encontram-se inacabados e degradados com o passar do tempo.

A questão da água é hoje uma das pautas de reivindicação do PA Florestan Fernandes, junto a outras problemáticas referentes a distintas políticas menores que são essenciais no processo da política de reforma agrária, como por exemplo, o acesso à saúde e à educação. Essas são pautas urgentes da população assentada que reclama a falta desses recursos básicos dentro do assentamento e se vê obrigada a recorrer à zona urbana de Pilões ou até mesmo a outros municípios para receber atendimento de uma unidade de saúde, bem como para ter acesso à educação infantil e básica para seus filhos.

A importância de se ter uma escola no assentamento envolve a possibilidade de auxiliar no processo de escolarização de inúmeras pessoas, dentre elas, jovens, adultos e idosos que devido às condições de vida e trabalho a que foram submetidos durante a infância e adolescência não tiveram a oportunidade de estudar. Os dados sobre o nível de escolaridade dos sujeitos envolvidos na pesquisa é algo a se chamar atenção, pois 42% dos respondentes não chegaram a concluir a primeira fase do ensino fundamental, outros 20% sequer tiveram oportunidade de estudar e apenas 5% concluíram o ensino médio.

Considerando este panorama, é possível pressupor a existência de um alto índice de analfabetismo e baixa escolaridade neste território camponês. A inexistência de uma escola e de uma política pública voltada para a educação do campo limita, portanto,

não só as crianças, mas toda a comunidade camponesa do assentamento. Uma escola do campo traria aos assentados novas possibilidades de garantir ensino e aprendizagem para crianças, jovens e adultos, junto à satisfação própria de ter acesso a uma educação escolar que, anteriormente, lhes foi negada.

Também buscamos compreender as possibilidades de uma autonomia camponesa a partir da produção de comida nesse território. Atualmente a produção camponesa no PA Florestan Fernandes se limita em média a 2 hectares de terra por núcleo familiar, onde se sobressai a produção orgânica de policulturas para consumo próprio, bem como para fins de comercialização

Os camponeses reclamam o descaso do INCRA no que tange o apoio técnico, que em outros tempos foi atuante no assentamento, mas que nos últimos anos deixa a desejar em distintas questões. A ausência do estado e a inexistência de uma cooperativa de trabalho são condicionantes que uma vez organizadas e efetivadas no PA Florestan Fernandes poderiam reverter o cenário de baixa na produção de excedentes para a comercialização, auxiliando na construção da autonomia financeira desses assentados.

Entretanto, ao pensarmos outras formas de autonomia, entendemos que a produção camponesa assume representatividade no processo de manutenção do núcleo familiar quando ela se torna a base da alimentação desses assentados, quando os cultivos produzidos nos lotes configuram não só a garantia das sacas de feijão e farinha que alimentam a família o ano inteiro, mas também a possibilidade de compartilhar esses alimentos, através da doação e da solidariedade, com parentes e amigos. No PA Florestan Fernandes existe a liberdade e autonomia de plantar, colher, criar e produzir comida saudável.

Nos tempos atrás a gente chegava pra trabalhar pros fazendeiros e eles chegavam e falavam: "Você vai ter que trabalhar" era na marra mesmo, se não fosse trabalhar tinha de ir simhora. E hoje você trabalha o dia que quer, não tem esse negócio de "Ei se você não for trabalhar hoje você vai embora". Nós vivia debaixo dos pés dos proprietários, fazendeiros. Hoje tá melhor porque você produz o que

quer, pega seu produto e leva pra feira, dá, faz o que quer! (G. P. S, Assentado, 2020).

O papel da casa própria também representa uma conquista fundamental para a mudança e melhoria de vida dessas famílias, tendo em vista que antes do assentamento viviam sob condições precárias de moradia, sem nenhum tipo conforto e estabilidade. O assentamento trouxe a autonomia de se ter uma casa digna para morar e criar os filhos, e para muitos assentados, essa é uma das principais coisas pelas quais são gratos. A casa própria no campo é a certeza de não precisar pagar aluguel na cidade.

A significativa maioria de 94,29% dos sujeitos, afirmou satisfação em viver no assentamento, segundo eles, depois da conquista da terra a vida melhorou muito, e mesmo com os problemas que ainda cercam a realidade do assentamento, nada se compara as condições de submissão dos tempos passados. “Com certeza a vida é melhor do que na época dos donos de engenho. Hoje somos livres, antes se não trabalhasse apanhava. Hoje eu tenho casa, tenho energia, internet, outra vida que nem se compara” (J. E. S. Assentado, 2020).

Em tese, a caracterização desse território nos permite uma dualidade de análise no tocante à política de reforma agrária, ora afirmando a importância da democratização de terras no processo de melhoria de vida das famílias camponesas, que por meio da luta pela terra conquistaram a liberdade do pedaço de chão, ora contestando a efetividade dessa política que além de historicamente limitada à distribuição de terras tem sido, nos últimos anos, fortemente impactada e sucateada, colocando em xeque a reprodução do campesinato assentado que mediante a escassez de recursos básicos e o retrocesso de direitos alcançados enfrenta dificuldades no processo de construção de uma autonomia camponesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o processo contínuo da territorialização camponesa no assentamento Florestan Fernandes, um dos seis projetos de assentamentos do município de Pilões, no Brejo paraibano, o esforço esteve em compreender a realidade vivida pelos trabalhadores e as possíveis dificuldades enfrentadas no processo de territorialização e permanência no campo sob a condição de campesinato assentado. A política de reforma agrária foi significativamente positiva na vida desses trabalhadores, se expressa muito claramente pela fala dos sujeitos destacadas no texto. A oportunidade de trabalhar em suas próprias terras, sendo livres para cultivar seus próprios alimentos e uma moradia digna, longe da instabilidade e da subserviência ao patrão, são exemplos claros de que a vida melhorou.

A vida de um trabalhador do campo sob a condição de assentado vai além da distribuição dos lotes e da construção das casas. Para que deem continuidade ao processo de territorialização iniciado com a luta pela terra, é necessário que o Estado ofereça as condições mínimas, com políticas públicas que influenciem o desenvolvimento e promova a emancipação e autonomia desses sujeitos. Estas problemáticas são reflexo de uma política de reforma agrária incompleta, promovida por governos que a até então não estiveram interessados em colocar em prática uma política efetiva de distribuição de terras, cuja finalidade fosse a desconcentração fundiária e a erradicação das desigualdades sociais no campo.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Assentamentos de reforma agrária. Base de dados, 2017.
CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Pilões, estado da Paraíba.** Org. Mascarenhas, João de Castro et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 11p. + anexos.

- FERNANDES, B.M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- IBGE, Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / **IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- MOREIRA, E.R.F; TARGINO, I.M. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Univeritária/ UFPB, 1997, 332p.
- OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção, agricultura reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.
- PONTE, G.D. *De assalariados a assentados: as trajetórias dos agricultores familiares do Assentamento São Francisco no município de Pilões - PB. 165 f. 2011, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. - Florianópolis, SC, 2011.*
- RODRIGUES, L.P.M. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima**. 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DINÂMICA TERRITORIAL NO BREJO PARAIBANO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA MARGARIDA – ALAGOA GRANDE/PB

Prof. Espec. Severino do Ramo Pereira de Lima

e-mail: severino15pb@yahoo.com.br

Profª. Dra. Luciene Vieira de Arruda

e-mail: luciviarruda@gmail.com

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa se pauta em compreender como o processo da dialética territorial do latifúndio resultou na formação do assentamento Nova Margarida no município de Alagoa Grande-PB, levando em consideração os processo de desterritorialização e reterritorialização. Desse modo, percebemos como as ações dos sujeitos sociais fomentaram a dinâmica territorial, possibilitando a constituição do PA Nova Margarida e a permanência dos agricultores no campo alagoagrandense.

Palavras-chave: Dinâmica Territorial; Luta pela Terra; Alagoa Grande; PA Nova Margarida.

1 INTRODUÇÃO

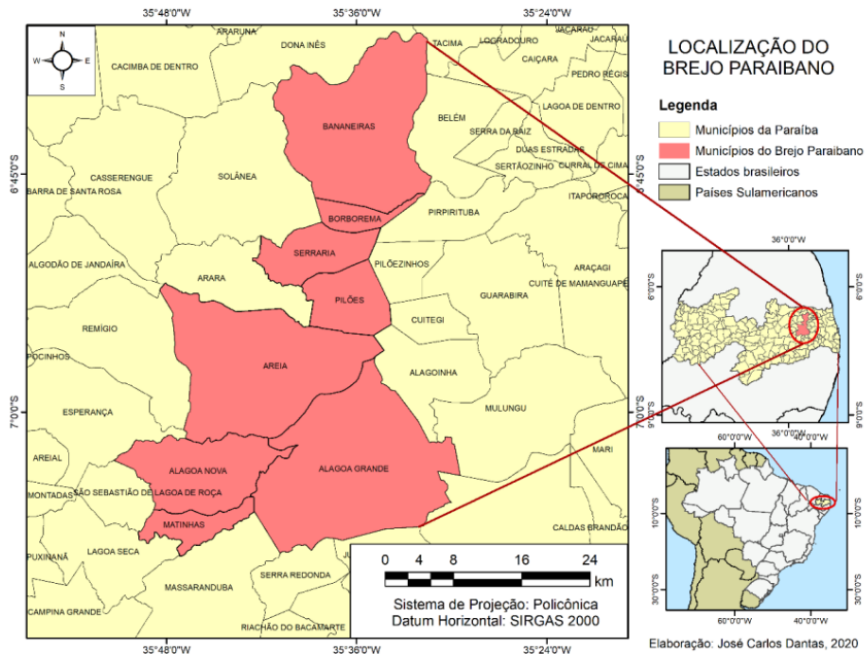
Os espaços canavieiros da Paraíba foram historicamente a Zona da Mata e o Brejo Paraibano (Moreira; Targino, 2011, p. 149).

Sobre o Brejo paraibano (Figura 1) ressalta-se que devido à junção de fatores climáticos e geográficos, que permitem uma queda na temperatura (médias entre 22°C e 25°C) e um elevado índice pluviométrico anual (cerca de 1.000 a 2.000 mm) foi possível atrair a cultura canavieira para a região, iniciando com a produção de açúcar mascavo e autoconsumo. Posteriormente, tendo sua revitalização no final da década de 1950 com o declínio da atividade sisaleira e ampliada na década de 1970 com a implantação PROALCOOL, que, por sua vez, reforçou o domínio das usinas no espaço agrário da região (Mariano Neto, 2006, Moreira; Targino, 1996; 2011).

Rodrigues (2012) ao se referir ao Brejo Paraibano aponta que:

Nesta subunidade fisiográfica localizam-se oito (08) municípios, quais sejam: (i) Bananeiras, (ii) Alagoa Nova, (iii) Alagoa Grande, (iv) Areia, (v) Borborema, (vi) Serraria, (vii) Pilões e (viii) Matinhas que ocupam 1.174,168 km² e constituem a microrregião do Brejo Paraibano, situada na mesorregião do Agreste Paraibano (Rodrigues, 2012, p. 39).

Figura 1 - Localização geográfica da microrregião do Brejo Paraibano.



Elaboração: DANTAS, José Carlos, 2020.

Fonte: Silva, (2021).

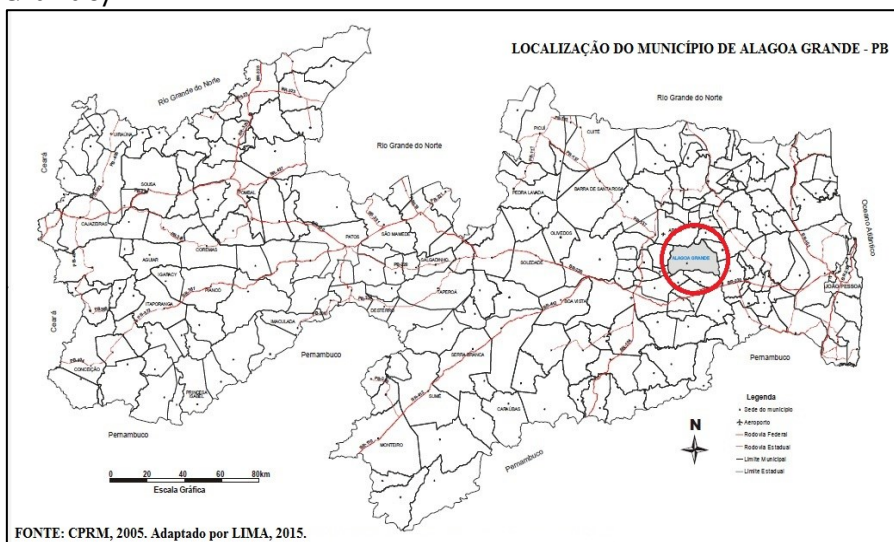
Sobre a área de estudo, destacamos que:

O município de Alagoa Grande é uma cidade da Região do Brejo da Paraíba que antes era parte integrante do município de Areia até meados do século XIX, quando se tornou independente como cidade. Esta era uma região que cresceu muito no século XIX, através da agricultura baseada na cana-de-açúcar (que destruiu a Mata Atlântica do lugar, desfigurando a cobertura vegetal) que utilizava intensivamente a mão-de-obra escrava (Alagoa Grande, 2020).

Alagoa Grande está localizada nas Regiões Geográficas: Intermediária e Imediata de Campina Grande. Sua localização geográfica é: 7°4'56" Latitude Sul e 35° 35' 57" Longitude Oeste,

possui uma área de 320,56 Km², a 143 metros de altitude, distante a 85,17 km da capital do estado, João Pessoa e seu acesso pode ser feito pelas Rodovias BR230 e pela PB075. Seus limites são os municípios de: Juarez Távora, Areia, Alagoinha, Mulungu, Serra Redonda, Massaranduba, Gurinhém, Matinhas e Alagoa Nova (CPRM, 2005; IBGE, 2017; Alagoa Grande, 2020) (Figura 2). De acordo com o IBGE (2020), o município possui uma população estimada em 28.496 pessoas.

Figura 2 - Localização geográfica do município de Alagoa Grande/PB.



Fonte: LIMA (2015). Adaptado pelos autores.

1.2 ALAGOA GRANDE E A CANA-DE-AÇÚCAR

O município de Alagoa Grande tem sua história econômica atrelada à cultura da cana-de-açúcar, uma vez que a região agreste e, mais precisamente, a região do brejo, a qual o município faz parte, de modo geral é bastante conhecida pelas características de clima propícias para a produção canavieira. A cana-de-açúcar permaneceu durante muito tempo como o símbolo de poder

econômico, levando, desse modo, mudanças nos meios de produção, passando pelos engenhos produtores de aguardente até na usina produtora de açúcar.

No entanto, com a crise do PROÁLCOOL, em meados da década de 1980, o setor entrou em decadência gerando assim um aumento do desemprego e falências de algumas usinas. As falências das usinas, a alta taxa de desemprego no campo e a expropriação dos trabalhadores da cana, promoveram as lutas no campo, tanto por ressarcimento de dívidas trabalhistas, quanto por terra e sua posse. Nesse contexto, o município de Alagoa Grande vai se destacar pela complexa luta pela terra e a expressividade do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que resultaram na criação dos 14 PAs, a partir do fim da década de 1980 e meados de 1990.

O objetivo dessa pesquisa se pauta em compreender como o processo da dialética territorial do latifúndio resultou na formação de novos assentamentos de reforma agrária no município de Alagoa Grande/PB, levando em consideração os processo de desterritorialização (que surgiu após a falência da usina) e o da reterritorialização (iniciado pelos antigos moradores) que possibilitou na formação do PA Nova Margarida, objeto desse estudo.

2 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos sobre o referido tema em trabalhos de autores como: Claude Raffestin (1993); Marcelo Lopes de Souza (1995; 2018), Marcos Aurelio Saquet (2009), Rogério Haesbaert (2005; 2009), com o intuito de compreender melhor o conceito de território. Com o estudo de Bernardo Mançano Fernandes (1994) para entendermos a territorialização da luta pela terra e, posteriormente, com Emília de Rodart Moreira e Ivan Targino (1996; 2007; 2011), vislumbrando a formação do Agreste Paraibano e com Marilda Menezes et al (2013) e Graciete Dias Ponte (2011) para podermos compreender como se deu a conversão das terras da cana no Brejo Paraibano, tornando

trabalhadores rurais em assentados, seguido de entrevistas e trabalho de campo, para podermos conhecer *in loco* o PA Nova Margarida objeto desse estudo e suas características.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A luta que resultou na formação do PA Nova Margarida foi iniciada em 1997, ano de falência da Usina Tanques S/A, pelos trabalhadores que moravam nas terras da usina e tinha como objetivo o pagamento de alguma indenização trabalhista, tendo e vista o tempo de trabalho prestado à empresa e o descaso para com os trabalhadores.

Outros motivos que impulsionaram essa luta foram: a situação financeira da usina junto à Receita Federal e a ação do sindicato rural em parceria com o INCRA, que por sua vez, organizaram os trabalhadores e deram assistência técnica.

“Os trabalhadores também muito sofridos, massacrados, trabalharam muito e não receberam os direitos e foram também se organizando, então eles também deixaram... ah, sem pagamento de imposto a União e tudo, então a União retomou, o governo federal achou por bem de desapropriar essas áreas pra passar pros trabalhadores que trabalhavam na Usina(...) (Entrevista concedida no Sindicato rural de Alagoa Grande em 31/01/2020, grifo nosso).

No entanto, as questões de luta pela terra de forma jurídica, só se iniciaram no ano de 2003.

“A gente entrou em processo aqui mesmo em 2003, essa luta vem continuando de lá pra cá, pra “nóis” chegar onde tamo hoje, começou em 2003 (...) O INCRA com o Sindicato junto, o INCRA mandando a assistência pra “nóis”, que “nóis” não tinha trabalho, “nóis” tinha que ficar o banquete alí né? Pra conseguir alguma coisa e... 2003 pra cá, agora cadastrados “nóis” fomos em 2010, pra eles pegar os processo da gente foi em 2010, agora na luta ferrada mesmo “nóis” tamo desde 2003” (Entrevista concedida no PA Nova Margarida. 26/10/20).

Logo, a organização dos moradores passou a ser mais engajada e a luta pela permanência na terra e o direito de posse se intensificou, pelo fato de que havia notícias que as terras poderiam ser vendidas para pessoas de outras cidades e a tentativa de arrendamento das terras por parte da herdeira da usina, fato que foi resolvido na justiça, com causa ganha para os moradores.

A luta pelo PA Nova Margarida foi impulsionada pela necessidade que os antigos trabalhadores tinham de permanecer na terra, bem como, pelas ligações construídas durante décadas de vivência e trabalho no mesmo lugar. Ao passo que, em contrapartida, o interesse do latifúndio era, por sua vez, promover a manutenção da concentração de terra e a permanência da monocultura canavieira na região.

Entretanto, os moradores se mantiveram nas terras, praticando a agricultura, atividade que não era permitida pelo dono da usina, criando animais e outras atividades de complemento de renda. Após quase 15 anos da falência da Usina Tanques S/A, em 22/08/2012 o INCRA declara interesse social para fins de reforma agrária. A obtenção foi por meio de desapropriação e a emissão de posse se deu em 11 de setembro de 2014, 17 anos depois de do fim das atividades da usina.

Desse modo, com a portaria Nº 9, de 22 de setembro de 2014 publicada no Diário Oficial da União, imóvel rural denominado Usina Tanques e Capoeiro recebeu os seguintes ordenamentos:

Art. 1º Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento NOVA MARGARIDA, código do SIPRA nº PB0340000, com área de 843,6846 ha, localizado no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, conforme RESOLUÇÃO CONAMA Nº 458/2013 que dispensa o Licenciamento Ambiental nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária.

Art. 2º Estabelecer a capacidade mínima de assentamento de 60 (sessenta) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do imóvel e anteprojeto de organização espacial do assentamento (BRASIL, 2014).

A partir de então, os antigos moradores e agora assentados, puderam de fato permanecer na terra sem correr o risco de perderem o lugar de trabalho e vida.

Assim, os mais de 800 ha de terra voltadas para a reforma agrária na região, estão em processo para serem divididas em lotes. São cerca de 80 famílias que permanecem na área e estão aptas para receberem a posse e futuramente o título da terra. Para os assentados, esse é o processo que falta, pois de acordo com eles mesmos, saindo a divisão o resto eles correm atrás (se referindo à financiamentos, projetos, empréstimos). *“Depois que o INCRA dividir vai ter um PRONAF A né? Agora pra gente, aí vem uns “dinheirin” pra “nóis” e graças a Deus a gente via sobrevivendo né?”* (Entrevista concedida no PA Nova Margarida. 26/10/20).

A posse dos lotes terá prioridade para os moradores chefes de família e será dada da seguinte forma: 8 hectares por família, área de reserva florestal e área comum da vila de moradores. Com isso, os assentados mantêm seu modo de vida camponesa, recriando seus modos de trabalho e vivência no campo alagoa-grandense. Por meio de novas territorialidades impostas sobre a área do PA, criam novos significados ao território.

Logo, em territórios de reforma agrária, essas novas Geografias são marcadas pelo modo de recriação do campesinato por meio de sua reterritorialização que, por sua vez, possibilita a criação de um lugar novo, favorável à vivência e permanência dos assentados. Esse processo se propaga por meio das práticas da agricultura camponesa que, por sua vez, dão um novo sentido e função ao território desterritorializado do latifúndio, onde são cultivados gêneros diversos de legumes e frutíferas tais como: cana-de-açúcar, macaxeira, feijão, milho, fava e pés de frutas como: caju, coco, manga e banana, bem como criação de bois e vacas (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4 - Plantação de cana-de-açúcar próxima das casas e gêneros alimentícios cultivados no PA Nova Margarida, Alagoa Grande/PB.



Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Assim, aos poucos, os assentados do PA Nova Margarida, estão moldando um novo território, fomentado pelas lutas agrárias e a necessidade da permanência na terra. Mesmo com algumas dificuldades, os assentados promovem a recriação de seu modo de vida, de trabalho e até mesmo de suas relações sociais. Para tanto, os assentados aguardam a divisão dos lotes, para poderem reivindicar projetos junto às instituições financeiras, bem como, esperam a chegada de verbas por meio do PRONAF B, o qual destina investimentos para a melhoria da infraestrutura dos lotes e, com isso, firmar cada vez mais as novas relações estabelecidas por eles na terra.

O PA Nova Margarida representa para os assentados, a possibilidade de viver uma vida que foi, em parte, subtraída durante o tempo em que eram moradores da usina e trabalhavam nas lavouras e na cadeia produtiva da cana. Desse modo, o PA é o resultado da dinâmica territorial e dos anseios por reforma agrária ocorridos no campo alagoagrandense, por meio das ações dos trabalhadores que lutam em busca da terra com o objetivo de uma vida digna e livre da sujeição do latifúndio.

4 CONCLUSÕES

Abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização no âmbito das questões agrárias possibilita um melhor entendimento de como os territórios são criados e recriados por meio das lutas de classe que se descortinam no campo brasileiro de forma incessante.

A constituição de assentamentos de reforma agrária promove a dinâmica territorial, uma vez que um novo território é formado, organizado e, com ele, novas significações surgem, além das relações sociais, de trabalho e poder, impostas pelos sujeitos desde a formação desse novo território e que permanecem continuamente.

O PA Nova Margarida, enquanto território de reforma agrária, representa a efetivação das lutas pela terra e construção de um lugar novo, erguido por meio da desterritorialização da Usina Tanques e a reterritorialização do campensinato, onde os assentados e suas famílias podem trabalhar e manter seu modo de vida.

Assim, a dinâmica territorial ocorrida no campo alagoa-grandense é resultante da necessidade que os camponeses têm de se manterem no campo, por meio do trabalho na agricultura e, com isso, poderem manter suas famílias e representa como as ações dos sujeitos sociais podem alterar a estrutura agrária, não só em Alagoa Grande, mas em todo o mundo, a depender da necessidade e vontade dos grupos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALAGOA GRANDE. Prefeitura Municipal. Sobre Alagoa Grande. Disponível em: <http://www.alagoagrande.pb.gov.br/historia/> Acesso em: 16/03/2020 19h45.

BRASIL. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Divisão Regional. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads> Acesso em: 16/03/2020. 11h12.

BRASIL. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Alagoa Grande – Produção Agrícola de lavoura temporária/ cana-de-açúcar. Disponível em:

- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoagrande/pesquisa/14/10193?tipo=cartograma&indicador=10237&ano=2006> Acesso em: 18/03/2020. 17h10.
- BRASIL. INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html> Acesso em: 02/10/2020. 20h15.
- BRASIL. Portaria nº 9, de 22 de setembro de 2014. Constituição do Projeto de Assentamento NOVA MARGARIDA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, p. 118. Set. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/77290794/dou-secao-1-26-09-2014-pg-118> Acesso em: 04/04/2020. 17h02.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 (Estatuto da Terra) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm Acesso em: 18/03/2020. 17h40.
- CIDADE BRASIL. MESORREGIÃO DO AGRESTE PARAIBANO. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/3-mesorregiao-do-agreste-paraibano.html> Acesso em: 16/03/2020. 11h10.
- CIDADE BRASIL. MICRORREGIÃO DO BREJO PARAIBANO.. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-brejo-paraibano.html> Acesso em: 16/03/2020. 11h10.
- CHELOTTI, M.C. Reterritorialização e Identidade Territorial. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010.
- CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Alagoa Grande, Estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- FERNANDES, B.M. ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: A FORMAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO: Dissertação de Mestrado. Geografia. USP. 1994. São Paulo.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Geografia: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil. 2000.
- _____. DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.
- _____. DILEMA DE CONCEITOS: ESPAÇO-TERRITÓRIO E CONTENÇÃO TERRITORIAL. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) – 1. ed.-- São

Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: UM DEBATE. *GEOgraphia* - Ano IX – Nº 17 – 2007. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/geographia/article/viewFile/13531/8731> . Acesso em: 05/04/2020. 17h52.

MARIANO NETO, B. 2006. Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo Paraibano: desenhos, arranjos e relações / Belarmino Mariano Neto. — Campina Grande-PB, 2006. 208fs.

MEDEIROS, L.S.; ARAÚJO, Brás José de. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍTICA AGRÁRIA (Supra). In: FGV CPDOC. Disponível em:

[http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra)

[tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra) Acesso em: 02/10/2020. 20h32.

MOREIRA, E. R.; TARGINO, I. ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO PARAIBANO. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.

_____. De território de exploração a território de esperança: organização e resistência camponesa no semi-árido paraibano. REVISTA NERA – ANO 10, N. 10 – JANEIRO/JUNHO DE 2007 – ISSN: 1806-6755.

_____. Capítulos de Geografia Agrária da Para-íba/Emilia Moreira et Ivan Targino. - João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.280p

OLIVEIRA, R.L.; SANTOS, H.N.F.; SILVA, M.A.O; ARRUDA, L.V. Estudo da qualidade morfológica, física e química do solo nos Projetos de Assentamento de Serraria, Borborema e Bananeiras/PB. Relatório de iniciação científica/UEPB, 2020.

PONTE, G.D. De assalariados a assentados [dissertação] : as trajetórias dos agricultores familiares do Assentamento São Francisco no município de Pilões-PB / Graciete Dias Ponte ; orientadora, Maria Soledad Etcheverry Orchard. - Florianópolis, SC, 2011.165 p.: il.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993

_____. A PRODUÇÃO DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS E SUA REPRESENTAÇÃO In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos /Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

RODRIGUES, L.P.M. A formação territorial do Brejo Paraibano e a luta pela terra: o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima. 2012. 212 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/ Milton Santos. – 4. Ed. 9. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SOUZA, M.L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil. 2000.

_____. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial/Marcelo Lopes de Souza. – 2018. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

Toinho do Sindicato. Apreciações acerca do PA Nova Margarida. Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Alagoa Grande-PB. 31/01/2020. Entrevista concedida a Severino do Ramo Pereira de Lima.

TURANTONYO. Usina Tanques S/A. Ouvir Música. Disponível em: <https://www.ouvirmusica.com.br/turantonyo/1967018/> Acesso em: 04/04/2020 16h47.

REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

Prof. Dr. Elton Oliveira da Silva

Departamento de Geografia - UEPB/CH
e-mail: elton.ufpb@gmail.com

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Departamento de Geografia - UFPB/CCEN
e-mail: ivantarginomoreira@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os processos de regionalização do Estado da Paraíba, desde os primeiros registros até as divisões mais recentes. O estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado que aprofunda a regionalização paraibana, com foco especial no Brejo Paraibano. A metodologia incluiu levantamento bibliográfico, pesquisa documental, consultas ao IBGE e análise de dados secundários, além da elaboração de material cartográfico. A pesquisa baseia-se em Moreira (1988), que discute diferentes divisões propostas por geógrafos e estudiosos de áreas correlatas. Conclui-se que a nova regionalização se diferencia das anteriores por considerar poucos aspectos da realidade, desconsiderando elementos físicos e a influência da organização do espaço agrário, como também a identidade regional.

Palavras-chave: Regionalização; Paraíba; IBGE.

1 INTRODUÇÃO

As regionalizações são produto de um processo maior que se inicia em primeiro plano como um desdobramento do reconhecimento de espaços/territórios em suas diferenças e semelhanças, através da organização espacial. No geral, dividir

áreas da superfície terrestre, Estados nação e/ou suas formas de se organizar internamente, em regiões podem ser perpetradas pelo Estado, através de seu aparato institucional, por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento ou os dois em conjunto, seja no passado ou na atualidade.

O caso do Estado da Paraíba não foge à regra desse processo, seja pela busca das especificidades locais resultando assim numa regionalização sem maiores conexões com os processos nacionais, seja como desdobramentos de políticas territoriais a nível nacional. Se anteriormente apontamos para as dificuldades de se pensar a divisão do Brasil em períodos anteriores à criação dessas instituições, é ainda mais difícil pensar na situação do Estado da Paraíba, onde a ideia de regionalizar as antigas províncias, dadas as condições da época, era ainda é mais complexa.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar os processos de regionalizações do Estado da Paraíba, desde os primeiros registros documentados até os trabalhos atuais. A partir daqui poderemos averiguar as diferentes regionalizações do Estado, em especial o lugar do Brejo Paraibano nesse processo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Para que pudéssemos realizar esta etapa da pesquisa tivemos que lançar mão de um levantamento bibliográfico e documental mais específico, relacionado à produção teórica e técnica sobre as divisões regionais no estado da Paraíba, assim como ao arcabouço teórico sobre a formação territorial do Estado, sobre a discussão relacionada com a regionalização e em menor grau sobre conceito de região.

Também foram realizadas pesquisas de campo, especificamente na sede local (João Pessoa) do IBGE, onde foi realizada uma entrevista com o responsável do setor de supervisão de disseminação de informações. Também realizamos um levantamento de dados secundários que nos possibilitasse aferir e atualizar as informações contidas nas bibliografias consultadas, por fim a consulta e elaboração de material cartográfico.

Para chegarmos nesses resultados nos baseamos em Moreira (1988) que aponta e analisa as divisões propostas por Beaurepaire Rohan (1861), Irineu Joffily (1898). A autora também faz um estudo prévio sobre as microrregiões homogêneas na Paraíba. E também analisamos os trabalhos do próprio IBGE (1940/60, 1976, 1990 e 2017), além de demais autores e instituições que trouxeram contribuições para os estudos locais sobre regionalização. Quer sejam elas específicas para o Estado da Paraíba, quer sejam pensados numa outra perspectiva de escala, ou seja, para o conjunto da região Nordeste e que traz questões referentes à Paraíba.

No Estado da Paraíba, os primeiros registros de regionalização apareceram em meados do século XIX, ainda que consideremos a divisão do território brasileiro em capitanias como uma forma de recorte territorial, porém sem uma base regional de discussão, mas que auxiliou na formação das províncias, atuais estados. Tendo em vista que a criação da capitania real da Paraíba tenha se dado no final do século XVI, pertencente até então a Capitania de Itamaracá, tomamos a partir desse período nossa busca por estudos, textos e documentos que indicassem alguns tipos de divisão regional, ainda que de maneira simplória e incipiente.

De uma forma mais geral temos uma divisão mais básica no período inicial da colonização, o Litoral canavieiro, o Agreste policultor-pecuarista e o Sertão pecuarista, com base na divisão territorial do trabalho, caracterizado dessa forma dentro da lógica do Espaço colonial dependente (Moreira, 1990). Contudo, em termos teleológicos, os primeiros estudos que pensam numa divisão regional do território paraibano vão aparecer apenas no final do século XIX, com o trabalho de naturalistas, historiadores e viajantes, não sendo dessa forma, trabalhos específicos de pesquisadores em geografia, o que não deixa de ser por esse motivo uma contribuição importante. Posteriormente, teremos estudos mais elaborados e, por consequência, divisões mais criteriosas, com maior número de variáveis (Matos, 2015).

Os critérios utilizados para estas regionalizações iniciais se fundamentavam principalmente em aspectos da natureza, ou de uma forma mais isolada ou a combinação de vários desses aspectos. Contudo não podemos dizer que se trata exclusivamente de regiões naturais, uma vez que apesar de levarem em consideração os elementos naturais, para algumas destas divisões não era o único critério. Essas regionalizações como bem aponta Moreira (1989, p. 11), “apresentam, grosso modo, três tendências: 1) identificação e delimitação de regiões naturais; 2) a identificação e delimitação de regiões geográficas; 3) a identificação e delimitação de espaços agrários”. Ao longo da primeira metade do século XX, tivemos outras tentativas de divisão regional para Paraíba, mas muito incipientes e sem registros cartográficos, por exemplo, já que em sua maioria eram realizados por não geógrafos. A partir da criação do IBGE e este tendo entre suas atribuições pensar e construir a organização do território brasileiro, tivemos propostas de regionalização oficiais, que se tornaram base para os dados estatísticos e para fins de planejamento regional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da segunda metade do século XIX nos é apresentada a divisão da Paraíba segundo Beaurepaire Rohan em sua obra **Corografia da Província da Parahyba do Norte**, em 1861. Trata-se de uma obra descritiva de vários dos aspectos da formação do espaço provincial, com destaque para as paisagens naturais que o compõem. Ele dividiu o estado em três zonas com base na associação da cobertura vegetal com o relevo. São a 1ª Zona: o domínio das matas, dos tabuleiros e caatingas; 2ª Zona: domínio da Borborema (cactus e bromélia) e a 3ª Zona: domínio do Sertão (cactus e carnaúbas). Nota-se que a distribuição da flora foi o elemento fundamental, distribuídas pelos compartimentos de relevo, principalmente representados pelos Tabuleiros Costeiro e o Planalto da Borborema, não tendo deixado claro se o Sertão estaria associado à depressão sertaneja.

Em relação a Irineu Joffily, temos sua divisão no ano de 1892, onde ele apresenta de maneira mais detalhada, trazendo mais divisões e subdivisões do que a última divisão. Este autor ainda se baseia em aspectos do meio físico, só que em relação ao anterior, Joffily acrescenta mais elementos, que além do aspecto florístico, nos traz sua relação com clima e solo, enriquecendo a representatividade do quadro natural nas diversas formas regionais apresentadas até então (Joffily, 1892).

De leste-oeste, o autor considerou como regiões o Litoral, Caatinga, Brejo e Sertão. Cabe aqui fazer alguns importantes destaques nessa divisão, a primeira é uma subregião chamada Agreste, entre o Brejo e o Sertão, constituindo-se como uma área de transição. Dentro do Sertão temos o Cariri e “o Alto Sertão e o Sertão do Rio do Peixe.” (Moreira, 1989 p. 13). Ainda é destacada uma área delimitada no Alto Sertão, denominada de Carnaúbas, supondo se trata de um resquício da divisão de Beaurepaire Rohan, em que se evidencia uma área diferenciada do ponto de vista florístico, dentro da Caatinga.

A relação vegetação/clima são os elementos fundamentais, associados em alguns casos com o relevo. Chama atenção que pela primeira vez nos é apresentando o Brejo Paraibano, com uma delimitação mais simples, porém como não se leva em consideração os limites dos municípios que compõe as regiões, se dá uma maior liberdade para o autor se ater ao quadro natural para a divisão proposta.

3.1 DAS ZONAS FISIAGRÁFICAS DO IBGE ÀS REGIÕES GEOGRÁFICAS

A primeira divisão regional oficial da Paraíba data de 1945, realizada pelo IBGE e produzida pelo Conselho Nacional de Estatística, se tornou base para o uso pelos censos, para a utilização no planejamento estatal e para o ensino. A outra novidade foi a subdivisão das unidades da federação em regiões menores que funcionavam como escala intermediária entre os municípios e os

estados. Obviamente, o Estado da Paraíba não ficou apartado desse processo.

A divisão regional da Paraíba se deu ainda com base em elementos da natureza e que, de certa forma, trouxe o legado das outras propostas, principalmente em relação à topónimia utilizada. Dessa forma, o Estado foi dividido em oito zonas fisiográficas: Litoral e Mata, Agreste e Caatinga Litorânea, Brejo, Agreste e Caatinga Central, Médio Sertão dos Cariris Velhos, Seridó, Baixo Sertão do Piranhas e Alto Sertão.

As Zonas fisiográficas, a despeito da denominação baseada no meio físico, levavam em consideração alguns elementos socioeconômicos associados à corrente possibilista da junção de componentes naturais e humanos. Compete evidenciar que o Brejo se manteve como unidade regional separada e outros espaços regionais foram evidenciados, como o Seridó e a divisão do Sertão em duas regiões diferentes. Em 1960, houve uma atualização que produziu algumas modificações, na Paraíba o Alto Sertão foi dividido em dois: o Sertão do Oeste (na divisa com o Ceará) e o Sertão Alto, que acompanha o desenho da Serra do Teixeira na divisa com Pernambuco.

O debate sobre como atualizar as divisões regionais para uma perspectiva que trouxessem de fato novos conceitos e paradigmas, principalmente relacionados à ideia de Região geográfica e não mais Região Natural, se fortaleceram no Estado da Paraíba a partir da década de 1960. Com o objetivo de preencher as brechas deixadas com as regionalizações anteriores, o Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba em convênio com o Centro de Pesquisa da França (Moreira, 1989), realizou uma divisão regional, que além de utilizar os aspectos da natureza já estabelecidos anteriormente, trouxeram elementos baseados em dados socioeconômicos, dando ênfase ao uso do solo.

A divisão regional de 1989 se deu criando unidades, que seriam as macrorregiões, e unidades menores que pertenciam às unidades maiores, as subregiões, sendo dividido em **Litoral**: Praias, Tabuleiros e Várzeas; **Depressão; Brejos Serranos**: Brejos, Serras e Agreste; **Borborema**: Cariris da Paraíba, Curimataú e Cariris de

Princesa; **Sertão:** Sertão do Seridó, Baixo Sertão do Piranhas e Seridó. Aqui como em Joffily, o Brejo aparece como uma unidade regional separada do Agreste, mas dentro dos chamados Brejos Serranos (Moreira, 1989).

Nos anos de 1970, a proposta de divisão foi baseada nas microrregiões homogêneas e posteriormente mesorregiões que foram divididas obedecendo a critérios estabelecidos nacionalmente de agrupamentos de municípios que possuem certa homogeneidade, como características físicas, sociais e econômicas (IBGE, 1977). A ideia de “homogeneidade” estava em voga com os conceitos de padrões espaciais oriundos da Geografia Teórica, que pensavam a região como espaços homogêneos onde se aproximavam ou se distanciavam conforme fosse o grau de semelhanças ou diferenças intrarregionais. Metodologicamente foi conferido determinado grau de homogeneidade aos municípios pertencentes a determinadas região para se poder obter uma certa generalização da informação.

Dessa forma, foi possível identificar na Paraíba 12 microrregiões homogêneas a saber: a) Catolé do Rocha; b) Seridó Paraibano; c) Curimataú; d) Sertão de Cajazeiras; e) Depressão do Alto Piranhas; f) Cariri Velhos; g) Serra do Texeiran que correspondia ao Sertão Paraibano. h) Píomonte da Borborema; i) Agreste da Borborema; j) Brejo Paraibano; k) Agro-pastorial do Baixo Paraíba pertencentes ao Agreste Paraibano ; l) Litoral Paraibano correspondendo à mesorregião de João Pessoa.

3.2 AS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DE 1990 E AS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATA DE 2017

Das divisões regionais que apresentamos até o momento, em nível estadual, destacamos as divisões oficiais realizadas pelo IBGE, sejam elas: as Zonas Fisiográficas de 1945 e atualizadas em 1960, as Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas de 1976 e, a partir de agora, as Mesorregiões e Microrregiões de 1990 e as mais recentes Regiões Imediatas e Intermediárias de 2017, além da divisão realizada pelo departamento de Geografia da UFPB.

Essas são as quatro principais divisões regionais realizadas pela instituição, que levam em consideração as divisões dos estados das federações em subunidades menores. Além destas, as Regiões Rurais da década de 1970 e mais recentemente de 2015 complementam esse quadro de regionalizações realizadas pelo IBGE. Ficou evidente que essa forma de pensar em dividir o território brasileiro, se consolidou a partir da década de 1940, partindo de um todo (território nacional) e sucessivamente ir se subdividindo em porções menores, das grandes regiões brasileiras até as zonas fisiográficas que, posteriormente, originaram outros tipos de subunidades regionais.

No que tange à divisão em mesorregiões e microrregiões em 1990, observou-se um maior aprofundamento no entendimento de quais seriam os critérios a serem utilizados, deixando com mais clareza sua posição teórica e metodológica, isto posto, se chegou as seguintes dimensões-chave: o processo social, o quadro natural e as redes de comunicação e de lugares (IBGE, 2017). Conforme coloca Moreira “Estas três dimensões devem possibilitar que espaço delimitado como Mesorregião tenha identidade regional”(1989, p. 31). Dessa forma a Paraíba foi dividida em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão.

Cada uma dessas Mesorregiões do Estado da Paraíba possui características naturais e socioeconômicas diferentes. Estas mesorregiões também estão subdivididas em regiões menores denominadas de microrregiões, que criam uma escala intermediária entre os municípios e as mesorregiões: Litoral Norte, Sapé, João Pessoa, Litoral Sul, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana, Umbuzeiro, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Seridó Oriental, Seridó Ocidental, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga, e Serra do Teixeira. Estas exprimem uma maior individualização do espaço regional, com o objetivo de evidenciar as particularidades.

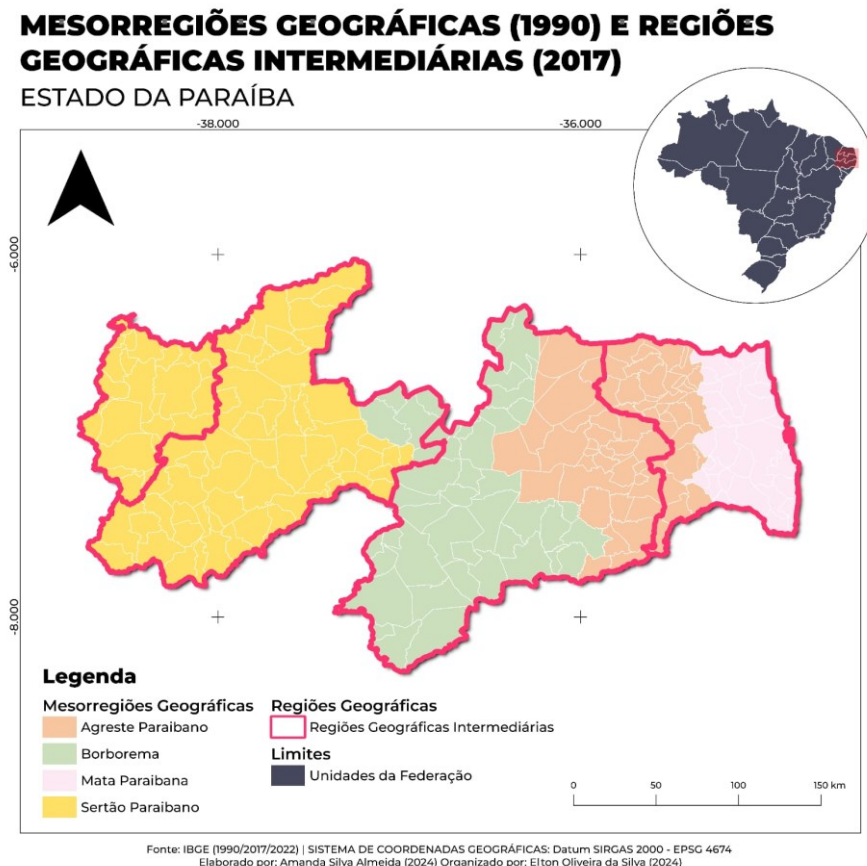
No ano de 2017, a mais nova proposta de regionalização do Brasil modificou o quadro regional do país, estabelecendo a divisão

em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. A base dos critérios utilizados foi a mesma do REGIC (Região de Influência das Cidades), onde as cidades pólos foram definidas a partir da hierarquia urbana, levando assim tanto a delimitação das regiões quanto a nomenclatura de cada uma das regiões. “A proposta de regionalização do território brasileiro foi baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados” (IBGE, 2017 p.19). O Estado da Paraíba possui quatro Regiões Intermediárias, sejam elas: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa-Cajazeiras, ou seja, a cidade passa ser também o nome da região, em alguns casos duas cidades nomeiam uma mesma região.

Seguindo os mesmos critérios, cada Região Intermediária se subdivide em Regiões Imediatas, obedecendo a uma diretriz que vem desde os anos 1970 que estabelece esse nível intermediário entre municípios e a regionalização maior do estado. Nesse caso são as Regiões Intermediárias, contudo essas regiões também funcionam como uma “escala do meio”, nesse caso entre as Regiões Imediatas e as Unidades da Federação, por isso a alcunha de “Intermediárias”. Essa forma de denominar as regiões veio de outro tipo de organização do território brasileiro, a Divisão Urbano-Regional, que também partiu das Regiões de Influência das Cidades, o que diferencia ambas da regionalização de 2017 (Figura 1).

Podemos perceber que a nomenclatura adotada funciona a partir de uma perspectiva formal. A ideia de Imediata e Intermediária é dada pela função que ocupa em uma relação escalar dentro da dinâmica regional, e a utilização das cidades de maior importância dentro da divisão utilizada pelo REGIC (2008). Dessa forma, a centralidade urbana é base principal em que se fundamenta essa nova divisão regional, e pela primeira vez se desconsidera como um dos seus elementos o meio natural. Desta vez o campo não aparece em sua relação dialética com a cidade, mas sim como subordinado à dinâmica urbana, não havendo um peso maior na configuração regional, o espaço agrário e suas relações sociais intrínsecas não aparecem, sendo única menção aos fluxos de produção do agronegócio (IBGE, 2017).

Figura 1 - Mesorregiões geográficas (1990) e Regiões geográficas Intermediárias (2017) do estado da Paraíba.



O número de Regiões Imediatas não é fixo, depende de quantas cidades pertencem a determinada hierarquia urbana. Na divisão do Estado da Paraíba, segundo as novas Regiões Geográficas: a) Região Intermediária de João Pessoa, formada pelas Regiões Imediatas de João Pessoa, Guarabira, Mamanguape - Rio Tinto e Itabaiana; b) Região Intermediária de Campina Grande, formada pelas Regiões Imediatas de Campina Grande, Cuité-Nova Floresta, Monteiro e Sumé; c) Região Intermediária de Patos, formada pelas Regiões Imediatas de Patos, Itaporanga, Catolé do

Rocha-São Bento, Pombal e Princesa Isabel; d) Região Intermediária de Sousa-Cajazeiras, formada pelas Regiões Imediatas de Sousa e Cajazeiras.

Para uma melhor compreensão de como se deu essa divisão no estado da Paraíba, é necessário lembrar que a hierarquia urbana local está dividida da seguinte forma: Capital Regional A – João Pessoa; Capital Regional B – Campina Grande; Centro sub-regionais A – Cajazeiras, Guarabira, Patos e Sousa; Centro sub-regional B – Itaporanga; Centros de Zona A– Catolé do Rocha, Itabaiana, Mamanguape, Monteiro, Pombal e São João do Rio do Peixe; Centros de Zona B – Araruna, Desterro, Piancó, Santa Luzia, Sapé, Sumé e Uiraúna (IBGE, 2008).

Essa divisão foi realizada com base na hierarquia urbana do estado da Paraíba, não considerando a influência de cidades de outros estados para esta divisão, ainda que seja importante para a configuração da rede urbana, como por exemplo, a cidade de Recife que exerce influência, segundo esse estudo, em praticamente toda Paraíba. Como podemos observar, esses níveis de centralidade coincidem quase totalmente com a hierarquia urbana, mas é importante ressaltar algumas exceções.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto e com esse panorama estabelecido, podemos chegar à conclusão de que entre o final do século XIX até meados do século XX, o contexto das divisões regionais para Paraíba, sejam elas produto de trabalhos individuais ou produto de uma política de estado a partir de instituições como o IBGE, se pautaram no que havia de consenso científico na época em torno do conceito de região.

A predominância da ideia de Região Natural não era uma mera coincidência, mas sim o que se tinha produzido até aquele momento na Geografia brasileira sob forte influência da Geografia francesa, como também a compreensão de que os critérios utilizados tinham que atender a determinado objetivo, sejam eles de ordem política ou econômica. Pensar a divisão no período trazia

sobretudo a ideia de conter um parâmetro estabelecido e o meio físico garantia uma estabilidade temporal, visto que os fenômenos naturais não são mutáveis no mesmo ritmo que os fenômenos históricos. As sucessivas tentativas de regionalização representam as necessidades de uma organização do território brasileiro e por conseguinte paraibano, de uma busca por um ordenamento territorial que atendesse aos mais variados objetivos, sejam políticos ou econômicos.

Dessa forma, percebemos também que a nova regionalização, diferente das anteriores, limita-se à apenas alguns aspectos da realidade, os elementos físicos não são levados em consideração, como também qualquer alusão à como a organização do espaço agrário e se o mesmo influenciou em algum momento essa nova divisão regional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.C. A terra e o homem do Nordeste. São Paulo, **Livraria Editora Ciências Humanas**, 1980.
- IBGE, REGIC. Regiões de influência das cidades. Disponível em: Acessado em: agosto de 2021. **IBGE**, 2008.
- IBGE, Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / **IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JOFFILY, I. Notas sobre a Parahyba. Rio de Janeiro: **Typographia do jornal do Commercio**, 1892.
- MATOS, F.O. A regionalização brasileira na primeira metade do século XX. **Sociedade e Natureza** Uberlândia, MG v.31, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/46576/25629>. Acesso em: 05/08/2021.
- MELO, M.L. Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco. Recife: **SUDENE**, 1988.
- MELO. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e na Paraíba. Recife: **Cepe editora**, 2004.
- MOREIRA, E.R.F. Mesorregiões e Microrregiões: delimitação e caracterização. **GAPLAN**, João Pessoa, 1989.
- _____. Evolução do processo de produção do Espaço Paraibano. João Pessoa. **Cadernos do NIHDR**, n 23, 1990.
- MOREIRA, E.R.F. & TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: **Universitária**, 1997.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA ESCOLA MIGUEL PEREIRA - LAGOA DE DENTRO/PB

Prof. Espec. Marcilene Barbosa Oliveira de Lima

e-mail: barbosamarcilene7@gmail.com

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima

Departamento de Geografia - UEPB/CEDUC

e-mail: eclima@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa analisou a Agroecologia como parte da Educação do Campo, realizada na Escola Miguel Pereira, município de Lagoa de Dentro/PB, para compreender esta temática a partir do entendimento da educação como maneira de emancipação humana. Desse modo, vimos a agroecologia como metodologia de ensino eficiente para o que se propõe. A análise teórica foi intermediada pela pesquisa participativa de campo para compreender os elementos que relacionam a Educação do Campo com a agroecologia e conceber esta como metodologia de ensino. O embasamento teórico considerou Fernandes; Molina (2004), Gadotti (1992), Freire (1996), Silva; Fagundes (2011), Tardin (2012), Lima (2016), Marx (1968), entre outros. Constatamos o quanto a Agroecologia pode contribuir para a Educação do Campo e para ciência geográfica.

Palavras-Chave: Agroecologia; educação; Educação do Campo.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo no Brasil necessariamente deve ser analisada pelo contexto histórico, político e ideológico e principalmente sob o processo de concentração histórica do espaço

agrário brasileiro, tendo em vista que este se configura como desigual e contraditório, onde estão situadas as diferentes formas de produção das relações de trabalho vivenciadas no campo brasileiro (Oliveira, 2014). Este estudo analisa a Agroecologia como parte da Educação do Campo, é realizado na Escola Miguel Pereira, município de Lagoa de Dentro, no estado da Paraíba, onde foi possível a partir do entendimento da educação como maneira de emancipação humana, assim, compreendemos a agroecologia como metodologia de ensino eficiente para o que se propõe.

Este trabalho foi estruturado da seguinte maneira: a princípio uma análise sobre a educação, trazendo a ideia de emancipação humana e as ideias de Freire (1996), Gadotti (1992) e Marx (1968), para então compreender que a educação deve ser analisada como um instrumento de transformação social, onde seu entendimento deve partir da premissa que tem a função de capacitar o cidadão para sua emancipação, levando em consideração seus direitos e deveres no âmbito social.

Foi possível trazer para esta discussão, a Educação do Campo, entendida sob o ponto de vista da prática onde relacionamos com a luta de classes, e compreendemos este elemento como ponto chave desta discussão, alguns autores como Fernandes (2013), Iasi (2007), Viero; Medeiros (2018) puderam nos trazer embasamento teórico para esta discussão. Depois destas discussões, compreendemos o conceito de Agroecologia e logo em seguida fizemos uma análise desta, tida como emergência metodológica, onde Silva; Fagundes (2011), Tardin (2012), Lima (2016), entre outros grandes nomes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

A pesquisa foi considerada como participante, pois, na escola que atende cerca de 130 alunos, a pesquisadora trabalhou com os alunos, funcionários, professores e todos que compõem a escola, com aplicação de questionários com professores, alunos do 3º e 4º ano, funcionários e diretora escolar, o ponto de partida desta pesquisa foi o levantamento bibliográfico e documental para

constituir o referencial teórico, visando à sustentação da busca de dados através da pesquisa.

A educação antes de qualquer concepção deve ser analisada como um instrumento de transformação social, onde seu entendimento deve partir da premissa que tem a função de capacitar o cidadão para sua emancipação, levando em consideração seus direitos e deveres no âmbito social. Pensamos assim, na perspectiva da educação como emancipação humana, entendendo que somos sujeitos, que temos histórias de vida, de luta, e esse direito de lutar nos mantém fortes, para ser resistência frente ao capital e a toda repressão existente (Freire, 1996).

A concepção de mundo, de homem e de sociedade elaborada por Marx (1968), que está na base da pedagogia, parte da constatação do homem como um ser corporal que se produz materialmente ao produzir seus meios de existência. Neste contexto, pode-se citar Saviani (2003), trazendo à tona a ideia de que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, assim a educação acontece porque os seres humanos não têm a sua existência garantida naturalmente, pois, para garantir, produzir e reproduzir a sua existência, a humanidade precisa transformar a natureza na direção de suprir as suas necessidades, o que faz realizando ações adequadas aos objetivos, pelo e através do trabalho.

Para Caldart (2012), a Educação do Campo trata-se de um paradigma que vem ganhando a cada dia espaço em nossa sociedade, trata-se também de uma modalidade de ensino voltada à educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo e protagonizada pelos trabalhadores do campo. Entendemos Educação do Campo sob o ponto de vista da prática, onde relacionamos com a luta de classes, e compreendemos este elemento como ponto chave desta discussão, tendo em vista que a luta de classes segue representada aqui pelos diferentes projetos e/ou pontos de vista para o campo (Ferreira, 2012)

Caldart (2012) infere que esta concepção exposta sobre Educação do Campo entra sempre em confronto com a educação rural, desse modo, não há como fugir da discussão de luta de

classes, onde nesta perspectiva podemos pensar em duas pedagogias, a pedagogia do trabalho - relacionada à Educação do Campo, e de outro lado a pedagogia do capital — relacionada à educação rural. A Educação do Campo tem um caráter emancipador do trabalhador como pessoa humana, sendo construído através das contradições vigentes no campo, o Agronegócio, por sua vez não se caracteriza como uma dos campos da Educação do Campo, pois, este se apresenta como controlador e incompatível com a ideologia proposta pela Educação do Campo e por muitas vezes desumano.

Além de buscar as melhores condições de vida para os trabalhadores do campo, a Educação do Campo busca a garantia da permanência das famílias no meio rural, para que possam viver e construir uma relação de reciprocidade com a terra, onde ele possa plantar e possa colher, assim pensamos no modelo de produção Agroecológico, pois pensar assim é pensar numa nova sociedade com outros desdobramentos.

O debate sobre agroecologia vem crescendo constantemente, pois, ela relacionada diretamente à ideia de sustentabilidade. Neste sentido ela parte de duas ciências: a ecologia e a agronomia (Gliessman, 2001), falamos assim da aplicação de práticas ecológicas na agricultura, trazendo à tona a ideia de sustentabilidade que ressalta a responsabilidade ambiental, social e econômica na busca de uma maneira de produção voltada ao bem comum.

No que corresponde à metodologia de ensino, por meio da Agroecologia, vinculada ao mundo do trabalho nos territórios campestres, ressalta-se que somente a Agricultura Familiar possibilita com propriedade esse conjunto de ações coordenadas na educação escolar do campo. Como prática de ensino, viabiliza a qualidade social dos povos do campo, por meio das articulações de experiências, estudos tradicionais dos seus antepassados e ecologicamente sustentável. Neste sentido é possível entender a prática agroecológica como a aplicação de um conjunto de ações práticas e teóricas que objetivam a produção agrícola limpa, sem o uso de agroquímicos (Lima, 2016).

Caporal e Costabeber (2002) concordam com a visão dos agroecólogos, de que a agroecologia implica, de forma direta e necessária, à sustentabilidade. Sua grande meta é proporcionar conhecimentos que orientem a objetivação de agroecossistemas com crescente sustentabilidade. Neste sentido, os agroecossistemas são objetivações das práxis de sujeitos humanos, há que se captar suas exteriorizações e objetivações materiais e imateriais, demandando da agroecologia interagir em um amplo campo de conhecimentos e se expressar em diversas dimensões que orientam a avaliação qualitativa da sustentabilidade (Lima, 2016).

3 REFLEXÕES SOBRE A AGROECOLOGIA E AS ATIVIDADES NA ESCOLA MIGUEL PEREIRA EM LAGOA DE DENTRO/PB

O município de Lagoa de Dentro está localizado no Estado da Paraíba na Região Geográfica Imediata de Guarabira. Seu território está localizado na faixa de transição, conhecida como Agreste, e está incluída na zona do polígono das secas. Ocupa no Estado o 129º lugar, com uma área de 106 km². Sua distância à Capital Paraibana (João Pessoa) é de 98 km e encontra-se a 700 metros do nível do mar.

Limita-se: ao Norte com o Município de Caiçara (16 km), ao Sul com o Município de Duas Estradas (05 km), ao Leste com o Município de Pedro Régis (10 km), ao Oeste com o Município de Serra da Raiz (09 km), ao Noroeste com o Município de Jacaraú (12 km) e ao Sudoeste com o Município de Curral de Cima (20 km) (Silva, 2004). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), por sua vez, afirma que o município possui 7. 619 habitantes numa densidade demográfica de 87,21 hab./km² e área territorial de 84,508 Km². O quadro histórico do IBGE (2015), menciona, ainda, que não há uma data certa de fundação do município, mas existem indícios de que em 1880 já existiam no local de 10 a 12 casas erguidas por bravos pioneiros, porém, só conseguiu a emancipação em 1961 por meio da lei estadual nº 2614, de 11-12-1961 (Figura 1).

A pesquisa foi realizada no município de Lagoa de Dentro-PB, na escola municipal Miguel Pereira. No que concerne a pesquisa qualitativa, Moresi (2003), afirma que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador (Moresi, 2003, p.9).

Figura 1 - Localização geográfica de Lagoa de Dentro- Paraíba.



Fonte: IBGE (Censo 2010).

A EMEIF Miguel Pereira foi fundada no ano de 1963, na administração do Sr. Acrísio Vieira e o Sr. Severino Calisto da Silva, está localizada no Sítio Lagoa do Meio, no Município de Lagoa de Dentro, atende ao alunado do ensino infantil, fundamental I e II, PEJA e EJA, tem como diretora a professora Lusinete Barbosa da

Silva Oliveira. A escola oferece uma educação de qualidade com ótimos professores, obedecendo ao PPP, documento feito por todos da escola e que funciona como documento principal.

Para Carvalho (2001), a educação ambiental vem sendo incorporada como uma prática inovadora em diferentes âmbitos. O que possibilita ampliar o leque de oportunidades no ensino da educação ambiental na escola. Foi possível perceber por meio das observações feitas na escola, que os alunos são filhos de agricultores, e no município de Lagoa de Dentro a atividade predominante é agrícola (Figura 2).

Figura 2 - Professores e alunos preparando a terra para o plantio de sementes na EMEIF Miguel Pereira, Lagoa de Dentro/PB.



Fonte: Aula de campo, 2019.

Em conversa com os alunos M.S. e J.P.S.O., que ajudaram a preparar a terra, foi possível questionar sobre o que eles achavam

desse projeto e dessa maneira de aprender, eles, espontaneamente responderam:

Eu acho que a gente aprende muito mais assim do que na sala de aula, a minha mãe fez uma horta em casa, mas ninguém cuidou e acabou cheia de praga, agora eu acho que essa daqui da escola, vai dar certo, porque todos vão ajudar e não vamos deixar criar pragas, e outra coisa, eu gosto muito de mexer na terra, me faz bem (J.P.S.O, aluno do 4º ano).

Eu mesmo achei foi bom, eu nem esperava, mas chegou a professora e o pessoal dizendo que a gente precisa se alimentar bem, e eu sei que se alimentar mal "dá" muitas doenças, eu que não quero ficar doente, não gosto muito de comer folhas, mas se for pra não adoecer, eu como sim riso) (M.S., aluno do 4º ano).

Acreditamos que parte do que os alunos conseguiram conhecer e entender sobre Agroecologia, será compartilhado em suas casas, em sua comunidade e, principalmente, há uma esperança de melhora no manejo da agricultura pelos seus pais, entramos assim na ideia de conscientização (Zitzke, 2002).

Foi observada esta escola situada na zona rural, Sítio Lagoa do Meio, do município de Lagoa de Dentro, trata-se de uma Escola Miguel Pereira que onde atende cerca de 130 alunos nos três turnos. Aqui a ideia foi entender e discutir a Agroecologia como metodologia de ensino. Partindo desta premissa, foi possível compreender que a Horta Agroecológica trata-se de um sistema onde as plantas, hortaliças, folhagens e leguminosas que são cultivadas seguindo seu fluxo natural, ou seja, vem trazer um ponto de equilíbrio entre as culturas plantadas. Na Escola é possível observar práticas do campo (Figura 3).

Figura 3 - Alunos preparando a terra para o plantio de sementes na EMEIF Miguel Pereira, Lagoa de Dentro/PB.



Fonte: Aula de campo, 2019.

É notável, o interesse destes alunos em atividades voltadas à horta e a preocupação com uma alimentação saudável, afinal, muitas doenças atuais, a exemplo do câncer, ocorrem devido a erros alimentares, que podem ser corrigidos por uma alimentação livre de agrotóxicos e produtos químicos.

Foi possível elucidar a eminentemente busca da construção de uma sociedade mais consciente e nesta busca, não conseguimos enxergar espaço ecologicamente correto para o “Agro”, pois este só contribui para formação de uma sociedade capitalista, má nutrida, sem sentimento de pertencimento e muito menos sem vontade de

cuidar da terra, é preciso entender que a educação emancipa o cidadão, mas se não for adequada a metodologia de ensino para o aprendizado dos alunos essa construção de conhecimento não vai acontecer de maneira satisfatória (Figura 4).

Figura 4 - Crianças semeando as hortaliças na EMEIF Miguel Pereira, Lagoa de Dentro/PB.



Fonte: Aula de Campo, 2019.

É perceptível a alegria da professora para trabalhar com as práticas agroecológicas, ainda ela mostra a necessidade de trabalhar com metodologias que proporcionem o aprendizado dos alunos, ela ainda firma que a agroecologia proporciona o ensino de diversas disciplinas. Sobre um questionamento que foi feito sobre a importância deste projeto, as professoras responderam.

Neste tocante, as hortas agroecológicas ajudam e incentivam os jovens a permanecerem no campo, de modo que tenha ênfase no desenvolvimento humano, ou seja, fundamentado numa proposta

pedagógica de incentivo a estes educandos. Na ocasião desta pesquisa, os professores, juntamente com os funcionários e alunos, estavam preparando o solo para o plantio de uma horta, momento em que é feito o preparo da terra para plantio, mostrando que o contato com a terra é essencial e produz um vínculo e uma relação de reciprocidade com a mesma, mostrando também a alegria e empenho destes alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar as possíveis inter-relações entre várias vertentes do campo geográfico, onde exploramos a geografia agrária, sob a ótica da Educação do Campo, sendo assim, é importante ressaltar que a pesquisa se pautou a princípio em uma análise teórica, intermediada pela pesquisa participativa de campo, em que se buscou compreender os elementos que relaciona a Educação do Campo com a agroecologia e concebe esta como metodologia de ensino.

A partir de uma construção didática e metodológica, a agroecologia está inserida na Educação do Campo, viabilizando uma troca de conhecimentos entre os alunos, professores, funcionários, agricultores e todos interessados na temática e preocupados com o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável que vise o bem humano e não somente o lucro.

Neste contexto, é necessário que haja uma ruptura com o sistema de ensino proposto, tendo em vista que a agroecologia viabiliza a qualidade social dos povos do campo, por meio das articulações de experiências, estudos tradicionais dos seus antepassados e ecologicamente sustentável. Acreditamos que o ato de educar é mais que uma tarefa, trata-se de uma missão cheia de desafios, que pode levar o homem ao seu empoderamento e sua emancipação humana. Quando utilizamos os depoimentos e imagens fotográficas daqueles que participaram desta pesquisa, percebemos que a Agroecologia implica de forma direta e necessária a sustentabilidade. Sua grande meta é proporcionar

conhecimentos que orientem a objetivação de agroecossistemas com crescente sustentabilidade.

REFERENCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2002.

CALDART, R. et al. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAGUNDES, L.F. **Agroecologia**. *Revista Reforma Agrária & Meio Ambiente*, Brasília, ano 1 – nº 1 p. 16 – 20, Nov. 2006.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. A pesquisa em Educação do Campo**, v. XX, p. X-I, 2006.

FERNANDES, Bernardo M., MOLINA, Mônica C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire S. A. de. (orgs). **Por Uma Educação do Campo. Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Cad. 5. Brasília: 2004.

FERREIRA, Cléber Eduão. **EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO AFIRMAÇÃO DO PROJETO EMANCIPATÓRIO: Contribuições e contradições da Pedagogia do MST**. *Revista Eletrônica de Culturas e Educação* N. 6 · V.2 · p. 29-45 · Ano III (2012) · Set.-Dez. ·

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. — São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLIESSMAN, S. R. **Quantifyng the agroecological component of sustainable agriculture: a goal**. In: GLIESSMAN, S. R. (ed.). *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: Springer - Verlag, 1990. p.366-399.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Educação do Campo e os desafios para a superação do paradigma tradicional de ensino na construção das escolas do MST no Semiárido Paraibano: práticas agroecológicas como metodologia de ensino**. IV Congresso Nacional de Educação. Pesquisa de Pós-Doutoramento em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina — PR, 2016.

- MARCONDES, M. E.; BRIZA, M. **Cenário mundial: sociedades sustentáveis**. Editora Scipione: São Paulo, 1994.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- MOUSINHO, Patrícia. Alguns conceitos de educação ambiental. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante. 2003. Disponível em <http://pga.pgr.mpf.gov.br/educação/alguns-conceitos>. Acesso em 12 de julho. 2017. .
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Marcilene Barbosa da Silva. **Educação do Campo na Perspectiva da Geografia Agrária**. Monografia. UEPB: Guarabira, 2014.
- SILVA, Aloisio Souza da. FAGUNDES, Leandro Feijó. **AGROECOLOGIA & EDUCAÇÃO DO CAMPO**. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: maio de 2011. ISSN 2177-4463
- SILVA, Rosimeri Alves da. **História e Geografia do Município de Lagoa de Dentro** – PB. 2004, 1ª Ed. 91 p.
- TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli S. et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany Müller. Princípios e concepções da Educação do Campo. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 1º Ed. 2018
- ZITZKE, V. A. **Educação Ambiental e Ecodesenvolvimento**. Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Carreiros, Rs. V. 09, p. 175-188, julho a dezembro de 2002.

GEOGRAFIA AGRÁRIA E TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB

Prof. Espec. Aníbal Simões Filho

e-mail: anibalsimoesgeo@gmail.com

Prof Dr. Elton Oliveira da Silva

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: elton.ufpb@gmail.com

RESUMO

A pesquisa analisou a feira da agricultura familiar de Pirpirituba/PB como expressão de resistência camponesa e valorização da produção local. Justifica-se pela necessidade de compreender práticas sustentáveis frente ao avanço do agronegócio. Teve como objetivo principal entender o papel da feira no fortalecimento da identidade camponesa. Utilizou-se metodologia qualitativa, com entrevistas e observação direta. Os resultados mostram que a feira promove renda, autonomia e integração campo-cidade, consolidando-se como espaço de reterritorialização e troca de saberes.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Território camponês; Desenvolvimento rural.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui-se, na atualidade, como uma das principais formas de organização produtiva e de resistência socioterritorial no campo brasileiro. Esse modelo produtivo, ancorado em práticas tradicionais e na relação íntima entre

homem, terra e cultura, representa não apenas uma alternativa ao agronegócio, mas um verdadeiro contraponto às lógicas capitalistas de expropriação e monocultura (Oliveira, 2004; Saquet; Sposito, 2009). Com o avanço da modernização conservadora, o campo se tornou palco de conflitos e desigualdades, o que exige um olhar renovado sobre os sujeitos que nele vivem e produzem.

No contexto paraibano, experiências como a Feira da Agricultura Familiar do município de Pirpirituba emergem como formas organizadas de resistência camponesa. Esses espaços, além de permitirem a comercialização direta da produção, tornam-se estratégias de valorização da identidade camponesa e da policultura, além de permitirem maior autonomia aos pequenos produtores locais. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas territoriais que considerem a diversidade sociocultural e ecológica dos territórios rurais (Mitidiero Junior et al., 2015; Fernandes, 2002).

O problema que orienta esta investigação refere-se à compreensão dos limites e potencialidades da feira como estratégia de desenvolvimento rural e como espaço de resistência camponesa no território de Pirpirituba. Busca-se compreender como essa experiência concreta se articula com os paradigmas da geografia agrária e com a formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A análise parte do reconhecimento das tensões históricas entre os modelos de desenvolvimento agrário e da necessidade de alternativas que valorizem os saberes locais.

Justifica-se esta pesquisa pela importância de valorizar as iniciativas de base local como formas legítimas de planejamento territorial participativo. A agricultura familiar, conforme reconhecida pela Lei nº 11.326/2006, tem papel estratégico na produção de alimentos, na geração de trabalho e renda e na conservação ambiental. No entanto, seu fortalecimento depende de políticas públicas que reconheçam sua diversidade e que respeitem as especificidades regionais. Estudar a feira é, portanto, contribuir para o debate sobre soberania alimentar, justiça social e territorialidade.

Além disso, a abordagem geográfica é fundamental para compreender as múltiplas escalas envolvidas na construção de territórios rurais. O uso do território pelos agricultores familiares não se resume à lógica produtiva, mas envolve práticas simbólicas, afetivas e políticas que moldam o espaço e o transformam continuamente. Neste sentido, a feira se apresenta como instrumento de reterritorialização e de disputa por visibilidade e reconhecimento (Saquet; Sposito, 2009; Fuini, 2017).

O objetivo principal deste trabalho é compreender o papel da Feira da Agricultura Familiar de Pirpirituba/PB no fortalecimento da agricultura familiar e na construção de territorialidades camponesas. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) analisar a trajetória histórica da agricultura familiar no município e seus desafios contemporâneos; (ii) investigar o funcionamento da feira como política pública local e sua relação com o território; e (iii) refletir sobre as contribuições da feira para a afirmação da identidade camponesa e para o desenvolvimento rural sustentável.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa com base em pesquisa de campo no município de Pirpirituba/PB. Utilizou-se como instrumento principal a entrevista semiestruturada, aplicada a agricultores familiares, organizadores e consumidores da feira local. A coleta de dados foi complementada por observação direta e registro fotográfico, permitindo a análise interpretativa dos discursos e das práticas sociais envolvidas. A escolha metodológica fundamentou-se na perspectiva da geografia crítica, valorizando a construção do conhecimento a partir da realidade vivida pelos sujeitos sociais no território investigado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise da agricultura familiar, enquanto fenômeno socioespacial, exige um arcabouço teórico que envolva as categorias de território, modernidade, políticas públicas e campesinato. Neste estudo, a Geografia Agrária oferece a base interpretativa para compreender as dinâmicas que envolvem os agricultores familiares

e a feira no município de Pirpirituba/PB. Entende-se que a Geografia, como ciência social e crítica, deve operar com categorias que permitam a compreensão da produção do espaço, das contradições do capital e das formas de resistência territorial. Dessa forma, o território, concebido como espaço politicamente disputado, torna-se o eixo articulador da análise proposta (Raffestin, 1993; Saquet; Sposito, 2009).

A partir da década de 1970, com a emergência da geografia crítica, a produção científica passou a incorporar novos paradigmas analíticos, rompendo com a tradição positivista e descritiva da geografia clássica. Essa inflexão teórica permitiu a inserção de categorias como território, lugar, rede e escala, proporcionando uma análise mais complexa das relações entre sociedade e espaço. No contexto da modernidade e da globalização, essas categorias revelam sua capacidade explicativa diante da intensificação das desigualdades e das disputas por recursos e reconhecimento (Gomes, 2014). A geografia, portanto, passa a assumir papel protagonista na leitura crítica das transformações do mundo rural.

A modernidade, enquanto processo histórico e cultural, trouxe uma racionalização das relações sociais, políticas e econômicas. No entanto, também impôs uma lógica produtivista, mercantil e hierarquizada, que marginalizou saberes, práticas e modos de vida não alinhados à racionalidade dominante. Neste processo, a agricultura camponesa foi sendo gradativamente excluída das políticas de desenvolvimento, sendo rotulada como “atrasada” ou “ineficiente”. A contraposição a essa visão se dá com a valorização do território como construção social, que incorpora práticas, memórias e resistências (Santos, 2017; Saquet, 2007).

A agricultura familiar é compreendida neste trabalho como uma forma específica de organização do trabalho e da vida, marcada pela centralidade da família na produção e pela multifuncionalidade do espaço rural. Essa concepção rompe com a visão tecnicista do desenvolvimento agrário e reconhece o valor estratégico dos agricultores familiares na garantia da soberania alimentar e na sustentabilidade ambiental. O reconhecimento dessa importância, inclusive, se expressa na institucionalização da

Política Nacional da Agricultura Familiar, por meio da Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu critérios para identificar e apoiar esse segmento produtivo (Brasil, 2006).

Contudo, a institucionalização da agricultura familiar não ocorreu sem disputas. Autores da geografia agrária crítica alertam que a formulação das políticas públicas, ainda que avancem no reconhecimento dos agricultores familiares, tende a reduzir sua complexidade e a negligenciar sua identidade camponesa. Para esses autores, há um risco de despolitização do campo, uma vez que as políticas passam a enquadrar o agricultor familiar em moldes tecnocráticos, desvinculando-o de sua história de luta, resistência e autonomia (Fernandes, 2002; Oliveira, 2004). Assim, a distinção entre agricultura familiar e campesinato torna-se relevante para a análise.

O campesinato, enquanto categoria social e política, representa um sujeito coletivo cuja identidade é forjada a partir da relação com a terra, da produção para o autoconsumo e da organização comunitária. Ainda que reconhecido pela legislação como agricultor familiar, o camponês carrega um sentido histórico de resistência às formas capitalistas de produção e de expropriação territorial. Em função disso, parte da literatura diferencia os conceitos, atribuindo ao campesinato uma maior densidade histórica e política, enquanto a agricultura familiar seria a expressão institucional do rural produtivo (Fuini, 2017; Ghizelini; Araguão, 2019).

O debate sobre os paradigmas que orientam a leitura do campo é central nesta fundamentação teórica. Fernandes (2002) propõe a existência de dois paradigmas em disputa: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O primeiro valoriza o papel do campesinato, a reforma agrária e a produção familiar como alternativas ao agronegócio. O segundo privilegia a modernização tecnológica, a competitividade e a lógica do mercado. As políticas públicas oscilam entre esses paradigmas, o que explica a ambiguidade de muitas ações governamentais.

No contexto de Pirpirituba/PB, o avanço do agronegócio e a marginalização da agricultura de base familiar tornam ainda mais urgente o fortalecimento de experiências como a Feira da Agricultura Familiar. Essa feira representa uma forma de resistência territorial, na medida em que articula os agricultores locais, promove a diversidade produtiva e estabelece vínculos entre campo e cidade. Além disso, a feira materializa práticas que escapam à lógica do capital, como o intercâmbio solidário, o conhecimento tradicional e a gestão coletiva do espaço (Mitidiero Junior et al., 2015; Fuini, 2017).

A feira também deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de reterritorialização, no qual os agricultores familiares recuperam o controle sobre o espaço e sobre os processos produtivos. A reterritorialização é um processo político e simbólico, que envolve a reafirmação de vínculos culturais e a construção de novas formas de pertencimento. Essa perspectiva rompe com a ideia de que o campo seria um espaço apenas de produção e o reconhece como lugar de vida, identidade e resistência (Ramos Filho, 2011; Saquet; Sposito, 2009).

Para compreender a complexidade desses processos, a noção de território imaterial também é fundamental. Essa dimensão do território engloba os valores, saberes e simbologias que não são visíveis ou mensuráveis, mas que influenciam profundamente as práticas sociais. Assim, o território não é apenas o espaço físico ocupado, mas também o conjunto de significados atribuídos pelas populações que o habitam. No caso da feira de Pirpirituba, o território imaterial se manifesta na forma de organização comunitária, no conhecimento sobre o plantio e no senso de pertencimento dos agricultores (Saquet, 2007).

A partir dessa base teórica, é possível afirmar que o campo brasileiro é marcado por uma intensa disputa territorial. De um lado, o capital busca transformar a terra em mercadoria, avançando com monoculturas, agrotóxicos e concentração fundiária. De outro, o campesinato resiste, defendendo modos de vida baseados na diversidade, na coletividade e na sustentabilidade. Essa disputa se dá também no plano simbólico e institucional, por meio das leis, dos

programas públicos e da luta por reconhecimento (Raffestin, 1993; Santos, 2017).

Nesse sentido, o planejamento rural não pode se restringir à aplicação de técnicas ou modelos prontos. Ele deve ser pensado como um processo participativo, que considera os saberes locais, os interesses coletivos e os conflitos existentes. Planejar o território é também disputar seu uso, suas funções e seus significados. É nesse processo que se insere a feira como política pública e como expressão da luta por um campo mais justo, diverso e democrático (Saquet, 2007; Sposito, 2017).

A importância das políticas públicas para a agricultura familiar, embora reconhecida, precisa ser problematizada. Nem toda política voltada ao campo favorece a autonomia dos agricultores ou fortalece sua capacidade de decisão. Muitas vezes, as ações governamentais reforçam a dependência, a padronização e a submissão às lógicas do mercado. É por isso que a participação dos agricultores na formulação e gestão dessas políticas é fundamental para que elas de fato respondam às suas necessidades e respeitem suas especificidades (Estevão; Ferreira, 2018; Farah, 2016).

A construção teórica aqui apresentada parte do entendimento de que a realidade rural brasileira é heterogênea, dinâmica e conflituosa. Por isso, é necessário adotar uma abordagem multiescalar, que considere desde os processos globais até as especificidades locais. O caso da feira de Pirpirituba é expressão de uma realidade mais ampla, marcada pela busca de alternativas à crise do modelo hegemônico de desenvolvimento. Nesse cenário, o campesinato reafirma sua importância como sujeito político e como agente da transformação territorial (Fuini, 2017; Saquet, 2007).

A territorialização das políticas públicas passa, portanto, pela capacidade de escutar os sujeitos do campo e de incorporar suas demandas às estratégias de planejamento. Isso requer vontade política, mas também disposição para dialogar com outras formas de conhecimento. O saber dos agricultores, construído na prática e na experiência, deve ser reconhecido como legítimo e

incorporado nas decisões. A feira é também espaço de saberes e práticas, onde se aprende, se troca e se constrói (Galvão; Bezerril, 2012; Sposito, 2017).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A feira da agricultura familiar de Pirpirituba/PB, identificada no presente estudo, se revela como uma experiência concreta de resistência camponesa e de articulação territorial. Sua implantação surgiu da necessidade de valorizar a produção local, fortalecer os laços comunitários e criar um espaço de comercialização para os pequenos agricultores, que enfrentavam dificuldades de inserção nos mercados convencionais. Ao analisar os dados obtidos por meio das entrevistas e da observação direta, constatou-se que a feira contribui significativamente para a renda das famílias agricultoras, promovendo também o reconhecimento de sua identidade e cultura.

A feira ocorre semanalmente e envolve dezenas de agricultores familiares do município e região. Os produtos comercializados são diversos, abrangendo frutas, hortaliças, derivados de leite, bolos, doces, ovos caipiras, entre outros. A diversidade dos produtos reflete a prática da policultura, característica fundamental da agricultura familiar e contrária à lógica do monocultivo imposta pelo agronegócio. Além disso, a feira promove relações sociais mais horizontais, pois permite ao consumidor conhecer diretamente o produtor, fortalecendo laços de confiança e reciprocidade.

Durante a pesquisa de campo, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com agricultores, consumidores e organizadores da feira. As falas dos entrevistados demonstram um alto nível de satisfação com a experiência, destacando a importância da feira não apenas para o incremento da renda, mas também para a valorização da identidade rural. Muitos agricultores relataram que passaram a se sentir mais respeitados enquanto trabalhadores do campo, além de perceberem maior reconhecimento de suas práticas sustentáveis por parte da população urbana.

Os resultados indicam que a feira se constitui como uma territorialidade camponesa em construção, pois organiza o espaço segundo valores, relações e sentidos próprios da vida no campo. Essa territorialidade se expressa na escolha dos produtos quanto na forma como são produzidos e comercializados. A feira se configura, portanto, como uma estratégia de reterritorialização frente à desterritorialização promovida pelo agronegócio e pelas políticas públicas insensíveis às especificidades locais.

As práticas observadas demonstram uma relação diferenciada com a terra, o tempo e o trabalho, revelando uma racionalidade camponesa que resiste à lógica da produção voltada exclusivamente ao lucro. Essa racionalidade se traduz em um modo de vida que valoriza a cooperação, o cuidado com o solo e o respeito ao ciclo natural dos alimentos. A feira, nesse contexto, é também um espaço de educação e de trocas de saberes, onde agricultores compartilham experiências, técnicas e conhecimentos adquiridos ao longo de gerações.

Outro aspecto relevante é o papel da feira na afirmação da identidade camponesa. Por meio dela, os agricultores reafirmam sua existência, seus valores e sua contribuição para a sociedade. Essa identidade, muitas vezes invisibilizada pelas narrativas hegemônicas do desenvolvimento rural, ganha visibilidade e reconhecimento no espaço urbano. Assim, a feira contribui para desconstruir estigmas e aproximar campo e cidade, promovendo uma maior compreensão das realidades e dos desafios enfrentados pelos sujeitos do campo.

A relação entre a feira e as políticas públicas também foi abordada nas entrevistas. Os agricultores reconhecem a importância de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), mas apontam falhas na execução, como atrasos nos pagamentos, burocracia excessiva e descontinuidade das ações. Apesar disso, veem na feira uma forma de autonomia em relação ao poder público, uma vez que ela permite a venda direta ao consumidor e reduz a dependência de intermediários e atravessadores.

Com base nos dados analisados, foi possível afirmar que a feira da agricultura familiar de Pirpirituba/PB se constitui como uma experiência exitosa de construção de um território alternativo. Ela reafirma a centralidade da agricultura familiar na produção de alimentos e na geração de trabalho, ao mesmo tempo em que resgata valores comunitários e promove o desenvolvimento local. Trata-se de um espaço que alia economia solidária, sustentabilidade e soberania alimentar, servindo de referência para outras iniciativas em regiões semelhantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida observou o papel da feira da agricultura familiar no município de Pirpirituba/PB, enfocando sua relevância enquanto expressão territorial da resistência camponesa e estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. Ao longo do estudo, foram analisadas as relações sociais, culturais e econômicas envolvidas na criação e manutenção da feira, além de sua articulação com políticas públicas e com a identidade dos agricultores. O trabalho buscou compreender como o espaço da feira se constitui em uma territorialidade marcada por formas alternativas de produção, comercialização e relação com o meio.

Com base em entrevistas, observação direta e análise teórica, foi possível apreender a complexidade das dinâmicas locais e a importância da feira enquanto prática social que resgata valores culturais, promove a autonomia dos agricultores e contribui para o desenvolvimento rural sustentável. O estudo também buscou evidenciar o papel do conhecimento tradicional, das relações comunitárias e da produção agroecológica na constituição do território camponês.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível compreender a dinâmica da agricultura familiar no contexto local e analisar a feira como instrumento de fortalecimento das identidades camponesas, além de evidenciar os entraves e potencialidades das políticas públicas direcionadas ao campo.

Com isso, foi possível constatar que é urgente reconhecer e valorizar os modelos produtivos sustentáveis e baseados em lógicas não capitalistas de desenvolvimento rural. A feira se apresenta como uma alternativa viável e concreta às dinâmicas hegemônicas, reafirmando a agricultura familiar como pilar fundamental para a segurança alimentar, a preservação ambiental e a coesão social.

Nesse sentido, observou-se que a feira de Pirpirituba cumpre um papel essencial na economia local, oferecendo uma fonte de renda estável e direta para os agricultores familiares. Ela promove também uma reaproximação entre campo e cidade, ao permitir que os consumidores conheçam a origem dos produtos e interajam com os produtores, criando um circuito de confiança e solidariedade.

Além disso, identificou-se que a feira atua como espaço educativo, propício à troca de saberes e à transmissão de práticas agroecológicas e de resistência cultural. Seu funcionamento fortalece o sentimento de pertencimento e identidade entre os agricultores, reforçando a coesão comunitária e estimulando iniciativas coletivas. Os resultados evidenciaram que, mesmo diante das dificuldades estruturais, a feira se mantém como espaço de autonomia e protagonismo dos sujeitos do campo. A organização coletiva, a participação social e o comprometimento com a qualidade dos produtos são elementos fundamentais para sua permanência e consolidação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 06 jun. 2025.
- FERNANDES, B.M. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB, 2002.

- FUINI, L.L. *Construções teóricas sobre o território e sua transição: A contribuição da Geografia brasileira*. Revista Colombiana de Geografia, v. 26, n. 1, p. 221-242, 2017.
- GALVÃO, I.R; BEZERRIL, K.O. O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel. Revista de Geopolítica, v. 3, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/59>. Acesso em: 06 jun. 2025.
- GOMES, P.C.C. *Geografia e Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. Dados referentes ao município de Pirpirituba - PB. Pirpirituba - PB IBGE, Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pirpirituba>> Acesso em: 17/04/2018 jun.2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view>> Acesso em: 06 jun. 2025.
- MITIDIERO JUNIOR, M.A; GARCIA, M.F; VIANA, P.C.G (Orgs.). *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- OLIVEIRA, A.U. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS FILHO, E.S. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. SERGIPE, 2011. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p. 1-16, jul. 2011.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- SAQUET, M.A; SPOSITO, E.S (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SPOSITO, E.S. *Glossário de geografia humana e econômica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

TRANSFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS RECENTES NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO/PB

Profa. Espec. Lenilma Vieira da Costa Silva

e-mail: lenilmavieira@gmail.com

Prof. Dr. Elton Oliveira da Silva

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: elton.ufpb@gmail.com

RESUMO

Essa pesquisa tratou sobre a produção rural em Logradouro/PB e seus aspectos históricos para percebermos o processo de ocupação e transformação do espaço agrário dos que ainda lutam para permanecer/sobreviver da terra. O objetivo foi analisar a agricultura no município que tem no núcleo familiar a sua origem. A pesquisa documental fundamentou-se nos censos agropecuários de 2006 e 2017, tratando de dados referentes ao cultivo (lavouras temporárias) e os estabelecimentos rurais. Em paralelo com os dados oficiais, utilizou-se relatos orais dos trabalhadores dessa terra, especificamente nas localidades de Sitio Malhada e Braga II. Assim, buscou-se apreender as transformações ocorridas nesse espaço e, principalmente, entender possíveis causas para o decréscimo da agricultura no município.

Palavras-Chave: Agricultura; Geografia Agrária; Logradouro/PB.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade da pesquisa não está atrelada à definição de agricultura camponesa e/ou familiar, os termos supracitados não estarão em discussão nesse estudo e utilizaremos as denominações apenas para nos referir à prática desses homens e mulheres trabalhadores/as do campo que desenvolvem suas atividades na

agricultura (Santos; Azevedo, 2017), enfatizando expressões rotineiramente utilizadas por estes para definir sua mão de obra. Diante disso, observamos que a utilização da palavra camponês se refere, ao sujeito do agricultor familiar, onde funciona uma organização econômica fundada no trabalho da família, ainda que possuam algum grau de integração aos mercados e de tecnificação como meios de subsídios para melhorias ou rendimento.

Como disse um agricultor: “Ah! a vida do camponês, do pequeno agricultor como a gente fala, é sofrida”. O objetivo foi analisar a realidade da agricultura no município de Logradouro/PB, em relação às famílias camponesas, buscando a compreensão sobre os motivos pelos quais a agricultura não está em relevante expansão, sejam por questões climáticas, falta de incentivos, incipientes políticas públicas, entre outros. Devemos discutir também, a quebra da tradição familiar do cultivo na terra, a escolaridade e outras ligações possíveis. Assim, buscamos perceber as mudanças ocorridas no espaço agrário, considerando a Paraíba e região imediata de Guarabira, no Agreste Paraibano.

Utilizamos como fonte para o estudo da agricultura camponesa e/ou familiar no município de Logradouro os relatos orais dos próprios agricultores, através de questionários semiestruturados, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisa documental com análise de fichas/cadastros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Logradouro, consultas a representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no município.

Buscamos compreender a realidade através dos relatos orais, principalmente dos pequenos produtores destas áreas. Segundo Thompson (1998, p. 337, *apud* Alves, 2016, p.01), “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E aos lhes dar um passado, ajuda-as a também a caminhar, para um futuro construído por elas mesmas”. Em vista disso, pode-se perceber em sua narrativa a trajetória que percorreram e percorrem, contribuindo para a compreensão das suas necessidades e condições.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Trabalharmos com a pesquisa empírica e com os relatos orais, com as narrativas dos sujeitos escolhidos para cada pesquisa, mas também é significativo frisar que, ao escolher trabalhar com a metodologia supracitada, não exclui a necessidade de trabalhar com “documentos escritos como os de arquivo” (Alves, 2016, p. 07), bem como, arquivos de pesquisas, como os Censos realizados pelo IBGE, fichas de sindicatos e Emater, utilizados nesse estudo, na busca da compreensão e relacionamento dessas fontes orais com os demais fundamentos da pesquisa.

A pesquisa de campo, também escolhida como base metodológica, se faz de acentuada pertinência para atingir os objetivos propostos. Conforme Chiapetti (2010, p. 145), “Pesquisar é buscar e, portanto, pesquisar em campo é buscar respostas (em algum local) para responder às questões da pesquisa”. Logo, pesquisar traz resultados do objeto estudado, às vezes correspondente a hipótese do pesquisador, e outras apontam para respostas contrárias.

Ainda sobre a pesquisa de campo, Minayo (1994, *apud* Chiapetti, 2017, p. 111), discorre que “a pesquisa de campo é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Expressa a realidade, com a riqueza de todos os dados colhidos, mas não se desfaz da base que justifica a finalidade da investigação. Um estudo planejado anteriormente que recebe roupagem, que desvenda fatos, constrói argumentos e constitui toda a pesquisa. Com efeito, os diagnósticos dos objetivos propostos passam também pela abordagem do estudo de caso, com um procedimento metodológico quantitativo e qualitativo.

A formação do espaço agrário paraibano se constituiu a partir da exploração, cenário que se estabeleceu desde a chegada dos europeus no território brasileiro, se agravando com a implantação da máquina colonial a partir de 1530. Da invasão do território pelos portugueses, resultou a expulsão, genocídio e

escravização dos povos originários e nesse processo, a terra já era um elemento em disputa, uma vez que, resistindo às imposições do colonizador, os nativos que aqui habitavam “lutaram por suas propriedades comunais, roças, haveres e famílias” (Mello, 2002, p. 25). Corroborando com tal compreensão, Oliveira (2001, p. 190) pontuou que os conflitos advindos da terra, em todo o Brasil, são vestígios da ocupação.

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São, marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo. Há mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico. O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas.

A pequena produção de alimentos permeia todos os ciclos das culturas de mercado e sofreram com seus processos de expansão/retração, estando nas mãos de moradores e parceiros, no interior das grandes propriedades e também de pequenos proprietários. A coexistência da cultura alimentar teve impacto na concentração de terras na região do Agreste paraibano, já que esta possui o menor índice de acúmulo de terras (fundiária) do Estado, quando comparada às demais mesorregiões (Moreira; Targino, 1997, p. 97). Em Logradouro/PB, percebemos que a maioria dos residentes no campo possuem terra em pequena extensão, e que as maiores propriedades estão em usufruto de poucos.

O processo de recuo das lavouras alimentares mais tradicionais (feijão, milho, mandioca) nas últimas décadas do século XX, segundo Moreira; Targino (1997, p. 147) não podem ser justificadas apenas por períodos de estiagem, mas está ligada igualmente à expansão da cultura canavieira e áreas de pastagens, para a criação de animais de corte, o que torna, mais uma vez, essa produção de gêneros alimentícios, seja para consumo ou comercialização local, sujeita às variações das grandes produções.

3 SOBRE A AGRICULTURA EM LOGRADOURO/PB

Logradouro/PB foi constituído município em 1994, desmembrado de Caiçara/PB, mesmo sem haver divisão político-administrativa, período em que a Paraíba passou a possuir duzentos e vinte e três municípios. De acordo com Moreira *et al* (2003, p. 11), na última década do século XX, foram originados mais cinquenta e dois novos municípios onde, acreditam os autores supracitados, este desmembramento foi constituído de forma arbitrária, já que a única justificativa observada seria “político-partidários bem localizados”.

Não se encontram argumentos que pudessem fundamentar tais decisões, sobre a divisão dos municípios, pois o estado estava atravessando uma “crise no seu setor primário em torno do qual gira a organização dos novos municípios”. Acresce que os dados de sua formação e/ou ocupação, não é sabido realmente como ocorreu, dispõe-se apenas das narrativas orais dos moradores mais antigos. De um distrito de Caiçara/PB, assim nasceu o município de Logradouro, que já possuía uma sede urbana e que em muito facilitou sua emancipação política e territorial.

Neste estudo analisamos os dados obtidos através dos Censos Agropecuários, florestal e/ou aquícola (IBGE, 2006 e 2017), visando conhecer o perfil do município no que concerne às atividades do espaço rural, buscando alcançar os objetivos aqui traçados. Assim, compreendemos que o município não dispõe de informações ou uso de grandes tecnologias e também não obtêm assistência e acompanhamento necessário por parte de agentes ou órgãos especializados, demonstrando que os cultivos dos agricultores estão, em sua maioria, pautados na experiência adquirida ao longo do tempo.

Diante disso, observamos que 67 estabelecimentos agropecuários também realizaram financiamentos ou empréstimos, em sua maioria com a finalidade de investimento ou manutenção, tendo como fonte os programas governamentais de crédito ou outras fontes, sendo contabilizados ainda 200 estabelecimentos que não realizaram essa ação. Portanto, é importante salientar que

os produtores desse município utilizam poucos meios de produção atuais.

Os estabelecimentos agropecuários do município de Logradouro, em 2006, correspondiam a 5.115 hectares, sendo distribuídas em construções, benfeitorias ou caminhos, lavouras (permanente e temporária), matas e florestas, pastagens (sejam elas naturais ou plantadas), sistemas agroflorestais, tanques, lagos, açudes, e/ou área de águas públicas para a exploração da agricultura, e as terras inaproveitáveis para a agricultura e pecuária (IBGE, 2006).

Pontuando as atividades existentes, além da agricultura, observa-se com maior destaque a criação de animais, que movimenta o setor rural. Inclusive, a esta atividade supracitada se aplicam algumas serventias para os agricultores locais, como o leite (vacas), ovos (galinhas), os animais bovinos também são utilizados para venda com outros fins, ou corte para comerciantes locais.

Com efeito, no ano de 2017 no Censo Agropecuário, temos uma realidade com uma diversidade de cultivo que se faz importante ressaltar. Os estabelecimentos agropecuários, em suas lavouras temporárias, foram produzidos jerimum, amendoim, cana de açúcar, cana de açúcar forrageira, fava, feijão de corda, fradinho e preto, mandioca, melão, sorgo, tomate rasteiro e palma forrageira, alguns cultivos com produção bem significativa, outros de forma ainda bem tímida, apenas para o consumo.

A pecuária no município de Logradouro, em 2017, tem pontos divergentes de 2006, desde o quantitativo de animais, bem como suas espécies. Foi possível observar que ainda predomina a criação de galinhas e bovinos, sendo que de 2006 a 2017 os bovinos tiveram uma redução de sua criação de 8% e os galináceos tiveram esse percentual positivo. Mas também, devemos considerar os benefícios que esses animais em destaque trazem para os estabelecimentos agropecuários, com a produção de ovos e leite.

Na pesquisa delimitamos entrevistas com os agricultores familiares de Logradouro, para entendermos a realidade empírica e a visão camponesa sobre suas atividades e o espaço de ocupação e uso da terra. Enfatizamos a questão da escala temporal, para que

rememorassem suas vivências dentro do recorte estabelecido nessa pesquisa. Assim, nos seus relatos orais, nota-se essa ênfase aos anos passados, esclarecendo fatos ocorridos. Ao serem questionados sobre a sobrevivência no campo, se dava para viver trabalhando unicamente na agricultura, obtivemos os consecutivos retornos. O primeiro questionamento foi: *É possível sobreviver trabalhando unicamente na agricultura?*

“[...] dava, num dava cem por cento” (Entrevistado 01). “Antes dava, por que o inverno era certo, era correto. Tinha como plantar, quando chegasse em janero podia plantar, por que era certo, nesse tempo já tinha gente “incamano lerão” (E. 02). “A dificuldade que eu vejo para a agricultura é o inverno, que é fraco. A gente pranta não dá nem prá cumé. Pranta milho, fava, feijão, batata. Tem ano que não dá nem prá cumé. Teve tempo melhor, já faz uns 4 ou 5 anos que tá pior” (E. 07). “A diferença é que não precisava ficar aguano como agora. Os inverno era melhor, vem ficando mais escasso. Assituar lavoura agora é maidifce” (E. 09) [Grifo nosso].

Diante do exposto, observa-se que os entrevistados vêm colocando as suas dificuldades acerca da sua realidade que, com o passar dos anos, foi intensificando os percalços, e como ressaltam que hoje, mesmo fazendo os cultivos, os mesmos não conseguem sobreviver e dedicar-se unicamente à agricultura. As chuvas escassas são colocadas como um dos fatores mais alarmantes, pois, conforme seus relatos, no período de referência (escala temporal), já não chovia como antes (Silva et al, 2009, p. 455).

Por outro lado, quando os entrevistados narram sobre seca e irrigação, eles explicam que precisam estar “aguando” suas culturas e também se referem ao uso de agrotóxicos, pois também acreditam estar mais difícil trabalhar em suas lavouras, sem o uso de algum defensivo. De acordo com os dados do IBGE (2017, p. 35) apresentados para o município, a parcela de produtores que utilizam agrotóxicos, adubos ou recebem assistência técnica é irrelevante. Sobre o agregado familiar com os filhos questionamos se os filhos seguiram o mesmo caminho?

“Não. As minhas três filhas procuraram outro trabalho, não é na agricultura (Entrevistado 15). “Siguiram, a merma coisa. Uns e outos não. Teve outos que foro simbora, e num trabaiaiu mai na agricultura não. Ai arranhou profissão, e ainda hoje trabaia prá banda de lá. Foi simbora pró Rio de Janeiro e lá começou a trabaia, aprendeu a profissão, e ainda hoje veve da profissão dele. Deixo a agricultura” (E. 14). “Trabalha prós outros, nas terras dos outros, nem roçado bota” (E. 13). “Rapai, muitos procuraram outros caminho, procuraram trabaia em firma, a agricultura não tá dando mai como era antigamente” (E. 10). “Procuraram mai trabalho em obra” (E. 09) [Grifo nosso].

Diante dos relatos, percebemos que as opções são outras, encontramos relatos de pais que hoje têm seus filhos trabalhando para a construção civil (como eles dizem: “firma/obra”), outros seguiram outros caminhos, até mesmo pela oportunidade de estudar, que, comparando aos tempos dos “pais”, existe uma facilidade considerável, principalmente tratando-se da localidade estudada. Fazendo referência a educação, como demonstrado anteriormente, no Censo de 2017 passou-se a investigar sobre o nível de escolaridade dos produtores, item que não foi investigado em 2006.

Referenciando ainda o Censo Agropecuário de 2017, vamos perceber que o município conta com 3% dessa parcela da população, que já ingressaram no ensino superior. Podemos aludir essas novas perspectivas as políticas públicas criadas nos anos 2000, trazendo novas oportunidades para as classes sociais menos favorecidas. Contudo, o outro fragmento desses “filhos” que partiram, muitas vezes de suas terras para buscar trabalho em outras regiões, esse contexto atrela-se também aos fluxos migratórios e concentração de terras nas mãos de poucos.

A ideia de buscar “outras possibilidades” não os abarcaram em todos os períodos, pois percebemos que os pais que possuem seus filhos trabalhando na construção civil, ou no campo, são as pessoas com idade mais avançada. Aos pais mais novos, os filhos alcançaram outras realidades, como maior viabilidade ao estudo, até mesmo pela criação de políticas públicas e programas governamentais (Programa Bolsa Família). Diante disso, é

perceptível as intercorrências vivenciadas entre os períodos por esses homens e mulheres do campo e que políticas públicas e instituições trabalhando em prol do objetivo que se propõem e propuseram, muito pode ser contribuído positivamente. Ainda sobre as instituições que atuam em relação aos camponeses, questionamos se: *Sindicato, Prefeitura, Emater e como atuavam em favor dos agricultores?*

“um trator pra cortá a terra, né!... eu ando pouco, pro lado da Emater, mais eu vejo fala que vem os feijão, as sementes”(E. 01). “Até aqui não tem comunicação, como a gente fai, com esse negócio da seca não”(E. 02). O município dá o trator pra cortar a terra. Somente!” (E. 03). “Aí nesse caso, eu não posso dizer nada, a gente vê como que é, aí eu nem procuro” (E.05). “Eles falaram que a gente tem que aproveitar o período das chuvas, mais a gente depende do trator da prefeitura para cortar as terras, aí a gente acaba plantando fora do tempo” (E. 07). “A Emater só a simente. E o sindicato só pra aposentadoria” (E. 08). “O sinicate também, não dá suporte a agricultura. A Emater é ainda quem dá um suporte, libera uma semente, as vezes, negócio de empréstimo também prá pessoa comprar, um bicho, uma vaca. Ai é onde eles chegam, o planejamento da Emater”. (E. 15)[grifo nosso].

Percebemos que as explicações são as mesmas, onde a prefeitura dá suporte com o corte de terra, a Emater, com as sementes e o sindicato, com a aposentadoria. Um caráter mais assistencialista e, na fala dos trabalhadores (e expressão), há certa insatisfação, quadro que pode ser alterado com o comprometimento desses órgãos para com os pequenos produtores, principalmente no que concerne à orientação e tecnologias apropriadas que não chegam ao campo. As instituições de apoio aos agricultores até existem, mas cumprem um papel muito limitado, quando estes trabalhadores precisariam de muito mais apoio, visto que o município se encontra em trechos agrestinos e sofre a influência direta da semiaridez regional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de tratados os dados dos Censos do IBGE de 2006 e 2017, notamos que houve mudanças significativas nos hectares plantados e nos produtos cultivados entre os anos estudados. O ano de 2017, por exemplo, apresentou a multiplicidade de cultivos, em quantidades pequenas quando pensado no número de domicílios envolvidos na produção de determinado item, indicando uma produção mais voltada para o consumo, o que se aplica também ao criatório de animais.

Quando em diálogo com os relatos orais colhidos, os entrevistados nos apontam as dificuldades concernentes a fatores naturais (pouca chuva para “molhar a terra”), a ausência de comunicação e de políticas que discutam outra forma de trabalhar diante do clima mais árido, do solo mais seco, que apresente inovações eficientes, respeitando as particularidades de cada indivíduo/localidade, para serem empregadas.

Se antes as práticas e trabalho no campo eram passados geração após geração, já se observam mudanças nas falas dos entrevistados. Estes acreditam que, se forem viver somente da agricultura, morrerão de fome. Quando tentam vender o excedente de suas produções, encontramos também indivíduos insatisfeitos com a concorrência no mercado, já que o trabalho do processo produtivo não é compensado pelos lucros.

Dado do exposto se faz relevante mencionar a grandeza do ofício desses trabalhadores, onde aproveitam o tempo (chuvas) a seu favor para poder fazer com que a economia de suas residências tenha uma melhoria. Ainda que esta bonança não perdure por todo o ano, devido aos fatos já mencionados, os mesmos se adaptaram às dificuldades.

Considera-se também que, mesmo havendo mudanças nos cultivos, quem permanecerá cultivando? As possibilidades enxergadas pelas novas gerações (filhos e parentes) são compreendidas como escassas e cruéis e, por isso, justificam a vontade de mudar a realidade que está sendo vivenciada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.C.S.O. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Ituiutaba, MG: Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, Anais Eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História, 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016.
- CHIAPETTI, R.J.N. Relato de uma pesquisa de campo qualitativa segundo os propósitos da geografia humanista. In: **Seção II - Ensino de geografia: dimensões teóricas para reflexão e auxílio à prática em sala de aula**. Ilhéus: Editus, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/panorama> Acesso em 21 de Novembro de 2020.
- _____. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> Acesso em 21 de novembro de 2010.
- _____. **Censo Agropecuário**. Ano 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006cons>. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- _____. **Censo Agropecuário**. Ano 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006> Acesso em 10 de novembro de 2019.
- _____. **Censo Agropecuário**. Ano 2017 – resultados definitivos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017> Acesso em 30 de novembro de 2019.
- MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Fortaleza: Rev. Econ. NE, v.45, 2014, p.72/73.
- MELLO, J.O.A. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União/ Superintendência de Imprensa e Editora, 2013.
- MINAYO, M.C.S (Orgs). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 21ª edição, 1994.
- MOREIRA, E. *et al.* **Estruturação do território municipal paraibano: na busca das origens**. João Pessoa: Cadernos de logepa, v.2, n. jul – dez 2003, p. 81/93.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- OLIVEIRA, A.U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos avançados, 2001, p.190.
- Prefeitura de Logradouro. **Sobre Logradouro**. Disponível em: <https://www.logradouro.pb.gov.br/historia/> Acesso em 25 de novembro de 2020.

SANTOS, A.F. P.R; AZEVEDO, R.S. **Camponês e agricultor familiar: mesmos sujeitos?** Londrina: Geografia, v. 26. n^o. 2. p. 58 – 77, jul/dez, 2017.

SIDRA. Sistema IBGE de recuperação automática. **Censo agropecuário 2017. Resultados definitivos. Notas técnicas.** Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em 22 de junho de 2020.

SILVA, L. L. *et al.* **Influência das precipitações na produtividade agrícola no estado da Paraíba.** Revista brasileira de engenharia agrícola e ambiental.

Campina Grande/PB: UAEA/UFCG – www.agriambi.com.br. v. 13, n. 4, p. 454 – 461, 2009.

_____. **Influência das precipitações na produtividade agrícola no Estado da Paraíba.** Campina Grande/PB: UAEA/UFCG. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, 2009.

DESAFIOS E RETROCESSOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS, DISTRITO DE TABULEIRO, BANANEIRAS/PB

Profa. Espec. Marianna Moreira Santos

e-mail: mariannamoreiras3@gmail.com

Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz

e-mail: thiagodequeiroz@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar os “avanços”, desafios e retrocessos da Educação do Campo no cotidiano do Assentamento São Domingos, Distrito de Tabuleiro, em Bananeiras/PB, na região do Agreste paraibano. As bases teórico-conceituais se fundamentaram em autores que sustentam a temática em questão. O trabalho de campo também foi fundamental para a apreensão da realidade manifestada em torno dos “avanços, desafios e retrocessos da Educação do Campo”. Evidenciamos a necessidade de uma maior organização através do Estado, sindicatos, e organizações sociais como um todo, para colocar em prática as políticas educacionais voltadas para a EJA-Rural e outros seguimentos, visando melhorar e superar as lacunas evidenciadas nessa pesquisa.

Palavras-chave: Educação do/no Campo; Assentamento São Domingos; EJA-Rural.

1 INTRODUÇÃO

A concepção sobre a Educação do Campo nasceu a partir do movimento de indignação e contestação camponesa, como crítica à realidade educacional brasileira sustentada na compreensão

burguesa de cidade, entendida aqui como a relação de poder promovida pelo sistema do capital que, por meio da educação, transformam camponeses em trabalhadores do agronegócio. Caldart (2009) diz que, a Educação do Campo é um movimento real de combate ao atual estado de coisas: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressam e produzem concepções teóricas e críticas a determinadas visões educacionais fora do ambiente rural, isto é, faz-se uma crítica entorno de políticas educacionais antagônicas a realidade do espaço agrário brasileiro.

A Educação do Campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao conhecimento produzido na sociedade. Ao mesmo tempo problematiza tal conhecimento, fazendo críticas ao modo de conhecimento dominante e a hierarquização epistemológica própria desta sociedade que, por sua vez, e contraditoriamente, deslegitima os protagonistas da Educação do Campo como produtores de conhecimento Caldart (2009)

O objetivo com a pesquisa foi analisar os “avanços”, desafios e retrocessos da Educação do Campo no cotidiano e no mundo vivido pelos estudantes da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA-Rural), desenvolvida no Assentamento São Domingos. Para isso, nossas fundamentações teórico-conceituais sustentam-se na obra de autores que destacam nossa temática, entre os quais destacamos Fernandes (2005); Molina (2012); Caldart (2008); Gadotti (2000), Oliveira (2004), Saquet e Sposito (2009), Arroyo (2004), Mészáros (2007), entre outros. Por meio desse aporte teórico, buscamos discutir sobre os processos que envolvem a educação de sujeitos que por muito tempo esquecidos socialmente, causando um forte impacto na formação educacional das famílias que vivem no campo.

Sabemos ainda que, tradicionalmente essa produção e comercialização em feiras livres e mercados locais alimentam a fome de milhares de famílias do interior do agreste paraibano (Mitidiero Jr, 2017). Por fim, acrescentamos que geograficamente,

sua localidade encontra-se em uma região de brejo, favorecida por aspectos naturais que possibilitam uma produção promissora.

Nosso procedimento metodológico foi caracterizado pela observação da história de vida de alguns moradores, em especial, os envolvidos na modalidade (EJA- Rural). Também foram aplicados questionários semiestruturados e realizadas entrevistas com: a) a responsável pelo (EJA-Rural); b) Liderança política do Assentamento São Domingos e; c) moradores e moradoras assentadas.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

No desenvolvimento das pesquisas científicas busca-se seguir caminhos trilhados anteriormente por outros, por meio da utilização de métodos consensuais. Vergara (2006, p.9) aponta que o método é “um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”, dessa maneira, a definição do caminho a ser percorrido durante a realização da pesquisa é de extrema importância para o alcance dos objetivos de maneira bem-sucedida. Apresentar-se-á, a seguir, os procedimentos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa.

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, que segundo Vergara (2006), é aquele restrito a uma ou poucas unidades, essas compreendidas como um produto, uma empresa, um órgão público, ou uma sociedade. Ainda, também, como uma pesquisa bibliográfica, visto que envolve o estudo sistematizado de materiais diversos publicados, como livros, revistas, artigos científicos, dentre outros. Destacamos alguns materiais que foram utilizados na pesquisa bibliografia, tais como a análise de teses e dissertações, bem como informações obtidas em *sites na internet*.

Esta pesquisa também tem caráter exploratório, por “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). Para Gil (2006), as pesquisas exploratórias têm por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo e de determinado fato. Na maioria dos casos, essas

pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e, a análise de exemplos que estimulem a compreensão.

De acordo com Vergara (2004), todo método de estudo apresenta possibilidades e limitações. Partindo-se deste pressuposto, abordam-se nesta sessão as limitações existentes neste estudo, bem como as dificuldades encontradas quanto a sua elaboração. Nesse sentido, é importante destacar primeiramente, a dificuldade de conseguir os dados necessários nas entrevistas para o desenvolvimento da pesquisa, por se tratar de dados extremamente técnicos e estratégicos, além do assentamento não manter dados arquivados sobre seus alunos.

A educação do/no campo tem sido amplamente discutida no Brasil nos últimos anos, e está inserida na pauta política, em debates acadêmicos, e no discurso dos movimentos e organizações sociais do campo em todo o território nacional. No entanto, na prática ainda precisa um trabalho mais efetivo para impactar nas vidas das famílias que residem no campo. A Lei de Diretrizes de Base (LDB) 9394/96, reitera a educação como um direito social. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 5º expressa que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantir aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança” (LDB/1996). Ainda em seu Art. 206 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A trajetória histórica da educação desenvolvida no espaço agrário denuncia a forma com os sujeitos do campo foram tratados e até hoje apresenta resquícios imateriais e materiais dessa conjuntura. Sendo assim, não faz sentido discutir a educação do/no campo olhando apenas para o momento atual, desconsiderando o seu processo de constituição. Para analisar um fenômeno que se constitui como uma crítica material a um determinado estado de coisas, nada mais próprio, pois, do que buscarmos construir uma crítica de perspectiva materialista, o que inclui uma exigência de análise objetiva (Caldart, 2008). Assim, qual o balanço crítico que fazemos da realidade educacional das famílias trabalhadoras do

campo? E dos estudantes do EJA-Rural do Assentamento São Domingos?

Para Faria (2006, p. 8), o espaço agrário, ou simplesmente “campo”, foi cenário para uma dolorosa modernização, o que se pode denominar também como modernização tardia. Isto é, por um movimento transvestido em uma agropecuária desenvolvida em escala empresarial, denominada agronegócio. Sua lógica prioriza a produção em larga escala de monocultivos, muitos deles não alimentares, os chamados commodities, voltado para o mercado externo e mundial. Assim, o espaço agrário é incluso em um mundo globalizado, na qual as leis predominantes são aquelas que se referem à otimização do capital e potencialização dos investimentos e, sobretudo, a produtividade das atividades agro-exportadoras.

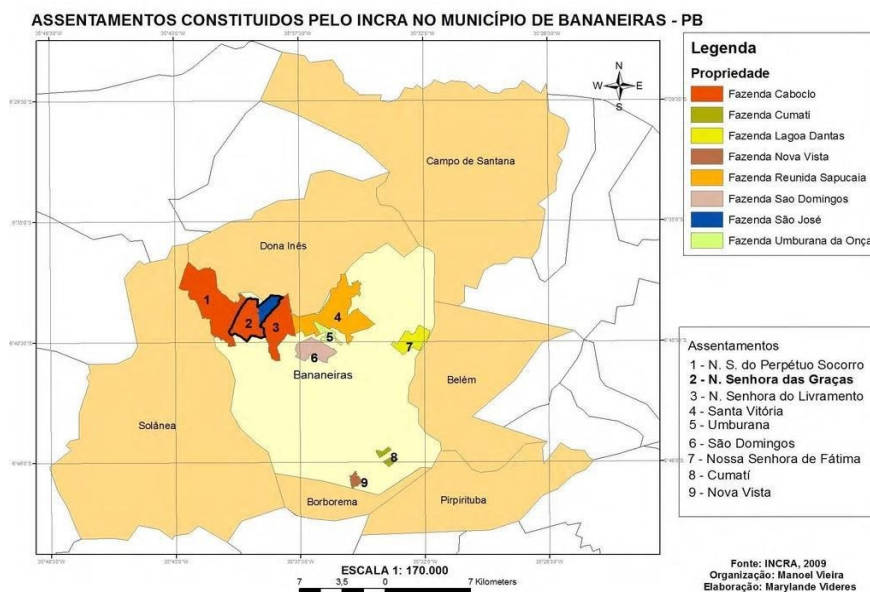
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Assentamento São Domingos, assim como tantos outros assentamentos rurais, fora marcado por disputas territoriais referentes à questão agrária paraibana. As disputas por sua vez nesta área, foram feitas de forma pacífica, sem a necessidade de embates diretos entre proprietários e moradores, o que por sua vez facilitou e favoreceu os assentados da então Fazenda São Domingos.

O conflito nesta área, se deu pela necessidade que os moradores apresentavam de ter uma terra produtiva para chamar de sua, entendendo que o então dono demonstrava pouco interesse na lida com a terra, deixando os cuidados apenas por conta dos seus empregados, os então moradores da fazenda. A luta por essas terras durou alguns anos e apenas em meados de 1998 que os assentados foram em fim beneficiados com os seus lotes. A fazenda com cerca de 332 ha foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), beneficiando e assentando 35 famílias de forma igualitária em relação a divisão de tamanho dos lotes. Atualmente comporta aproximadamente 250 pessoas, as

quais vivem basicamente, do trabalho da família na agricultura (Figura 1).

Figura 1 - Assentamentos constituídos pelo INCRA no município de Bananeiras/PB.



Fonte: IBGE 2009. Org: Manoel Vieira.

Muitos recebem incentivos do Governo Federal como o Bolsa Família, mantendo assim a média salarial dessas famílias com cerca de meio salário mínimo. Os moradores que previamente residiam nas terras do antigo proprietário da Fazenda São Domingos, popularmente chamado senhor Armando Abílio Vieira, reivindicaram os direitos de posse da área, então improdutivo, a qual foi concedida pelo INCRA. Assim, foi desapropriada e repartida em 35 lotes de 9,5 ha (hectares), os quais foram distribuídos entre as 35

famílias que já residiam na terra e, lá permanecem até os dias atuais, conforme representado a seguir.

De acordo com os relatos dos moradores coletados em nosso trabalho de campo, a bandeira de luta levantada pelos assentados sempre foi a da liberdade dos agricultores para a Educação do Campo foi fundamental. Conforme colocada por Molina (2004) representa o maior fenômeno da atual realidade do espaço agrário brasileiro. Grande parte destes trabalhadores e trabalhadoras, antes da ocupação da Fazenda São Domingos, pertencia ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, nesse contexto, já participavam de diversas lutas pelos seus direitos. Dentro dessas questões destaca-se a luta pela reforma agrária e pela Educação do Campo. A área de pesquisa fica em área rural isolada, com acessos basicamente através de estrada e rodagem (Figura 2).

Figura 2 - Vista panorâmica das terras que compreendem o Assentamento São Domingos, distrito de Tabuleiro, Bananeiras/PB.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020. Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020.

Desta forma, a luta por uma educação do/no campo se tornou uma bandeira levantada por esses assentados. Luta esta que de certa forma não obteve o êxito esperado, uma vez que, ao longo dos anos, a política educacional voltada para o campo se tornou uma questão: um direito garantido por lei, mais que historicamente, sempre foi negado pelos sucessivos governos.

Verificamos que existiu uma escola dentro do próprio assentamento, assistida pelo governo municipal de Bananeiras/PB, onde desenvolvia atividades para crianças com ensino infantil e fundamental I. A escola era de grande importância para a comunidade, pois facilitava a vida dos moradores em relação a educação das crianças pertencentes ao assentamento.

As aulas acontecem durante o período noturno, de segunda a sexta de forma presencial. Dentre os conteúdos trabalhados existe a preocupação em alfabetizar grande parte dos estudantes, levando em consideração que a turma se trata de uma turma de EJA do ciclo I, o qual representa exatamente a questão de alfabetização dos jovens e adultos; este trabalho é desenvolvido por uma única professora que reside e atua na localidade. A referida profissional possui qualificação adequada para desenvolver esse tipo de trabalho com os assentados.

Assim, a realidade apresentada pela escola atualmente, vem mudando de forma considerável o cenário educacional da comunidade. Existe dentro do assentamento apenas uma turma voltada para o Ensino de Jovens e Adultos que compreendem a modalidade de EJA- rural, a qual abrangem cerca de 25 estudantes na primeira fase do ensino fundamental desta modalidade. Esta turma de EJA-rural é assistida pelo Governo Estadual e funciona atualmente na casa que é tida como a sede do assentamento (Figura 3).

Figura 3 - Sede do Assentamento São Domingos, distrito de Tabuleiro, Bananeiras/PB.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2020. Org: MOREIRA, Mariana Santos, 2020 21.

Mesmo com a qualificação adequada para o bom desenvolvimento do trabalho dentro das questões educacionais, a dificuldade encontrada pela profissional é enorme, começando pelo deslocamento que precisa ser feito de forma cotidiana para desenvolver as atividades voltadas para o planejamento das aulas. Tendo em vista que a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) presente no assentamento pertence ao governo do Estado e na cidade a qual o assentamento pertence (Bananeiras), não mais dispõem de escolas estaduais que ofereçam a modalidade EJA, isso faz com que a professora da turma correspondente ao assentamento tenha a necessidade de migrar para outra escola para poder ter a turma vinculada no cesso escolar.

Assim como na escola urbana, a escola do campo compõe o lugar das relações educativas. Todavia, a roça, a mata, os rios ou o mar, as associações comunitárias etc, são lugares educativos que, às vezes, justamente por causa do contato diário, passam despercebidos, esquecidos no momento da elaboração dos planejamentos de ensino. Entender o campo como um modo de vida social contribui para aprimorar e afirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar tanto o seu trabalho, como sua história, além da sua relação com a natureza.

O fato é que o caminho apresentado pelos sucessivos governos no Brasil sempre objetivou, a partir das propostas educacionais, formar ou enquadrar trabalhadores para o mercado industrial ou agroindustrial. Não existe, portanto, educação, mas sim, ensino para o mercado de trabalho. Ou seja, para o trabalho assalariado ou trabalho alienado. No campo o panorama também é semelhante. O objetivo é formar, ou colocar no formato, trabalhadores camponeses alienados e subordinados à lógica do capital agrário e do agronegócio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a educação do/no campo está sustentada na educação burguesa da cidade, isto é, uma educação voltada para atender as necessidades da classe dominante, calcada no tradicionalismo e no autoritarismo implantado no Brasil desde 1820 com o império da Coroa portuguesa. Todavia, contra uma educação burguesa dominante está se formando uma tendência popular sustentada na concepção dialética. Acreditamos que seja fundamental a transformação da escola do campo a partir do trabalho educativo. Esse é o lado político essencial para a transformação da educação. Essa transformação deve partir de dentro para fora do sistema.

Pensar a escola do campo como um aparelho do Estado, que só mudará com a mudança do Estado, nos faz entender a Educação do Campo como um prolongamento do Estado capitalista, aonde a

mudança só viria de fora do sistema. A educação para o campo deve ser inserida como uma possibilidade capaz de superar as contradições socioeconômicas, pois poderá ser a redentora da Questão Agrária.

Todavia podemos questionar se existe educação no capitalismo, ou o que existe é uma espécie de ensino que ajuda na formação de pessoas alienadas e subordinadas ao capital, sobretudo dentro da relação existente entre o trabalho e o capital. Assim, uma mudança estrutural no modo de produção é fundamental, desde que parta de dentro do sistema para fora dele. Assim, enxergamos ao final desta pesquisa que, apesar dos “avanços” na Educação do Campo presentes no Assentamento São Domingos, como a implantação do EJA-Rural, trata-se de uma conquista subordinada a estrutura educacional dominante, uma vez que, na mesma medida pela qual se constitui uma aquisição educacional da classe trabalhadora do campo, contraditoriamente, subordina, precariza e explora os envolvidos. Isto é, o controle social intrínseco a forma dominante enraizadas no sistema metabólico do capital prevalece.

Finalizamos com a reflexão de que o Assentamento São Domingos possui em sua marca expressiva, a luta e a resistência materializada na consolidação do próprio assentamento, bem como na escola do/no campo. Sua localidade encontra-se em uma região de brejo, favorecida por vários aspectos naturais e geográficos que a possibilitam ser uma localidade promissora. Nos entanto, conta com pouco incentivos governamentais, sobrevivendo de modo precário e que necessita de investimentos e contribuições para desenvolver seu potencial.

Ficou evidente a necessidade de uma maior organização através do Estado, sindicatos, e organizações sociais como um todo, para impor políticas educacionais voltadas para a EJA e outros seguimentos, visando melhorar e superar as lacunas evidenciadas nessa pesquisa rumo a uma sociedade que prescindia para uma Educação do Campo para além das amarras do capital.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G; CALDART, R.S; MOLINA, M.C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.
- ARROYO, M. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: Diálogos na Educação de Jovens e adultos/ Leôncio Soares, Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti, Nilma Lino Gomes. – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011 (Estudos em EJA). BRASIL. **LDB 9394/96**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2010.
- CALDART, R.S. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, E.J; CERIOLI, P.R; osfs CALDART, R.S. (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.
- CALDART, R.S. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, C. Ap. (Org.) Por uma Educação do Campo – campo, políticas públicas, educação. Brasília: Incra/MDA, 2009.
- FARIA, M.A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. 3 ed. - São Paulo: Contexto, 2006
- FERNANDES, B. M. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a Educação do Campo**. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005.
- FERNANDES, B.M; CERIOLI, P.R; CALDART, R.S. “**Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’**: texto preparatório”. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2006
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MOLINA, M.C. JESUS, S.M.S.A. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. (Org). (Coleção Por Uma Educação do Campo).Brasília, DF. Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.
- MOLINA, M.C.; SÁ, L.M. **Escola do Campo**. In: CALDART, R. *et al* (Orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- OLIVEIRA, A.U. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela, 2004.
- SANTOS, A.S. – **Educação e Desenvolvimento, os casos das escolas rurais da região do cacau** – Bahia – Brasil. Nuances: estudo sobre Educação – Presidente Prudente. V.18, N.9, P. 52-67. Jan/abr. 2011.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes.** In.: SANTOS, Boaventura de Souza.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedinas, 2009.

SOUZA, M.A. **Fundamentos Teóricos metodológicos da Educação do Campo.** Ponta Grossa. UEPG, 2011.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2006.

2 GEOGRAFIA CULTURAL E DA PERCEPÇÃO

A GEOGRAFIA CULTURAL DO NORDESTE BRASILEIRO E A POESIA POPULAR DE JESSIER QUIRINO

Profa. Espec. Érica Gomes da Costa Mariano

e-mail: ericapsicoeesap@gmail.com

Prof Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB/CH

e-mail: lepaivarodrigues@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

Nesse estudo a Geografia Cultural foi realçada pela análise dos trabalhos literários do poeta popular Jessier Quirino (2001 - 2013). Foram analisadas as obras: “Paisagem de Interior” (1996) e “Prosa Morena” (2001). O método consistiu em uma pesquisa bibliográfica, em que as obras literárias escolhidas foram submetidas ao método de análise de conteúdo e análise do discurso (Rocha; Deusdará, 2005). Teoricamente, foram usadas obras do poeta Jessier Quirino, além dos pensadores da Geografia Cultural, da Literatura e sua relação com a Geografia. A Literatura a partir Suzuki (2017; 2018), Brosseau (2007; 2013), entre outros. O trabalho resultou em uma aproximação entre a geografia cultural e a literatura popular, enquanto elementos para a compreensão das diferentes categorias de análise geográfica.

Palavras-Chave: Geografia Cultural; Poesia Popular; Literatura Regional.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo trata da Geografia Cultural e do regionalismo nordestino, a partir de uma análise geográfica sobre a poesia popular e os indícios em que, aparecem recorrentemente, abordagens geográficas no itinerário poético e literário, com temas que exploram categorias geográficas como: espaço, região, lugar, paisagem e território, entre outros, pois a nossa intenção foi extrair

geografia dos argumentos poéticos dos trechos de algumas obras do poeta paraibano Jessier Quirino, entre as quais: “Paisagem de interior”, (1996); “Prosa Morena” (2001); “Berro Novo” (2009) e; “Papel de Bodega” (2013), Todas publicadas em Recife/PE, pela Editora Bagaço.

O poeta popular Jessier Quirino, dá vida literária aos objetos inanimados, recria com sua poesia o itinerário cultural do povo nordestino. Ele transforma uma conversa de bodega em temas literalmente geográficos, gerando perspectivas e imaginários que a linguagem popular nos permite contar. A poesia é local/regional, mas os temas são universais, pois retratam cotidianos humanos, logo, o que muda é a maneira de dizer, de contar em palavras ou declamações o espaço vivido ou vivenciado (Heidrich, 2008).

Suzuki (2018, p.4) argumenta que a Geografia Cultural também se encontra com a literatura, e destaca o autor Cláudio Benito Oliveira Ferraz, se referindo ao livro “Em busca do tempo perdido”, de Marcel Proust, “incursiona pelos meandros do cotidiano e sentimentos presentes nos territórios da vida, nas paisagens dos imaginários”. Então, ao escolher o Poeta Jessier Quirino como um dos escritores paraibanos que valorizam a literatura popular, temos em mãos, uma geografia feita de poesias e casos, ora imaginários, ora baseados na realidade social vivida pelo autor.

A Metodologia de investigação consistiu em uma análise textual das obras selecionadas, nas quais escolhemos os poemas, casos ou histórias contadas pelo autor, considerando as memórias e experiências contidas nos arranjos literários que dão vida geográfica, capaz de expor lugares, territórios, paisagens e regiões, todos na perspectiva culturalista. Na análise percebemos que a Região Nordeste se destaca no pensamento do autor, mas as demais categorias também são fortemente percebidas.

Jessier Quirino, consegue como poucos, construir uma metalinguagem ou metanarrativa (Ceia, 2010), que vai nas entranhas do vocabulário popular, expondo pensamentos profundos de um linguajar carregado de sotaques e de expressões, ou palavreados escritos com o jeito de falar nordestino, que para a língua culta

parecem errados, pois explora um forte regionalismo. Mas graças a sociolinguística, Jessier Quirino explora muito bem, trazendo para a Geografia Cultural e Literatura, conhecimentos que remontam nossa identidade linguística de raízes ancestrais.

2 ENCONTROS ENTRE A GEOGRAFIA CULTURAL E A LITERATURA

Entre as diferentes categorias de análise, a Geografia Cultural Regional facilmente se encontra com a literatura, pois temos diversos exemplos de obras literárias de cunho regionalista e que, em diferentes momentos já despertaram geógrafos a se dedicarem ao tema, com destaque para Silva; Almeida (2013) que comandam importante grupo de pesquisa na UFG e que, até certo ponto nos influenciaram nesta escolha.

De maneira bem objetiva traçamos alguns argumentos teóricos, dando conta que a Geografia Cultural nasceu ao mesmo tempo em que a Geografia Humana. Para Claval (2011), a geografia cultural nasceu ao final do século XIX e seguiu as mesmas características de estudos sobre o modo de vida e de trabalho dos grupos humanos, assim os estudos foram se desenvolvendo durante quase todo o século XX, até que, por volta da década de 1990, se percebeu uma virada teórica e temática dentro da Geografia Cultural, agora “o interesse é pelas imagens mentais, as representações, o simbolismo, as identidades” (Claval, 2011, p.5).

Suzuki (2018) considera que, desde o século XIX, geógrafos franceses, americanos e britânicos utilizaram obras literárias em seus estudos, em especial, pela capacidade em descrever fenômenos humanos e naturais como: paisagens, lugares, regiões, povos e modos de vidas diferenciados. Para Suzuki (2017, p.2), geógrafos como: “Paul Vital de La Blache (s/d), Pierre Monbeig (1940), Fernando Segismundo (1949) e Mauro Mota (1961), usaram a literatura enquanto fonte de reflexão geográfica”, mas também, enquanto um manancial para as análises geográficas.

A Geografia Cultural, em especial a Nova Geografia Cultural (Corrêa; Rosendahl, 2003), nos coloca diante de temas como espaço

e cultura, religião, literatura e geografia, paisagens culturais urbanas e rurais, temas a partir dos quais, surgem muitos estudos hibridizados entre Geografia Cultural e Literatura ou de análises antropogeográficas. Nessa mesma linha, autores como Brosseau (2007), destaca a possibilidade de uso do romance na relação geografia e literatura.

Koga (2003) nos situa bem sobre a percepção do lugar para além das medidas, pois todo lugar, local só o é, na medida em que existam relações humanas ou da população com os lugares ou locais. Quirino (2013) explora muito bem essa dimensão do lugar ou do local, ao exemplo da relação das pessoas com a bodega e a compra das necessidades básicas, ou local da feira livre, como um espaço de convivências e relações sociais entre os vendedores e os clientes ou fregueses.

Tuan (2013), considera que tanto o espaço, quanto o lugar, são representações e imagens percebidas e absorvidas ao longo da nossa existência, pois vivenciamos e registramos em memória e em termos linguísticos, o sentido de localizar as coisas, os objetos materiais e até mesmo os nossos sentimentos ou emoções de onde estamos, de onde vivemos, com quem compartilhamos os espaços da nossa existência.

A língua falada ou escrita, vai nos situando espacialmente, e os lugares também são construídos por palavras. Assim registramos a intimidade do lugar, do habitat humano e de outras espécies. A casa, a rua, a praça, a mercearia, a igreja, o clube social, a estrada, o rio, o roçado, a festa, o velório, o cemitério (Mariano Neto, 2001).

A outra categoria de análise que se encontra nas temáticas da Geografia Cultural é a paisagem e a região, diretamente relacionadas com as experiências dos sentidos e dos sentimentos humanos, considerados os seus espaços vividos, pois para além do plano estético e material dos objetos no espaço, a paisagem é algo introjetado em nossa mente, considerando-se tanto os fixos, quanto os fluxos ou dinâmicas espaciais (Besse, 2006).

Dardel (2011) em sua obra *o Homem e a Terra – natureza da realidade geográfica*, relaciona a paisagem a fenomenologia,

considerando que os sujeitos experimentam o mundo, não apenas com a mente, mais com seus sentidos. O ser humano está no mundo e isso é o que interessa, enquanto um fenômeno de interpretação da realidade a partir dos indivíduos. As ideias ou criações paisagísticas, a linguagem de identificação e os códigos simbólicos e representacionais estão na direta relação entre o homem e o seu meio.

Para Gomes (1995), depois da década de 1970, alguns geógrafos passaram a considerar uma nova abordagem regional, que deu base para estudos considerando-se a ideia de regiões funcionais, levando-se em consideração algum elemento polarizador do processo regional (Corrêa, 1990), e os espaços urbanos em suas hierarquias espaciais deram uma sobrevida ao conceito de regiões funcionais, bem como, as áreas controladas pelo processo expansão do capital, como os distritos industriais ou as áreas com grande dinâmica rural monocultoras e polarizadoras de alguma atividade agrícola e ou agrária, em que se inserem elementos culturais.

Haesbaert (2009, p. 37), considera o território a partir de quatro instâncias: jurídico-política; econômica, ambiental e cultural. No sentido cultural ele destaca a dimensão simbólica, a partir das sociedades tradicionais ou “neotribalismo”, bem como a subjetividade ou a identidade dos indivíduos. O autor demonstra uma preocupação teórica identificada como a desterritorialização cultural, bem como da reterritorialização a partir de enfoques étnicos, religiosos e linguísticos. Ao definir o território na perspectiva cultural, vemos a grande aproximação da Geografia Cultural com esta categoria de análise geográfica. O poeta Jessier Quirino, em suas diferentes obras, ressalta aspectos que estão diretamente atreladas aos territórios e seus atores sociais, construindo dinâmicas poéticas e histórias populares ricas em geografia.

3 ANÁLISE DOS LIVROS DE JESSIER QUIRINO

As imagens e representações do povo nordestino, bem como os seus valores culturais e linguísticos. Quirino (1996), considera a “poesia matuta” ou a “poesia brejeira”, enquanto territórios literários nordestinos. De maneira geral, destacamos as quatro principais obras que foram escolhidas, para delas analisarmos a influência de elementos geográficos expressos no decorrer dos trabalhos.

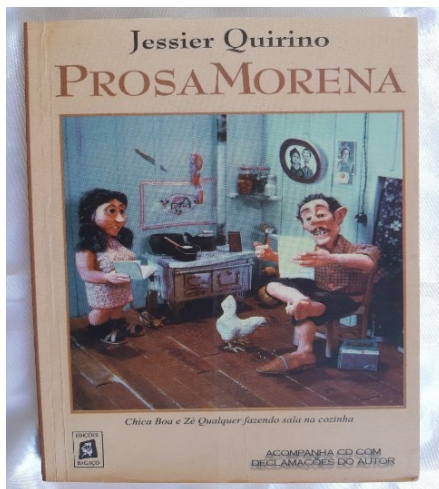
Nas obras literárias de Jessier Quirino, vimos o quanto existe de horizonte geográfico entre os seres humanos descritos nas poesias e o imaginário popular, em que, a Geografia Cultural, apresenta em seu arcabouço teórico, categorias de análise, que relacionadas com a produção literária, em seu imaginário socio-cultural, dá sentido aos seus personagens e cenários de atuação, enquanto lugares e paisagens típicas do Nordeste brasileiro que foram ressaltadas ao longo das quatro obras escolhidas para análise geográfica.

Esse capítulo de livro foi muito reduzido enquanto resultado de uma pesquisa maior, na qual, cada uma das obras de Jessier Quirino fora analisada na íntegra, porém tivemos que adequar o estudo ao limite de páginas e iremos tratar aqui apenas os dois primeiros livros. Na pesquisa elegemos os livros: “Paisagem de Interior” (Quirino, 1996); “Berro Novo” (Quirino, 2009); “Prosa Morena” (Quirino, 2001) e “Papel de Bodega (Quirino, 2013). A partir destes trabalhamos com a análise textual e análise do discurso, considerando alguns fragmentos literários em que a geografia é literalmente expressa (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Capa do livro Paisagem de interior de Jessier Quirino, Recife: Bagaço, 1996.



Figura 2 - Capa do livro Prosa Morena de Jessier Quirino, Recife: Bagaço, 2001.



Fonte: Arquivo dos autores, 2020.

3.1 O LIVRO “PAISAGEM DE INTERIOR”

O primeiro livro escolhido para esta análise foi “Paisagem de Interior” (Quirino, 1996), constituído por 158 páginas e 52 poesias e casos. Nesta obra escolhemos como destaque “Isso é cagado e cuspidado paisagem do interior”. Na poesia escolhida reflete o conjunto da obra de maneira que a Geografia Cultural é facilmente identificada, na perspectiva de um nordestino que conhece ou vive de maneira mais profunda o seu lugar de origem.

ISSO É CAGADO E CUPIDO PAISAGEM DE INTERIOR - Matuto no
mêi da pista/ menino chorando nu/ rolo de fumo e beiju/ colchão
de palha listrado/ um par de bêbo agarrado/ preto veio rezador/
jumento, jipe e trator/ lençol voando estendido/ isso é cagado e
cuspidado/ paisagem de interior/. Três moleque fedorento/
morcegando um caminhão/ chapéu de couro, gibão/ bodega com
sortimento/ poeira no pé do vento/ tabulêro de cocada/ banguela

dando risada/ das prosa do cantador/ buchuda sentindo dor/ com o filho quase parido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior/. Bêbo lascando a canela/ escorregando na fruta/ num batente, uma matuta/ ariando uma panela/ cachorro numa cadela/ se livrando das pedrada/ ciscador, corda e enxada/ na mão do agricultor/ no jardim, um beija-flor/ num pé de planta florido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior. Mastruz e erva-cidreira/ debaixo dum jatobá/ menino querendo olhar/ as calça da lavadeira/ um chiado de porteira/ um fole de oito baixo/ pitomba boa no cacho/ um canário cantador/ caminhão de eleitor/ com os voto tudo vendido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior/. Um motorista cangueiro/ um jipe chêi de batata/ um balai de alpercata/ porca gorda no chiqueiro/ um camelô trambiqueiro/ avelós e lagartixa/ bode véio de barbicha/ bisaco de caçador/ um vaqueiro aboiador/ bodegueiro adormecido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior/. Meninas na cirandinha/ um pula corda e um toca/ varredeira na fofoca/ uma saca de farinha/ cacarejo da galinha/ novena no mês de maio/ vira-lata e papagaio/ carroça de amolador/ fachada de toda cor/ um bruguelim desnutrido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior/. Uma jumenta viçando/ jumento correndo atrás/ um candeiro de gás/ véi na cadeira bufando/ raído de pilha tocando/ um choriço, um manguzá/ um galho de trapiá/carregado de fulô/ fogareiro, abanador/ um matador destemido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior/. Um soldador de panela/ debaixo da gameleira/ sovaqueira, balinheira/ uma maleta amarela/ rapariga na janela/ casa de taipa e latada/ nuvilha dando mijada/ na calçada do doutor/ toalha no quarador/ um terreiro bem varrido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior/. Um forró de pé de serra/ fogueira, milho e balão/ um tum-tum-tum de pilão/ um cabritinho que berra/ uma manteiga da terra/ zoada no mêi da feira/ facada na gafieira/ matuto respeitador/ padre, prefeito e doutor/ os home mais entendido/ isso é cagado e cuspidor/ paisagem de interior (Quirino, 1996, p.19-23).

Dentro do gênero literário reconhecido enquanto poesias, poemas, sonetos e outros, se destaca o cordel. Pequenos livretos que exploram um tema, geralmente regional, buscando interpretar situações sociais culturais, políticas, a partir da subjetividade linguística, em que as palavras são escolhidas privilegiando-se o sentido e a rima (Melo, 2019).

A primeira poesia de Jessier Quirino que escolhemos para análise geográfica traz como principal mote “Isso é cagado e cuspidor paisagem do interior”, como a frase que se repete ao final de cada estrofe. São nove estrofes e em cada uma delas o autor recorre a uma situação imagética que traduz o sentido de paisagem, tanto no olhar, quanto na memória das pessoas que vivem ou viveram no interior do Nordeste brasileiro. O autor privilegia situações tanto naturais quanto humanas, desde as coisas mais simples, quanto as situações mais engraçadas dos hábitos ou costumes de um povo.

A paisagem de interior é marcada por “*ciscador, corda e enxada na mão do agricultor, no jardim um beija-flor num pé de planta florido*”. Estas e outras observações do autor, ganham uma dimensão espacial e material fora do comum. Quem lê ou escuta, consegue imaginar o cenário do texto. Na medida em que continuamos a leitura, vamos encontrando os elementos da paisagem sertaneja ou interiorana do Nordeste, em cada um dos traços. O detalhe é a coisa mais importante do poema de Jessier Quirino. O material e o imaterial se encontram e se misturam as obras de Quirino, nos levando a ideia de que não existe separação entre materialismo e fenomenologia ou percepção.

3.2 LIVRO “PROSA MORENA” – CHICA BOA E ZÉ QUALQUER FAZENDO SALA NA COZINHA

O livro Prosa Morena é constituído por 59 poemas e um CD com recital e composições de Quirino (2001). Como são muitos temas, elegemos aquele que estão mais diretamente relacionados com aspectos da Geografia Cultural, entre os quais:

PARAFUSO DE CABO DE SERROTE: Tem uma placa de Fanta encardida/
A bodega da rua enladeirada/
Meia dúzia de portas arqueadas/
E uma grande ingazeira na esquina/
A ladeira pra frente se declina/
E a calçada vai reta nivelada/
Forma palmos de altura de calçada/
Que nos dias de feira o bodegueiro/
Faz comércio rasteiro e barateiro/
Num assoalho de lona amarelada/
Se espalha uma colcha de mangalho/: É cabresto, é cangalha e é

peixeira/ Urupema, pilão, desnatadeira/ Candeeiro, cabaço e armador/ Enxadeco, fueiro, e amolador/ Alpercata, chicote e landuá/ Arataca, bisaco e alguidar/ Pé-de-cabra, chocalho e dobradiça/ Se olhar duma vez dá uma doidiça/ Que é capaz do matuto se endoidar/. É bodega sortida cor de giz/ Sortimento surtindo grande efeito/ Meia dúzia de frascos de confeito/ Carrossel de açúcar dos guris/ Querosene se encontra nos barris/ Onde a gata amamenta a gataiada/ Sacaria de boca arregaçada/ Gargarejo de milhos e farelos/ Dois ou três tamboretas em flagelo/ Pro conforto de toda freguesada/. No balcão de madeira descascada/ Duas torres de vidro são vitrines/ A de cá mais parece um magazine/ Com perfume e cartelas de *Gillete*/ Brilhantina safada, canivete, Sabonete, batom... tudo entrespado/ *Filizolla* balança bem ao lado/ Seus dois pratos com pesos reluzentes/ Dá justeza de peso a toda gente/ Convencendo o freguês desconfiado/. A Segunda vitrine é de pão doce/É tareco, sequilho e cocorote/ Broa, solda, bolacha de pacote/ Bolo fofo e jáú esfarofado/ Um porrete serrado e lapidado/ Faz o peso prum maço de papel/ Se embrulha de tudo a granel/ E por dentro se encontra uma gaveta/ Donde desembainha-se a caderneta/ Do freguês pagador e mais fiel/. Prateleiras são tábuas enjambradas/ Com um caibro servindo de escora/ Tem também não sei qual Nossa Senhora/ Com um jarrah de louça bem do lado/ Um trapézio de flandres areados/ Um jirau com manteiga de latão/ Encostado ao lado do balcão/ Um caneiro embicando uma lapada/ Passa as costas da mão pelas beicadas/ Se apruma e sai dando trupicção/. Tem cabides de copos pendurados/ E um curral de cachaça e de conhaque/ Logo ao lado se vê carne de charque/ Tira gosto dos goles caneados/ Pelotões de garrafas bem fardados/ Nas paredes e dentro dos caixotes/ Tem rodilha de fumo dando um bote/ E um trinchete enfiado num sabão/ Bodegueiro despacha ao artesão/ Parafuso de cabo de serrote (Quirino, 2001, p. 21-23).

Nas cidades do interior do Nordeste ainda é possível encontrarmos uma bodega bem sortida. No poema “Parafuso de cabo de serrote”, Quirino (2001) reproduz com riqueza de detalhes um desses espaços típicos do Nordeste. A bodega expressa uma pequena feira de sortimentos, só encontrada em mercados públicos e feiras livres, em especial na parte da “feira de mangaio”, como retratou Gadelha; Sivuca (1971). Quirino faz essa leitura apurada e consegue levar para dentro da bodega os detalhes dos sortimentos

que uma mercearia precisa ter, do contrário o bodegueiro perde o freguês.

Quirino (2001), ao escrever “parafuso de cabo de serrote”, no primeiro ano do século XXI, faz um registro profundo de como eram as mercearias entre os anos de 1950 a 1990. Estas foram se transformando, foram perdendo espaço para os novos arranjos do mercado de compra e venda de produtos. Agora, os mercadinhos, sem balcões e com uma espécie de autoatendimento, estão recheados de produtos de marcas multinacionais. Quando cheguei em Guarabira, por volta de 2007 ainda encontrei umas duas bodegas em funcionamento, mas por pouco tempo, pois se modernizaram e perderam essa identidade de bodegas.

Lendo as poesias de Quirino, nos diferentes livros, percebemos o quanto a geografia dos sentimentos, sabores e emoções se misturam com as vivências ou experiências vividas, as histórias de vida do povo nordestino, escrita, contada e cantada pelos cordelistas, repentistas, forrozeiros e poetas populares. Os lugares e as identidades locais, são expressos nos hábitos ou costumes de um povo. Os modos de falar, a constituição dos sabores, são alguns dos adereços materiais e imateriais da Cultura do povo nordestino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos livros escolhidos, destacamos o “Mapa da liberdade” em que Quirino (2013) nos conta toda a sua trajetória a partir de poemas que se destacaram em escala nacional e que em alguns casos serviram de título para suas obras, ao exemplo de Paisagem do Interior e Prosa Morena. As obras do poeta paraibano Jessier Quirino, entre as quais: “Paisagem de interior”, (1996) e “Prosa Morena” (2001), publicadas em Recife/PE, pela Editora Bagaço, deixa claro que Jessier Quirino consegue dialogar poeticamente com objetos inanimados, recriando com sua poesia o itinerário cultural do povo nordestino. O livro “Paisagem de Interior” (Quirino, 1996), é profundamente geográfico, com elementos de

identidade local, regional, paisagística e territorial típicos do lugar e da cultura vivenciada pelo autor desde a sua infância.

Em seguida, “Prosa Morena” (Quirino, 2001) é recheado de lugares como bodegas, quintais, feiras, casas de taipas de chão batido. O autor chama a atenção do leitor para detalhes espaciais como uma cozinha de casa de fazenda ou uma cozinha com fogão de lenha, carvão, em que os lugares domésticos aos quais estamos imersos, nem sempre percebemos, enquanto diferenciações espaciais.

Chegando aos finalmentes, entendemos que seria impossível trabalharmos estas quatro obras na íntegra, daí a necessidade dos recortes e escolhas poéticas que estiveram diretamente relacionados com o que chamamos de categorias de análise da geografia, como: cultura, lugar, paisagem, espaço, território, sociedade e natureza, nessa transdisciplinaridade com a Literatura, a Educação e com a Antropologia Cultural.

REFERÊNCIAS

- BESSE, J.M. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BROSSEAU, M. Geografia e Literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.) **Geografia Cultural – uma antologia – vol. II**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. pp: 265-292.
- BROSSEAU, M. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Literatura, música e espaço**. Coleção Geografia Cultural; 14. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. pp. 79-122.
- CEIA, C. **Metalinguagem**. Portugal: E-Dicionário de Termos Literários, by Ivete Walty, 20 Junho 2010. Disponível em <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/metalinguagem/>>, Acesso em 12/08/2020, 20:32hs.
- CLAVAL, P.C.C. **Geografia Cultural: Um Balanço**. Londrina/PR: Revista Geografia (Londrina). V. 20. Nº 3, p005 a 024, set/dez. 2011. Disponível em <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/Erica%20Mariano/Artigo%20Geografia%20Cultural%20Uma%20Balan%C3%A7o.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2020, as 16:45hs.
- CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

- CORRÊA, R.L. ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda**. In: CORRÊA, R, L. ROSENDAHL, Z (org). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra – natureza da realidade geográfica** (1899-1967). Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- GOMES, P.C.C.G. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. **Território, cultura e des-territorialização**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- HEIDRICH, A.L. **Sobre nexos entre espaço, paisagem e território em um contexto cultural**. In.: SERPA, Angelo. (org). *Espaços culturais: vivência, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- KOGA, D. **MEDIDAS DE CIDADES: Entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARIANO NETO, B. **Ecologia e Imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa: UFPB/Universitária, 2001.
- MELO, R.A. **Do rapa ao registro: a literatura de cordel como patrimônio cultural do Brasil (Documentação)**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Nº. 72, Jan./Abril, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742019000100245>. Acesso em 23/10/2020, as 22:10 Hs.
- QUIRINO, J. **Berro Novo**. Recife/PE: Editora Bagaço, 2009.
- _____. **Caminhão de Mudança** (Canal de Richardson Rodrigo, 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1xKV-0azShI>>. Acesso em 17 de julho de 2020. 15:34 hs.
- _____. **Canal Jessier Quirino no Youtube**. Itabaiana/PB <<https://www.youtube.com/user/jessierquirino>>.
- _____. **Paisagem de Interior (Recital). Itabaiana/PB, 2019** - (Canal Jessier Quirino - Canal Território de Bodega). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HILo9JrYFDU>>. Acesso em 23 de junho 2020, as 17:43 hs.
- _____. **Paisagem de interior**. Recife/PE: Editora Bagaço, 1996.
- _____. **Papel de Bodega**. Recife/PE: Editora Bagaço, 2013.
- _____. **Prosa Morena**. Recife/PE: Editora Bagaço, 2001
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. **Análise de Conteúdo e análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Alea_ Estudos Neolatinos. Vol. 7, nº 2, Jul/dez. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010>. Acesso em 09/06/2020. As 1520hs

Silva, J.B. **É geografia, é Paul Claval**. (In: Maria Geralda de Almeida, Tadeu Alencar Arrais, Orgs.). Goiânia: FUNAPE, 2013.

SUZUKI, J.C. **Geografia e Literatura: abordagens e enfoques contemporâneos**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n.5, p.129-147, set.2017.

_____. **Geografia, Literatura e Arte**, v.1, n.1, p.1-4, jan./jun.2018 DOI: 10.11606/issn.2594-9632.geoliterart.2018.141571. disponível em <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Documents/Erica%20Mariano/Artigo%20Geografia%20Literatura%20e%20Arte.pdf>. Acesso em 12/08/20. 23:30hs.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DA PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO, NO MUNICÍPIO DE CUITÉ DE MAMANGUAPE/PB

Profa. Espec. Carla Soares Borba

e-mail: carlasborba@gmail.com

Profa. Ms. Maria Aletheia Stedile Belizário

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: aletheiastedile@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

O presente artigo mescla Geografia, território e memória ao discutir sobre a formação da Paróquia Imaculada Conceição, no município de Cuité de Mamanguape/PB. O objetivo é conhecer o passado do lugar em que vivemos, utilizando-se da Geografia Cultural para pensar as dinâmicas territoriais construídas ao longo do tempo pelos grupos que dali experienciam. Assim, buscou-se rememorar as vivências do território e como foram construídas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Território e Memória; Paróquia Imaculada Conceição; Cuité de Mamanguape/PB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere na área de investigação Geografia, território e memória e se propõe a discutir sobre a formação da paróquia Imaculada Conceição, no município de Cuité de Mamanguape/PB. O lugar é ligado a memórias, estas expressas

ao longo do tempo em um processo de construção, reconstrução e transformações. É nessa perspectiva que esta pesquisa se relaciona ao resgate da memória da Paróquia Imaculada Conceição, no município de Cuité de Mamanguape/PB, considerando a história do seu povo, relatos de fé e lutas. Os registros dessa história mostram o quanto o território sagrado influencia no lugar, que ele existe antes mesmo dos traçados urbano e político, em um aspecto cultural do convívio entre as comunidades.

Estabeleceu-se, assim, o estudo do território da Paróquia Imaculada Conceição, de Cuité de Mamanguape/PB, localizada no Vale do Mamanguape, para relatar as manifestações religiosas, através de depoimentos orais de seus moradores mais antigos e de fiéis atuantes na Igreja. Para alcançar os objetivos do presente trabalho utilizamos as obras de Yu Fu Tuan (2012), Zeny Rosendahl (1994, 2003, 2005), Jacques Le Goff (2003) e Paul Claval (1999, 2001), bem como entrevistas com moradores da localidade estudada.

O objetivo desta pesquisa é apresentar as manifestações religiosas da Paróquia Imaculada Conceição, identificando suas comunidades e descrevendo estes territórios (capelas e Igrejas), por meio de relatos de vida. O trabalho tem uma perspectiva da história oral, da experiência vivida de moradores antigos expressas com amor, alegria e saudades, que jamais seriam possíveis compreender nos escritos de um documento.

Os entrevistados foram idosos residentes locais, que possuíam certo conhecimento da história da localidade, e alguns jovens que conheciam pouco dessas histórias. Foi nas entrevistas com moradores mais antigos que se resgatou a história, oculta em documentos, mas muito viva na mente do povo. É importante que os atuais fiéis da Paróquia Imaculada Conceição conheçam o processo de transformação das características do sagrado ao longo do tempo e o que lhes possibilitou as condições atuais, para que possam cultivar suas crenças sendo conhecedores de sua história.

2 CATOLICISMO E SUA INFLUÊNCIA ESPACIAL E CULTURAL

As representações de manifestações religiosas passam a ser estudadas pela Geografia Cultural, como uma festa, um templo, peregrinações, simbologias, entre outros termos, de uma abordagem sobre quaisquer objetos da vida humana, sendo estes materiais ou imateriais (Frangelli, 2012). Na análise teórica do pensamento geográfico, Bossé (2013) busca compreender o porquê e como as identidades se formam localmente, um movimento de reflexões conduzindo a uma redefinição conceitual do lugar em suas relações com o espaço.

A Igreja Católica Romana divide seu domínio em hierarquias territoriais de paróquias e dioceses, cada um desses territórios é chefiado por um funcionário da igreja, cujo posto na administração geral corresponde ao posto na hierarquia. De acordo com Haesbaert (2004), a dinâmica do espaço conjugada na dimensão cultural ou simbólico-cultural delimita o território a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam em porção do espaço/território, dando-lhe identidade.

Essa identidade serve de orientação ao ordenamento das estratégias de desenvolvimento territorial, possibilitando avançar ao alcance do bem-estar (Perico, 2009). Nessa dimensão cultural, o território é visto como produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço. Um elo afetivo entre os seres humanos e o lugar (ambiente físico), que transmite às pessoas uma sensação de encanto e bem estar. Esse fenômeno é conhecido como topofilia (Tuan, 2012).

As procissões, os símbolos, os mitos e as falas são criações do grupo religioso de determinado lugar, formando um lugar sagrado, originando a prática das peregrinações. Muitas pessoas, de diferentes religiões, constroem lugares especiais, considerados sagrados, para realizar suas práticas religiosas e expressar sua profunda e intensa espiritualidade. Por meio da análise de um espaço sagrado é possível observar importantes aspectos do modo de vida de um determinado grupo social.

Os homens demonstram respeito e admiração a determinadas forças da natureza que estão presentes em suas vidas e que podem se manifestar através de uma hierofania. Os estudos de religião em Geografia representam a análise do espaço através de ideias e sentimentos das pessoas, assim como a motivação que as leva a modificar o ambiente de que fazem parte. Essa hierofania ou manifestação do sagrado pode ocorrer em objetos, pessoas ou lugares, transformando os espaços e os tornando demarcados e diferenciados com um simbolismo sagrado em que há uma grande convergência de romeiros e peregrinos com suas práticas e crenças (Belizário, 2002, p. 63).

Rosendahl (1994) entende essas manifestações como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência, por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos. O sagrado exerce sua função de mediação entre homem e a divindade, que o possibilita entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus, nas monoteístas.

Rosendahl (2013) debate a ideia que a Igreja Católica, em sua ação evangelizadora, convive com o catolicismo popular tradicional, praticado por amplos setores da sociedade brasileira. No Brasil, o catolicismo se divide em três períodos: o colonial, o imperial e o republicano. No primeiro, a religião e a conquista das terras brasileiras se confundem num só fato histórico: a primeira missa, a posse divina e os jesuítas, sendo os três mais belos episódios (para a igreja) do drama grandioso que o cristianismo veio representar o cenário americano (Maria, 1950).

As manifestações religiosas surgem, assim, como respostas às necessidades humanas simbólicas, através da fé. Partindo desse pressuposto, faz-se de grande importância os estudos sobre essas memórias culturais e religiosas, com valores intrínsecos do lugar, esses valores associados às tradições populares da cultura local.

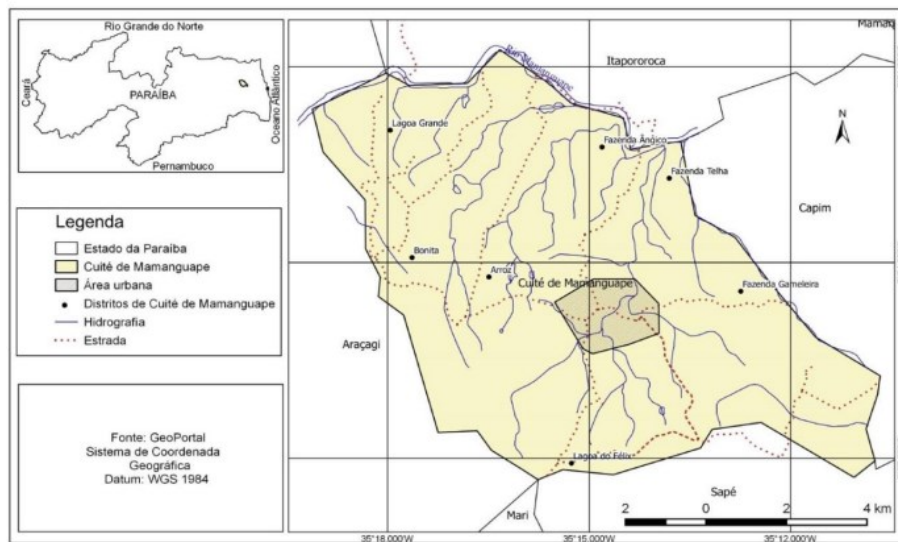
Corroborando com este pensamento, Rosendahl (2013) afirma que as festas têm um sentido identitário, reunindo participantes com interesses comuns, em um campo de estudos de antropólogos, sociólogos e historiadores, apenas mais recente-

mente elas atraíram a atenção dos geógrafos, que vê na festa uma manifestação humana espacial e temporalmente contextualizada, inserida no âmbito de determinado grupo social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O município de Cuité de Mamanguape está localizado na Região Intermediária de João Pessoa e na Região Imediata de Mamanguape (IBGE, 2007). Faz limite com os municípios de Itapororoca, ao Sul com os municípios de Sapé e Mari, ao Leste com o município de Capim e ao Oeste com o município de Araçagi (Figura 01).

Figura 1 - Mapa de Localização do município de Cuité de Mamanguape/PB.



Fonte: Conceição, 2016.

Benício (2020) relata que as principais fontes econômicas da região de Cuité de Mamanguape, no início, consistiam na cultura do algodão, do agave e do comércio, pois estes possuíam igual importância à lavoura da cana-de-açúcar, cultivada pelos senhores

de engenho. Após a emancipação política houve crescimento econômico, impulsionado pela oferta de emprego público, possibilitando aumento de renda das famílias e da circulação do dinheiro na cidade.

A cidade de Cuité de Mamanguape teve sua origem a partir da criação de três fazendas denominadas de Faço Sempre, pertencente a Chica Gorda, que deu início ao povoado denominado de Cuité da Chica Gorda, por volta dos anos de 1773 a 1833. Juntamente com ela surgiram as outras fazendas onde construíram-se dois engenhos, o segundo de propriedade de Manoel Marcelo e o terceiro de Elias Pereira e Capitão José Jerônimo, proprietários respectivamente dos engenhos de nome Vai se Puder e Vai ou Quebra, ambos movidos a cavalo. As atividades existentes na época eram basicamente o plantio da cana de açúcar, milho e feijão (IBGE, 2020).

Considerando a importância desse estudo para a compreensão da história da Paróquia Imaculada Conceição, utilizou-se de pesquisa bibliográfica visando compreender a história do território sagrado e católico na área estudada, além de análise de relatos dos moradores antigos e atuais membros da igreja.

As entrevistas foram realizadas com pessoas conhecidas na cidade, por sua atuação religiosa, com idade entre 60 e 86 anos, e mais jovens entre 18 a 50 anos. Foram elaboradas chamadas de vídeo com alguns moradores das comunidades, pois as visitas *in loco* foram impossibilitadas e/ou não permitidas. Esta medida de entrevista *online* foi utilizada prezando o bem-estar e saúde de todos os entrevistados.

3 A PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO E SUA INFLUÊNCIA RELIGIOSA EM CUITÉ DE MAMANGUAPE/PE

A Paróquia Imaculada Conceição foi fundada em 14 de setembro de 2002, pelo Arcebispo da Paraíba, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, que erigiu esta nova paróquia para atender aos fiéis locais. A citada paróquia teve o Padre Joseilson de Souza Oliveira,

como seu primeiro vigário e atende diversas comunidades (Quadro 1).

Quadro 1 - Comunidades atendidas pela Paróquia Imaculada Conceição de Cuité de Mamanguape/PB.

Local	Padroeiro	Município - PB	Zona
Centro de Cuité (Matriz)	Paróquia Imaculada Conceição	Cuité de Mamanguape	Urbana
Cuité de Baixo	Capela de São João Batista		
Inhauá (distrito)	Capela de São João Batista		
Lagoa do Félix (distrito)	Capela de Nossa Senhora de Fátima		
Bonita (distrito)	Capela de Nossa Senhora Aparecida		
Arroz (distrito)	Capela de São José		Rural
Lagoa Grande (distrito)	Capela de Nossa Senhora da Conceição		
Capim Açú (distrito)	Capela de Santo Antônio		
Umarí (distrito)	Salão		
Cana Brava (distrito)	Capela de São José		
Rio Seco (distrito)	Capela de São José	Capim	Urbana
Centro de Capim	Igreja de São Sebastião		
Rua do Jordão	Capela de Menino Jesus de Praga		
Olho D'Água (distrito)	Capela de São José		
Rua da Pindoba	Capela de Nossa Senhora das Dores		Rural
André Rodrigues (distrito)	Salão São José		
Usina Miriri (distrito)	Capela de Santa Terezinha	Santa Rita	Rural

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Todos os eventos especiais do calendário litúrgico da igreja, como missas e festejos, ocorrem na paróquia (Igreja Matriz da Imaculada Conceição), que lidera as demais comunidades e capelas. Durante a festa da padroeira (08 de dezembro), os fiéis demonstram sua fé em peregrinações e devoções à Nossa Senhora da Conceição. No novenário são realizadas missas, acolhendo padres de vários municípios. Pela manhã, na igreja, ao terminar o ofício da Imaculada Conceição, os fiéis são conduzidos em procissão para determinadas ruas da cidade cantando e rezando, finalizando na casa de um fiel escolhido pelos organizadores da festa para acolher e organizar o café comunitário, onde todos da rua contribuem.

Nossa análise segue 4 relatos: 1) *Morador pertencente à Igreja Matriz da Paróquia Imaculada Conceição*; 2) *Morador pertencente às comunidades das capelas do Município de Capim/PB*; 3) *Responsável pelos movimentos religiosos na comunidade da usina Miriri (Distrito de Santa Rita/PB)*; 4) *Padres que administram o território da Paróquia Imaculada Conceição*. O entrevistado número

1, que chamaremos de M. I. é do sexo feminino, possui 81 anos de idade, declarou:

Vim morar em Cuité eu era menina, tinha 06 anos de idade, a primeira capela era construída perto dessas casas de negócio na praça, tinha 12 degraus, o santo era a mesma, Imaculada Conceição, a primeira imagem era pequeninha, comprada com dinheiro de doações, depois de uns anos ela se desgastou, foi quando veio um primo do meu marido do Recife e viu a santa, a esposa dele fez uma promessa, ela disse: se eu conseguir comprar uma casa no Recife eu vou trazer uma imagem nova para essa igreja, aí conseguiu realizar a promessa e trouxe, uma santa muito bonita que é aquela que tá aí na igreja. Depois a igreja mudou de local porque a antiga não podia aumentar que era muita pedra. (Informação verbal).

De acordo com o entrevistado, havia na parte baixa da cidade, uma casinha de taipa, onde a comunidade rezava, mas não foi do seu tempo e ela não chegou a conhecer, por isso não possuía informações. Ela relatou que a Legião de Maria foi um dos primeiros grupos da igreja, e muitas pessoas, no início, não queriam participar, pois achavam que a Legião era coisa do demônio. Ela cuida da limpeza da igreja, menciona outras catequistas e que sempre aconteceu a prática das procissões, das missas, que eram rezadas pelo Pe. Zé Paulo, mas que o primeiro a celebrar na localidade foi o Pe. Antônio, de Itapororoca, que também realizou o seu casamento.

A entrevistada número 2, S. R. sexo feminino, discorre em seu relato:

A igreja de Capim foi coberta de capim e feita de tijolo cru, construída por moradores local, era pintada de branco e no altar tinha três letras em azul NSC, que significava Nossa Senhora da Conceição, padroeira desta cidade de Capim (no início de tudo). A troca de padroeiro é uma história muito cumprida, as primeiras famílias de Capim eram de um lugar chamado Pacaré e Manjereba que são distritos de Lucena, então eles criaram uma história de pegar a imagem de São Sebastião que era uma imagem pequeninha, dentro de uma vidraça e saíam daqui, no dia 26 de dezembro fazendo essa romaria até Lucena (suas terras. Nisso a festa da Conceição foi

diminuindo com menos ênfase aqui em Capim e nomearam São Sebastião como padroeiro da cidade. (Informação Verbal).

A entrevistada relatou que a igreja de São Sebastião já passou por três reformas, mas só constam duas na frente da igreja. Na última reforma, foi modificado o altar, antes fixo na parede. Relatou como Cuité se tornou Paróquia da Imaculada Conceição, pois Capim trocou de padroeiro: era Nossa Senhora da Conceição e passou a ser São Sebastião, atual padroeiro. Hoje, a igreja não comemora nenhuma festividade em alusão à sua primeira padroeira, cuja memória foi perdida em Capim. Nesse sentido geográfico, Claval (1999), apresenta a importância dessas festividades para determinadas comunidades, justificando as organizações específicas dos geossímbolos, que marcam no espaço o tempo festivo do corpo social.

A entrevistada 3, C. S. B. do sexo feminino, se refere à história da capela de Santa Terezinha do Menino Jesus (Usina Miriri, distrito de Santa Rita):

No ano de 1998 fui morar na Paraíba na usina Miriri, município de Santa Rita, nessa comunidade não habitava movimento católico, existia uma igreja evangélica pertencente à Assembleia de Deus. Quando no ano de 2000 recebi uma visita de um Pe. chamado Israel Silvestre, e de D.Terezinha Azevedo, proprietária da usina Miriri. E me fizeram o convite para catequizar toda a comunidade, como amo servir o Senhor aceitei o convite. Mas não tinham o local para realização do trabalho de evangelização, e iniciamos os encontros da palavra nas casas das vilas. Porém nesse mesmo período os responsáveis pela igreja pertencente a assembleia de Deus, foram embora, ficando a igreja desativada. Dessa forma os proprietários da usina decidiram fazer da igreja evangélica uma capela, denominando o nome de capela santa Terezinha em homenagem a proprietária. (Informação Verbal).

Este relato nos chama atenção na medida em que apresenta a primeira capela da paróquia, que já foi desativada. A entrevistada ainda informou que a santa padroeira daquela comunidade “Santa Terezinha” foi destinada a um engenho em Pernambuco de propriedade dos usineiros, assim como também todos os objetos

que faziam parte da capela (altar, bancos, toalhas). Foi apresentado que o catolicismo nesse território enfraqueceu, dando lugar ao público evangélico.

Nos relatos, foi possível observar que existiram conflitos no território sagrado. Antes dos municípios de Capim/PB e Cuité de Mamanguape/PB serem emancipados, o poder do sagrado nesses territórios era da Paróquia de São Pedro e São Paulo em Mamanguape/PB. As duas cidades queriam ter a posse da Paróquia, porém, a cidade de Capim/PB não tinha um espaço apropriado para tal. Em contrapartida, o município de Cuité de Mamanguape, disponibilizou uma casa paroquial, ficando esta em sua posse. Esse fato causou resistência em parte dos fiéis do município de Capim/PB, já que os fiéis sonhavam em ver sua capela se tornar uma igreja matriz, exercer a sua própria liderança no território, ser uma igreja independente.

Em relato, o entrevistado informou que esse foi um dos motivos pelo quais muitos fiéis se desmotivaram a frequentar a igreja e que, ao longo dos anos, os padres que passavam nesta paróquia buscavam quebrar essa separação que havia dessas duas cidades, sensibilizando os fiéis na ideologia de que a Paróquia era una. Ainda relata que atualmente não se encontra essa separação dos fiéis entre as duas cidades, o que só foi possível em decorrência do trabalho de sensibilização dos padres. O povo de Capim ainda sonha com a capela independente, exercendo seu próprio poder e se tornando Paróquia de São Sebastião.

A emergência de conflitos, manifestações e resistências é algo que ocorre historicamente, a partir desses relatos fica claro que houve na história conflitos territoriais, a busca em exercer o poder, ter domínio no território sagrado. Gonçalves, *et al* (2017) destacam que os conflitos territoriais também abrem a possibilidade de construção crítica e de conscientização dos cidadãos sobre as relações verticais de poder e dos mecanismos de controle existentes para manutenção da ordem e do consenso no direcionamento das intervenções nos territórios.

Ao longo de 18 anos de Paróquia, foram designados 4 padres para dirigir esse território e comunidades religiosas. Veremos os

relatos destes padres, contando suas experiências enquanto vigários na época em que residiram em Cuité de Mamanguape. O primeiro vigário da paróquia Imaculada Conceição de Cuité de Mamanguape foi o Pe. Joseilson de Oliveira, atual vigário da Catedral Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa. Seu relato sobre a experiência na paróquia:

Cheguei na então Área Pastoral de Cuité e Capim em fevereiro de 2001. Era um estagiário recém saído do Seminário. Lá comecei, junto com o outro estagiário, o Alberto Carneiro, a etapa de preparação mais imediata para receber as Ordens Sacras. Naturalmente foi crescendo o conhecimento e o amor pelo povo dessa região, tão acolhedor devoto. Visitávamos e celebrávamos a Palavra em todas as Capelas das duas cidades e da zona rural. (...) Logo surgiu o projeto de criação da paróquia, com o pe. Ednaldo Araújo, da paróquia de Mamanguape, à qual estava ligada a Área Pastoral. A grande festa da criação da paróquia deu-se em 14 de setembro de 2002, com Dom Marcelo Carvalheira, então Arcebispo da Paraíba. Mas trago muito caro em meu coração a "Infância Missionária", cujos frutos são vistos até hoje. Em 2006 concluiu-se a minha passagem e contribuição por estas terras, à qual conservo ligação de coração até hoje, visitando-as sempre nas festas de seus padroeiros. (Informação Verbal).

O dirigente atual da Paróquia é o Pe. Francisco da Costa Freire, que vem atuando na matriz e comunidades há dois anos. Em seu relato, ele ressalta:

Sou Pe. Francisco da Costa Freire, o quarto administrador paroquial, da Paróquia Imaculada Conceição, essa Paróquia é Jovem (18 anos), tiveram apenas 04 padres, ela tem uma particularidade, uma Paróquia que compõe duas cidades Cuité de Mamanguape-PB e Capim-PB (...) ela é composta por uma considerável parte jovem, mas também de uma quantidade de fiéis idosos, porque dois movimentos grandes se destacam na Paróquia, são estes a Legião de Maria (participantes em sua maioria idosos, mas também participam jovens) e o movimento do EJC que é a maioria do público jovem da Paróquia, ainda que muitos não sejam tão próximos da igreja, fazem o encontro mas ficam um pouco dispersos na maioria do tempo na igreja, a participação chega a ser mínima, no entanto muitos participam e ajudam nos movimentos da igreja. Essa Paróquia tem um rosto jovem, é composta por 17 comunidades contando com a

matriz, uma boa parte das comunidades estão na zona rural, abrangendo os dois municípios, também temos comunidades que entra no município de Sapé, Araçagi e Santa Rita, ela está no limite entre outras cidades e entre a Arquidiocese de Guarabira (informação Verbal).

O entrevistado chama atenção que, nas comunidades mais afastadas, existe uma dificuldade de trabalho. Na questão pastoral, a comunidade de Lagoa do Felix tem uma ligação com Mari, pois aquelas comunidades que fazem parte do limite, acabam não sendo muito próximas da parte central da Paróquia de Cuité de Mamanguape. Uma particularidade relevante é que, além de as duas cidades (Capim e Cuité de Mamanguape) possuírem grandes distritos, em Cuité de Mamanguape, o distrito de Inhaúá, que faz divisa com o município de Sapé, e na cidade de Capim, tem o distrito de Olho D'Água do Serrão. Esses dois distritos dentro das cidades dão grande peso pastoral, pois são populosos e exigem uma boa atenção.

O Pe. Francisco disse ainda que, ao chegar à Paróquia Imaculada Conceição, reformulou o calendário paroquial das missas, pois os dois distritos tinham missas apenas duas vezes ao mês, mas por serem populosos, precisavam de uma atenção maior. Por isso, aumentou o número de missas nessas capelas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos sobre a espacialidade do território sagrado das religiões têm sido frequentes, no âmbito da Geografia cultural, representando um processo de consolidação como uma nova vertente de investigação para os geógrafos. A análise do território permite compreender como surgem novas territorialidades, a partir de uma multiplicidade de visões de mundo, que evidenciam a dinâmica cultural do espaço. Com a diversificação da abordagem patrimonial, tendo ênfase os bens culturais produzidos em todas as comunidades e civilizações, surgiram as outras formas de cultura, sobretudo a inserção e valorização da cultura popular.

Com isso, os processos sociais que envolvem a solidariedade, a herança cultural e a combinação social, encontraram no patrimônio cultural um significado, que pode e deve ser compartilhado entre os indivíduos. Um espaço sagrado, cultural e religioso se dá num determinado espaço, em um lugar de memória, onde se busca reviver a memória e transmiti-la. A partir desse aspecto, o patrimônio cultural religioso atua como uma classificação de identidades, assim como também mantém as tradições culturais, na medida em que apresenta símbolos/valores que são transmitidos às gerações futuras e que são características de uma determinada sociedade.

Consideramos que os conhecimentos produzidos e expressos nesta pesquisa podem colaborar com a construção do patrimônio cultural de Cuité de Mamanguape-PB, com registros e memórias de pessoas que vivenciaram uma época dos primeiros passos da construção do território sagrado local. Desse modo, as informações expressas neste trabalho são fundamentais para a preservação da memória social.

REFERÊNCIAS

- BELIZÁRIO, M. A. S. **Juazeiro do Norte**: Uma Hierópolis no Sertão do Nordeste. Dissertação, UECE. Fortaleza, 2002.p. 144.
- BENÍCIO, P.V. **Cuité de Mamanguape**: Geografia e memória. Instituto Sou Assis. Sapé, 2020.
- BOSSÉ, M. L. **As questões de identidade em Geografia cultural** – algumas concepções e contemporâneas. In Z; COORÊA, R. L. (Org.). Geografia Cultural UmaAntologia. Rio de Janeiro: EDURJ, 2013.
- CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia: Revista de pós-graduação em Geografia da UFF**. ano1, n.2. 1999
- FRANGELLI, P. A Geografia da Religião no Brasil: Intelectuais Pioneiros, Propostas e Metodologias de Estudo. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 31, P.40-65, JAN./JUN. DE 2012.
- GONÇALVES, R. G; SIMÃO, K. M. C; PAIVA, R. V. C. Sobre Conflitos Urbanos, Territórios e Poder: A disputa pela incerteza. **XVII ENAMPUS**. São Paulo, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.**

Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>. Acesso em 20/08/2020.

_____. Censo 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>. Acesso em 20/08/2020.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo. Unicamp, 2003.

MARIA, J. **O Catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Agir, 1950.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

ROSENDAHL, Z. **Porto das Caixas: espaço sagrado da Baixada Fluminense**.

1994. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Construindo a Geografia da Religião no Brasil. **Espaço e cultura**, n 15. Rio de Janeiro, 2003.

TUAN, Y. F. Sacred Space. Exploration of an Idea. In: K. BUTZER.

Dimension of Human Geography. Chicago: Department of Geography / The University of Chicago. 1978, pp. 615-632.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. EDUEL. Londrina 2012.

TERRITÓRIO RELIGIOSO: A FÉ CATÓLICA NA ROTA CULTURAL RAÍZES DO BREJO, NA CIDADE DE DUAS ESTRADAS/PB

Prof. Espec. Devid Wallas de Sousa Borges

e-mail: devidwallas.geo@hotmail.com

Profa. Ms. Maria Aletheia Stedile Belizário

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB/CH

e-mail: aletheiastedile@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o impacto social religioso da fé católica na cidade de Duas Estradas/PB, mediante o desenvolvimento local na Rota Cultural Raízes do Brejo. Trata-se de uma abordagem qualitativa de cunho fenomenológico, para observar as diferentes manifestações e expressões culturais como fenômenos do/no cotidiano das pessoas desta cidade. A utilização de depoimentos narrativos, fotografias e o aporte teórico discutido, permitiram compreender as dimensões que o universo da fé católica representa sobre esta cidade, em conteúdos territoriais econômicos, sociais, turísticos e, sobretudo, culturais. O cenário vivo se correlacionou nos sentimentos das pessoas pertencentes ao território religioso e do/no desenvolvimento local, visíveis nas identidades culturais que simbolizam imagens, gestos e palavras de fé. Constatou-se que é viável desenvolver o local pelo ângulo cultural, promovendo o impacto social religioso no território, pois cada concepção tem sua parcela de contribuição diante das abordagens discutidas na Geografia.

Palavras-Chave: Geografia Cultural, Território, Desenvolvimento Local e Fé.

1 INTRODUÇÃO

O território religioso dá segurança aos seus adeptos, representa o símbolo de identidade da fé, e, afirma-se como o espaço de liberdade, de união com o seu Deus (Rosendahl, 2009, p. 3).

A Geografia Cultural se relaciona com os diferentes elementos e perspectivas impressas no território e enfoca os movimentos socioculturais no processo de desenvolvimento da cidade. É na perspectiva cultural que o sagrado irá materializar-se simbolicamente nas palavras e comportamentos do indivíduo e/ou de um grupo social que estabelece suas histórias ao longo do tempo.

O Estudo geográfico que estamos propondo diz respeito à relação entre identidade cultural, território e desenvolvimento local, agregando valores simbólicos que possibilitam a influência dos elementos da fé católica no processo da religião no município de Duas Estradas, inserida na região geográfica imediata de Guarabira no Agreste Paraibano.

A preferência por desenvolver a pesquisa sobre o território religioso da fé católica da cidade de Duas Estradas se deu em virtude desta temática ter uma forte ligação no desenvolvimento local da comunidade sob a perspectiva cultural, onde movimenta os fiéis num recorte temporal de 100 anos de fé, desde a construção da igreja do Sagrado Coração de Jesus em 1919.

A construção desta pesquisa partiu do seguinte pressuposto: Será que a identidade da fé católica caminha junto com o desenvolvimento local e seus elementos culturais no território de Duas estradas/PB? Mediante a esta indagação hipotética, constatou-se a forte influência do fenômeno religioso de base católica no município, a qual acontece há pelo menos cem anos, mesmo antes da emancipação política da cidade, provocando a expressão das dimensões culturais na comunidade.

Diante do exposto, a dimensão cultural que se apresenta nos territórios de pequenas cidades têm suas peculiaridades ímpares no que tange o envolvimento das pessoas e suas expressividades

em desenvolver a cultura local. Nesta perspectiva, a Rota Cultural Raízes do Brejo, além dos aspectos religiosos, contempla visitação a engenhos, casarões, estações e linhas férreas, museus, oficinas, feiras de gastronomia, artesanato, shows, além de passeios a cachoeiras e trilhas ecológicas. A Rota Cultural começa em outubro e vai até novembro passando por 9 municípios: Belém, Alagoinha, Duas Estradas, Pirpirituba, Lagoa de Dentro, Serra da Raiz, Borborema, Dona Inês e Pilõezinhos.

O objetivo da pesquisa foi analisar a influência social religiosa da fé católica na cidade de Duas Estradas/PB mediante o desenvolvimento local na Rota Cultural Raízes do Brejo, onde se discute a identidade das relações culturais dos fiéis no território religiosos, caracterizando as ações realizadas na comunidade que contempla a história e devoção de fé no território, apontar as representações sociais através da rota para o desenvolvimento local/cultural e desenvolver a perspectiva cultural que o sagrado trás na materialidade das palavras e comportamentos dos indivíduos e/ou grupo social que estabelece suas histórias ao longo do tempo na cidade de Duas Estradas/PB.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os paradigmas que constituem o aporte teórico nas pesquisas científicas são realçados transversalmente pelo recorte espaço-temporal no cenário geográfico, que abordam as ações da natureza e humanas num limiar histórico que impacta as relações sociais no território. Assim, como diz Corrêa, (2000, p. 106): “A Geografia se interessa [...] pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica.” Segundo Claval (2001), a Geografia da natureza humana é fruto da criação cultural, inserida e alicerçada de choques culturais, com reações, coletividade e pressão.

“Os aspectos culturais das realidades de classe são essenciais para compreender como um e outros tomam consciência do que os une e do que os diferencia” (Claval, 2001, p. 117).

A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano na terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano na superfície, [...], as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença humana (Sauer, 2007, p. 23).

Organizar o território como fragmento do espaço é, sobretudo, relacionar com os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade e, por essa razão, sua sustentação dar-se-á através das relações sociais que atravessam os caminhos da história. Estrutura esta que, materializam-se no cotidiano, nos lugares diversos, na vivência das pessoas e por cada pedaço sentimental de pertença que existe no território. Desta maneira, Fernandes (2008, p. 37) expõe que “todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, uma vez que o território é construído a partir do espaço”.

Nesse limiar teórico, ser sacro, santo, divino, religioso e/ou hierático são sinônimos do sagrado vivo no território religioso que carrega uma essência peculiar no cotidiano social na vida das pessoas que demonstram sua fé no acreditar do ontem, do hoje e do amanhã. Os estudos de Tuan (1979 e 1980) afirmam que uma ligação emocional é criada e mantida através da edificação do lugar sagrado. Estes sinalizam os sentimentos que as pessoas manifestam com territórios sagrados. O território “é reivindicado, possuído e operado pela comunidade religiosa” (Rosendahl, 2003, p. 203). Com o intento de traçar as dimensões identitárias simbólicas definidas e associadas as ocupações, atos e rituais da comunidade.

2.1 A FÉ COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A abordagem discutida através do fenômeno religioso é evidenciada sobre uma ótica em que é imprescindível colocar a tona a interação territorial da cidade destacando o movimento da cultura como vetor e a fé como elemento do Desenvolvimento Local. “É certo que o sistema religioso é formado por um conjunto de símbolos sagrados ordenados entre si, numa ordem conhecida

pelos seus adeptos”, aponta Geertz (1989, p. 143). Consequentemente, esse apontamento contorna o pensamento da religião católica como um conjunto de símbolos sagrados e seus princípios dimensionados no território e em constante movimento em seu desenvolvimento local.

O desenvolvimento local obedece a uma visão territorial e não funcional dos processos de crescimento e das mudanças estruturais, que parte da hipótese que o território não é somente um suporte físico dos objetos, das atividades e dos processos econômicos, e sim um agente de transformação social (Friedman e Weaver, 1979).

Nos escritos de Gonçalves (2005), a Cultura é erguida como uma das dimensões fundamentais do Desenvolvimento Local:

É a dimensão cultural que fortalece, potencializa e pereniza valores culturais, saberes populares, códigos de relacionamento do grupo humano focalizado. Ações concebidas e implementadas com base nesse compromisso tendem a ser mais bem assimiladas pelos beneficiários e contribuem para o fortalecimento de identidades das comunidades (Gonçalves, 2005, p. 8).

Nessas lacunas, a extensão proporcional que a essência do desenvolvimento local impacta no território é, sobretudo, por um viés não apenas turístico e econômico, pois, nessa conformidade conseguimos identificar um movimento de elementos culturais que engrenam este desenvolvimento, e um destes é a fé católica que é intrínseca aos moradores do município de Duas Estradas/PB.

De acordo com estudos desenvolvidos por Fernandes (2008) o processo do desenvolvimento só pode ser desencadeado a partir de dentro, através da modificação das estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade brasileira.

Indicar a importância dos atores sociais diante das potencialidades no território religioso é de fundamental importância no que tange os processamentos não apenas de valor econômico e político, mais também social e cultural, assim sendo, “a tensão entre a ascensão da mundialização das economias, de um lado, e a volta às

identidades e aos territórios, de outro, desempenha papel fundamental nessa decomposição- recomposição do pensamento social” (Zaoual, 2003, p.27).

A tarefa da cultura no desenvolvimento de uma comunidade é a integração social, que estreita as distâncias entre os indivíduos e as coletividades, como é citado nas práticas indetitárias dos valores tradicionais, tendo a religião que se qualifica como um conjunto de símbolos sagrados em torno do qual um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos exerce sua fé.

Esta abordagem de desenvolvimento, com ênfase nos valores culturais, tem como base a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (Zaoual, 2003). É exatamente o bem simbólico que dá essência e significado às práticas religiosas dos indivíduos, é a procura destes bens que o seguidor da fé direciona-se aos territórios sagrados. Desde as origens do homem, as condutas religiosas estão em evidência no meio das mais variadas ações culturais das diversas comunidades espalhadas pela Terra.

Assim, a materialização se concretiza como existência real do desenvolvimento local que através da fé acompanha também outros elementos culturais que estão impressos na Rota Cultural Raízes do Brejo na cidade de Duas Estradas/PB. O movimento de pessoas, a venda de artesanato, de comidas típicas, das apresentações culturais e/ou dos atrativos turísticos apresentados na rota, reforça ainda mais o vetor cultural do/no território.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos que foram propostos na pesquisa, o trabalho teve como caminho metodológico a abordagem qualitativa, onde foi possível discutir autores que trouxeram leituras sólidas sobre o universo cultural, da categoria de análise do território na Geografia e também as identidades de fé que se desenvolve no local, analisando notadas significações em função das relações vividas do/no cotidiano.

O aporte teórico foi mergulhado em algumas leituras, onde foi possível beber da fonte de Rosendahl (2003 e 2019), Zaoual

(2003), Claval (1975), Gonçalves (2005), entre outros autores que abriram um leque de discussão para desenvolver elementos temáticos que serviram como base para fundamentar a produção em tela. Partimos do pressuposto que a amplitude dos campos dos saberes promoveria uma interação constante que dialogou, sobretudo com a Geografia cultural.

A metodologia evidenciou-se pela exploração teórica e empírica, estruturada pela tríade da identidade cultural, território e desenvolvimento local. Para isto, exibiu um traçado teórico-metodológico mediado pelo trabalho de campo que procurou descobrir in loco o processo de cultural do desenvolvimento local do/no território religioso da fé católica.

O levantamento e análise de fontes documentais, imagens simbólicas, culturais e a participação social foi nutrida através da história oral em entrevistas das pessoas que moram no município de Duas Estradas/PB, uma vez que a prática de campo nos subsidiou com depoimentos/narrativas/oralidades e fotografias da Rota Cultural Raízes do Brejo na cidade, uma vez que montamos um acervo Iconográfico para representar as imagens que simbolizaram a pesquisa.

A nossa pesquisa encontrou o suporte da Fenomenologia que enquanto metodologia dos fenômenos “pode ser entendida como um estudo que reúne os diferentes modos de aparecer do fenômeno ou o discurso que expõe a inteligibilidade em que o sentido do fenômeno é articulado” (Bicudo, 1999, p. 14).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos diálogos construídos com os autores referenciados no texto e a estrutura sistemática do trabalho, percebemos que o curso do desenvolvimento local ultrapassou a questão física do/no território, visto que, carrega evidências de que os elementos culturais fazem part’e dessa pujança da identidade afetiva da fé católica.

A identidade é realmente, sempre, o resultado daquilo que se é e das maneiras que nos são concedidas de sentir, reagir e agir? Não. Há uns vinte anos a ênfase recai habitualmente na natureza relacional dos sentimentos da identidade. É o olhar que os outros têm de você que o define [...] A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: “quem sou eu?” Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo (Claval, 1999, p. 13-15).

Essas experiências cotidianas da identidade local se processam nos “territórios de fé” quando os moradores expressam seu pensamento e devoção por palavras e/ou gestos em um determinado momento. Nessa vertente, o espetáculo musical “Duas Estradas: 100 anos de fé” dirigido pelo artista Renilson Targino durante a Rota Cultural Raízes do Brejo na cidade de Duas Estradas/PB, teve um direcionamento de entrevistas com 29 moradores da cidade, dentre eles, crianças, adolescentes, adultos e idosos de várias classes sociais. O intento teve esse olhar voltado para o movimento das pessoas quanto à expressão “o que é fé?” “Em que você tem fé?”.

A prática de realizar promessas tem início no compadecimento popular que antecedeu a Cristo, mas que como testemunho da fé as expectativas foram se mitigando por “territórios religiosos” e em meados de 1932 segundo moradores da cidade, em Duas Estradas morava o senhor Francisco José da Costa, mais conhecido como “Coronel Costinha”, que era dono de várias terras, e seu filho Francisco Costa Filho ficaria muito doente com a saúde do seu filho, fez uma promessa a São Francisco.

Glorioso São Francisco, Santo da simplicidade, do amor e da alegria. No céu contemplais as perfeições infinitas de Deus. Lançai sobre nós o vosso olhar cheio de bondade. Socorrei-nos em nossas necessidades espirituais e corporais. Rogai ao nosso Pai e Criador que nos conceda a graças que pedimos por vossa intercessão, vós

que sempre fostes tão amigo dele. E inflamai o nosso coração de amor sempre maior a Deus e aos nossos irmãos, principalmente os mais necessitados. Meu amado São Chiquinho, coloque suas mãos sobre o meu filho que precisa de ti! Sabedor do seu amor atendi ao nosso pedido. São Francisco de Assis rogai por nós. Eu prometo que se o Chiquinho recuperar a saúde construo um Cruzeiro em sua homenagem no ponto mais alto desta vila. Amém. *(Promessa de Francisco José da Costa – “Coronel Costinha”, narrado em depoimento dos moradores de Duas Estradas/PB na Rota Cultural Raízes do Brejo – 11/10/2019).*

Com o passar do tempo, o Cruzeiro de São Francisco passou a ser um espaço sagrado para “guardar e pagar” as promessas dos fiéis católicos da cidade. As expressões populares foram introduzidas no território como devoção de fé daquele e ou daquela que acredita com sentimento de crença que irá conseguir seu pedido. Essa construção cultural é procissão contínua do município, reforçando assim, a identidade do povo que movimentam diferentes “territórios”, impactando as relações sociais e consequentemente o desenvolvimento local. Simplesmente é devoto que, pela fé, visita um “território sagrado”, retribui a oferta da promessa, reza, ora, súplica sua prece e vivencia sua própria reflexão a realidade à qual está ligado. O cerne da questão é que Duas Estradas vêm conseguindo se desenvolver não apenas na perspectiva econômica, mas também nos processos e relações sociais, turísticas e culturais.

Esse desenrolar proporciona também fatores e aspectos para o “turismo religioso” que, segundo De acordo com Dias (2003), o turismo religioso é uma viagem em que a fé é o motivo principal, mas que pode traduzir motivos culturais em conhecer outras manifestações religiosas. Palavras que sinalizam o movimento das pessoas, do cheiro, do gosto, das emoções e sentimentos voltado para a fé, estabelecendo simbolicamente elementos de uma cultura permanente e singular.

As atividades religiosas no território promovem o fenômeno da peregrinação na sociedade, vivenciando o sagrado como caminhos da fé que potencializa a cidade. Nestas vereadas, o mês

de maio se consolida como o mês dos terços católicos onde as famílias se reúnem com outras pessoas em casa para interceder junto à imagem de Maria os seus pedidos e graças mediante as orações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer da produção desta pesquisa certificou-se a ininterrupta correspondência entre diferentes linhas no âmbito geográfico, sendo estudada de maneira mais aguda sob a perspectiva da Geografia cultural, para fundamentar o diálogo que efetiva o cotidiano da identidade cultural, do território e do desenvolvimento local.

O fundamento da cultura é essência substancial e basilar na vida dos sujeitos/atores sociais, neste expediente, o contexto cultural é uma viagem constante que permeia o objeto de estudo do trabalho em tela. Viagem esta que é lapidada nos caminhos da fé católica, movimentando o território religioso da cidade de Duas Estradas sob um novo vigor apresentado pela Rota Cultural Raízes do Brejo.

Transversalmente estas relações constatou que é viável desenvolver o local através do ângulo cultural, além de valorizar as perspectivas turísticas, econômicas e sociais, pois cada concepção tem sua parcela de contribuição diante das abordagens discutidas na pesquisa. Para tal, o conceito da fé católica que se revela no território, foi coletado em depoimentos e imagens norteadoras para constatar o conjunto de ideias apresentadas.

A percepção cultural no contexto da Geografia foi capaz de constatar como a fé católica configura o território religioso por intermédio dos aspectos de identidade revelados na paisagem de interior, e que as "rugosidades"³ históricas da cidade permanecem em constante desenvolvimento impressos nas Geografias do/no local.

A utilização de depoimentos narrativos, fotografias e o aporte teórico discutido, auxiliaram enquanto estrutura técnica de pesquisa que permitiu compreender as dimensões que o universo

da fé católica representa sobre a cidade de Duas Estradas em conteúdos territoriais econômicos, sociais, turísticos e, sobretudo, culturais.

Deste modo, esta produção revelou um plausível acerto para a percepção que os elementos culturais favorecem a fé católica e o desenvolvimento local de Duas Estradas, ocupando no cotidiano das pessoas, posto que, esses elementos são apitos de movimentar os sujeitos/atores sociais a modificar, produzir, e/ou refazer o território.

REFERÊNCIAS

- BICUDO, M.A.V **Fenomenologia, Confrontos e Avanços**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **A Contribuição da Fenomenologia à Educação**. In CAPPELLETTI, Isabel; BICUDO, M.A.V. (org.) *Fenomenologia: uma visão abrangente da educação*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2ª edição. Editora DAUFSC: Florianópolis/SC, 2001.
- CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: um século** (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. da (orgs.) **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003.
- FERNANDES, B.M. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais**. REVISTA NERA – 2008, N. 6 – Janeiro/junho de 2005 – ISSN 1806-6755 24.
- FRIEDMANN, J. e WEAVER, C. *Territory and Function*. Londres: Edward Arnol, 1979.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- GONÇALVES, M.F.R. (Coord.). **O Município e o desenvolvimento local sustentável**. In: *Manual do Prefeito*. 12ª. Ed. ver. aum. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2005. p. 123-200.
- ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L.(orgs). **A territorialidade da Igreja Católica no Brasil –1800 e 1930**. Rio de Janeiro: 2003. (TEXTOS NEPEC nº1).
- _____. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, 118 p.

TUAN, Y. F. Sacred Space. **Exploration of an Idea**. In: K. BUTZER. Dimension of Human Geography. Chicago: Department of Geography / The University of Chicago. 1979, pp. 615-632.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**: textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

ETNOCLIMATOLOGIA E PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DOIS IRMÃOS, PIRPIRITUBA/PB

Profa. Espec. Jenifer Freitas Dias

e-mail: Jeniferfreitasd@hotmail.com

Prof. Dr. Joel Maciel Pereira Cordeiro

e-mail: joelmpcordeiro@gmail.com

Profa. Ms. Simone da Silva

e-mail: simoned86@gmail.com

Prof. Dr. Ramon Santos Souza

Departamento de Geografia, UEPB/CH

e-mail: ramonssouza93@gmail.com

Carlos Antônio Belarmino Alves

(In memoriam)

RESUMO

Este estudo examinou a etnoclimatologia e a percepção das mudanças climáticas entre agricultores da comunidade rural de Dois Irmãos, localizada em Pirpirituba/PB. A pesquisa, conduzida entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, empregou entrevistas semiestruturadas com 20 agricultores. Os resultados indicam que 90% dos participantes percebem alterações climáticas, como o aumento da temperatura, secas prolongadas e chuvas irregulares, resultando em perdas agrícolas e ambientais. A etnoclimatologia, fundamentada em observações da flora, fauna, elementos atmosféricos e dias santos, é essencial para o planejamento agrícola e a adaptação às mudanças climáticas, destacando a importância do conhecimento tradicional para a resiliência dessas comunidades.

Palavras-chave: Etnoclimatologia, Percepção Climática, Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A poluição e o uso excessivo de recursos naturais resultam em impactos ambientais significativos e na deterioração da qualidade de vida (IPCC, 2014; Ministério do Meio Ambiente, 2016). O aumento populacional, a urbanização, a produção industrial e as mudanças comportamentais têm exacerbado as condições ambientais (Marchi, 2015). As alterações climáticas são de importância crucial, afetando o meio ambiente e o bem-estar social, manifestando-se em problemas como o aumento das temperaturas, a elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos, além de impactos econômicos e de saúde (IPCC, 2014; Mesquita; Burstyn, 2018).

Compreender a percepção climática é essencial, pois está intrinsecamente ligada às experiências diárias, tanto individuais quanto coletivas (Natusi et al., 2013). Esta percepção constitui a base do conhecimento tradicional sobre o clima, conhecido como etnoclimatologia, que é transmitido através das gerações (Alcântara, 2008; Gascón; Caviedes, 2014). A etnoclimatologia representa um conjunto de saberes empíricos sobre o tempo e o clima local, resultante da observação e interação contínua com o ambiente (Fuentes et al., 2015). No Nordeste brasileiro, comunidades tradicionais empregam essa técnica para planejar suas atividades diárias, utilizando prognósticos baseados em "experiências de inverno" (Nasut et al., 2013; Fuentes et al., 2015; Alves et al., 2017a).

A observação das variações climáticas tem sido fundamental para a sobrevivência humana, especialmente em relação a eventos extremos (Mendoza, 2000). A vulnerabilidade a tais eventos não se origina apenas das mudanças climáticas, mas também da organização social e do acesso limitado a recursos (Ventura et al., 2012). A etnoclimatologia constitui uma técnica valiosa para os agricultores, auxiliando na mitigação dos problemas decorrentes das mudanças climáticas e fornecendo subsídios para adaptação e mitigação em suas atividades rurais.

É essencial valorizar o conhecimento etnoclimático popular, analisando seus aspectos sociais e econômicos para garantir o desenvolvimento sustentável (Alves, 2017a). Este estudo tem como objetivo examinar o etnoconhecimento no contexto da vulnerabilidade e adaptação socioclimática dos agricultores da comunidade rural Dois Irmãos, em Pirpirituba/PB.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Climatologia, que se desenvolveu após a Meteorologia, dedica-se ao estudo dos elementos e fenômenos atmosféricos e suas variações, analisando a interação entre a atmosfera, as atividades humanas e a superfície terrestre (Mendonça e Oliveira, 2007). Os estudos climáticos têm adquirido relevância global, sendo amplamente discutidos em conferências internacionais devido aos impactos das mudanças climáticas e à busca por soluções. O clima influencia diversos ambientes, modificando padrões de precipitação e biodiversidade (Jardim, 2018).

Na interação entre sociedade e natureza, o clima desempenha um papel fundamental. Apesar dos avanços tecnológicos, sociedades com recursos limitados permanecem vulneráveis às variações climáticas. Ao longo da história, a humanidade modificou e utilizou o ambiente natural, transformando sua percepção ambiental à medida que a relação entre sociedade e meio ambiente evolui (Mendonça, 2000).

A observação do comportamento atmosférico levou à criação de um vasto conhecimento sobre o tempo e o clima, transmitido oralmente por gerações. Esse conhecimento é a Etnoclimatologia (Fuentes et al., 2015), vital para comunidades sem acesso à tecnologias de previsão meteorológica. A etnoclimatologia trata-se da ciência que se baseia no conhecimento empírico do tempo e clima local, aprimorado pela observação e interação contínua com o meio, sendo transmitido por narrativas orais (Fuentes et al., 2015).

Este ramo da Climatologia é de fundamental importância para comunidades rurais, pois oferece um método prático para a

obtenção de informações meteorológicas necessárias ao planejamento das atividades diárias (Bastos; Fluentes, 2015). Muitas dessas comunidades, especialmente as localizadas no Nordeste, apresentam alta vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, que não são homogêneos e afetam desproporcionalmente os mais pobres, em particular as mulheres e aqueles com acesso limitado a recursos (Ministério do Meio Ambiente, 2016; IPCC, 2014). A região Nordeste, caracterizada por elevadas taxas de evaporação e baixos índices pluviométricos, terá suas condições socioambientais agravadas pelo aumento da temperatura, impactando severamente a agricultura familiar (Marengo, 2010; Andrade et al., 2014; Mesquita e Burstyn, 2018).

Agricultores familiares no Brasil enfrentam diversos desafios, com o Nordeste sendo a região mais suscetível aos impactos das mudanças climáticas. Esses impactos incluem a perda de produtividade, o surgimento de pragas e doenças, chuvas torrenciais, a perda de nutrientes do solo e a escassez hídrica, comprometendo tanto a economia quanto a segurança alimentar (Machado et al., 2016; PNA, 2016). Ademais, o clima influencia a saúde humana, facilitando a proliferação de doenças como a dengue (Neiva e Cardoso, 2018), e afeta a biodiversidade, resultando em perdas e extinção de espécies (IPCC, 2014).

As mudanças climáticas constituem uma ameaça global significativa, com impactos em diversos setores. Compreender suas causas é essencial para identificar problemas futuros e planejar ações de mitigação e prevenção. A consideração dos conhecimentos adaptativos desenvolvidos por comunidades vulneráveis é fundamental para um planejamento regional eficaz, baseado em um desenvolvimento econômico, social e ecológico sustentável.

3 MATERIAL E MÉTODO

O estudo foi conduzido na comunidade rural de Dois Irmãos, localizada em Pirpirituba/PB, no Nordeste do Brasil. Pirpirituba (06º 46' 48"S, 35º29'55"W) situa-se no Agreste Paraibano, a uma distância de 113,7 km de João Pessoa. Com uma área de 80,672 km²

e uma população de 10.584 habitantes (IBGE, 2010), sua economia é predominantemente baseada nos setores de serviços, agropecuária e indústria. O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,595 e um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,2 (IBGE, 2010).

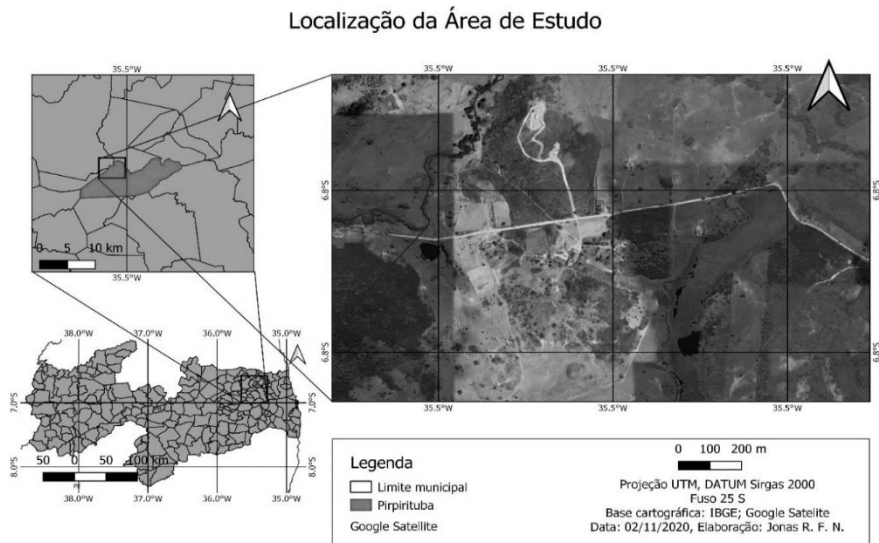
A área está situada a uma altitude que varia de 650 a 1.000 metros, integrando o planalto da Borborema (CPRM, 2005). O clima é caracterizado como tropical chuvoso com um verão seco, e a vegetação predominante é a caatinga, com solos diversos, incluindo Planossolos e Podzólicos (CPRM, 2005; IBGE, 2010). A cidade localiza-se na bacia hidrográfica do rio Mamanguape, que apresenta um regime de escoamento intermitente e baixa vazão (CPRM, 2005).

A Comunidade Dois Irmãos (06°46'13"S, 35°31'36"W) está situada a 4 km da sede municipal, abrangendo uma área de 219 hectares e abrigando 23 famílias. Historicamente caracterizada pela monocultura da cana-de-açúcar, atualmente sua economia é sustentada pela agricultura familiar (incluindo o cultivo de feijão, milho, mandioca, entre outros), pecuária e turismo (cultural, religioso, ecológico e gastronômico). A comunidade dispõe de uma capela, uma associação de moradores e uma escola municipal, com recursos hídricos limitados a um açude, um poço artesiano e uma caixa d'água comunitária.

A pesquisa foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, de campo e entrevistas, no período de novembro de 2019 a janeiro de 2020, na comunidade Dois Irmãos (Figura 1). As visitas foram realizadas semanalmente.

Para a coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com formulários adaptados do trabalho de Andrade (2013). O questionário, de 11 páginas, abrangia informações pessoais, aspectos econômicos e conhecimento tradicional sobre o clima. Devido à pandemia de COVID-19, foram entrevistados 20 agricultores (12 mulheres e 8 homens), com idades entre 32 e 80 anos, priorizando a disponibilidade feminina.

Figura 1 - Localização da área de Estudo, comunidade rural Dois Irmãos, Pirpirituba/PB.



Fonte: IBGE, adaptado.

A entrevista é uma técnica crucial na Geografia para coletar dados e compreender fenômenos sociais (Santos, 2020). Bardin (1977) classifica as entrevistas e propõe uma análise baseada em quatro dimensões: origem, implicação, descrição e sentimentos. A análise das entrevistas foi feita pela técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin, que busca uma observação crítica, qualitativa e quantitativa, dos dados obtidos, classificando-os como indicadores para uma análise crítica dos resultados (Bardin, 1977).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 20 agricultores entrevistados na comunidade Dois Irmãos, 90% afirmaram perceber mudanças climáticas significativas nos últimos anos, enquanto 10% não notaram alterações. Essa percepção, alinhada a estudos como o de Pires et al. (2014) em Minas Gerais, foca em alterações na precipitação e aumento da temperatura, sendo crucial para entender vulnerabilidades e

estratégias de adaptação, já que a agricultura é altamente dependente do clima.

Em relação às estações do ano, 85% dos entrevistados relataram mudanças no período e intensidade dos eventos, destacando o aumento da duração do período seco, diminuição e irregularidade das chuvas. Esses dados corroboram estudos em comunidades rurais do Nordeste, que também apontam aumento da temperatura e estiagem (Alves et al., 2017b; Carlos et al., 2019). Os agricultores identificaram anos ímpares como mais secos (2015, 2013, 1997) e pares como chuvosos (1994, 1964), indicando um aumento gradual dos anos secos. A seca de 2012-2015 no Nordeste é considerada a pior das últimas décadas, devastadora para a agricultura (Marengo et al., 2016). A agricultura familiar, maioria na comunidade, é a mais afetada por essas secas devido à falta de recursos para adaptação.

As perdas agrícolas causadas pelo clima foram relatadas por 85% dos entrevistados, afetando a produtividade e a segurança alimentar global (Angelotti e Giongo, 2019). Além disso, observaram-se impactos ambientais, como diminuição dos corpos hídricos, queda na produtividade de plantas frutíferas, alterações na floração e diminuição de espécies da fauna. Estiagem, temperatura elevada, ventos, chuvas torrenciais e inundações foram os eventos mais prejudiciais, causando perdas de produtividade, alteração nos períodos de plantio/colheita, baixa qualidade da produção, intensificação de pragas e escassez de água, afetando a economia local.

A ausência de apoio técnico por parte de políticas públicas foi unanimidade entre os agricultores, exacerbando a vulnerabilidade às mudanças climáticas, pois técnicas de mitigação e adaptação são essenciais (Marengo, 2010). No planejamento de suas atividades, 85% dos agricultores utilizam conhecimentos etnoclimáticos – as "experiências de inverno" –, baseados na observação de fatores biológicos (fauna e flora), dias santos e aspectos atmosféricos. Essa prática, comum no Nordeste (Silva et al., 2014; Bastos e Fuentes, 2015), é fundamental para prever chuvas e planejar o plantio.

A adaptação às mudanças climáticas levou 60% dos entrevistados a reduzir ou cessar a produção de certos alimentos (alface, couve, tomate, etc.) e a criação de bovinos. A diversificação do plantio foi citada por 80% como estratégia eficaz. Além disso, 73% modificaram o período de plantio de culturas como feijão, milho e fava devido à imprevisibilidade climática, demonstrando a resiliência dessas comunidades (Angelotti e Giongo, 2019).

As categorias de observação etnoclimática mais citadas foram flora (16 citações), fauna (14 citações), elementos atmosféricos (12 citações) e dias santos (9 citações). A leitura dos sinais da natureza é uma estratégia vital para a agricultura familiar no Nordeste (Silva et al., 2014). Na observação da flora, 70% dos entrevistados usam a floração e frutificação de espécies como Mandacaru, Juazeiro e Umbu-cajá para prever chuvas (Santos et al., 2017; Fuentes et al., 2015).

Na fauna, 75% utilizam espécies como formiga saúva, embuá, cupim, rã e cigarra, observando seu comportamento (vocalização, aparecimento) como indicadores de chuva. A compreensão desses sinais é crucial para a sobrevivência dos agricultores (Nasuti et al., 2013; Silva et al., 2014). Dentre os dias santos, foram citados o dia de Santa Luzia (13 de dezembro), Natal (25 de dezembro) e São José (19 de março) como base para as experiências de inverno (Silva, 2018). Elementos atmosféricos como nuvens, trovões, ventos e o pôr do sol também são observados diariamente para prognósticos de chuva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das percepções dos agricultores da comunidade rural Dois Irmãos, em Pirpirituba/PB, revela que eles possuem e utilizam o conhecimento etnoclimático, também conhecido como climatologia popular, para guiar suas atividades rurais.

Os agricultores percebem mudanças climáticas locais, como aumento da temperatura, maior frequência de secas, estiagens prolongadas e chuvas irregulares e torrenciais. Essas mudanças geram impactos negativos, como perda de produtividade das

lavouras, diminuição dos corpos hídricos, proliferação de pragas e perda da biodiversidade local.

Os conhecimentos tradicionais sobre o clima, transmitidos oralmente entre gerações, são essenciais para o planejamento das atividades rurais, servindo como base para prever chuvas e iniciar o plantio, minimizando perdas agrícolas, diminuindo a vulnerabilidade e auxiliando na adaptação às mudanças climáticas.

As percepções dos agricultores sobre as variações, impactos e vulnerabilidades climáticas são importantes para aumentar as informações que subsidiam a adaptação e mitigação, além de embasar estudos aplicados ao planejamento territorial. Isso é crucial para auxiliar as populações mais afetadas pelas mudanças climáticas, especialmente os agricultores familiares.

É fundamental que haja implementação de políticas públicas e assistência técnica, além de mais estudos sobre a etnoclimatologia. O resgate e a valorização do conhecimento tradicional dos agricultores sobre o clima são necessários para uma melhor compreensão da temática e para auxiliar na manutenção e manejo das pequenas propriedades rurais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U.P. LUCENA. R.F.P.; ALENCAR, N.L. **Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos**. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA. R.F.P.; CUNHA, L.V.F.C. Métodos na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. NUPEEA, 2010. 559p.
- ALCÂNTARA, B. G. **A percepção climática no município de Viçosa Minas Gerais**. 2008. 106 p. Monografia (Graduação em Geografia)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa: UFV, 2008.
- ALVES, C. A. B.; ARRUDA, L. V.; SANTOS, A. C. F.; SILVA, A. P. T.; OLIVEIRA, S. A. C.; SANTOS, H. N. F.; SANTOS, N E. D. Mudanças Climáticas e os saberes tradicionais dos agricultores da comunidade de Tananduba, Guarabira (PB): Vulnerabilidade, percepção e adaptação. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade Congestas**. João Pessoa/PB, v. 5, p. 452461, 2017b. Disponível em: <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2017/trabalhos/pdf/congestas2017-et03-011.pdf>Acesso em: 08/12/2019.

- ALVES, E. B. B. M.; JACOVINE, L. A. G.; SOUZA, G. As mudanças climáticas e a produção agropecuária: percepção dos produtores rurais da região da Zona da Mata Mineira, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, p. 24, 2017a.
- ANDRADE, A. J. P. **A agricultura familiar do Seridó potiguar: vulnerabilidade, percepção e adaptação às mudanças climáticas**. 2013. 118p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ANDRADE, A. J. P.; SILVA, N. M.; SOUZA, C. R. As percepções sobre as variações e mudanças climáticas e as estratégias de adaptação dos agricultores familiares do Seridó potiguar. **Desenvolvimento e Meio ambientes**, v. 31, p. 77-96, ago. 2014.
- ANGELOTTI, F.; GIONGO, V. Ações de mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas. In: MELO, R. F. de; VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Agricultura familiar dependente de chuva no Semiárido**. Brasília/DF, EMBRAPA, 2019. p. 445-467.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977, 229 p. v. 1, n. 2, p. 176-183, 2015.
- BASTOS, S.; FUENTES, M. C. O uso da etnoclimatologia para a previsibilidade de chuvas no município de Retirolândia-BA. **Revista do CERES Volume**, v. 1, n. 2, 2015.
- CARLOS, S. M.; CUNHA, D. A.; PIRES, M. V. Conhecimento sobre mudanças climáticas implica em adaptação? Análise de agricultores do Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Viçosa/MG, v. 57, n. 3, p. 455-471. Jun. 2019.
- CPRM - Serviço geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Pilões, estado da Paraíba**. Organizado [por] João de Castro, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- FREIRE, A. B. **Práticas alternativas com hortas comunitárias no Sítio Dois Irmãos, Pirpirituba/PB, Nordeste do Brasil**. 2017. 34p. (Monografia) (Graduação) Curso de Licenciatura Plena em Geografia, Universidade Estadual da Paraíba.
- FUENTES, M.C.; BASTOS, S.B.; SANTOS, N. M. Estudo do conhecimento climático popular na região semiárida do estado da Bahia. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa/MG, v. 15, n. 2, p. 349-365, jul./dez. 2015.
- GASCÓN, M.; CAVIEDES, C. Etnoclimatología en las pampas: El remonte térmico en la Frontera Sur. **Tefros**, v. 12, n. 2, p. 140-154, 2014.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010**. Disponível em:http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=2 Acesso em 26/08/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em Regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.**

Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 38p.

IPCC. **Alterações climáticas 2014: Impactos adaptação e vulnerabilidade.**

Disponível em:

https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg2_spmport1.pdf

Acesso em: 24/05/2020.

JARDIM, C.H. Aspectos teórico-metodológicos relativos à dimensão temporal e espacial do clima. **Revista Geografias**, Belo Horizonte/MG, v. 17, n. 01, p. 82-95, jun. 2018.

MACHADO F. H.; MORAES, C.; BENNATI, P.; RODRIGUES, R. D. A.; GUILLES, M.; ROCHA, P.; VASCONCELOS, I. Mudança do clima e os impactos na agricultura familiar no Norte e Nordeste do Brasil. IPC-IG Working Paper, Brasília/DF, n. 141, p. 1-69, mai. 2016.

MARCHI, C. M. D. F. Novas perspectivas na gestão do saneamento: apresentação de um modelo de destinação final de resíduos sólidos urbanos. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 91-105, 2015.

MARENGO, J. A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. **Parcerias estratégicas**, Brasília/DF, v. 13, n. 27, p. 149-176, dez. 2010.

MARENGO, J. A.; CUNHA, A. P.; ALVES, L. M. A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico. **Climanálise**, São Paulo/SP, v. 3, n. 1, p. 16, 2016.

MENDONÇA, F. Aspectos da interação clima-ambiente-saúde humana: da relação sociedade-natureza à (in) sustentabilidade ambiental. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 84-100, 2000.

MENDONÇA, F.; OLIVEIRA, I. M. D. **Climatologia: noções básicas e climas do brasil**. São Paulo: Oficina de textos, 2007. 206p.

MESQUITA, P. S.; BURSZTYN, M. Alimentação e mudanças climáticas: percepções e o potencial de mudanças comportamentais em prol da mitigação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba/PR, v.49, p.1-16, dezembro 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Adaptação as mudanças climáticas: Volume I estratégia geral**. Brasília. 2016. Disponível em: <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/PNA-Volume1.pdf> . Acesso em: 03/04/2019.

NASUTI, S.; CURI, M. V.; DA SILVA, N. M.; ANDRADE, A. J. P.; IBIAPINA, I., DE SOUZA, C. R.; SAITO, C. H. Conhecimento tradicional e previsões meteorológicas: Agricultores familiares e as “experiências de inverno” no Semiárido Potiguar. **Revista econômica do Nordeste**, Fortaleza/ CE, v.44, 383-402, 2013.

NEIVA, H. S.; CARDOSO, C. Clima e dengue: uma ajuda para compreender a epidemia na cidade do Rio de Janeiro. **Revista de Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n 22, p 1135-1150, 2018.

PIRES, M. V.; CUNHA, D. A.; REIS, D. I.; ALEXANDRE, B. Percepção de produtores rurais em relação às mudanças climáticas e estratégias de adaptação no estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, Viçosa/MG, v. 37, p.431-440. Set. 2014.

SANTOS, F. R. Pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa em geografia: apontamentos para reflexão. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 42, p. 3149, 2020.

SANTOS, H. N. F.; ALVES, C. A. B.; OLIV, EIRAS. A. C.; SILVA, D. R.; DE ARAÚJO, J. T. M.; SILVA, M. A. O. Profetas da chuva e mudanças climáticas nas comunidades de Filgueiras, Jaguaré e Olho d'água. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade Congestas**. João Pessoa/PB, v. 5, p. 677-685, 2017. Disponível em:

<http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2017/trabalhos/pdf/congestas2017-et03-038.pdf> Acesso em: 12/09/2019.

SILVA, A. S. **Percepção dos profetas da chuva sobre as mudanças climáticas nas comunidades Lagoa do Castro, Utinga e Saquaiba Mulungu-PB, Nordeste do Brasil**. 2018. 64 p. (Monografia/Graduação) Curso de Licenciatura em geografia, Universidade Estadual da Paraíba.

SILVA, N. M.; ANDRADE, A. J. P.; ROZENDO, C. 'Profetas da chuva' do Seridó potiguar, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém/PA, v. 9, n. 3, p. 773-795, set/out. 2014.

VENTURA, A. C.; FERNANDEZ G. L.; ANDRADE, J. C. S. Tecnologias sociais: as organizações não governamentais no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de desenvolvimento humano. **Cadernos Ebape.BR**, v. 10, n. 3, p. 605629, 2012.

O TURISMO NA PARAÍBA: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS DO AGRESTE AO SERTÃO

Jarbelly Karina da Costa

e-mail: jarbelly.costa@aluno.uepb.edu.br

Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: ivan13silva@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa faz uma análise geográfica de experiências vivenciadas por moradores e comerciantes paraibanos em relação aos potenciais e desafios do turismo em seus municípios. O trabalho desenvolveu-se com base na fundamentação teórica de Coriolano (2005), além de Siqueira (2005). A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Areia, Taperoá e São João do Rio do Peixe, em 2022 e 2023 por meio de questionários e conversas informais com moradores e comerciantes. Notamos que o turismo tem grande potencial de desenvolvimento nos locais analisados, sobretudo por questões naturais e culturais. Observamos que estes municípios apresentam ainda um aproveitamento tímido, dada a falta de investimentos em infraestrutura e recursos humanos e que os desafios são robustos e precisam ser analisados caso a caso.

Palavras-chave: Potenciais turísticos; Desafios; Investimento; Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um o vetor chave para dinamizar a economia de qualquer região que apresente atributos naturais ou históricos que sejam passíveis de aproveitamento e a geografia pode ser compreendida como uma ciência importante na análise dessa dinâmica. De acordo com Coriolano e Silva (2005, p.14) “a dinâmica

do turismo se expressa na vida social e nos territórios, convocando a atenção dos estudiosos da ciência geográfica”. Assim, vale ressaltar que até o início dos anos 1990, o Nordeste mantinha o estigma de ser uma referência quase hegemônica em relação ao restante da região, em grande parte devido à extrema pobreza de suas áreas rurais, que representavam 55% dos pobres do Brasil em 1990 (IPEA, 1993).

Na última década (2000-2010), o seu dinamismo econômico recente beneficiou da modernização e renovação dos parques industriais, da implementação de políticas de concorrência interestadual, e indústrias de base petroquímica, agricultura de exportação, mercados imobiliários e plataforma turística. No mesmo período, o Nordeste do Brasil tornou-se cada vez mais competitivo no mercado nacional, encurtando (mas não igualando) a distância entre o resto do Brasil.

O turismo, tem um papel crucial neste encurtado, como afirma Coriolano e Silva (2005, p. 19). “O turismo, ao movimentar as pessoas e intensificar o uso do espaço e dos recursos naturais, torna-se indutor do desenvolvimento regional.”, pela mesma razão, ele torna-se um dos principais veículos explicativos da mudança do paradigma “Nordeste da seca” para o “Nordeste da inovação”, não é coincidência que ele está incluso como vetor chave dessa movimentação, além de fortalecer as conexões entre os lugares e as pessoas, gera renda, cria oportunidades de empregos, cumpre novas funções na vida social e gera vitalidade de valores culturais.

A Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil, que era distribuída em quatro mesorregiões (Agreste, Borborema, Zona da Mata e Sertão), com a nova regionalização do IBGE (2017), passou a ser configurada seguindo uma hierarquia urbana, a partir das nomenclaturas: Região Imediata e Região Intermediária, de acordo com as grandezas urbanas. Apesar dessa nova regionalização, o contexto geográfico e histórico de identidade regional entre o Litoral, Agreste, Borborema e Sertão prevalecem para todas as pessoas que vivem nestes lugares.

Na atualidade as novas regiões geográficas da Paraíba são:

- 1) Região Intermediária de João Pessoa, formada pelas Regiões

Imediatas de João Pessoa, Guarabira, Mamanguape - Rio Tinto e Itabaiana; 2) Região Intermediária de Campina Grande, formada pelas Regiões Imediatas de Campina Grande, Cuité-Nova Floresta, Monteiro e Sumé; 3) Região Intermediária de Patos, formada pelas Regiões Imediatas de Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha-São Bento, Pombal e Princesa Isabel; 4) Região Intermediária de Sousa-Cajazeiras, formada pelas Regiões Imediatas de Sousa e Cajazeiras (IBGE, 2017).

Nota-se que as discussões regionais são necessárias porque o Nordeste tem características comuns de formação regional, tornando-se uma estrutura para o planejamento regional do turismo com naturalidade específica. Com base nesses levantamentos, o trabalho desenvolveu-se com base na fundamentação teórica de Coriolano (2005), para destacar como a dinâmica do turismo se expressa na vida social e comercial dos territórios, além de Siqueira (2005), para contextualização do turismo na história social e na aplicação geográfica dele. A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Areia, Taperoá e São João do Rio do Peixe/PB.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho foi produzido utilizando como base teórica o livro “Turismo e Geografia abordagens críticas” (Coriolano; Silva, 2005), pesquisadores brasileiros, especialistas em geografia e turismo, bem como de contribuições para a geografia regional, urbana, econômica e social do Brasil, especialmente do Nordeste. Para estes autores “a incumbência da Geografia do Turismo é ler o mundo, explicar e interpretá-lo, para entender a mobilidade dos fluxos turísticos” (Coriolano e Silva, 2005, p.22).

Coriolano e Silva (2005, p.11) relata que, “na geografia, desenvolve-se um potencial de pesquisa voltado para a análise dos espaços geográficos transformados em espaços turísticos. Sendo a geografia a ciência do espaço, então o turismo concretiza-se nos espaços geográficos, podendo entender melhor as singularidades

dos lugares em que se está vivendo e onde se faz turismo, conforme cita Coriolano e Silva (2005, p. 21).

Outros referenciais analisados foram a obra “Paraíba, um mosaico de oportunidades” do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2010); “História Social do Turismo” (Siqueira, 2005) que afirma como a partir do turismo e da hospitalidade o lugar instigante e incerto do sujeito, passa a ser mais interessante; e o “Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos” (2018).

Rodrigues (2001, p. 95) destaca que “a Geografia do Turismo serve para alimentar e irrigar a reflexão na Geografia”. Logo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise geográfica dos potenciais e desafios do turismo no estado da Paraíba nos municípios visitados, e como isso irá agregar na geografia, utilizando como ferramentas as experiências de campo nos municípios paraibanos de Areia, Taperoá e São João do Rio do Peixe, apresentando os potenciais e desafios apresentados nos relatos de seus moradores.

A frequência e o fluxo turístico com os impactos da pandemia, como é feita a divulgação do local ou dos pontos turísticos e seus principais apoiadores, deixando um espaço para o entrevistado dizer qual o aproveitamento do turismo na localidade, nesses momentos era muito comum eles apontarem a ausência de apoio político ou, no caso de Taperoá, os passos iniciais desse apoio para fortalecer o viés turístico, diante de um mundo em pandemia e sem perspectivas para as atividades turísticas.

3 ANÁLISE CRÍTICA DAS OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS

Para obtenção dos dados foram realizadas entrevistas em campo nos municípios de Areia, Taperoá e São João do Rio do Peixe, onde foram dadas prioridades para ouvir os comerciantes e moradores locais, que apontaram os principais desafios que seus respectivos municípios enfrentam, além de suas expectativas aplicadas no âmbito turístico. Em cada um dos municípios,

escolhemos aspectos chave para a nossa análise crítica, considerando que as áreas escolhidas estão fora do circuito turístico litorâneo e é importante um olhar geográfico sobre as regiões mais interioranas.

3.1 MUNICÍPIO DE AREIA/PB

Os relatos trazem vivências onde os moradores narram seus desafios e os potenciais que poderiam ser aproveitados no turismo e, conseqüentemente, enriquecedores para os municípios que residem. Berque (2018), enfatiza que "A paisagem é uma das formas de expressão da relação entre homem e meio, revelando o sentido profundo da paisagem a partir de suas origens na humanidade", logo, tendo em vista tudo que foi abordado, estas análises têm como bojo apresentar estes fatos e sua relação no âmbito turístico e geográfico.

Iniciando com o município de Areia, com destaque para paisagens naturais, guardião de engenhos, lar do primeiro teatro construído na Paraíba e berço do escritor Pedro Américo, demonstram que Areia é um município paraibano que reúne em um só lugar evidências históricas, elementos naturais e, ao mesmo tempo as novidades trazidas pelo tempo. O município também é conhecido pela produção de cachaças, algumas premiadas internacionalmente.

A cidade está localizada no alto da região do Brejo do Paraibano e registra temperaturas amenas no inverno (23 °C, com uma variação média de 18.9 °C entre a temperatura máxima e a mínima). No ano de 2023, Areia foi a primeira cidade visitada pela 18ª edição do Roteiro Cultural Caminhos do Frio, evento importante no turismo da Paraíba. Sua extensa programação artística que oferece aos visitantes uma riqueza de experiências únicas em música, artes cênicas, comida, trilhas para caminhada, fábricas e outras atrações locais. Esse evento abrange os municípios de Areia, Pilões, Remígio, Solânea, Serraria, Bananeiras, Matinhas, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Borborema, começando em julho e finalizando em setembro. Estudos apontam que a

estimativa de 2023 o município receba entre 20 à 30 mil pessoas na semana destinada ao Caminhos do Frios, sendo este público, cerca de 70% da Paraíba (A União, 2023).

O município conta com um portal on-line no site Brejo Paraibano (<https://brejoparaibano.com.br/cidades/areia/>), onde quem se interessar possa tirar suas dúvidas sobre a história, fundação e os serviços que a cidade dispõem. Diante disso, existe uma variedade de pontos comerciais, a exemplo do “Restaurante Rural Vó Maria” localizado a 7km de Areia, que conta com um ambiente rústico e aconchegante que serve a culinária local preparada com receitas tradicionais e utilizando produtos cultivados na própria comunidade (Figuras 1, 2, 3 e 4).

Figuras 1 e 2 - Pratos típicos da região sendo servidos no restaurante Vó Maria, em Areia/PB.



Figuras 3 e 4 - Artigos de artesanato e cachaças artesanais, disponibilizadas no estabelecimento Vó Maria, em Areia/PB.



Fonte: Arquivo dos autores, 2023.

Os entrevistados no local relatam que o lugar recebe um bom fluxo de visitantes, recebendo um pouco de apoio dos agentes políticos, o funcionário também relata que o rendimento do local dá para manter o estabelecimento e pagar aqueles que trabalham lá, mas esses números caíram consideravelmente nos anos de 2020 e 2021, tendo em vista o cenário pandêmico que não apenas o Brasil enfrentou, mas o mundo como um todo. Apesar disso, é notório que o local poderia ser mais movimentado, tendo em vista a privilegiada localização e história do comércio.

Através das falas é possível verificar que existe um bom potencial turístico, começando pela culinária, conforme cita

Santiago et al (2018), destacam que a identidade de um povo é construída da transmissão de saberes e fazeres em diferentes contextos. Assim, a junção de um ambiente agradável com uma culinária rica, já são pontos em destaques para serem aproveitados. O ambiente também conta com trilhas na Mata do Pau Ferro, cujo Parque Estadual é um patrimônio ecológico paraibano, ocupando cerca de 600 hectares do Sítio Vaca Brava, com grande biodiversidade da fauna e flora, visto que é um resquício da mata atlântica no Nordeste. Sem contar que sua hidrografia é representada principalmente pela represa de Vaca Brava, reservatório que abastece alguns municípios da microrregião do Brejo Paraibano.

3.2 MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/PB

Em contraste com o município de Areia, Taperoá está iniciando sua trajetória no ramo turístico. De acordo com o morador local entrevistado, Taperoá “está começando agora”, com incentivos da gestão municipal no setor, expandindo assim a parte turística de Taperoá. Ele conta que o município tem muitos potenciais a serem aproveitados, mas que estão sendo explorados agora, como a Pedra Furada e a Pedra do Pico. Ele narra ainda que esses dois pontos recebem um alto fluxo turístico na festividade chamada “festa da cultura”, o que teve uma queda significativa durante a pandemia.

Em visita realizada em novembro de 2022 a um dos pontos com potencial turístico de Taperoá, a casa do renomado escritor Ariano Suassuna se encontrava fechada. Ao serem entrevistados os moradores afirmaram que não sabiam exatamente o motivo dela está fechada, porém informaram que há quatro meses teria sido submetida a uma reforma.

Em junho de 2023, uma nova visita foi realizada podendo explorar pontos antes não explorados. Desta vez, a casa do escritor estava aberta, entretanto, não para o público. Os responsáveis pela manutenção e cuidados da casa, confirmaram a importância do local, sendo a casa onde Ariano aprendeu a ler e escrever. Foi

afirmado ainda que o fluxo turístico não é grande, mas que é bom, pois sempre recebe visitas de estudantes. O que leva a reflexão que talvez a dificuldade de agendamento ou há ausência de informações podem refletir sobre isso. Não se sabe ao certo o quanto o local foi afetado pela pandemia, em adição, diante de tudo o que foi visto e presenciado, é possível perceber a falta de alguns cuidados no estabelecimento, a exemplo de cuidados básicos de limpeza (Figura 5).

Figura 5 - Panorama do pátio da casa de Ariano Suassuna, visto do portão do lado de fora, com aspectos de abandono e precisando de uma limpeza. Taperoá/PB.



Fonte: Arquivo dos autores, 2023.

Outro ponto que recebe turistas, a biblioteca Ariano Suassuna, que não possui vínculo com a residência do escritor, tem outra dinâmica de organização de horários, abrindo diariamente, trabalhando por agendamento apenas nos finais de semana. Os responsáveis pelo local alegam que foi construído por recursos

municipais, obtendo ajuda para manutenção e divulgação da prefeitura de Taperoá, além de outros órgãos para a doação de livros.

Ao entrevistar moradores, eles relataram que o turismo deveria ser mais aproveitado, pois Taperoá possui potenciais históricos, geográficos, culturais e naturais, a exemplo do segundo ponto de relevo mais alto da Paraíba, (Conhecida como Serra do Pico, situa-se a Noroeste do centro de Taperoá, a uma distância de 18 Km da área urbana.

Os mapas geográficos do Estado indicam uma altura de 924 metros para este acidente geográfico de singular beleza, pertencente ao complexo de montanhas da Cordilheira de Borborema), perdendo apenas para o Pico do Jabre, localizado em Maturéia/PB. Em relação ao comércio, eles narram que os comerciantes vêm sentido a presença de turistas de forma gradativa, sendo mais perceptível em hotéis e restaurantes, possuindo, de acordo com ele “uma das principais economias do município de Taperoá, ou está indo nesse caminho”.

3.3 INSTÂNCIA TERMAL BREJO DAS FREIRAS, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE/PB

Embora pouco conhecida, existe no município de São João do Rio do Peixe, Sertão do estado da Paraíba, o Hotel Termal Brejo das Freiras, que tem como seu principal atrativo fontes de águas termais que despertam grande interesse do ponto de vista turístico local e regional. O turismo é um fenômeno próprio das classes ricas e médias, daqueles que podem comprar lazer. Apesar de não atingir todos os grupos populacionais chegou a todos os continentes, a muitos lugares periféricos, ampliando seu raio de ação aos locais considerados subdesenvolvidos e relativamente, inserindo as classes pobres (Coriolano; Silva, 2005, p. 12-13).

Para os entrevistados, foi perceptível o impacto da pandemia de Covid-19 que resultou na queda do número de clientes no estabelecimento. Ao ser questionado se o ambiente recebia apoio dos poderes políticos locais, eles alegaram que não,

manutenções, divulgações e outros tipos de atrativos são por conta deles, apesar de seus impactos é tudo “por nós mesmo”, afirmou o entrevistado (Figuras 6 e 7).

Figuras 6 e 7 - Visão do Hotel Termas Brejo das Freiras, zona rural de São João do Rio do Peixe/PB.



Fonte: <https://www.pbtur.pb.gov.br/2021/08/13/estancia-termal-brejo-das-freiras-opcao-para-quem-curte-a-natureza>

O hotel conta com uma arquitetura rústica datada dos anos de 1930 e sua construção durou seis meses, sendo inaugurado em 27 de maio de 1944. O evento inaugural foi presidido pelo presidente da Câmara, Ruy Carneiro, e contou com a presença de autoridades de todo o país, incluindo o prefeito de São João do Rio do Peixe. Antes da construção da atual estalagem e balneário, o

local era constituído por um tanque de água bruta escavado no solo, com volume de três metros cúbicos, sustentado por uma cerca de madeira e revestido com telhas cerâmicas.

Nesta piscina insalubre e possivelmente desconfortável, as pessoas se banham nas propriedades mágicas dessas águas. Até o início da década de 1930, onde hoje fica o Hotel Brejo das Freiras foi sede de uma fazenda de gado pertencente às freiras do Convento da Glória, em Recife, Pernambuco, que as obtiveram por doação dos irmãos Francisco de Araújo Carvalho Gondim e Manuel de Araújo Carvalho Gondim, ambos padres.

Dessa forma, foi observado, através das entrevistas aplicadas no local, que ocorre uma ausência de informações importantes, a exemplo da origem natural dessas águas termais, ao serem perguntados sobre tal origem, os responsáveis pelo local que foram entrevistados não sabiam da resposta. Como alega, Coriolano e Silva (2005, p. 18) “[...] para um turismo de qualidade ou cultural, não basta ver, é preciso compreender os lugares e interagir com as culturas visitadas para que a fala e o discurso obtenham valor e significado entre os ouvintes”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi relatado, é possível reconhecer que os municípios analisados apresentam potenciais relevantes para o turismo, mas também lacunas que não é uma realidade isolada desses locais. Fatores como falta de investimento e incentivo por parte do poder públicos são frequentemente citados com os principais entraves para o desenvolvimento dessa atividade, sobretudo nos municípios interioranos, onde os potenciais necessitam de estruturação e divulgação maciças.

É notório que a pandemia prejudicou e atrasou muitos desses resultados positivos, sendo esse fato e a falta de apoio dos poderes públicos os principais desafios reconhecidos pelos entrevistados. Em contraposição, os potenciais a serem desenvolvidos nos municípios em análise, segundo os entrevistados, são o crescimento econômico e surgimento de novas oportunidades

para os moradores locais, sobretudo a abertura de novos postos de emprego.

Desta forma, podemos notar que o turismo apesar de seguir uma ampla diversidade em seus roteiros, torna-se um poderoso instrumento que tem potencial para trazer melhorias de qualidade de vida para os moradores dos municípios visitados, porém, para isso é necessário uma melhor adequação dos serviços para que se tenha um maior aproveitamento do potenciais e uma maior interação entre os moradores locais e os turistas, e assim o estabelecimento de postos de trabalho, maior renda e melhor qualidade de vida para as populações locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos** – 1ª edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. 44 p.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Turismo e geografia: Abordagens críticas**/Luzia Neide M. Teixeira e Sylvio C. Bandeira de Mello e S. -Fortaleza: Ed. UECE, 2005. 174 p.

IBGE, Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / **IBGE, Coordenação de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JONATAS-ARQUIVOS; COMPLETO, V. M. P. **Serra do Pico - Taperoá** (O segundo ponto mais alto da Paraíba). Disponível em:

<<https://jonatasarquivos.blogspot.com/2010/05/serra-do-pico-taperoa-o-segundo-ponto.html>>. Acesso em: 6 abr. 2024.

Jornal A União. **Areia deve receber 30 mil visitantes no Caminhos do Frio**. Disponível em:

<https://www.auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/areia-deve-receber-30-mil-visitantes-no-caminhos-do-frio>. Acesso em: 4 ago. 2023.

Jornal A União — **A União** - Jornal, Editora e Gráfica. Disponível em:

<https://www.auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao>. Acesso em: 6 out. 2023.

MARANDOLA, H. L.; OLIVEIRA, L. DE. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem / Landscape origins in Augustin Berque: landscaping thought and landscape thinking.

Geograficidade, v. 8, n. 2, p. 139-148, 6 nov. 2018.

Mata do Pau-ferro. Disponível em:

<<http://www.cca.ufpb.br/bscca/contents/menu/a-biblioteca/historias-de-areia/mata-do-pau-ferro>>. Acesso em: 7 out. 2023.

NOGUEIRA, A. **Um olhar sobre São João do Rio do Peixe: ESTÂNCIA TERMAL DE BREJO DAS FREIRAS, um pouco de sua história.** Disponível em:

<<https://umolharsobresaojoao.blogspot.com/2012/03/estancia-termal-de-brejo-das-freiras-um.html>>. Acesso em: 12 out. 2023.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTIAGO, M. P.; MEDINA, J. C. C.; BRASILEIRO, M. D. S. **Saberes e sabores do turismo na Paraíba: uma análise de um Guia de Viagem.** Caderno Virtual de Turismo, v. 19, n. 3, 2020.

SIQUEIRA, D. **História social do turismo.** Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2005.

SILVA, A. F. C.; FERREIRA, A. L. O imobiliário-turístico e o Nordeste Brasileiro: dinâmicas econômicas e urbanas sobre o litoral. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-15, 2011.

O SANTUÁRIO DE FREI DAMIÃO E A TECITURA URBANA: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM GUARABIRA/PB

Profa. Dra. Sharlene da Silva Bernardino

e-mail: sharlene.ead@gmail.com

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão

Pós-Graduação em Geografia UFPB/PPGE/DGEOC

e-mail: josiascastro@uol.com.br

RESUMO

A fé católica, profundamente enraizada no Brasil, exerce forte influência na história e sociedade, especialmente no Nordeste. Este estudo analisou o Santuário de Frei Damião em Guarabira/PB, revelando sua significância na dinâmica urbana e representações sociais. A pesquisa qualitativa, baseada em observação, história oral e entrevistas, demonstrou que a instalação e manutenção do Santuário impactam, material e simbolicamente, a cidade, impulsionada pelas práticas e discursos de fiéis, trabalhadores e agentes públicos. Conclui-se que a fé católica, materializada no Santuário, é um vetor importante na dinâmica urbana de Guarabira, onde Igreja e representantes políticos implementam estratégias conjuntas aparentadas pela relação entre fé e trabalho para fomentar o desenvolvimento local e o turismo religioso.

Palavras-chave: santuários; fé católica; dinâmica urbana.

1 INTRODUÇÃO

O artigo que se segue é um extrato da Tese de Doutorado em Geografia da autora, defendida em 2025 junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/PPGE/DGEOC/CCEN). Este trabalho contou com a valiosa colaboração do Prof. Dr. Josias de Castro Galvão.

O foco central desta pesquisa reside na religião como um fenômeno social e cultural complexo e multifacetado. A religião exerce um papel fundamental na vida de indivíduos e sociedades, moldando seus costumes, valores e identidades. No contexto brasileiro, essa influência se manifesta de maneira singular, entrelaçando-se de forma profunda com a história, a cultura e a própria formação do território nacional.

As diversas manifestações religiosas, tanto no plano material, através de templos, festas e símbolos, quanto no plano simbólico, por meio de crenças, rituais e narrativas, permeiam o espaço geográfico, conferindo-lhe significados e expressando a relação entre a configuração espacial das cidades e o sagrado.

O objetivo geral foi analisar a influência do sagrado no urbano na cidade de Guarabira/PB, buscando identificar como as manifestações religiosas se apropriam, transformam e ressignificam o espaço urbano. A pesquisa se concentrou em analisar essas especificadas a partir da instalação de um Santuário religioso, considerando tanto os aspectos materiais, como a localização, quanto os aspectos simbólicos, como as práticas rituais e as representações espaciais geradas a partir do monumento.

A análise da influência do sagrado no espaço, embora relativamente recente no campo da Geografia, tem ganhado relevância crescente, especialmente nas abordagens cultural e humanística. Ao buscar compreender os modos de vida, as demandas e a representação social dos grupos religiosos, a leitura geográfica do sagrado contribui para a desmistificação de dicotomias entre o material e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, o local e o global.

É comum que em diversas cidades do Brasil a história do lugar esteja atravessada à história de uma figura religiosa que as representa, são centenas de cidades que têm nomes veiculados ao sagrado. Segundo o banco de dados de nomes de cidades do IBGE (2021), uma em cada nove cidades no Brasil tem nome de santos, dado que pode ser explicado através do processo histórico de ocupação do território brasileiro que teve as missões católicas como aliada principal de forma que “ação estratégica da Igreja

Católica Romana, ao ser gerada, imprimiu marcas territoriais fortemente destinada a orientar a fé católica no espaço” (Rosendahl, 2012 p. 50).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo da fé católica e sua materialização no espaço urbano exige um referencial teórico robusto, que abranja diversas categorias geográficas e sociológicas. Dentre elas, a paisagem emerge como um elemento essencial. Compreendida não apenas como um cenário físico, mas como uma construção cultural, ela reflete a apropriação e transformação do ambiente, imbuindo-o de significados simbólicos. Esses significados, percebidos e representados no cotidiano das cidades, dinamizam o sagrado e podem transcender o alcance local, como bem pontuado por Almeida (2008).

Complementar à paisagem, o território adquire particular relevância, especialmente ao considerarmos as demandas que criam, delimitam e fidelizam os "territórios de fé". Conforme Rosendahl (2012), a religião nomeia segmentos espaciais, exercendo controle tanto simbólico quanto efetivo, uma vez que a gestão de pessoas e objetos é inerente à instituição religiosa. A abordagem territorial, nesse contexto, confere sacralidade ao espaço que abriga o santuário. Assim, a dimensão política do território torna-se crucial, tanto em sua delimitação física quanto em sua função ideológica, ao mediar o encontro com o sagrado. Eliade (2018) reforça essa perspectiva ao afirmar que todo espaço sagrado implica uma hierofania, que o diferencia do meio cósmico circundante.

A análise do fenômeno religioso também exige atenção aos traços culturais e às demandas espaciais que ele insere no tecido urbano. As marcas na paisagem, decorrentes da fé, podem impulsionar setores econômicos, levando as cidades a se estruturarem para o fomento do turismo religioso. Isso porque, como destaca Moraes (2005), os fenômenos, suas descrições e

representações emanam da própria vida em sociedade, influenciando o desenvolvimento e a organização espacial.

Outra categoria intrinsecamente ligada à religiosidade católica é o espaço-território sagrado, cuja efetivação depende fundamentalmente da representação. Erguer uma grande estátua, por exemplo, não garante o reconhecimento; é necessário que os devotos se sintam representados, atribuindo suas histórias e as de seus ancestrais àquele simbolismo. Nesse sentido, as imagens dos santos são produzidas no espaço, carregadas de intencionalidades e significados, servindo como mediações para o acesso ao plano do sagrado, conforme Oliveira, Rocha e Aragão (2020).

A presença do sagrado é visível na paisagem de diversas cidades brasileiras, reflexo do processo de colonização. Os signos religiosos cristãos foram incutidos no espaço como parte de uma aculturação forçada. Bourdieu (2009) contribui para essa compreensão ao elucidar que o fenômeno religioso está arraigado nas relações de poder da sociedade, o que permite analisar a influência de instituições como a Igreja Católica. A implicação entre espaço e território é, portanto, fundamental para entender a sacralização do espaço a partir de uma análise ontológica, que relacione experiência e processos espaciais específicos, reconhecendo a implicação dos agentes e grupos nesses processos, como proposto por Serpa (2019).

Para contextualizar o Santuário de Frei Damião, é importante entender a história da Diocese de Guarabira. Fundada em 1980, a diocese se insere no segundo momento das implantações diocesanas no Brasil, pós-industrialização e ditadura militar. Nesse período, a população questionava os rumos da Igreja, gerando novas correntes eclesiais focadas em atingir a população mais pobre, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiou as Ligas Camponesas na luta pela reforma agrária no Nordeste, tendo Dom Hélder Câmara como líder. Em Guarabira, o primeiro bispo, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, seguia a mesma linha política de Dom Hélder. Vale ressaltar que, a partir de 1970, a Igreja iniciou a interiorização das dioceses para cidades com grandes

aglomerações urbanas distantes da capital, como Guarabira e Campina Grande, segundo Flores Filho (2012).

No entanto, em contrapartida aos grupos religiosos progressistas, uma parcela da Igreja Católica mais conservadora, com apelos radicais aos valores morais e da fé popular, permaneceu e se avolumou. Frei Damião se encaixa perfeitamente nessa lógica. Suas missões, iniciadas na década de 1930, eram marcadas por sermões condenatórios aos pecados humanos, com ênfase na moral cristã que as famílias deveriam seguir. Com isso, atraiu milhares de fiéis e seguidores até a década de 1990, que se convertiam em suas procissões pelo amor a Deus e o temor ao inferno.

A vivência da romaria entre os devotos e o lugar sagrado é um fenômeno particular. Nela, é comum observar a intensidade da fé, manifestada em sacrifícios corporais como o contato da pele com o solo pelos pés descalços, os joelhos dobrados ou o uso de vestimentas que representam o santo. Nesse processo de experienciar o lugar sagrado através dos sentidos, os devotos enfrentam intempéries e combatem o cansaço, pois, para muitos, conviver com o sacrifício é uma forma de viver a fé.

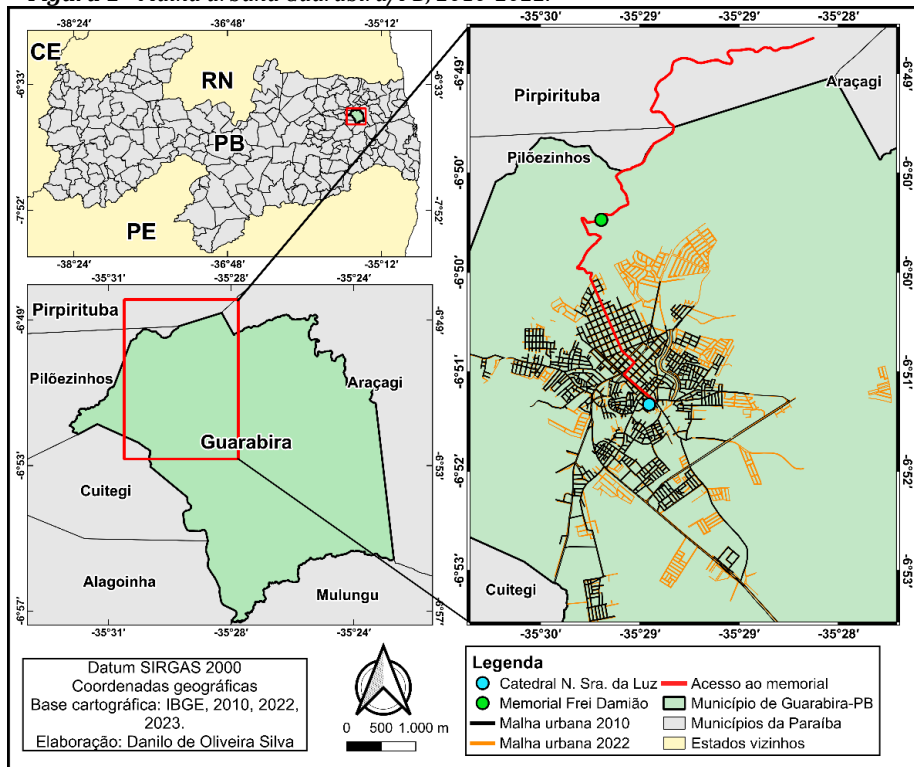
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Santuários representam uma das mais expressivas formas de materialização do sagrado no espaço, sendo sua classificação concedida oficialmente pelas arquidioceses. Essa designação considera a vontade popular, a importância da figura religiosa para a manifestação da fé e, crucialmente, a existência de um administrador para as atividades sacras. No caso de Guarabira, o monumento em homenagem a Frei Damião, inicialmente um memorial criado em 2004, foi elevado à categoria de Santuário em 2007, após a designação de um administrador pelo então Bispo Dom Jaime Vieira (Flores Filho, 2012).

De acordo com o reitor do local, Monsenhor José André, a nomeação de Santuário confere ao espaço a prerrogativa de celebrar ritos importantes, como batismos e casamentos. Desse modo, ao longo deste texto, os termos "santuário" e "memorial" são

empregados para se referir a este espaço sagrado em Guarabira. Embora situado fora da malha urbana principal, o Santuário foi integrado ao espaço da cidade por meio de ruas e avenidas, estabelecendo uma conexão vital com a Catedral de Nossa Senhora da Luz, localizada no centro urbano (Figura 1).

Figura 1 - Malha urbana Guarabira/PB, 2010-2022.



Fonte: Elaborado por Danilo Silva, com colaboração da autora, (2024).

O Santuário de Frei Damião não se encontra no centro histórico de Guarabira, sendo necessário subir a Serra da Jurema, com mais de 350 metros de altitude, para acessá-lo. Apesar da distância, os fiéis mantêm uma forte conexão entre as missas na Catedral de Nossa Senhora da Luz, no centro histórico, e as romarias e procissões até o Santuário. Embora o percurso seja

longo, a acessibilidade é facilitada por diversos meios de transporte, como ônibus, vans, automóveis e motocicletas, evidenciando a infraestrutura desenvolvida em torno do local.

Assim como em Guarabira/PB, centenas de santuários estão dispersos por todo o Nordeste e pelo Brasil, confirmando uma robusta tradição de peregrinação. Na Paraíba, destacam-se o Santuário do Padre Ibiapina, localizado entre Solânea e Arara, e no Rio Grande do Norte, o Santuário de Santa Rita de Cássia, em Santa Cruz/RN. Contudo, um dos maiores centros de peregrinação do Nordeste é o Santuário de Padre Cícero Romão Batista, no Ceará, possivelmente um dos pioneiros a inaugurar essa significativa tradição religiosa, política, econômica e cultural na região. Uma vez instalados, esses santuários se tornam parte integrante da paisagem perceptível e imaginativa das cidades, moldando sua identidade.

As crianças são introduzidas nesse universo por seus pais ou responsáveis, que compartilham com eles a importância da devoção e da promessa feita ao santo. Através desse gesto, as crianças aprendem desde cedo a importância da fé e da devoção, e se tornam parte ativa da comunidade religiosa. A base religiosa que molda as tradições familiares pode motivar as pessoas a se engajarem em causas sociais e políticas, como também pode ser usada para controlar as massas.

A história de Frei Damião ganhou profusão no Nordeste em virtude também da ausência do clero nas cidades interioranas, ele fez missões e foi santificado popularmente em diversas cidades no Nordeste, suas missões datadas por alguns estudiosos a partir da década de 1930 chegavam a localidades que a igreja católica, enquanto instituição não conseguia abarcar.

Essa realidade se alterou significativamente com o tempo, pois além da propagação das paróquias, várias outras denominações cristãs tomam o espaço nas cidades interioranas. De modo que, pode-se pensar que o santuário construído em 2004 em homenagem a Frei Damião de Bozzano, pouco mais de duas décadas, foi uma forma de estabelecer novos contatos entre as pessoas e promover um resgate histórico dos elementos de fé na

cidade, atrelado a isso está a circunstanciado a ideia de crescimento econômico do lugar conectada ao turismo religioso, e até mesmo para a promoção política dos proponentes do santuário, em relação ao povo devoto.

O Santuário está dentro do processo de produção do espaço urbano na cidade e é proveniente de uma fragmentação espacial, contudo a religião cria a sensação de que a cidade é uma para aqueles que buscam o suprimento da devoção. Essa unicidade é reforçada com termos que ligam a ideia do espaço da cidade como território de fé, santidade e trabalho, para outros a cidade se resume ao Santuário, visto que só buscam àquele lugar dentro do espaço da cidade.

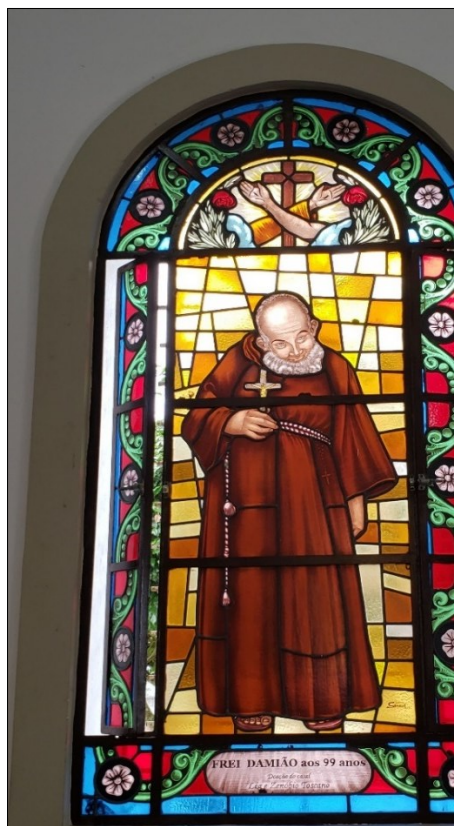
A dinâmica provocada pelo elemento religioso é peculiar: ao mesmo tempo em que segrega um espaço como território da fé, confere-lhe uma aura de unificação, ao menos para os que compartilham dessa crença. No entanto, é fundamental reconhecer que, subjacentes a essa lógica, atuam outros poderes e interesses de naturezas política, econômica e social. A construção desses espaços religiosos, frequentemente com recursos públicos, evidencia a influência direta do poder político e econômico, que molda os espaços urbanos a partir dos processos de fé da população (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Imagens de Léa e Zenobio Toscano, gestores de Guarabira/PB.



Fonte: arquivo dos autores, 15 de outubro de 2021

Figura 3 - Vitral de uma das janelas da capela retratando o Frei Damião aos 99 anos. Guarabira/PB.



Fonte: Arquivo dos autores. 23 de set. de 2023

Em Guarabira, o monumento religioso foi estrategicamente localizado na Serra da Jurema, em um ponto que oferece uma vista panorâmica da cidade (cerca de 350 metros de altura), mesclando elementos naturais e urbanos. Concebido como um espaço dedicado para a práticas religiosas, como procissões e peregrinações e missas, porém ocasionalmente ocorre outros usos como é o caso da prática de voo livre, aproveitando a altitude do terreno. Segundo Araújo (2013), a escolha do local foi do arquiteto

Alexandre Azedo Lacerda, responsável pelo projeto da estátua. Tanto na entrada quanto nos arredores do Santuário, encontram-se diversas barracas comercializando produtos artesanais, alimentos e artigos religiosos, incluindo aqueles com a imagem do Frei Damião, visando atrair os visitantes e fortalecer a identidade religiosa do local.

Mesmo que a localização do monumento tenha, a princípio, razões técnicas, ela não é estática; é dinâmica e influenciada por diversos fatores, como as mudanças sociais, políticas e culturais. Assim, é importante observar que há um padrão comum quanto ao lugar escolhido para a instalação da estátua e a configuração do Santuário: foi selecionada uma área periférica e/ou afastada do centro e pouco habitada. Com o estabelecimento de um calendário religioso, no qual a procissão é o marco principal, ocorre uma ressignificação do lugar onde o monumento foi construído, pois esse espaço passou a ser visto e nomeado como um "espaço sagrado da cidade" (Figuras 4 e 5).

Figura 4 - Vista aérea do Santuário/ Memorial Frei Damião. Guarabira- PB.



Fonte: SILVA. 23 de novembro de 2023.

Figura 5 - Aglomeração após a procissão no fim da tarde. Guarabira/PB.



Fonte: Arquivos da autora, 28 de maio de 2023.

Diversas forças impulsionam a ocupação e a divulgação do Santuário de Frei Damião, atraindo peregrinos e turistas religiosos que, por sua vez, dinamizam o espaço urbano de Guarabira. Cooperativas, associações, paróquias e prefeituras, cada uma com seus interesses particulares, moldam diretamente o espaço urbano, influenciando os padrões de ocupação e fluxo. Apesar de seus objetivos nem sempre serem totalmente convergentes, a meta comum de atrair visitantes ao Santuário cria uma demanda compartilhada que perpassa suas atuações.

Contudo, é fundamental destacar que o peregrino, ao vivenciar e interagir com o espaço sagrado, exerce a principal influência na organização espacial interna das cidades com santuários. Como aponta Rosendahl (2009), o peregrino é o agente modelador prioritário, conformando o espaço sagrado por meio de sua fé, devoção e práticas rituais. Essa interação, inevitavelmente, reverbera na estrutura e na dinâmica da cidade ao redor. A própria presença e o fluxo desses fiéis ditam as necessidades de infraestrutura, comércio e serviços, adaptando o ambiente urbano para acolhê-los.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a influência da religião católica no processo de formação da sociedade brasileira, suas derivações e as formas que assume ao longo da história é fundamental para entender como ela moldou profundamente a configuração das cidades brasileiras, especialmente na região Nordeste. Essa influência se materializa de maneira evidente na construção urbana, por meio de igrejas, capelas, cruzes, estátuas, e na difusão de Santuários, que é o *corpus* de análise deste trabalho.

Para compreender como essa relação se estabeleceu e se transformou ao longo do tempo, foi necessário analisar os ampliadores materiais e simbólicos e os arranjos espaciais que contribuíram para que os Santuários se tornassem centros de peregrinação e romaria, atraindo grandes fluxos de pessoas e alterando a dinâmica urbana. Estes dispositivos, são comumente de

caráter político, religioso e, em menor escala, tecnológico (por meio das redes de comunicação), pois eles moldam a experiência religiosa e influenciam a espacialidade urbana, tornando o santuário um local de grande relevância cultural e social, dentro da cidade e região onde está inserido.

As inserções de campo revelaram como o processo histórico contribui para a solidificação material e subjetiva do santuário religioso após sua construção. A região Nordeste possui um extenso histórico que entrelaça questões religiosas e territoriais, presente desde o período da colonização até os dias atuais. Nesse interim, a fé se torna um lastro para discursos que afirmam a regionalidade, e as histórias de sofrimento e vitória atribuídas aos santos são intimamente ligadas às cidades, a partir da população que busca amparo para suas dificuldades, quer sejam essas de cunho, material, social ou ambas.

Conclui-se que a presença de um Santuário religioso altera de maneira significativa a dinâmica urbana, refletindo a intersecção de diversos fatores em um contexto social específico, como é o caso da região Nordeste. Os espaços urbanos que abrigam um Santuário passam por transformações notáveis, tanto na paisagem quanto na simbologia, refletindo a importância desses locais na vida comunitária. Além disso, a relação entre fé e trabalho desempenha um papel crucial na difusão e manutenção do Santuário, sendo sustentada por uma variedade de fatores que vão além do econômico e do religioso, englobando também dimensões sociais e culturais que enriquecem a experiência coletiva.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. P. **Apropriação Econômica da Religião e a Política de Desenvolvimento do Turismo**: Reflexões a partir do Memorial Frei Damião, Guarabira -PB. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba). João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5833>. Acesso em: 13/04/2019.
- ALMEIDA, M. G. de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais: Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C.

- (Orgs.). **Geografia e cultura**: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-74.
- BOURDIEU, P. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CNBB. Dom Jaime afirma que a Igreja não pode se calar no contexto da pandemia do Coronavírus. Disponível em: Dom Jaime afirma que a Igreja não pode se calar no contexto da pandemia do Coronavírus - CNBB. Acesso em: 23 de setembro de 2022.
- CPT. **Histórico**. Goiana-GO. Disponível em: Comissão Pastoral da Terra - Histórico (cptnacional.org.br). Acesso em: 21/10/2021.
- ELIADE, M. **O Sagrado e Profano**: A essências das religiões. Tradução: Rogério Fernandes: 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: IBGE - Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- IBGE. **Panorama das cidades**: Guarabira – PB. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Paraíba | Guarabira | Panorama. Acesso em: 21 jun. 2022.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, C. D., ROCHA, M., ARAGÃO, R. **Paisagem de Gigantes**: totemismo, turismo e geopolítica da visibilidade. 2ª ed. Curitiba: CRV, 2020.
- ROSENDAHL, Z. O sagrado e o urbano: gênese e função das cidades. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa 1993-2008, p. 67-79, 2008a.
- ROSENDAHL, Z. Os caminhos da construção teórica: Ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008b. p. 47-104.
- ROSENDAH, Z. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da igreja católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2012.
- SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**. São Paulo: Contexto, 2019.

3 GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO DO MEIO FÍSICO/AMBIENTAL

ALTERNATIVAS DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA COMUNIDADE AGROVILA RIBEIRO NOVO, ALAGOINHA/PB, COMO FORMA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Prof. Espec. Severino Assis da Silva Junior

e-mail: severinosilvajunior29@gmail.com

Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB/CH

e-mail: fabio@servidor.uepb.edu.br

Prof. Dr. Lanusse Salim Rocha Tuma

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB/CH

e-mail: lanussetuma@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

A questão dos resíduos sólidos é um tema recorrente no debate contemporâneo, seja nas universidades e instituições públicas, seja no interior de algumas organizações. Ademais, é possível verificar que em inúmeros países a destinação dos resíduos é feita de maneira adequada, contudo em outros ocorre o descarte irresponsável no meio ambiente, prejudicando a saúde e o bem estar da população. A presente pesquisa monográfica foi realizada na Agrovila Ribeiro Novo, localizada no município de Alagoinha, estado da Paraíba. Com a construção do aterro sanitário de Guarabira, esses resíduos tiveram novo destino. O objetivo geral desse estudo foi analisar a problemática dos resíduos sólidos na comunidade em questão, perceber se de fato os moradores estão contribuindo para a preservação do ambiente em que vivem e propor possibilidades de planejamento ambiental nessa localidade

Palavras-Chave: Resíduos sólidos. Município de Alagoinha. Planejamento Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A questão dos resíduos sólidos é um tema recorrente no debate contemporâneo, seja nas universidades e instituições públicas, seja no interior de algumas organizações. Ademais, é possível verificar que em inúmeros países a destinação dos resíduos é feita de maneira adequada, contudo em outros ocorre o descarte irresponsável no meio ambiente, prejudicando a saúde e o bem estar da população.

No Brasil, os problemas ambientais ainda não são tratados como prioridade. Mesmo com a aprovação da Lei Federal nº 12.305/2010, que propôs a extinção dos lixões durante os 10 anos subsequentes, o que se observa na prática é um cenário totalmente diferente, ou seja, cidades que convivem com a presença de lixões a céu aberto (raras são as cidades que construíram aterros sanitários, inclusive na Paraíba).

A presente pesquisa foi realizada na comunidade Agrovila Ribeiro Novo, localizada na zona rural de Alagoinha, município do Agreste Paraibano. Nesse local, durante muito tempo, os moradores depositaram resíduos sólidos em um terreno a céu aberto. Com a mudança da gestão no ano de 2017, esses resíduos passaram a ser coletados semanalmente pela prefeitura, mas, devido à pandemia do COVID-19, a deposição passou a ser feita em uma caçamba para não haver muito contato entre as pessoas.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a problemática dos resíduos sólidos na comunidade em questão, perceber se de fato os moradores estão contribuindo para a preservação do ambiente em que vivem e propor possibilidades de planejamento ambiental nessa localidade. Já os objetivos específicos foram: a) apontar os benefícios da coleta semanal na comunidade; b) investigar se as famílias realmente levam os resíduos para a coleta ou se ainda os colocam no antigo terreno; c) compreender a percepção dos moradores sobre o meio ambiente, a fim de obter sugestões para minimizar os impactos ambientais.

A metodologia do trabalho seguiu duas partes, a saber: **Pesquisa de gabinete:** nessa fase foram feitos coletas, fichamentos

e análises dos materiais bibliográficos produzidos sobre o tema (livros, revistas científicas, monografias, dissertações, *sites* de órgãos públicos etc.). Autores como Bender (2015), Bernardo (2008), Figueiredo (2012), Haesbaert (2005), Ross (2000), Santos (2004), Tavares (2011), dentre outros, fizeram parte do arcabouço teórico do estudo. **Pesquisa de campo:** nessa etapa foram aplicados questionários junto aos moradores da comunidade e aos representantes do poder público municipal (Coordenador da Agricultura e Meio Ambiente de Alagoinha e Secretário de Meio Ambiente de Guarabira). Uma ampla cobertura fotográfica também foi realizada durante as incursões em campo.

Com relação ao Brasil, a realidade não é muito diferente daquela presenciada em outros países pobres, porém, menos preocupante do que a realidade vista nos países do continente africano. Mesmo assim, a situação demanda ações concretas de maneira urgente. Para Figueiredo (2012, p. 7), “A política nacional de resíduos sólidos, aprovada no congresso nacional, em agosto de 2010, objetiva a erradicação dos lixões, incentiva a coleta seletiva e aconselha fortemente as municipalidades a promoverem a inclusão social de catadores em programas de coleta seletiva”.

Essa lei determinou a extinção dos lixões existentes no Brasil. No entanto, muitos gestores estaduais e municipais acharam, à época, que o prazo para a concretização das etapas era muito curto e por isso houve várias prorrogações, com aprovações da Câmara e do Senado Federal.

Os resultados dessa lei ainda são muito pouco expressivos, mesmo porque alguns gestores alegam não ter condições para dar nova destinação aos resíduos produzidos e acumulados. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2019), os recursos que o governo disponibilizou foram insuficientes para atingir todos os municípios brasileiros.

A situação da região Nordeste não é das melhores, tampouco a do restante do Brasil. Trata-se da terceira região mais populosa do país, cujo destino e tratamento dos resíduos ainda estão muito distantes de um padrão ideal. Já no estado da Paraíba, a *Política Nacional dos Resíduos Sólidos* ainda não foi colocada em prática na

maior parte dos seus municípios. Isso ocorre, certamente, porque a grande maioria deles sobrevive de recursos federais e os prefeitos dessas localidades alegam não ter condições de dar destinação apropriada aos resíduos sólidos, a não ser depositando-os em lixões a céu aberto.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

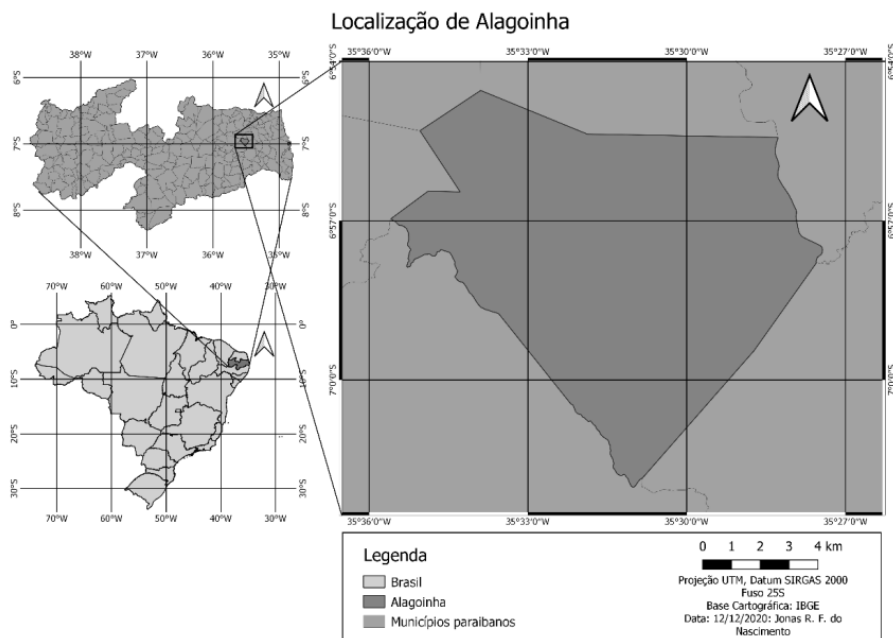
No lixão de Alagoinha e Cuitegi, era comum a presença de catadores (homens, mulheres, crianças e adolescentes) que trabalhavam todos os dias procurando materiais que poderiam ser reaproveitados ou vendidos para a reciclagem. Essas pessoas viviam exclusivamente dessa precária atividade laboral e eram cadastradas pelas prefeituras dos municípios supracitados. Em conversa com o Coordenador de Meio Ambiente do município de Alagoinha, no dia 28 de janeiro de 2020, nos foi informado que os únicos tipos de resíduos que não eram levados para o depósito provinham dos serviços de saúde (hospitais e clínicas), tendo em vista a alta periculosidade (esses resíduos eram coletados e incinerados em local apropriado).

Até o início de 2020, todos os resíduos sólidos coletados na zona urbana e na zona rural deste município eram transportados até uma área denominada de “Curral Picado”, localizada a 2 quilômetros da sede, onde eram depositados e queimados sem nenhum tratamento. O interessante também é que parte desse depósito era destinado aos resíduos trazidos da cidade de Cuitegi, município vizinho. Atualmente, esse local não recebe mais resíduos, pois os mesmos são levados para um aterro sanitário instalado na zona rural do município de Guarabira, o qual foi construído em uma área próxima às nascentes de vários mananciais.

O município de Alagoinha localiza-se no estado da Paraíba, mais especificamente na Região Geográfica Imediata de Guarabira e na Região Intermediária de João Pessoa, distando cerca de 100 quilômetros da capital (IBGE, 2017). É um município de pequeno

porte, com população estimada em 13.725 habitantes, com uma densidade populacional em 2022: 123,25 hab/km² (IBGE, 2022).

Figura 1 - Localização do município de Alagoinha no estado da Paraíba



Fonte: Nascimento (2020).

O município de Alagoinha está incluído no CONSIREs, de modo que os materiais descartados são levados para um aterro construído no município de Guarabira. De acordo com o Coordenador de Agricultura e Meio Ambiente de Alagoinha, quando esse projeto for totalmente aplicado, a prefeitura deverá promover ações de conscientização com a população em geral, com palestras, panfletagens etc.

Ainda segundo os autores, esse projeto parece beneficiar mais os empresários, donos do aterro, do que as populações dos municípios participantes do CONSIREs. Para o Secretário de Meio Ambiente de Guarabira, o terreno onde fica esse aterro é privado,

por isso as prefeituras participantes pagam uma taxa proporcional ao número de habitantes de cada município.

Os catadores do lixão de Alagoinha e Cuitegi não ficaram satisfeitos com a construção desse aterro, pois não sabiam se continuariam as suas atividades de coleta de materiais para a reciclagem. O Secretário de Guarabira, por sua vez, falou que eles não podem mais frequentar o antigo lixão, em função do processo de desativação do local. No entanto, acrescentou que todos serão reunidos para participar de programas de reciclagem, como a separação dos resíduos. Essa ideia também faz parte das propostas do CONSIRE.

A pesquisa em apreço foi desenvolvida na comunidade Agrovila Ribeiro Novo, localizada na parte sudoeste do município de Alagoinha/PB, a qual fica a cerca de 4 quilômetros de distância da sede municipal, cujo acesso se dá por uma estrada vicinal. Trata-se de uma área acidentada, circundada por morros, com a presença de alguns afluentes do rio Mamanguape. A comunidade tem a função de assentamento, mas a prefeitura local nunca a reconheceu como tal. Segundo Silva (2014), a área pertencia ao senhor José Cavalcante, que a vendeu para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através de recursos do PROCANOR e do Banco do Nordeste.

Figura 2 - Agrovila Ribeiro Novo, vista do seu ponto mais alto



Fonte: Os autores. Data: 22 fev. 2020.

Até outubro de 2017, todos os resíduos sólidos gerados nessa comunidade eram depositados em um terreno a céu aberto que ficava numa superfície em declive, o que facilitava o deslocamento de materiais para as proximidades do riacho Balancinho. Com a proibição da deposição dos resíduos nesse local, a prefeitura passou a coletá-los semanalmente.

Durante a aplicação dos questionários foi perguntado aos chefes de famílias se eles levam os resíduos para a coleta semanal. Das 25 pessoas entrevistadas, 20 disseram que sim e apenas 5 disseram que não. Mesmo assim, quando perguntadas se levam todo o lixo das suas casas para essa coleta, das 20 pessoas que disseram levar os resíduos sólidos produzidos nas residências, 12 afirmaram não levar todo o material e apenas 8 disseram levar tudo. Certamente, os materiais não levados para a coleta são aqueles que não podem ser aproveitados de nenhuma forma. Ao serem indagados sobre os materiais mais descartados, os

moradores destacaram o papel e o plástico, conforme apontam os dados na tabela 1.

Tabela 1 - Os materiais mais descartados na comunidade Agrovila Ribeiro Novo

Materiais mais descartados	Quantidade de pessoas	Porcentagem (%)
Papel	13	52
Plástico	10	40
Outros	2	8

Fonte: Dados coletados nas pesquisas de campo. Data: fev. 2020.

É preciso que haja um planejamento na comunidade para que essa e outras situações sejam, pelo menos, amenizadas. Ao tratar do assunto, Santos (2004, p. 24) destaca que "O planejamento é um processo contínuo que envolve coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões e melhores alternativas".

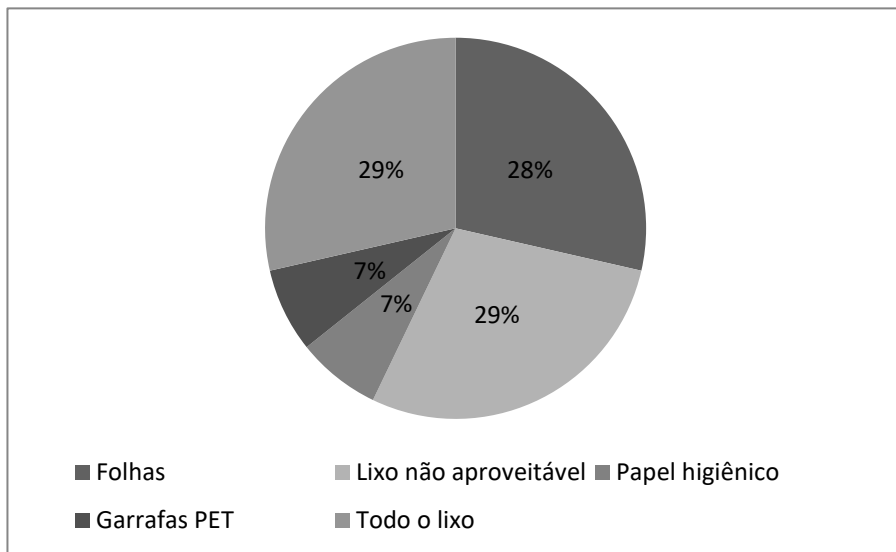
No antigo local de depósito precisa ser feito um planejamento ambiental, caso contrário a situação ficará cada vez mais grave Ross (2000, p. 16). Os materiais existentes no antigo depósito ainda podem causar sérios problemas, uma vez que a ação do sol, da chuva e da umidade desencadeia a formação do chamado chorume¹, provocando a poluição dos rios próximos e até daqueles localizados mais distantes.

Também foi perguntado aos entrevistados quais os materiais que eles não levam para a coleta. As categorias '*folhas*' (que caem de algumas árvores), '*lixo não aproveitável*' (resíduos de banheiro, fraldas descartáveis etc.) e '*todo o lixo*' (nesse caso, o lixo juntado em determinada residência), aparecem praticamente com

¹ Os chorumes de aterros de resíduos sólidos urbanos (RSU) são resultados da interação dos resultados dos processos de degradação da fração orgânica do lixo causada por micro-organismos e outros fatores ambientais (luz solar, insetos, água...) com a água infiltrada pelo aterro ou já contida no resíduo (Tavares, 2011, p. 9).

a mesma quantidade de porcentagem, o que corresponde a 4 pessoas cada, isso de 14 pessoas entrevistadas (**gráfico 1**).

Gráfico 1 - Materiais não levados para a coleta semanal



Fonte: Dados coletados nas pesquisas de campo. Data: fev. 2020.

Haja vista que nos arredores passa um pequeno riacho que deságua no rio Belo Monte, afluente do rio Tauá, o qual desagua na barragem que abastece Cuitegi e outras cidades, e desemboca no rio Mamanguape, que forma a barragem de Araçagi; ou seja, o problema pode ser ainda maior.

A partir de setembro de 2020, a prefeitura deixou uma caçamba para que os moradores depositassem semanalmente os resíduos domésticos, cujo recolhimento acontece todas as sextas-feiras. Essa medida trouxe mais segurança e um pouco mais de limpeza, pois na caçamba os resíduos ficam protegidos de animais como cachorros, gatos, galinhas etc. Foi perguntado aos entrevistados se o resíduo que é descartado pelas pessoas da comunidade poderia ter outras destinações: 14 disseram que sim e

11 disseram que não. Às pessoas que disseram sim, foi perguntado o que poderia ser feito.

Tabela 2 - Destinação dos resíduos na comunidade Agrovila Ribeiro Novo

Sugestões de destinação	Quantidade de pessoas	Porcentagem (%)
Reciclagem	7	50
Reaproveitamento	5	36
Não souberam responder	2	14

Fonte: Dados coletados nas pesquisas de campo. Data: fev. 2020.

Percebe-se, através dos dados coletados, que os entrevistados têm algum conhecimento de educação ambiental e acreditam que algo pode ser feito para mudar essa situação, mas nota-se uma limitação, certamente porque eles não dão a importância e atenção necessárias para tal problema.

Ao realizar pesquisa na *internet*, encontramos um exemplo de sucesso no quesito *destinação final dos resíduos sólidos*, cujo modelo pode ser aplicado na comunidade estudada. Em março de 2015, o extensionista rural Antônio Dumont Machado do Nascimento, da EMATER de Glaucilândia/MG, desenvolveu um projeto chamado *Reciclar – Menos Lixo, Mais Segurança Alimentar* (EMATER-MG, 2015).

Após visitas às comunidades rurais daquele município, o extensionista constatou um grande descaso ambiental presente na deposição inadequada dos resíduos, gerando doenças como a dengue, além de problemas respiratórios e acidentes com objetos perfurantes e enferrujados.

Esse projeto funciona da seguinte maneira: as famílias juntam os resíduos domésticos e depois troca-os por mudas de árvores, sementes de hortaliças e até pintinhos, fornecidos por empresas que apoiam a iniciativa. Inclusive, ele é desenvolvido em parceria entre a EMATER e a prefeitura local. Graças a essa ideia, as condições de vida e saúde das pessoas melhoraram muito. Os resíduos coletados são vendidos para as empresas de reciclagem e

o dinheiro arrecadado serve para comprar os insumos para as famílias atendidas.

O aterro sanitário de Guarabira já foi construído e está em atividade, mas como foi mencionado aqui, não foi levada em conta a questão da proximidade com as nascentes, o que pode acarretar graves problemas ambientais. Porém, como os lixões estão sendo desativados, os catadores serão mesmo envolvidos no trabalho de reciclagem? Vimos que os mesmos não se sentiam seguros antes do funcionamento do aterro e muitos estão sem exercer a atividade que sabem fazer cotidianamente, trabalhando na separação dos resíduos sólidos. Então, o planejamento ambiental precisa ir muito mais além do que é proposto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, foi possível perceber como a destinação dos resíduos sólidos é bem variada de um país para outro. Nos países mais ricos, ela é feita de maneira planejada; enquanto nos países pobres os lixões parecem ser a única saída, o que não é verdade, pois foram constatados bons exemplos aqui.

No Brasil, foi aprovada uma lei em 2010 a qual obriga as prefeituras dos municípios a extinguir os lixões. Entretanto, a maioria dessas prefeituras alega não poder obedecer aos dispositivos legais por conta da ausência de recursos financeiros suficientes. Na maioria das cidades paraibanas a situação não é muito diferente, mas existem pouquíssimas exceções, como é o caso da capital, João Pessoa.

Há alguns anos atrás, os prefeitos de Guarabira e de alguns municípios circunvizinhos assinaram o CONSIREs, um consórcio que teve por finalidade construir um aterro sanitário para coletar os resíduos dessas áreas. O mesmo já está em pleno funcionamento. Porém, esse aterro fica perto de afluentes do rio Mamanguape, o que poderá agravar os problemas ambientais.

Como visto ao longo da pesquisa, os resíduos sólidos gerados pelos moradores da comunidade Agrovila Ribeiro Novo eram depositados em uma barreira ao lado de um riacho, o que

causava grande poluição. Em 2017 a prefeitura iniciou a coleta semanal dos descartes produzidos, cujo destino passou a ser o lixão da cidade, fato confirmado pelo Coordenador da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Alagoinha. Esses materiais tiveram novo destino a partir da inauguração do aterro sanitário, como disse o Secretário de Meio Ambiente de Guarabira.

A comunidade supracitada tem muitos problemas a serem resolvidos. Dessa forma, acreditamos que o planejamento ambiental deve começar pelas pessoas da localidade, tendo como base o exemplo trazido de Glaucilândia/MG. Aqui poderia começar com cada família limpando seus próprios quintais e, como moram todas reunidas, uma ajudaria a outra num regime de mutirão.

Com efeito, apenas a população local não conseguirá resolver todos os problemas, pois é necessária a ajuda de pessoas especializadas na área para sempre fiscalizar e orientar na aplicação de ações de planejamento ambiental. O poder público também deve ser corresponsável nesse processo.

REFERÊNCIAS

- BENDER, D.D,B.B. *Educação ambiental e destino dos resíduos em Gijón/Espanha*. In: Revista Monografias Ambientais. Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 117-136, mai/ago. 2015.
- BERNARDO, J. Uma proposta metodológica para a gestão de resíduos sólidos urbanos na África. Recife, 2008. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/UMAPROPOSTAMETODOLOGICAPARAAGESTAODERESIDUOSSOLIDOSURBANOSNAAFRICA.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.
- BRAGA, B. *et. al*. O meio terrestre. In: _____. *Introdução à Engenharia Ambiental*. 2 ed. São Paulo: Pearsonm Prentice Hall, 2005.
- CNM. Confederação Nacional dos Municípios. *Política de resíduos sólidos completa nove anos e municípios ainda têm dificuldades para executar lei*. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/politica-nacional-de-residuos-solidos-completa-nove-anos-e-municipios-ainda-tem-dificuldades-para-implementar-lei>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- ECOSAM. Consultoria em Saneamento Ambiental Ltda. Relatório de impacto ambiental do centro de tratamento e disposição dos resíduos de Guarabira (CTDR de Guarabira), Aterro Sanitário de Guarabira (ASG). Guarabira/PB, 2018.

- Disponível em: <sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/arquivo-eia-rima/rima_ctdr_de_guarabira.pdf>. Acesso em: 19/10/2020.
- EMATER-MG. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. Projeto Reciclar – menos lixo, mais segurança alimentar. Glauclândia/MG, mar. 2015. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_melhoracao_acoes_detalhes&id=311>. Acesso em: 16 out. 2020.
- FIGUEIREDO, F.F. *Similitudes na gestão dos resíduos sólidos urbanos em países centrais e periféricos*. In: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 17, n. 975, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18715>>. Acesso em: 11 set. 2018. 13 p.
- HAESBAERTH, R. Da desterritorialização à territorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: AGB, n. 10, p. 6774-6792, 2005.
- MARIANO NETO, B.; MACEDO, T.C. *Aterro sanitário em Guarabira e riscos ambientais*. In: Guarabira 50 graus. Guarabira, 9 p., 2018. Disponível em: <guarabira50graus.blogspot.com/2018/12/aterro-sanitario-em-guarabira-e-riscos.html>. Acesso em: 08 fev. 2019.
- NASCIMENTO, J.R.F. Mapa de Alagoinha. Elaboração. 12 dez. 2020. Mapa, Color, jpeg. Escala: 1:1.000. Projeção UTM. Datum SIRGAS 2000.
- ROSS, J.L.S. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SANTOS, R.F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SILVA, J.P. Educação ambiental nas escolas públicas: uma prática na Escola Municipal José Cabral de Albuquerque – Alagoinha/Paraíba. Guarabira: UEPB/DG, 2014 (Monografia do Curso de Graduação em Geografia).
- SILVA, T.R. *et. al. Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos no Japão: história e atualidade*. In: Conexão Científica e Tecnológica. Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 72-78, mar. 2018.
- TAVARES, B.F.D. Tratamento de chorume: análise dos efluentes da evaporação forçada. UFRJ, 2011 (Monografia do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental).

POTENCIALIDADES AGRÍCOLAS NATURAIS DE SOLOS DA MICRORREGIÃO DE GUARABIRA/PB: CONTRIBUIÇÃO PARA ADEQUAÇÃO NA RELAÇÃO SOLO/PLANTA E NO DESENVOLVIMENTO RURAL

Prof. Espec. Wellington Miguel Dantas

e-mail: wellingtonmiguel05@gmail.com

Profª. Dra. Luciene Vieira de Arruda

e-mail: luciviarruda@gmail.com

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi avaliar o potencial agrícola e nutricional de solos da Microrregião de Guarabira/PB, apontar suas limitações, propor ações de uso e manejo sustentável dessas terras e contribuir para a adequação na relação solo/planta no desenvolvimento rural. Foram coletadas 127 amostras de solo da camada arável, ambas georreferenciadas, preparadas para a descrição macromorfológica e enviadas para análise laboratorial. A maioria dos solos estudados confirma a grande relevância para uso agrícola. Desse modo, o conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades desses solos pode ser usado eficazmente, no momento de planejar quaisquer atividades agrícolas na área de estudo, procurando evitar o mau uso destes recursos naturais, aumentar a produtividade e gerar maior poder econômico dos agricultores.

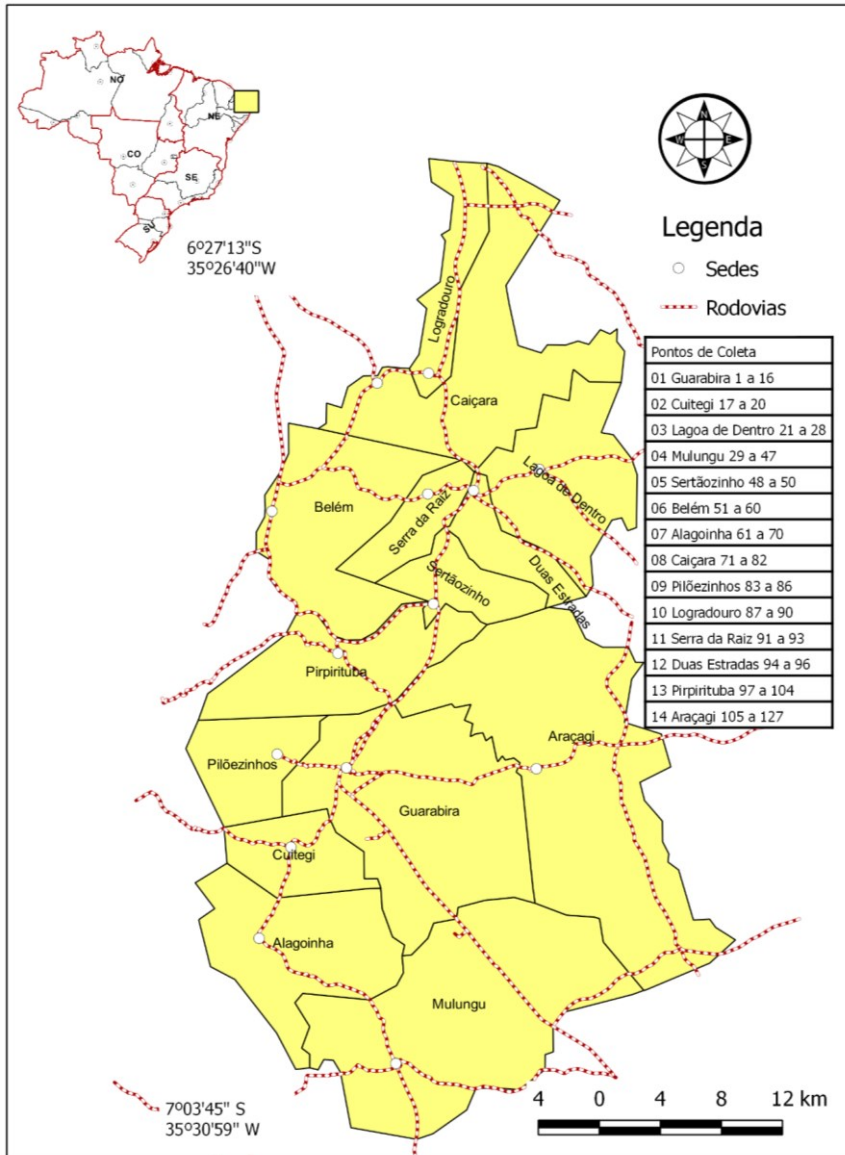
Palavras-Chave: Solos; Potencial Agrícola; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A Microrregião de Guarabira, atual região imediata de João Pessoa (IBGE, 2017), é formada por 14 municípios cujas atividades econômicas foram representativas para o estado da Paraíba durante todo o século XX, no que diz respeito à agricultura de subsistência, fruticultura, sisal e pecuária, funcionando como um aporte alimentar à monocultura canavieira, dominante na faixa litorânea. No entanto, atualmente essa área é marcada pelo abandono de terras agrícolas, avanço da pecuária extensiva, intensidade de diversos processos erosivos, desmatamento acelerado e a baixa produtividade de seus solos (CPRM, 2005; Arruda, 2008; IBGE, 2010).

Optou-se, nesta pesquisa, em utilizar a proposta de Moreira (1989) e consolidada pelo IBGE (1990) em Microrregiões, ao invés daquela regionalização mais recente, elaborada pelo IBGE (2017), pois a regionalização anterior representa melhor os objetivos do presente trabalho, que contemplam os aspectos naturais, além dos aspectos socioeconômicos. Assim, esta microrregião está localizada na Mesorregião do Agreste Paraibano em uma faixa estreita entre a Mata Paraibana e o planalto da Borborema, caracterizada como depressão Sublitorânea (Figura 1), possui uma área territorial de 1.285,5 km², onde vivem 165.139 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 1 - Localização geográfica da Microrregião de Guarabira, Paraíba.



Fonte: (IBGE, 2007) cedido por: Ramon Santos Souza (2013).

Trata-se de uma área dividida em cinco unidades litoestratigráficas: Arqueano (Complexo Cabaceiras), Paleoproterozoico (Complexos Sertânia, Serrinha Pedro Velho e Santa Cruz), Mesoproterozoico (suíte granítica-migmatítica peraluminosa Recanto Riacho do Forno e Complexo São Caetano), Neoproterozoico (Complexo suíte calcialcalina de médio a alto potássio Itaporanga) e Cenozoico (Formação Barreiras) (CPRM, 2005). Tais terrenos estão sob clima tropical, classificado por Köppen como Aw, exceto na zona semiárida, classificada como BSh, com índices pluviométricos anuais acima de 1000 mm, períodos de estiagem de cinco a seis meses e baixa amplitude térmica, em função da baixa latitude (UFSC, 2011). As temperaturas variam de 22° a 26°C (Peel et al., 2007) e as principais bacias hidrográficas são Mamanguape e Curimataú, que desaguam no litoral norte do Estado (AESAs, 2003; IDEM, 2012).

A cobertura de solos da região em estudo é constituída de quatro ordens: Argissolos Vermelho-Amarelos, Neossolos, Planossolos e Luvisolos, cobertos, praticamente, por matas semidecíduais, à norte, leste e sul da área, com resquícios de caatinga arbustiva arbórea aberta e fechada, ao noroeste, e matas úmidas, ao sul (Brasil, 1972; Arruda, 2008; Arruda *et al.*, 2017; EMBRAPA, 2018).

O objetivo dessa pesquisa foi avaliar o potencial agrícola e nutricional de solos da citada microrregião, apontar as suas limitações, propor ações de uso e manejo sustentável dessas terras e contribuir para a adequação na relação solo/planta no desenvolvimento rural local.

2 METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e trabalhos de campo que consistiram na coleta de 127 amostras de solo da camada arável, com o uso do trado de caneco, obedecendo ao critério de uma amostra a cada 10 km² da área territorial total de cada município em estudo, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Dados demográficos e quantidade de coletas de solos da Microrregião de Guarabira/PB.

Ordem	Municípios	População	Área territorial (km ²)	Quantidade de coletas de solo
1	Guarabira	57.484	165,0	16
2	Cuitegi	6.730	39,0	4
3	Lagoa de Dentro	7.819	85,0	8
4	Mulungu	8.791	192,0	19
5	Sertãozinho	5.054	33,0	3
6	Belém	16.401	100,0	10
7	Alagoinha	13.725	97,0	10
8	Caiçara	6.602	128,0	12
9	Pilõesinhos	5.329	43,9	4
10	Logradouro	4.797	37,0	4
11	Serra da Raiz	3.094	29,8	3
12	Duas Estradas	3.327	26,0	3
13	Pirpirituba	9.340	79,8	8
14	Araçagi	16.646	230,0	23
	Total	165.139	1.285,5	127

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022).

A coleta ocorreu em forma de zigue-zague, com distância de três a cinco metros, homogeneizando três amostras para formar uma única amostra (EMBRAPA, 2014) (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Paisagem do local da coleta. Microrregião de Guarabira, Paraíba.



Fonte: pesquisa de campo, 2012.

Figura 3 - Coleta do solo com o trado de caneco. Micror-região de Guarabira, Paraíba.



Fonte: pesquisa de campo, 2012.

As características gerais, macromorfológicas, químicas e de fertilidade natural das amostras de solos estudadas foram organizadas em quadros, seguindo a metodologia de Santos *et al.* (2013), para obter informações relativas à aptidão agrícola e às limitações de uso desses solos. A análise das características químicas e de fertilidade dos solos ocorreu no laboratório de Química e Fertilidade do Solo do CCA-UFPB em Areia (PB), de acordo com Embrapa (1997).

Descritas as características macromorfológicas dos solos analisados e, de posse das análises químicas, partiu-se para os cálculos da Capacidade de Troca Catiônica (CTC), Saturação de Bases (V%), Saturação por Alumínio (m%), Soma de Bases (SB) e Percentual de Sódio Trocável (PST). Em seguida, procedeu-se a avaliação da aptidão agrícola dos solos estudados segundo o Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras (Ramalho Filho; Beek, 1995), conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Alternativas de utilização das terras, de acordo com os grupos de aptidão agrícola de Ramalho Filho e Beek (1995).

Grupo de Aptidão Agrícola	Aumento da intensidade de uso →					
	Preservação da flora e da fauna	Silvicultura e/ou pastagem natural	Pastagem plantada	Lavouras		
				Aptidão restrita	Aptidão regular	Aptidão boa
1						
2						
3						
4						
5						
6						

Fonte: adaptado de Ramalho Filho e Beek (1995 p. 10).

Para cada solo estudado nesta pesquisa, foram listados os atributos das terras e os parâmetros relativos à deficiência de fertilidade, de água, de oxigênio, susceptibilidade à erosão e impedimentos à mecanização. Assim, de acordo com o grau de afastamento da condição ideal do solo, foram definidos os desvios: nulo, ligeiro, moderado, forte e muito forte. Conforme o nível de manejo considerado, estimou-se a viabilidade da melhoria dessas limitações. Dessa forma, a classe de aptidão agrícola dos solos em análise foi determinada por meio da comparação entre os graus de limitação atribuídos aos solos e os estipulados nos quadros-guias para a região semiárida, dispostos em Ramalho Filho e Beek (1995).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados de pH mostraram que 73 amostras de solos ou 57% dos solos estudados estão na faixa do pH ideal (5,5 – 6,5) (Malavolta, 2006); 48 solos ou 38% são considerados ácidos e apenas 06 solos ou 5% são considerados alcalinos, não sendo registrado nenhum solo com pH neutro (Gráfico 1). Isso demonstra que a maior preocupação que se deve ter com esses solos, quanto

ao pH, diz respeito à correção da acidez e deve seguir as sugestões de Luz *et al* (2002), que sugerem o uso da calagem. Do contrário, se o solo apresenta alcalinidade, aconselha-se a gessagem.

Gráfico 1 - Resultados de pH das amostras de solos analisadas na Microrregião de Guarabira/PB.

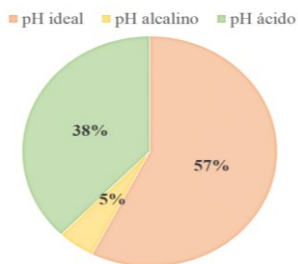
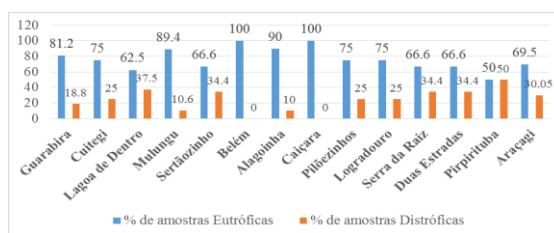


Gráfico 2 - Percentual de Saturação de Bases (V%) e condições eutróficas e distróficas nos solos da microrregião de Guarabira/PB.



Fonte: Laboratório de Química e Fertilidade do Solo do Departamento de Solos e Engenharia Rural do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Areia/PB.

Praticamente 100% das amostras de solo coletadas apresentaram SB média a muito boa, sendo que os municípios de Alagoinha, Guarabira, Lagoa de Dentro e Mulungu registraram os melhores valores. O mesmo pode ser observado para os resultados de CTC, em que todas as amostras registraram CTC média a alta. Os municípios que mostraram as melhores condições de CTC foram Guarabira, Cuitégi, Lagoa de Dentro, Mulungu, Alagoinha, Serra da Raiz e Pirpirituba. Tais resultados influenciam diretamente na saturação de bases (V%), dispostos no gráfico 2 e confirmam que 79,5% das amostras de solo analisadas tiveram V% superior a 50%, atribuindo-lhes a condição eutrófica.

Os municípios de Belém e Caiçara tiveram 100% de seus solos considerados eutróficos, seguidos de Alagoinha (90%),

Mulungu (89,4%) e Guarabira (81,2%). Cuitegi, Pilõezinhos e Logradouro registraram a condição eutrófica em 75% dos seus solos. Por outro lado, o município de Pirpirituba registrou o menor percentual (50%).

Na avaliação da aptidão agrícola, foi possível afirmar que os solos 1 a 3, de Guarabira/PB, possuem regular disponibilidade de nutrientes e matéria orgânica, mas são ácidos, bastante susceptíveis à erosão e de difícil mecanização, sendo mais apropriados para a preservação da flora e da fauna local; Os solos 4 a 7 são mais indicados para o uso agrícola, com pequenas restrições, no entanto os solos 8 e 9 têm potencial nutricional bastante elevado e apresentam alta saturação por bases, podendo ser utilizado em lavouras nos níveis de manejo A e B e aptidão regular no nível de manejo C; Os solos 10 a 13 apresentam elevada reserva de nutrientes, mas severas restrições ao uso agrícola, possuindo limitação moderada, nos níveis de manejo A e B e ligeira no nível de manejo C; Essas limitações dizem respeito ao forte déficit hídrico, à frequente presença de seixos e calhaus na superfície e subsuperfície do terreno; Já os solos 14, 15 e 16 são marcados por altos valores de MO, o que comprova a boa aptidão agrícola desses solos em todos os níveis de manejo.

Em Cuitegi/PB alguns solos se apresentaram com aptidão restrita devido à deficiência de fertilidade para lavouras no nível A, mas a maioria demonstrou aptidão boa para lavouras em todos os níveis, porém com deficiência de água, situação similar aos solos analisados em Lagoa de Dentro, com aptidão restrita devido à deficiência de fertilidade para lavouras no nível A e restritas para lavouras nos outros níveis;

Em Mulungu e Sertãozinho a maioria das amostras comprovou serem terras de aptidão boa para lavouras em todos os níveis., mas com deficiência de água, pois nesses municípios as chuvas são concentradas em apenas três meses no ano, por isso os solos precisam ser irrigados para ocorrer a ciclagem de nutrientes;

Os solos estudados no município de Belém são caracterizados principalmente pela condição do relevo que propicia condições favoráveis às culturas, além das propriedades físicas e químicas,

apresentando um bom potencial para o cultivo agrícola. Assim, a aptidão agrícola se apresentou boa para lavouras em todos os níveis, mas com deficiência de água na maior parte do ano. Outros solos apresentaram aptidão restrita devido à deficiência de fertilidade para lavouras no nível A e restritas para lavouras nos outros níveis;

Os solos de Alagoinha são mais bem drenados, mas mesmo assim ainda são deficientes em água. Possuem aptidão boa para lavouras nos níveis A e B e C, mas com deficiência de água, são susceptíveis à erosão e possuem impedimentos à mecanização;

Nos municípios de Caiçara e Pirpirituba os solos também possuem aptidão boa para lavouras em todos os níveis, mas com deficiência de água, enquanto que em Pilõezinhos as terras possuem aptidão boa para lavouras nos níveis A e B, mas são susceptíveis à erosão e à mecanização, assim como em Logradouro, Serra da Raíz e Duas Estradas, cuja aptidão é boa para lavouras nos níveis A e B, mas são deficientes em água, são susceptíveis à erosão e possuem impedimentos à mecanização;

Em Araçagi foram encontradas terras de aptidão restrita devido à deficiência de fertilidade para lavouras no nível A e restritas para lavouras nos outros níveis e terras de aptidão boa para lavouras nos níveis A e B, mas deficientes em água, susceptíveis à erosão e com impedimentos à mecanização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados reforçam as potencialidades naturais dos solos da microrregião de Guarabira e dão a impressão de que esses solos estão sendo subutilizados em relação à sua capacidade produtiva, pois, dos mesmos, são extraídos os seus nutrientes naturais sem se preocupar com sua reposição. Trata-se de um conjunto de solos que ainda tem em sua estrutura aptidão para produzir culturas diversificadas capazes de melhorar não só a qualidade do solo, mas também a qualidade de quem vive da agricultura.

Sabe-se que os solos são recursos finitos, passivos a erosões, à perda de fertilidade e até, numa situação mais grave, à ocorrência de desertificação na área. Então, para se melhorar tanto a produtividade quanto o uso consciente dos recursos naturais, é preciso respeitar o ambiente obedecendo ao tempo de descanso ou pousio para o solo, fazer rotação de culturas, avaliar a fertilidade natural através de análises químicas e principalmente evitar o uso de agrotóxicos ou usá-los com restrição, pois os mesmos matam os microorganismos do solo, contaminam o lençol freático e podem deixar as pragas ainda mais resistentes.

Portanto, a maioria dos solos estudados confirma a grande relevância para uso agrícola. Desse modo, o conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades desses solos pode ser usado eficazmente, no momento de planejar quaisquer atividades agrícolas na área de estudo, procurando evitar o mau uso destes recursos naturais, aumentar a produtividade e gerar maior poder econômico dos agricultores.

REFERÊNCIAS

- AESA. **Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba.** Proposta de instituição do comitê das bacias hidrográficas do Litoral Norte. Conforme Resolução nº 1 de 31 de Agosto de 2003, do Conselho Estadual da Paraíba, 2004. Disponível em: <www.aesa.pb.gov.br/comites/litoral_norte/proposta.pdf> Acesso em: 25/03/2012.
- ALVAREZ V., V. H.; NOVAIS, R. S.; BARROS, N. F.; CANTARUTTI, R. B.; LOPES A. S. **Interpretação dos resultados das análises de solo.** In: Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais. Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais. Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais - 5ª aproximação/RIBEIRO, A. C., Guimarães, P. T. G., ALVAREZ V., V. H. (editores) – Viçosa, MG, 1999.
- ALVAREZ V., V.H. **Avaliação da fertilidade do solo.** Viçosa. UFV (Notas de aula) 1986.
- ARRUDA L. V. **Caracterização de ambientes agrícolas e dos principais solos do município de Guarabira - PB.** Tese (Doutorado em Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas) -Universidade Federal da Paraíba, 2008. 88 p.

ARRUDA, L. V.; OLIVEIRA, F. H. T.; MENINO, I. B.; REINALDO, L. R. L. R. Atributos morfológicos, físicos e químicos como subsídio para a classificação dos principais tipos de solos do município de Guarabira/PB. In: XAVIER, R. A.; REINALDO, L. R. L. R.; DAMASCENO, J. (Orgs.). **Práticas Geográficas – Experiências de pesquisa e ensino de Geografia no estado da Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2017. p. 113-166.

ATECEL/INCRA-PB. Associação Técnico Científico Ernesto Luiz de Oliveira Júnior/UFPB/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-PB. **Plano diretor sócio-econômico e ambiental do estado da Paraíba**. Campina Grande, 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Escritório de Pesquisa e Experimentação. Equipe de Pedologia e Fertilidade do Solo. **Levantamento exploratório de reconhecimento dos solos do Estado da Paraíba**. II. Interpretação para uso agrícola dos solos do Estado da Paraíba. Rio de Janeiro: 1972. 683p. (Boletim Técnico, 15; SUDENE. Pedologia, 8).

CPRM – **Companhia de Recursos Minerais Diagnóstico dos municípios de Guarabira, Pilõesinhos, Cuitégi, Alagoinha, Mulungu, Araçagi, Pirpirituba, Sertãozinho, Duas Estradas, Serra da Raiz, Lagoa de Dentro, Belém, Logradouro e Caiçara.estado da Paraíba**. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DANTAS, W.M. **Avaliação da aptidão agrícola de solos da microrregião de Guarabira/PB**. Monografia (Curso de Geografia, UEPB, na Linha de Pesquisa: Conservação do Meio Ambiente e Sustentabilidade dos ecossistemas, orientado pela prof. Dr. Luciene Vieira de Arruda). 2013, 95p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Manual de métodos de análise de solo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: CNPS, 1997. 212 p. il (EMBRAPA-CNPS. Documentos: 1).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. SANTOS, H. G. dos; JACOMINE, P. K. T.; ANJOS, L. H. C. dos; OLIVEIRA, V. A. de; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA, J. A. de ; ARAUJO FILHO J. C. de; OLIVEIRA, J. B. de; CUNHA, T. J. F. 5ª ed., ver, ampl. - Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos. 2018. 356 p. il. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1094003/sistema-brasileiro-de-classificacao-de-solos>

IBGE. **Projeto de Revisão da Divisão do Brasil em Meso e Microrregiões**. Rio de Janeiro, 1988. Mimeo.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2022**. Disponível em:< <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>> Acesso em: 02/04/2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:** 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Índice de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEM) IX - **Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú**. Disponível em:

http://www.ideme.pb.gov.br/index.php/informacoes-por-regioes-geo/doc_details/1755-ix-bacia-hidrografica-do-rio-curimatau.html Acesso em 22/08/2012.

LUZ, M. J. S. ; FERREIRA, G. B. ; BEZERRA J. R C. **Adubação e correção do solo procedimentos a serem adotados em função do resultado das análises do solo**. Campina Grande: EMBRAPA, 2002.

MALAVOLTA, E. **Manual de nutrição mineral de plantas**: São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2006, 638 p.

MOREIRA, Emilia. **Meso e Microrregiões: Delimitação e Caracterização**. João Pessoa: EdGraff, 1989.

PEEL, M. C.; FINLAYSON, B. L.; MCMAHON, T. A. **Updated world map of the K'oppen-Geiger climate classification**. Hydrol. Earth Syst. Sci., 11, 1633–1644, 2007.

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3ª ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPQ, 1995. 65p.

SANTOS, R. D. LEMOS, R. C.; SANTOS, H. G.; KER, J. C.; ANJOS, L. H. C. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 5ª ed. Revista e ampliada. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2013. 100 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010**: volume Paraíba / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011. 57 p.: il. color.; 30 cm.

PARÂMETROS ESTRUTURAIS DA VEGETAÇÃO EM FLORESTA ESTACIONAL DECÍDUA, GUARABIRA, AGRESTE DA PARAÍBA, BRASIL

Prof. Dr. Joel Maciel Pereira Cordeiro

e-mail: joelmpcordeiro@gmail.com

Carlos Antônio Belarmino Alves (In memorian)

Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda

e-mail: luciviarruda@gmail.com

Prof. Ms. Aryan Carlos de Oliveira Silva

e-mail: Aryancarlos95@gmail.com

Prof. Dr. Ramon Santos Sousa

e-mail: ramonssouza93@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa analisa os parâmetros estruturais do extrato arbustivo-arbóreo encontrado em Floresta Estacional Decídua no Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba, em Guarabira/PB, limite leste da Caatinga. Foi adotado o método dos Pontos-quadrantes, em duas linhas de caminhada e 10 pontos distantes 15m entre si, incluindo indivíduos com $DAP \geq 2$ cm e altura total ≥ 2 m. Foram registrados 40 indivíduos pertencentes a 14 espécies, distribuídas em 10 diferentes famílias botânicas. Pau d'arco roxo (*Handroanthus impetiginosus*) e Coco catolé (*Syagrus cearensis*) apresentaram maior IVI. Espécies com maiores estruturas diamétricas podem ter sido conservadas no fragmento ao longo dos anos pela sua utilidade em atividades humanas. Espécies com finalidade exclusivamente madeireira podem estar sofrendo extração e corte de indivíduos no fragmento estudado ao longo dos anos por apresentarem baixos IVI.

Palavras-chave: Agreste; Floresta Estacional; Parâmetros estruturais; Vegetação nativa.

1 INTRODUÇÃO

As Florestas Estacionais Decíduas (FED) constituem formações vegetais com estrato superior predominantemente caducifólio, com mais de 50% dos indivíduos apresentando perda de folhagem no período desfavorável (IBGE, 2012). No Nordeste brasileiro, as FED ocorrem comumente na transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga em uma região popularmente denominada como “Zona do Agreste” (Rodal et al., 2008; IBGE, 2012; Cordeiro *et al.*, 2017; 2024).

As Florestas Estacionais no Agreste podem ser divididas em dois grupos florísticos, um deles localizado sobre o Planalto da Borborema (Agreste da Borborema) e mais relacionado à Caatinga (grupo seco); e outro localizado nas terras mais baixas da Superfície Pré-Litorânea (Agreste Pré-Litorâneo), com ligações florísticas relacionadas à Mata Atlântica (grupo úmido) (Rodal *et al.*, 2008). Neste último grupo, as Florestas Estacionais Decíduas são um subconjunto das Florestas Úmidas Litorâneas, seguindo o nível de umidade e precipitação disponível, com diversas espécies compartilhadas (Cordeiro *et al.*, 2024).

A fitossociologia aparece entre os principais métodos para a análise estrutural do componente vegetal, permitindo qualificar a fitodiversidade e desenvolver estudos biogeográficos, assim como fornece subsídios para o planejamento de uso dos recursos florestais (Moro; Martins, 2011; Freitas; Magalhães, 2012). Os seus valores paramétricos demonstram o nível de conservação ou perturbação antrópica em determinado fragmento florestal, possibilitando entender a dinâmica dos processos regenerativos e subsidiar estratégias conservacionistas em áreas naturais (Pareyn *et al.*, 2010). Além disso, tais parâmetros permitem estudar as causas e efeitos da coabitação de plantas de um determinado ambiente, o surgimento, constituição e estrutura dos agrupamentos vegetais, assim como os processos que implicam sua continuidade ou sua mudança ao longo do tempo (Moro; Martins, 2011).

Estudos fitossociológicos em áreas de Florestas Decíduas no Agreste Pré-Litorâneo são pouco discutidos na literatura, sendo encontrados apenas os trabalhos de Cordeiro e Félix (2013) e Cordeiro *et al.* (2017), no município de Serra da Raiz. Nesta região a diversidade vegetal pode alcançar 53 espécies e mais de 1.500 indivíduos por ha, com área basal total de 7.822 m²/ha⁻¹ e altura e diâmetros médio de 4,1m e 6,7cm, respectivamente (Cordeiro *et al.*, 2017). Estudos do componente vegetal nesta região se fazem extremamente importantes, pois, além da complexidade de uma área ecotonal, o Agreste Pré-Litorâneo aparece bastante ameaçado pela antropização, onde muitas de suas áreas de vegetação nativa foram alteradas, dando lugar às pastagens e lavouras agrícolas (Seabra, 2014; Cordeiro *et al.*, 2015, 2024).

O presente trabalho tem como objetivo discutir os parâmetros fitossociológicos do extrato arbustivo-arbóreo encontrados em Floresta Estacional Decídua no Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba, município de Guarabira, com o intuito de conhecer sua composição florística e seus parâmetros estruturais, aliando tais informações para entender a dinâmica desta vegetação, assim como o estado de conservação ou indícios de perturbação antrópica nesta área.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Agreste Pré-Litorâneo no estado da Paraíba ocorre ao longo da formação geomorfológica da Superfície Pré-Litorânea, limitando-se aos tabuleiros costeiros, a Leste, e a encosta oriental do Planalto da Borborema, a Oeste (Seabra, 2014). A região apresenta topografia suave-ondulada, levemente declivosa no sentido Leste-Oeste, com altitudes que podem variar entre 90 a 200 m (Feliciano; Melo, 2003). O clima da região é do tipo As' quente e úmido, com estação seca entre setembro e fevereiro e chuvas de outono-inverno (março-agosto), com precipitação entre 800 a 1200 mm/ano e temperatura média de 26° C (Feliciano; Melo, 2003; Seabra, 2014). A formação vegetal é caracterizada como

ecótono Caatinga/Mata Atlântica, onde predominam Florestas Estacionais Decíduas (Cordeiro *et al.*, 2024).

Na referente pesquisa foi realizado um levantamento de espécies vegetais nativas ocorrentes em um fragmento de Floresta Estacional Decídua de terras baixas localizadas no município de Guarabira, Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba. O fragmento de mata apresenta-se em considerável estado de regeneração natural, com vegetação próxima ao estado de clímax, formando uma área total de aproximadamente 4ha. Para o levantamento da vegetação nativa foi adotado o método dos Pontos-quadrantes (Cottam; Curtis, 1956; Moro; Martins, 2011), onde foram estabelecidas duas linhas de caminhada e 10 pontos de quadrantes distantes 15m entre si. Em cada quadrante foram anotados os indivíduos do extrato arbustivo-arbóreo com diâmetro a altura do peito (DAP) $\geq 2\text{cm}$ e altura total $\geq 2\text{m}$, excluindo árvores mortas e lianas. As espécies foram identificadas ainda em campo e quando, não foi possível de ser estabelecido, o material vegetal foi coletado e fotografado para posterior identificação usando chaves de identificações, literatura especializada e morfologia comparada com exsicatas depositadas em herbários virtuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram registrados 40 indivíduos pertencentes a 14 espécies distribuídas em 10 diferentes famílias botânicas, sendo 12 espécies de árvores e duas espécies de arbustos (Tabela 1, Figura 1). A Pitombeira (*Talisia esculenta*) e o Espinho-rei (*Machaerium hirtum*) foram as espécies com maior número de indivíduos (sete e seis, respectivamente). As espécies apresentaram diâmetros médios de 12,3cm, com maiores valores referentes às espécies Pau d'arco roxo (*Handroanthus impetiginosus*) (58,8cm) e Jenipapo (*Genipa americana*) (34,0cm). A altura média das espécies foi de 6,4m, com maiores valores registrados para Pau d'arco roxo (18m) e Jenipapo (11m).

Tabela 1 - Lista de espécies vegetais registradas em fragmento de Floresta Estacional Decídua em Guarabira, Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba e seus respectivos nomes populares, número de indivíduos (NI), diâmetro a altura do peito (DAP) médio, e altura média.

Família/Espécie	Nome popular	Hábito	NI	DAP médio (cm)	Altura média (m)
Anacardiaceae					
<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott.	Sete-capas	Árvore	4	12,2	8,4
Arecaceae					
<i>Syagrus cearensis</i> Noblick.	Coco-católé	Árvore	3	21,5	6,5
Bignoniaceae					
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	Pau d'arco roxo	Árvore	1	58,8	18
Boraginaceae					
<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arrab. ex Steud.	Freijó	Árvore	3	3,4	4,3
Capparaceae					
<i>Cynophalla flexuosa</i> (L.) J. Presl.	Feijão bravo	Árvore	1	2,4	4
Combretaceae					
<i>Combretum duarteanum</i> Cambess.	Cipaúba	Árvore	3	4,6	4,6
Fabaceae					
<i>Libidibia ferrea</i> (Mart. ex Tul.) L.P. Queiroz.	Jucá	Arbusto	1	4,8	3,5
<i>Machaerium hirtum</i> (Vell.) Steffeld.	Espinho-rei	Árvore	6	9,4	6,5
<i>Piptadenia stipulacea</i> (Benth.) Ducke.	Amorosa branca	Arbusto	4	2,9	4,7
<i>Senegalia polyphylla</i> (DC.) Britton & Rose	Espinheiro preto	Árvore	4	6,9	6,1
Polygalaceae					
<i>Coccoloba mollis</i> Casar.	Cravaçú	Árvore	1	2,5	3,5

<i>Triplaris gardneriana</i> Wedd.	Pajeú	Árvore	1	6,2	5,5
Rubiaceae					
<i>Genipa americana</i> L.	Jenipapo	Árvore	1	34	11
Sapindaceae					
<i>Talisia esculenta</i> (Cambess.) Radlk.	Pitombeira	Árvore	7	3,2	3,7

Todas as espécies encontradas no fragmento florestal são mencionadas em levantamento geral para as espécies vegetais das Florestas Estacionais Decíduas do Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba (Cordeiro *et al.*, 2015, 2024), assim como para outras áreas levantadas em diferentes localidades da mesma região (Cordeiro; Oliveira, 2010; Cordeiro; Félix, 2013; Cordeiro *et al.*, 2017). Contudo, três espécies, Cipaúba (*Combretum duarceanum*), Pajeú (*Triplaris gardneriana*) e Jenipapo (*Genipa americana*), não foram registrados em levantamentos específicos em outras áreas do Agreste Pré-Litorâneo, como em Serra da Raiz (Cordeiro *et al.*, 2017) ou Sertãozinho (Cordeiro; Oliveira, 2010). Assim, a maioria dos fragmentos florestais do Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba se apresentam relativamente semelhantes, embora possam aparecer diferenças significantes na composição de espécies entre si.

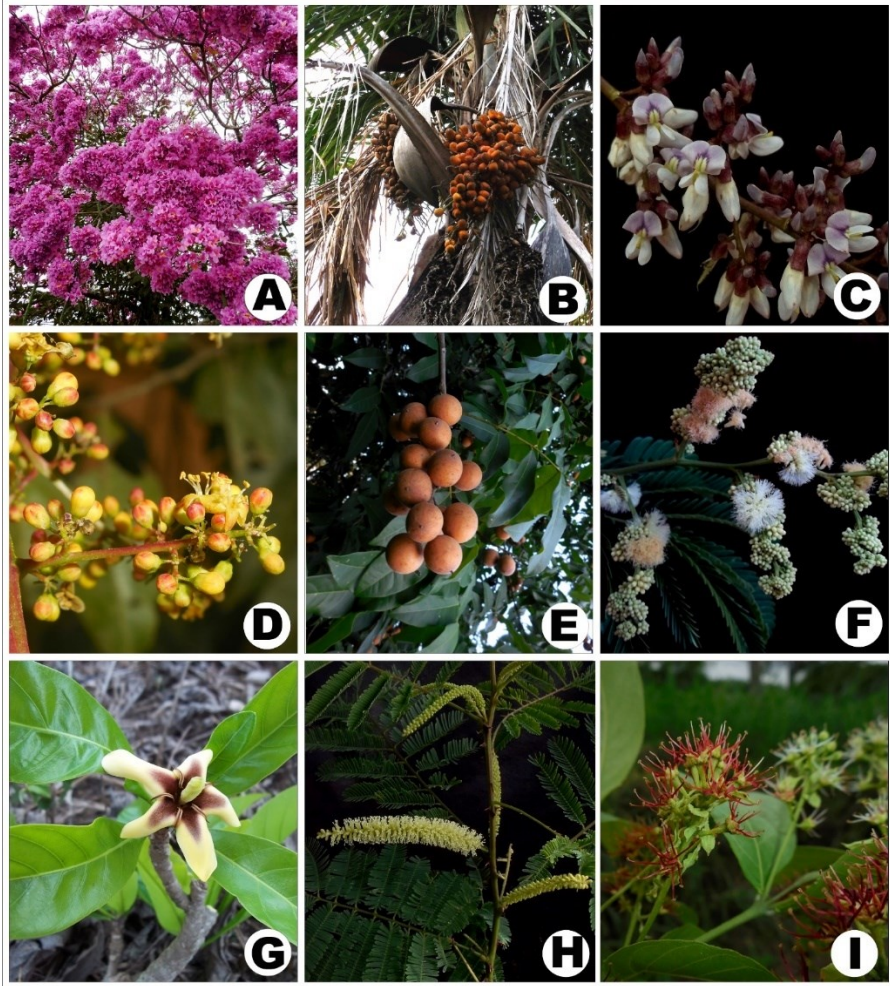
Tabela 2 - Parâmetros fitossociológicos das espécies vegetais registradas em fragmento de Floresta Estacional Decídua em Guarabira, Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba. NI = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, FR = Frequência Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância.

Espécie	NI	DR (%)	FR (%)	DoR (%)	IVI
<i>Handroanthus impetiginosus</i>	1	2,5	3,13	42,63	48,25
<i>Syagrus cearensis</i>	3	7,5	9,38	18,13	35,01
<i>Machaerium hirtum</i>	6	15	12,5	7,41	34,91
<i>Astronium fraxinifolium</i>	4	10	12,5	8,47	30,97
<i>Talisia esculenta</i>	7	17,5	12,5	0,95	30,95

<i>Senegalia polyphylla</i>	4	10	12,5	4,69	27,19
<i>Genipa americana</i>	1	2,5	3,13	14,25	19,88
<i>Piptadenia stipulacea</i>	4	10	9,38	0,45	19,82
<i>Combretum duarteanum</i>	3	7,5	6,25	0,83	14,58
<i>Cordia trichotoma</i>	3	7,5	6,25	0,47	14,22
<i>Libidibia ferrea</i>	1	2,5	3,13	0,86	6,49
<i>Triplaris gardneriana</i>	1	2,5	3,13	0,47	6,1
<i>Cynophalla flexuosa</i>	1	2,5	3,13	0,31	5,93
<i>Coccoloba mollis</i>	1	2,5	3,13	0,08	5,7

Entre as espécies registradas, Cravaçú (*Coccoloba mollis*), Pitombeira e o Jenipapo são tipicamente encontradas em áreas de Mata Atlântica (Pereira; Alves, 2007; Barbosa *et al.*, 2011), enquanto que a Amorosa branca (*Piptadenia stipulacea*), o Jucá (*Libidibia ferrea*) e o Feijão-bravo (*Cynophalla flexuosa*) aparecem com relativa frequência em áreas de Caatinga (Almeida Neto *et al.* 2009; Lima; Barbosa, 2014). Por outro lado, espécies como Sete-capas (*Astronium fraxinifolium*), Espinheiro (*Senegalia polyphylla*) e o Freijó (*Cordia trichotoma*) são tipicamente encontradas em áreas de Agreste de transição (Pereira *et al.*, 2002; Cordeiro *et al.*, 2015, 2017). A presença destas espécies demonstra o caráter ecotonal entre Caatinga e Mata Atlântica nas Florestas Estacionais Decíduas da Paraíba, mas também revela a ocorrência de espécies típicas destas áreas. Esta característica confirma o descrito por Odum (1988) e Mendes *et al.* (2010), onde os ecótonos podem ser entendidos como áreas de tensão ecológica, onde geralmente desenvolvem um conjunto misto de espécies e tipos de vegetação com estruturas semelhantes às formações que se sobrepõem, além de eventualmente possuir espécies exclusivas.

Figura 1 - Espécies vegetais registradas em fragmento de Floresta Estacional Decídua, Guarabira, Paraíba, ordenadas conforme o IVI. A. Pau d'arco roxo; B. Coco catolé; C. Espinho rei; D. Sete capas; E. Pitombeira; F. Espinheiro; G. Jenipapo; H. Amorosa; I. Cipaúba.



Em relação aos parâmetros estruturais, o Pau d'arco roxo e o Coco catolé (*Syagrus cearensis*) aparecem entre as que apresentaram maior IVI, sobretudo pelo maior diâmetro e alturas dos indivíduos registrados (Tabela 2). Os maiores valores de

densidade relativa (DR) foram atribuídos a Pitombeira (17,5%) e o Espinho-rei (15%), enquanto os valores de frequência relativa (FR) foram maiores nas espécies Espinho-rei, Sete-capas, Pitombeira e Espinheiro (12,5%). Já em relação à dominância relativa (DoR) se destacam pelos maiores valores de área basal em relação às demais espécies: Pau d'arco roxo (42,63%), Coco catolé (18,13%) e Jenipapo (14,25%).

As espécies que exibem maior densidade relativa (DR) apresentam, consecutivamente, maior número de indivíduos no fragmento florestal, enquanto aquelas que apresentam maiores frequências relativas (FR) são mais dispersas pelo fragmento amostrado (Moro; Martins, 2011). Desta forma, Pitombeira e Espinho-rei apresentam maiores números de indivíduos no fragmento florestal pelos elevados valores de densidade relativa. Espinho-rei, Sete-capas, Pitombeira e Espinheiro, por apresentarem maiores frequências relativas, aparecem mais dispersas pelo fragmento amostrado. Entretanto, elevados valores de dominância relativa (DoR), mas com baixos valores de frequência e densidade indicam espécies de grande porte no fragmento florestal (Freitas; Magalhães, 2012), conforme verificado em Pau d'arco roxo, Coco catolé e Jenipapo.

Espécies com elevados valores de densidade e frequência, mas com baixos valores de dominância, conforme observado para a Pitombeira, indica indivíduos amplamente dispersos no fragmento florestal, mas de pequeno porte e pouco representativos em área basal, ou mesmo indivíduos jovens (Freitas; Magalhães, 2012). O índice de valor de importância (IVI) caracteriza a importância de cada espécie na comunidade (sob a perspectiva horizontal), reunindo os critérios de análise dos parâmetros densidade, frequência e dominância relativos (Moro; Martins, 2011). Assim, o Pau d'arco roxo, mesmo com baixos valores de frequência e densidade, representa a espécie dominante na comunidade, justificado por apresentar amplos valores de altura e diâmetro comparado com as demais espécies.

Espécies que apresentam elevados valores de densidade, frequência e dominância são as mais importantes na comunidade,

seja em relação ao número de indivíduos, sua distribuição e estrutura diamétrica (Freitas; Magalhães, 2012). De forma geral, nenhuma das espécies registradas no fragmento pesquisado apresentou valores elevados nos três parâmetros, o que pode indicar a ação de corte seletivo no local. De fato, as espécies com maiores estruturas diamétricas expressas pela DoR, Pau d'arco roxo, Coco catolé e Jenipapo, aparecem como espécies usadas em diversas atividades humanas. Pau d'arco roxo aparece como espécie de uso ornamental, medicinal, na fabricação de ferramentas e construções (Leite *et al.*, 2012; Cordeiro; Félix, 2014), enquanto Coco catolé e Jenipapo se destacam também como espécie frutífera e medicinal (Cordeiro; Félix, 2014; Felix *et al.*, 2019).

Diante de suas importâncias em atividades humanas, Pau d'arco roxo, Coco catolé e Jenipapo podem ter sido conservadas no fragmento ao longo dos anos. Por outro lado, espécies com finalidade exclusivamente madeireira, com consideráveis valores de frequência e densidade, mas valores baixos de dominância, como Espinheiro e Amorosa branca, por exemplo, podem estar sofrendo extração e corte de indivíduos no fragmento estudado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As espécies encontradas no fragmento de Floresta Estacional Decídua do Agreste Pré-Litorâneo da Paraíba também são registradas em outras áreas levantadas em diferentes localidades da mesma região, indicando que a maioria destes fragmentos florestais se apresenta relativamente semelhantes, embora possam aparecer diferenças significantes na composição de espécies entre si.

Pau d'arco roxo (*Handroanthus impetiginosus*) e Coco catolé (*Syagrus cearensis*) aparecem entre as espécies que apresentaram maior IVI, sobretudo pelo maior diâmetro e alturas dos indivíduos registrados. Contudo, nenhuma das espécies registradas no fragmento apresentou valores elevados nos parâmetros de

densidade, frequência e dominância, o que pode indicar a ação de corte seletivo no local estudado ao longo dos anos.

Espécies com maiores estruturas diamétricas expressas pela DoR, como Pau d'arco roxo, Coco catolé e Jenipapo (*Genipa americana*) podem ter sido conservadas no fragmento ao longo dos anos pela sua utilidade em atividades humanas, como ornamentação, na medicina tradicional ou na alimentação. Já espécies com finalidade exclusivamente madeireira, com consideráveis valores de frequência e densidade, mas valores baixos de dominância, como Espinheiro (*Senegalia polyphylla*) e Amorosa branca (*Piptadenia stipulacea*), por exemplo, podem estar sofrendo extração e corte de indivíduos no fragmento estudado, ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA NETO, J.X.; ANDRADE, A.P.; LACERDA, A.V.; FELIX, L.P.; BRUNO, R.L.A. Composição florística, estrutura e análise populacional do feijão-bravo (*Capparis flexuosa* L.) no semiárido paraibano, Brasil. *Revista Caatinga*, v. 22, n. 4, p. 187-194, 2009.
- BARBOSA, M.R.V. *et al.* Checklist of the vascular plants of the Guaribas Biological Reserve, Paraíba, Brazil. *Revista Nordestina de Biologia*, v. 20, n. 2, p. 79-106, 2011.
- CORDEIRO, J.M.P.; FÉLIX, L.P. Levantamento fitossociológico em mata de encosta no Agreste paraibano. *Geoambiente on-line*, 21: 13-28, 2013.
- CORDEIRO, J.M.P.; FÉLIX, L.P. Conhecimento botânico medicinal sobre espécies vegetais nativas da caatinga e plantas espontâneas no agreste da Paraíba, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 16, n. 3, p. 685-692, 2014.
- CORDEIRO, J.M.P.; OLIVEIRA, A.G. Levantamento fitogeográfico em trecho de Caatinga hipoxerófila – Sítio Canafístula, Sertãozinho – Paraíba, Brasil. *OKARA: Geografia em debate*, v. 4, n. 1-2, p. 54-65, 2010.
- CORDEIRO, J.M.P.; ALMEIDA, E.M.; ARAÚJO, J.P.; SOUZA, B.I.; FELIX, L.P. Levantamento florístico preliminar da Caatinga Sublitorânea na Paraíba, Nordeste do Brasil. *Geografia*, Rio Claro, v. 40, n. 2, p. 241-257, 2015.
- CORDEIRO, J.M.P.; SOUZA, B.I.; FELIX, L.P. Florística e fitossociologia em Floresta Estacional Decidual na Paraíba, Nordeste do Brasil. *Gaia Scientia*, 11(1): 01-16, 2017.
- CORDEIRO, J.M.P.; FELIX, L.P.; SOUZA, B.I. *Plantas do Agreste: onde Caatinga e Mata Atlântica se encontram*. Campina Grande: EDUEPB, 2024. 763p.

- COTTAM, G.; CURTIS, J. T. The use of distance measures in phytosociological sampling. *Ecology*, v. 37, p. 451-460, 1956.
- FELICIANO, M.L.M.; MELO, R.B. *Atlas do Estado da Paraíba – informações para gestão do patrimônio natural (Mapas)*. João Pessoa: SEPLAN/IDEME/APAN/UFPB, 2003.
- FELIX, C.M.P.; LUCENA, R.F.P.; FELIX, L.P., CORDEIRO, J.M.P.; FERREIRA, E.D.C.; BONIFÁCIO, K.M. Etnobotânica da Serra do Jatobá: usos locais e conservação. *FLOVET-Boletim do Grupo de Pesquisa da Flora, Vegetação e Etnobotânica*, v.1, n. 11, p. 39-65, 2019.
- FREITAS, W.K.; MAGALHÃES, L.M.S. Métodos e parâmetros para estudo da vegetação com ênfase no estrato arbóreo. *Floresta e Ambiente*, v. 19, n. 4, p. 520-539, 2012.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. IBGE, Rio de Janeiro, 2012.
- LEITE, A.P.; PEDROSA, K.M.; LUCENA, C.M.; CARVALHO, T.K.N.; FÉLIX, L.P.; LUCENA, R.F.P. Uso e conhecimento de espécies vegetais úteis em uma comunidade rural no Vale do Piancó (Paraíba, Nordeste do Brasil). *Biofar – Revista de Biologia e Farmácia*, volume especial, p. 133-157, 2012.
- LIMA, I.B.; BARBOSA, M.R.V. Composição florística da RPPN Fazenda Almas, no Cariri paraibano, Paraíba, Brasil. *Revista Nordestina de Biologia*, v. 23, n. 1, p. 49-67, 2014.
- MENDES, K.; GOMES, P.; ALVES, M. Floristic inventory of a zone of ecological tension in the Atlantic Forest of Northeastern Brazil. *Rodriguésia*, v. 61, n. 4, p. 669-676, 2010.
- MORO, M. F.; MARTINS, F. R. Métodos de levantamento do componente arbóreo-arbustivo. In: FELFILI, J. M.; EISENLOHR, P. V.; MELO, M. M. R. F.; ANDRADE, L. A.; MEIRA NETO, J. A. A. (eds.). *Fitossociologia no Brasil: métodos e estudos de casos*. Editora UFV, Universidade Federal de Viçosa, 2011, pp. 174-212.
- ODUM, E.P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1988.
- PAREYN, F.G.C.; LIMA, K.C.; MARQUES, M.W.C.F.; RIEGELHAUPT, E.M.; BACALINI, P. Dinâmica da regeneração da vegetação da Caatinga na Unidade Experimental PA Recanto III – Lagoa Salfada/RN. In: GARIGLIO, M.A.; SAMPAIO, E.V.S.B.; CESTARO, L.A.; KAGEYAMA, P.Y. (orgs). *Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga*. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, p. 229-244, 2010.
- PEREIRA, I.M.; ANDRADE, L.A.; BARBOSA, M.R.V.; SAMPAIO, E.V.S.B. Composição florística e análise fitossociológica do componente arbustivo-arbóreo de um remanescente florestal no Agreste Paraibano. *Acta botânica brasílica*, v. 16, n. 3, p. 357-369, 2002.
- PEREIRA, M.S.; ALVES, R.R.N. Composição Florística de um remanescente de Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape,

Paraíba, Brasil. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 6, n. 1, p. 357-366, 2007.

RODAL, M.J.N.; BARBOSA, M.R.V.; THOMAS, W.W. Do the seasonal forests in northeastern Brazil represent a single floristic unit? *Brazilian Journal of Biology*, v. 68, n. 3, p.: 467-475, 2008.

SEABRA, G. *Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, 352p.

TERRITÓRIO DAS ÁGUAS NO SEMIÁRIDO: CONFLITOS E DEPENDÊNCIA POR RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CURIMATAÚ ENTRE A PARAÍBA E O RIO GRANDE DO NORTE - NORDESTE DO BRASIL

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Departamento de Geografia, UEPB/CH
e-mail: belogeo@servidor.uepb.edu.br

Prof. Ms. Aryan Carlos de Oliveira Silva

e-mail: aryncarlos95@gmail.com

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Departamento de Geografia, UEPB/CH
e-mail: lepaivarodrigues@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

A pesquisa trata sobre os recursos hídricos como bens essenciais para a sobrevivência humana, animal e vegetal no semiárido. A pesquisa focou nos limites semiáridos entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, na Bacia Hidrográfica do Curimataú (BHC). O objetivo foi analisar os usos da água na BHC, na perspectiva dos conflitos em meio aos limites dos recursos hídricos no território paraibano e norte-rio-grandense. A metodologia consistiu em atividade de campo para área de estudo e o levantamento bibliográfico. A pesquisa concluiu que diversas relações econômicas e agrárias se desenvolvem no entorno da BHC, onde, estão conectadas as formas de usos da água, e esses usos em escala local são fundamentais para a população tanto no território paraibano como potiguar.

Palavras-Chave: BHC; Convivência com o semiárido; usos da água.

1 INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos são essenciais para a vida no planeta. Sobretudo em regiões áridas e semiáridas, onde esses recursos são cada vez mais escassos. Logo, a região semiárida brasileira não foge à realidade de conflitos e tem nos recursos hídricos um meio produtivo fundamental para atender as demandas sociais e produtivas da população.

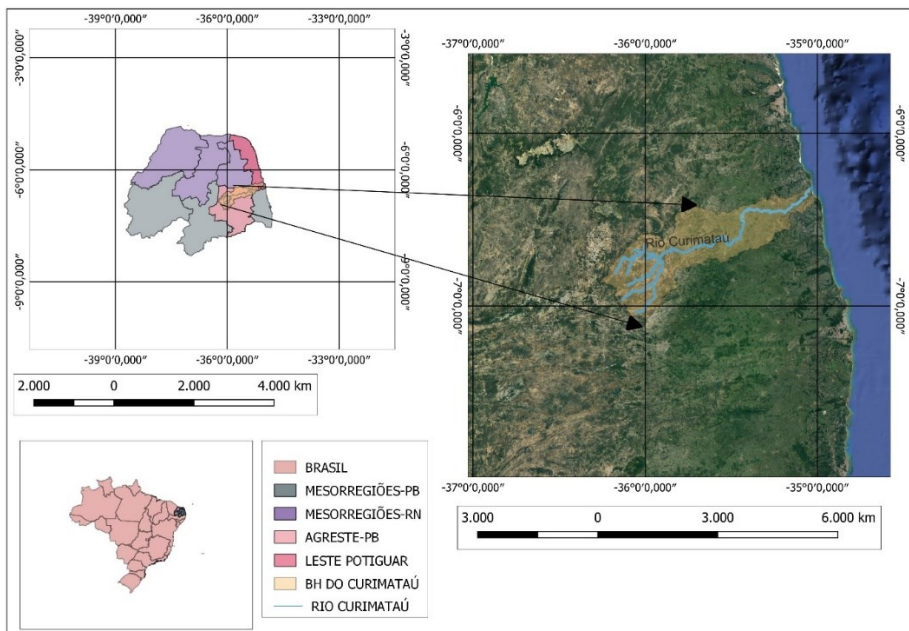
De acordo com a SUDENE (2021) o semiárido brasileiro é uma vasta extensão territorial, que abarca todos os estados da região Nordeste e parte de Minas Gerais. São 11 estados, 1.447 municípios, em uma área de 1.302.093,91 km², o que representa 15,3% do território brasileiro, 70,9% do território nordestino, com a população de 31 milhões de pessoas, o que corresponde a 15% da população do país e 50,5% da população do Nordeste (INSA, 2024; ASA, 2024).

A Bacia Hidrográfica do Curimataú (BHC) é de extrema importância no estado da Paraíba (PB) e no estado do Rio Grande do Norte (RN), pois, diversas relações políticas, econômicas e agrárias se desenvolvem no entorno dessa região, como: Agricultura, pecuárias, extração mineral (areia), moradia. Na parte norte-rio-grandense, justamente pela oferta hídrica mais larga, outras atividades ganham mais relevância. Uma delas, a cana-de-açúcar, há muito presente na zona da mata nordestina (MOREIRA, 1996), a fruticultura, como o coco e a bananicultura. Além dessas atividades, destacamos a Carcinicultura, que se tornou uma atividade dominante no leito do rio Curimataú próximo do seu encontro com o oceano Atlântico.

Este estudo tem como objetivo analisar os usos da água na BHC, na perspectiva dos conflitos em meio aos limites dos recursos hídricos no território paraibano e norte-rio-grandense. Onde podemos caracterizar as formas de uso e ocupação da BHC nesses estados, bem como os conflitos em volta da escassez de água, aliado as formas de conviver com o semiárido, desenvolvida na região da BHC.

Esta bacia hidrográfica é interestadual, está localizada entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, sendo seu principal rio, o Curimataú. Este rio nasce em Barra de Santa Rosa, na Paraíba e deságua no Oceano Atlântico, no litoral Sul do Rio Grande do Norte, no município de Canguaretama, na Barra de Cunhaú. A BHC possui uma área de drenagem total de 4.254,6 km², sendo na Paraíba 3.345,0 km² e Rio Grande do Norte (RN) 909,6 km² (SEMARH, 2000), (mapa 1).

Mapa 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Curimataú.



Fonte: Autores, IBGE; AESA, 2022, sistema de coordenadas SIRGAS 2000

A BHC, no Estado da Paraíba, está localizada na mesorregião do agreste paraibano, se estende em partes pelo agreste potiguar e o litoral sul norte-rio-grandense, como pode ser visualizado no Mapa 1. O levantamento de dados digitais realizado na AESA e no IBGE (2019; 2015) permitiu cartografar a localização da BHC. O mapa digital ou impresso proporciona ao pesquisador uma familiaridade com o objeto de estudo, sendo o levantamento

cartográfico um momento prático da pesquisa, tendo em vista que, é a partir do manuseio do mapa que é traçado/planejado rotas do trabalho de campo e a primeira noção de escala da pesquisa.

No Estado da Paraíba, estão inseridos na BHC os municípios de Algodão de Jandaíra, Araruna, Caiçara, Dona Inês, Jacaraú, Logradouro, Riachão, Solânea e Tacima, e parcialmente, os municípios de Barra de Santa Rosa, Bananeiras, Belém, Cassarengue, Lagoa de Dentro, Cacimba de Dentro, Damião, Olivedos, Pocinhos, Areial, Esperança, Remígio, Serra da Raiz, Cuité, Duas Estradas, Pedro Régis, Sossego, Sertãozinho, um total de 27 municípios paraibano. No Rio Grande do Norte, fazem parte Nova Cruz, Montanhas, Pedro Velho, Canguaretama e Baía formosa, ao todo contabilizam 32 municípios

Em seus primeiros quilômetros, o leito rio Curimataú é intermitente, recebendo água no período das chuvas, mas ao se aproximar de Rio Grande do Norte, sua dinâmica muda completamente ao ser perenizado graças as chuvas mais regulares da zona da mata potiguar. Neste momento o rio se configura como um rio perene. Por outro lado, em seu maior percurso é um rio intermitente, onde seu leito, na maior parte do ano, resume-se acumular água em poços naturais e construídos pelos impactos da extração de areia (Figuras 1, 2, 3 e 4).

Figuras 1, 2, 3 e 4 - Rio Curimataú entre Dona Inês/PB e Tacima/PB.



Fonte: Trabalho de campo do grupo de pesquisa “Olhares Geográficos”, 2019

O fato desse rio ser intermitente na maior parte do seu percurso, não significa menos importância, pois, os usos dos rios são fundamentais para a manutenção de diversas atividades produtivas e humanas. Esses rios, sempre acumulam água em poços naturais ou artificiais (no período das chuvas ou no lençol freático), e são utilizados para o cultivo de policulturas, para obtenção de forragem, água para os animais e extração de areia para construção civil. Tendo em vista esses usos múltiplos da água, os rios do semiárido, em particular o da BHC, apresentam inúmeros impactos ambientais antrópicos, como assoreamento, desmatamento e contaminação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia foi pautada pela pesquisa bibliográfica e de campo. Num primeiro momento, as leituras foram em consenso com estudos geográficos referentes aos conceitos de território, Haesbaert (1997) e Santos (1997), foram autores selecionados para nortear a nossa pesquisa. Em seguida, a pesquisa enveredou pelas especificidades para a questão regional e local, onde, foi

possível a compreensão do uso e ocupação do espaço agrário (Moreira, 1996), as áreas de semiaridez (Silva, 2006; INSA, 2024) e as práticas de convivência com o semiárido (ASA, 2024, 2025). Sobre questões técnicas da BHC, realizamos um levantamento documental junto a AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas), essa instituição conta com o maior acervo sobre o BHC.

Em outro eixo, buscamos compreender as mudanças na dinâmica da paisagem na BHC e os usos da água, para isso, se fez necessário a atividade de campo. Essa atividade de campo, foi realizada em conjunto com o grupo de pesquisa “Olhares Geográfico”, onde foi feito registros fotográficos, registro em caderno de campo, análise da paisagem e visitas técnicas para pontos específicos da BHC na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Capel (1981), no que se refere ao território, seu conceito foi formulado ainda no século XVII pelas ciências naturais, a Botânica e a Zoologia, para designar a área de influência e de predomínio de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal. O autor afirma que na Geografia, coube a Friedrich Ratzel, no final do século XIX, a primeira sistematização do conceito de território.

Para Haesbaert (1997), a questão do território foi negligenciada durante muito tempo, mas emerge na atualidade de forma vigorosa, na esteira das mudanças econômicas, sociais e políticas que se processam em nível global. A discussão, porém, tem se pautado por uma falta de consenso sobre o seu significado, resultando numa multiplicidade de enfoques e conceitos. Numa tentativa de sistematização, Haesbaert (1997) agrupou as abordagens conceituais mais utilizadas, em três vertentes por ele consideradas como básicas: a jurídico-política; a cultural (ista) e a econômica.

Raffestin (1993), distingue “territórios concretos” de “territórios abstratos” ao diferenciar espaço de território. O espaço seria “a realidade material preexistente” e o território o produto de uma

ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata (Raffestin, 1993). Como tal, “se inscreve sempre num campo de poder não apenas no sentido de apropriação física, material (através das fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica” (Haesbaert, 1997, p.40).

Para tanto, partimos da concepção de espaço desenvolvida por Santos (1997), enquanto “espaço socialmente produzido”, isto é, como “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos naturais e artificiais” (Santos, 1996, p.71). Visto por este prisma, o espaço é compreendido na sua indissociabilidade com o tempo, indissociabilidade esta que se realiza, segundo Santos (1997), por intermédio das técnicas. Nesse sentido, o espaço é entendido como coexistência de tempos, tempos tecnológicos diferentes, que, conforme dissertam Suertegaray e Nunes (2001).

Desta forma, a questão territorial é central na interpretação da realidade concreta. Diante de tal questão, o contexto territorial entre duas unidades da federação que compartilha a mesma bacia hidrográfica, nos induz a pensar que a parte norte-rio-grandense, em sua gênese, difere da paraibana. Além disso, os usos da água é uma questão central, pois, é um recurso em disputa, logo, os diferentes atores buscam formas de melhor utilizar esse recurso ou alargar seu controle sobre ele.

No Brasil, a Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, volta sua visão para a água e não tendo uma visão do sistema hídrico, o que acarreta crítica pela falta de políticas integradas para outros recursos naturais, como solo, substrato rochoso, fauna, flora, atmosfera (Moraes; Jordão, 2002). Desta forma, a água, é vista enquanto um recurso fora do complexo de relações existentes entre os diferentes recursos naturais e desprendida do conjunto de relações socioeconômica e políticas que conforma uma hidropolítica do semiárido.

4 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: DO COMBATE A SECA ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS, AÇÕES E PERSPECTIVAS

Na região semiárida os recursos hídricos não são abundantes e se tornam ainda mais crítico em momentos de crises hídricas, como aconteceu na região de estudo. A década de 2011 a 2020 tiveram chuvas bem irregulares e deixou os reservatórios hídricos abaixo da média, o que culminou na maior seca registrada na região (SUDENE, 2019). Na tentativa de desenvolver a região, percebeu-se que a seca era um problema a ser superado, portanto, uma série ações foram pensadas e executadas, como a construção de açudes, barragens e poços artesianos.

Por outro lado, as políticas voltadas para a região semiárida sempre encontraram entraves nas práticas clientelistas e no benefício de grupos restritos locais, como os coronéis. Essas políticas, em muitos casos, acabaram fortalecendo centralidades de poder local, pois davam cobertura as classes mais abastadas do semiárido. Logo, em torno do recurso hídrico, se estabelece uma arena de tensões, onde, “através da construção de barragens, projetos de transposição, ou outras estruturas hidráulicas sejam distribuídas para o consumidor final, potencializando a ocorrência de conflitos” (Brito, 2013, p. 84).

Diante das tentativas falhas de várias políticas de combate à seca, justamente por serem emergenciais, ou beneficiar grupos específicos em detrimento da coletividade, as ações se voltaram para convivência com a seca (Silva, 2006). Portanto, consideramos que conviver com o semiárido seria a capacidade do povo dessa região de se desenvolver, ser autossustentável e ser resiliente, mesmo nas condições climáticas adversas do semiárido. Essas práticas de convivência como semiárido ganha materialidade com as Tecnologias Sociais Hídricas (TSH), que foram, criadas, desenvolvidas e adaptadas a região semiárida, sobretudo a partir dos anos 2000 (ASA, 2024; 2025).

De acordo com a Rede de Tecnologias Sociais (RTS, 2006, p. 86), “Tecnologia Social, definida como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a

comunidade, como possibilidades de efetivas soluções de transformação social”. Dentre as tecnologias que conseguiram transformar o acesso a água na região semiárida, destaca-se as cisternas de diversos modelos implementadas pelos Programa Um milhão de Cisternas para o Semiárido (P1MC) e o programas Um Terra, duas Águas (P1+2) (Governo Lula da Silva e Dilma Rousseff respectivamente).

Desta forma, a cisterna de placa é uma tecnologia social hídrica “que consiste basicamente em uma estrutura para captação e armazenamento de água da chuva” (Jesus; Costa, 2013, p. 27). Vale ressaltar que existem várias formas e modelos de cisternas: placas cilíndricas, retangular, de enxurrada, de calçadão, de polietileno. Além disso, também tem outras tecnologias sociais hídricas, como tanques de pedra, barragem subterrânea e barreiro trincheira.

Mas sem dúvida, as cisternas, foram uma espécie de revolução no semiárido, pois, permitiram que mais população tenha acesso aos recursos hídricos. Essas tecnologias contribuíram para a melhoria das condições socioeconômicas, na diminuição da carga de trabalho, principalmente de mulheres e crianças, trouxe melhorias sanitárias, na capacidade produtiva e na democratização do acesso a água (ASA, 2025; Arsky, 2020). Além disso, estudos apontam “que a cisterna é um fator de proteção na ocorrência de episódios diarreicos. Dessa forma, ter cisterna diminui o risco de ocorrência de episódios diarreicos em 73,0%” (Luna *et al.*, 2011, p. 286). A BHC está quase que totalmente no semiárido e não é difícil encontrar tecnologias de convivência com o semiárido, principalmente as cisternas (Figuras 5, 6, 7 e 8).

Figuras 5, 6, 7 e 8 - Formas de cisternas observadas no trabalho de campo.



Cisterna de polietileno



Cisterna de placa-Calçadão



Cisterna de pedras sendo abastecida pela operação pipa



Cisterna de Placa do projeto PIMC

Fonte: grupo de pesquisa “Olhares Geográficos”, 2019.

Essas tecnologias se espacializaram por todo o semiárido nordestino e seguem contribuindo para melhorar as condições de vida e permanência no lugar da população local. Além das cisternas, nossa pesquisa pôde identificar outras tecnologias de aproveitamento de água de chuva, os tanques de pedra. Esse tipo de tecnologia pode ser encontrados na BHC, principalmente no Alto curso e em parte do médio curso. (Figuras 9, 10, 11, 12, 13, 14).

O tanque de pedra é uma tecnologia mais rústica e inteligente, pois aproveita a incidência da resistente rocha granítica presente na maior parte da região semiárida, esses tanques podem ser naturais, quando em milhões de anos, o movimento da água escupi e desgastou a rocha até formar uma espécie de reservatório. Outros tanques de pedra podem ser fruto de ações antrópicas na extração de rocha granítica, ou construído sobre a própria rocha granítica.

Figuras 9, 10, 11, 12, 13, 14 - Tipos de tanque de pedras na BHC.



Fonte: Grupo de pesquisa “Olhares Geográficos”, 2019.

Portanto, o exemplo analisado na BHC, é apenas uma parte das inúmeras Tecnologias Sociais Hídricas que existem na região semiárida. Por outro lado, a parte reflete o todo, ou seja, nas muitas das outras bacias hidrográficas do semiárido, a população utiliza essas formas de captação e armazenamento de água de chuva, como uma alternativa para abastecimento hídrico. E isso se dá pelas características dessas tecnologias, de baixo custo e de fácil replicação.

Esse conjunto de técnicas para o aproveitamento de água de chuvas, águas dos rios e usos do solo para as atividades produtivas, agrícola ou pecuárias, marcam, as formas de usos que os atores provêm aos territórios na BHC. Esses usos e os atores não podem ser visto de forma isolada, pois, as interações estabelecidas entre o homem e o meio geográfico, transformam os territórios, lhes dando sentido, ao passo que também, encontramos sentido para a análise geográfica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário posto em evidência nos permite concluir que temos uma modificação substancial no uso e ocupação da BHC, tendo em vista que na parte Potiguar, a vegetação, o clima e o solo, mais característico da região litorânea, é completamente diferente

da paisagem semiárida na parte paraibana. A partir do fim do médio e em todo o baixo curso da BHC, o rio se torna perene até a foz no Atlântico. Com isso, os usos dessa bacia hidrográfica e seu principal rio, ganha contornos distintos a depender de sua localização geográfica. Se for no semiárido, temos o território da escassez hídrica, se for em sua parte litorânea, temos o território da abundância hídrica.

De acordo com Moreira (1996), o agreste paraibano, onde está a maior parte da BHC, historicamente foi ocupada por policulturas, agropecuária bovina, algodão e sisal. Atualmente, segundo os dados coletados do Censo Agropecuário de 2017, é ocupada por policulturas alimentícias e lavouras permanentes, agropecuária bovina, caprina, ovina e aves, com destaque para alto curso do rio Curimataú (com exceção do sisal). Na porção do riograndense, conforme o Censo Agropecuário (2017), observa-se as mesmas atividades agrícolas e pecuárias, porém, como menos intensidade.

Na BHC, diversos usos do território se estabelece, onde a terra e a água, são os recursos essenciais, onde diferentes atores disputam e reproduzem seus territórios, logo, diante das arenas de relações socioprodutivas, os conflitos por água são iminentes e inevitáveis. Dentro dos argumentos teóricos, acreditamos ser possível discutir sobre uma geopolítica da água, dentro de um suporte territorial a partir do semiárido paraibano. Por outro lado, pontuamos que a área de estudo requer mais pesquisa e mais completa análise, pois, essa breve análise não é capaz de dar conta do universo de relações que se desenvolve na BHC, principalmente, no contexto comprado entre duas porções territoriais completamente diferentes.

REFERÊNCIAS

AESA, RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DA PARAÍBA. Paraíba: AESA, 2008/2009. Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa<website/wpcontent/uploads/2016/11/relatorioHidrologico_Anuar_2008_2009.pdf> acesso em: 28/03/2019 às 14:39.

- ARSKY, I.C. Os efeitos do Programa Cisternas no acesso à água no semiárido. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Vol. 55, 2020, p. 408-432. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73378>, acesso em: junho de 2025.
- ASA. **Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)**. 2025. Disponível em: <https://asabrazil.org.br/projeto/p1mc/#Resultados>, acesso em: junho de 2025.
- ASA: Sistematização de Experiências de Convivência com o Semiárido. Recife: **AP1MC**, 2024, 200p. Disponível em: <https://asabrazil.org.br/publicacao/asa-sistematizacao-de-experiencias-de-convivencia-com-o-semiarido/>, acesso em: junho de 2025.
- CAPEL, H. Filosofia y ciência em la Geografia contemporânea. Barcelona, **Barcanova**, 1981.
- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: **Editora da Universidade Federal Fluminense**, 1997. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewfile/213/>, acesso em: 25 de jun de 2019.
- IBGE, **CENSO AGROPECUÁRIO**. 2017, Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=25013#/S/CA/A/47/T/Q>. acesso em 21 de mar de 2019.
- INSA. **INSA/MCTI disponibiliza mapas do Semiárido com a mais recente delimitação da região**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/assuntos/noticias/insa-mcti-disponibiliza-mapas-do-semiarido-com-a-mais-recente-delimitacao-da-regiao>, aceso em: abril de 2025.
- JESUS, V.M.B.; COSTA, A.B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, Adriano Borges, (Org.), Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis, Brasília- **Fundação Banco do Brasil**, 2013. 284p.
- LUNA, C. F; BRITO, A. M; COSTA, A. M; LAPA, T. M; FLINT, J. A; MARCYNUK, P. Impacto do uso da água de cisternas na ocorrência de episódios diarreicos na população rural do agreste central de Pernambuco, Brasil. Recife: **Revista Brasileira de Saúde Materna e Infantil**, V. 11, 2011, p. 283 a 292. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/NSzHWyjCZGj3WH6pnf5kgGS/?format=pdf&lang=pt>, acesso em: junho de 2025.
- MORAES, D. S. L.; JORDÃO, B. Q. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. **Rev. Saúde Pública**. v. 36, n. 3, 2002.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. CAPÍTULOS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA DA PARAÍBA. João Pessoa: **Editora Universitária - UFPB**, 1996.
- PARAÍBA, LEI N.º 6.308, DE 02 DE JULHO DE 1996. **Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/lei_E_11.pdf> acesso em 21/03/2019 às 21:13.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: **Ática**, 1993.

- RTS – REDE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. **Caderno de textos-base para discussões do I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social**. Salvador, 2006.126f.
- SANTOS. M. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: **Hucitec**, 1997.
- SEMARH. **PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS JACU E CURIMATAÚ**. Campina Grande: V.1.
- SEMARH, 2000. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/documentos/planos-diretores/>> acesso em 29/03/2019 às 21:21.
- SILVA, R.M.A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006, Tese de Doutorado, (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de desenvolvimento sustentável, **Universidade de Brasília**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>, acesso em: 22 de out de 2018.
- SUDENE, Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste para o período 2024-2027. Recife: **SUDENE**, 2023, p. 191. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/prdne>, acesso em: fevereiro de 2025.
- SUDENE, Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste: Segurança Hídrica e Conservação Ambiental. Recife: **SUDENE**, 2019, disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/pr-consolidado-seguridadrica-pdf-pdf>, acesso em: 16 de março.
- SUDENE, **RESOLUÇÃO CONDEL/SUDENE Nº 150, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/hierarquia/resolucoes-conselho-deliberativo/resolucao-condel-sudene-no-150-de-13-de-dezembro-de-2021>, acesso em: abril de 2025.
- SUERTEGARAY, D.M.S; NUNES, J.O.R. A natureza da Geografia Física na Geografia. São Paulo: **Revista Terra Livres - AGB**, nº 17, 2º Semestre, 2001 < <https://web.ua.es/va/giecryal/documentos/documentos839/docs/a-natureza-da-g-f-na-geografia.pdf> > Acesso em 15/12/207.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA: REPRESENTATIVIDADE DAS UCS ESTADUAIS E OS DESAFIOS À SUSTENTABILIDADE

Prof. Dr. Márcio Balbino Cavalcante

Secretaria de Educação do Estado da Paraíba
Secretaria de Educação do Município de João Pessoa
e-mail: profmarciobalbino@gmail.com

RESUMO

As Unidades de Conservação (UCs) emergem como principais estratégias de planejamento e gestão ambiental na proteção da natureza. A pesquisa teve objetivo avaliar a representatividade das Unidades de Conservação no estado da Paraíba em relação aos diferentes biomas. A metodologia pautou-se na pesquisa bibliográfica e documental, e na espacialização das UCs. Os resultados apontam que as Unidades de Conservação estão presentes em 38 municípios dos 223 que compõem a Paraíba, representando apenas 17,04% dos municípios, o que demonstra um baixo percentual da distribuição geográfica. Conclui-se que a configuração espacial das UCs estaduais ainda está distante do ideal em termos de extensão e representatividade, com poucas áreas protegidas no bioma Caatinga e pequena extensão de UCs de proteção integral.

Palavras-Chave: Unidade de Conservação; Paraíba; Planejamento Ambiental; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

As Áreas Protegidas, mais especificamente, as Unidades de Conservação (UCs), são reconhecidas, mundialmente, como uma das principais estratégias eficazes para a conservação da biodiversidade (Barreto; Drummond, 2017), proporcionando

reflexões para o planejamento e gestão dos ambientes físico e socioambiental (Lopez-Richard *et al.*, 2020; Morsello, 2022)

No âmbito internacional, a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) define as Áreas Protegidas como um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos associados e valores culturais (Lewis *et al.*, 2017).

O Estado da Paraíba possui uma área territorial de 56.467.242 Km² distribuídos entre os 223 municípios (IBGE, 2025), abriga uma diversidade de paisagens naturais, situados, principalmente, nos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Marinho; geodiversidade com importância geomorfológica, geológica e paleontológica, além do rico patrimônio cultural, configurando uma significativa diversidade de ambientes de valor inestimável. Com o objetivo de preservar esse patrimônio e oferecer serviços ecossistêmicos ao ambiente e à população, a Paraíba conta com 34 Unidades de Conservação, divididas entre as esferas federal, estadual e municipal (MMA, 2024).

Irving, Azevedo e Lima (2018) avaliaram que a criação desses espaços protegidos não parece ter sido acompanhada por uma estratégia equivalente de inclusão social, ou mecanismos de participação da sociedade na discussão de políticas públicas de proteção da natureza. Isso provavelmente acabou gerando grande parte dos conflitos relacionados às UCs, no Brasil.

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar a representatividade da conservação promovida pelas Unidades de Conservação (UCs) no estado da Paraíba em relação aos diferentes biomas estaduais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A criação de Espaços protegidos ocorre na história das sociedades muito antes da criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, instituído nos Estados Unidos, em 1872, tornando-se um marco histórico para o pensamento conservacionista (Diegues,

2008; Santos *et al.*, 2021). Essa tendência se disseminou em outros países, no Canadá, em 1885; na Nova Zelândia, em 1894; na Austrália, na África do Sul e no México, em 1898; na Argentina, em 1903; no Chile, em 1926; no Equador, em 1934; e na Venezuela, em 1937 (Bensusan, 2015; Cavalcante; Lima, 2021).

Tratando-se do Brasil, o primeiro parque foi concebido em âmbito estadual: o Horto Botânico na cidade de São Paulo em 1896, posteriormente denominado Parque Estadual São Paulo. A criação do Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, em 1937, tornou-se o marco principal desse processo. Em seguida, foram criados mais dois Parques Nacionais, o do Iguaçu, no Paraná, e o da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, ambos em 1939 (Bensusan, 2015; Brito; Garcia; Salinas Chávez, 2020).

No Brasil a Constituição Federal de 1988, Artigo 225, estabelece o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Um dos instrumentos que a Carta Magna estabelece ao Poder Público é a incumbência de “definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos” (Brasil, 1988, art. 225, § 1º, inciso III).

Destinando regulamentar o Artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição, instituiu-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000), regulamentado pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 (Brasil, 2002). Com base no SNUC, as UCs consistem de espaços territoriais e recursos ambientais com características naturais relevantes, cada um com objetivos de conservação e limites definidos, gerenciadas por um regime especial de administração. O SNUC é responsável pela sistematização e padronização das diferentes categorias de manejo e estabelece critérios e normas para a implantação e gestão das UCs no Brasil (Brito; García; Salina Chávez, 2020).

O SNUC classifica as UCs brasileiras em duas categorias de manejo com características específicas: As “Unidades de Proteção Integral”, tem como objetivo principal a conservação da biodiversidade, restringindo o uso e a exploração direta de recursos naturais. São classificadas em cinco classes: Parque Nacional (PN), Reserva Biológica (REBIO), Estação Ecológica (ESEC), Monumento Natural (MN) e Refúgio da Vida Silvestre (REVIS). Essas Unidades diversificam quanto ao uso para fins de conservação da biodiversidade, permitindo o turismo ecológico, educação ambiental e pesquisa científica (Brasil, 2000).

O segundo inclui as categorias de UC de Uso Sustentável, onde o uso direto dos recursos naturais são permitidos sob regulamentação: Área de Proteção Ambiental (APA), Reserva Extrativista (RESEX), Floresta Nacional (FLONA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Estação Ecológica (ESEC), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), na quais o uso direto dos recursos naturais são permitidos sob regulamentação (Brasil, 2000).

Para Gatto (2020), esses espaços, quando bem implementados e geridos, são importantes ferramentas de gestão que contribuem para a conservação da biodiversidade, como também, na minimização do processo de perda da biodiversidade ao redor do globo. Por conseguinte, diversos estudos comprovam a importância das UCs e dos serviços ecossistêmicos fornecidos pelas suas diferentes categorias de manejo (Castro Júnior *et al.*, 2009; Jorge, 2018). Todavia, apenas a criação destas áreas por lei não assegura a proteção aos recursos naturais e culturais previstos na legislação (Cavalcante; Viana, 2021).

O Brasil é o quinto maior país em território do mundo, com seus 8.516.000 km². Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o SNUC é composto por 2.446 UCs (2.442.196,72 km²), sendo 1.004 unidades federais (1.717.875,48 km²), 1.052 estaduais (773.002,03 km²) e 390 municipais (61.319,22 km²), o que corresponde a 18,66% do território brasileiro. Desse modo, o país

possui cerca de 2.552.196,72 km² de Área Protegida, sendo 1.588.498,11 km² de Área Continental Protegida, e 963.698,62 km² de Área Marinha Protegida (MMA, 2024).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado com base em pesquisa bibliográfica e documental, e na espacialização das UCs. A pesquisa bibliográfica foi realizada para que fosse possível definir o referencial teórico-conceitual. A pesquisa documental foi realizada para obtenção dos dados oficiais referente ao ano de 2024 a respeito das UCs brasileiras e do estado da Paraíba no banco de dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e na Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA).

A espacialização foi feita para que fosse possível localizar as UCs estaduais no estado da Paraíba e relacionar essa localização com os biomas, localização, informações gerais das UCs, onde constam: Nome, Município, Decreto de criação, Bioma, e existência de Plano de Manejo, Conselho Consultivo ou Deliberativo. Por fim, realizou-se uma análise e discussão dos dados.

4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DA PARAÍBA: Avanços e desafios à sustentabilidade ambiental

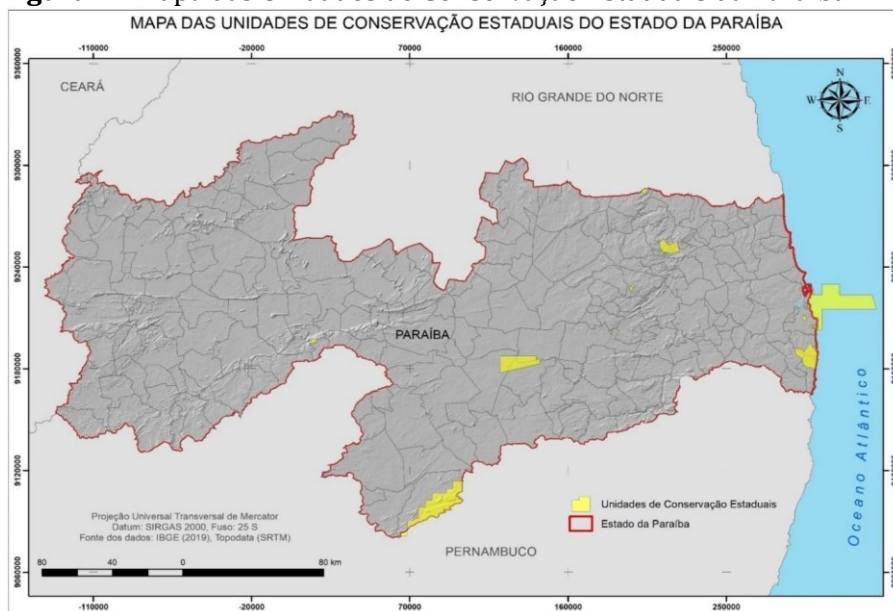
O Estado da Paraíba possui 34 Unidades de Conservação, divididas entre as esferas federal, estadual e municipal, totalizando 433.378,11 km² de área do Estado. Cerca de 1.575,41 km² correspondem à Área Continental Protegida, e 431.803,50 km² compreendem a Área Marinha Protegida. Do total de UCs paraibanas, 17 são UCs federais, 15 são de responsabilidade do governo do Estado e 2 são municipais. Assim, 432.371,11 km² são áreas protegidas pelas UCs federais, 1.055,49 km² são UCs estaduais e 2,11 km² correspondem à esfera municipal (MMA, 2024; Sudema, 2024).

As UCs encontram-se distribuídas em diversos ambientes do território paraibano e possuem dimensões variadas, abrangendo desde extensas áreas, que agregam mais de 3 municípios, a recortes espaciais que não ultrapassam poucos hectares. De acordo com os dados, existem UCs em 38 municípios dos 223 que compõem a Paraíba, representando apenas 17,04% dos municípios, o que demonstra um baixo percentual da distribuição geográfica a nível estadual (MMA, 2024).

Essas UCs paraibanas, quando implementadas, desempenham um papel importante na conservação do bioma marinho, Mata Atlântica e Caatinga, abrigando espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. Essas áreas prestam serviços ecossistêmicos de forma contínua à sociedade (Magalhães; Barbosa Júnior, 2019). Entretanto, Cavalcante *et al.* (2021) afirmam que o desconhecimento, por parte da população, dos gestores públicos e dos agentes privados, sobre a importância desses serviços ambientais, leva a gestão inadequada dessas áreas.

As Unidades de Conservação estaduais são gerenciadas pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA). Dentre as 15 UCs estaduais, a maioria encontra-se localizada nas Regiões Geográficas Intermediárias de João Pessoa e de Campina Grande (Figura 1). As UCs estaduais estão presentes em 18 municípios, dentre os 223 que compõem o Estado da Paraíba, representando 8,07% dos municípios (MMA, 2024), apresentando um baixo número de áreas protegidas no território paraibano. Quanto à área, a menor UC é o Monumento Natural Vale dos Dinossauros, no município de Sousa, com 40 ha. Por sua vez, a maior é a Área de Proteção Ambiental Naufrágio Queimado, com 42.269 ha (Cavalcante *et al.*, 2021).

Figura 1 - Mapa das Unidades de Conservação Estaduais da Paraíba.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação à distribuição das UCs estaduais por grupo de manejo, nove são de Proteção Integral, contabilizando 3.788 ha (MMA, 2024). Nessas áreas, são admitidas apenas atividades de educação ambiental, pesquisa científica e turismo ecológico (Brasil, 2000). Quanto às UCs de Uso Sustentável, o Estado possui seis áreas, que correspondem a 102.181 ha, sendo cinco da categoria APA e uma ARIE (MMA, 2024) (Quadro 1).

Quadro 1 - Unidades de Conservação geridas pelo Governo da Paraíba.

Unidades de Conservação	Decreto de Criação	Município	Área (ha)	Bioma	Plano de Manejo	Conselho da UC
Parque Estadual Mata do Pau Ferro	Decreto Nº 26.098 de 04/08/2005	Areia	607	Mata Atlântica	Não	Não
Parque Estadual do Xém-Xém	Decreto Nº 21.252 de 28/08/2000	Bayeux	182	Mata Atlântica	Sim	Sim

Planejamento urbano, rural e ambiental

Parque Estadual Pico do Jabre	Decreto Nº 14.834 de 19/10/1992	Maturéia/ Mãe D'água	851	Mata Atlântica	Não	Não
Parque Estadual da Pedra da Boca	Decreto Nº 20.889 de 07/02/2000	Araruna	157,27	Caatinga	Não	Sim
Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha	Decreto Nº 21.263 de 28/08/2000	Cabedelo	260	Marinho	Não	Não
Parque Estadual Mata das Trilhas	Decreto Nº 37.653 de 15/09/2017	João Pessoa	578	Mata Atlântica	Não	Não
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho	Decreto Nº 35.195 de 23/07/2014	João Pessoa	513	Mata Atlântica	Não	Não
Monumento Natural Vale dos Dinossauros	Decreto Nº 23.832 de 27/12/2002	Sousa	40	Caatinga	Não	Não
Estação Ecológica do Pau Brasil	Decreto Nº 22.881 de 25/03/2002	Mamanguape	82	Mata Atlântica	Não	Não
Área de Relevante Interesse Ecológico de Goiamunduba	Decreto Nº 23.833 de 27/12/2002	Bananeiras	67	Mata Atlântica	Não	Não
Área de Proteção Ambiental das Onças	Decreto Nº 22.880 de 25/03/2002	São João do Tigre	36.000	Caatinga	Não	Sim
Área de Proteção Ambiental de Tambaba	Decreto Nº 22.882 de 25/03/2002	Conde, Alhandra e Pitimbu	11.500	Mata Atlântica	Sim	Sim
Área de Proteção Ambiental Roncador	Decreto Nº 27.204 de 06/06/2006	Bananeiras e Pirpirituba	6.100	Mata Atlântica	Não	Não
Área de Proteção Ambiental do Cariri	Decreto Nº 25.083 de 08/06/2004	Cabaceiras, Boa Vista e São João do Cariri	18.500	Caatinga	Não	Não

Área de Proteção Ambiental Naufrágio Queimado	Decreto Nº 38.931 de 28/12/2018	Cabedelo e João Pessoa	42.269	Marinho	Não	Não

Fonte: Elaborado com base nos dados do CNUC/MMA (2024) e SUDEMA (2024).

As unidades de conservação de proteção integral são de extrema importância para a conservação da natureza na Paraíba. Elas garantem a preservação de ecossistemas singulares e a proteção de espécies ameaçadas, além de proporcionar a realização de pesquisas científicas e a promoção do ecoturismo de forma consciente e sustentável. A existência dessas unidades reforça o compromisso do país com a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Em relação à representação das UCs estaduais por bioma, a Mata Atlântica tem nove UCs, correspondendo a 20.480 ha, sendo seis UCs do grupo de proteção integral (total de 2.813 ha) e três de uso sustentável (total de 17.667 ha). O bioma Caatinga possui quatro UCs, compreendendo 54.697,27 ha de área protegida, com duas UCs de proteção integral (total de 197,27 ha) e duas de uso sustentável (total de 54.500 ha). Por fim, o bioma Marinho, que até 2018 o Estado apresentava o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, com 260 ha, a partir da criação da APA Naufrágio Queimado, com 42.269 ha, passou a contar com 42.529 ha de área protegida (MMA, 2024).

No que se refere aos instrumentos gestão, apenas quatro UCs estaduais possuem Conselho Gestor, sendo duas no bioma Mata Atlântica (APA de Tambaba e Parque Estadual Mata do Xém-Xém) e duas no bioma Caatinga (Parque Estadual da Pedra da Boca e APA das Onças). Identificou-se que apenas o Parque Estadual da Mata do Xém-Xém e a APA de Tambaba, localizadas no bioma Mata Atlântica, possuem Plano de Manejo e Conselho Gestor (SUDEMA, 2024).

O SNUC indica que um dos caminhos para a gestão das unidades ocorre com a criação de seu Conselho Gestor e do Plano de Manejo. A implantação desses instrumentos objetiva maior

participação das comunidades e da sociedade, no processo de gestão e administração das UCs (Brasil, 2000; Cavalcante *et al.*, 2021).

Um dos grandes desafios é a ausência do poder público na fiscalização e manutenção das UCs em todas as esferas governamentais (Silva *et al.*, 2017). Com isto, é imprescindível o planejamento estratégico para contribuir com a eficácia contínua da gestão das UCs. Diante desses princípios, é importante que as UCs tenham seus planos de manejo elaborados e implementados, assim como, a criação de conselhos, na ótica de uma gestão participativa, fortalecendo o monitoramento dessas áreas e garantindo sua efetividade na conservação ambiental no Estado da Paraíba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As UCs desempenham um papel fundamental na preservação e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, pelo fato de contribuírem para o desenvolvimento sustentável. O estado da Paraíba apresenta um número ainda insuficiente de UCs, incondizentes com a sua diversidade de paisagens dos biomas de Mata Atlântica, Caatinga e marinho-costeiro. Soma-se a isso, a falta de visão estratégica que o planejamento e a gestão eficazes das UCs existentes poderiam oferecer na tomada de decisão quanto a conservação da biodiversidade, na geração de emprego e renda através do ecoturismo, e de ações voltadas para o envolvimento da população.

Para isso é necessário maior investimento e visão estratégica para que as UC's estaduais paraibanas possam, além de conservar os ecossistemas e a bio e geodiversidade, de fato gerar renda, emprego, desenvolvimento e propiciar uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais nas áreas de uso sustentável e da população do entorno das UCs de proteção integral.

Dessa forma, a amplitude do conjunto de domínios aos quais as UCs se relacionam, demonstra a necessidade de inclusão da

população local no processo de gestão das UCs, tanto na construção e implementação do Plano de Manejo, quanto na participação no Conselho da Unidade. Considerando, portanto, a importância do papel da população local e da sociedade civil no manejo das Unidades.

O desafio está na efetiva implementação destas UCs paraibanas, que foram instituídas por atos do poder público, mas, na sua maioria, não foram concretizadas medidas necessárias para a sua regular existência. Assim, é fundamental a implementação de um planejamento territorial pautado em ferramentas e instrumentos de gestão que procurem conciliar conservação ambiental e uso público das UCs.

Dentre os instrumentos de gestão recomendados pelo SNUC, destaca-se: a criação de Conselho Gestor; a elaboração do plano de manejo e do zoneamento ambiental; mais pesquisas científicas; pessoal capacitado para as atividades dentro das UCs, além de projetos de educação e interpretação ambiental, com o objetivo de maximizar os serviços ecossistêmicos oferecidos à população e ao ambiente.

REFERÊNCIAS

BARRETO, C; DRUMMOND, J. A. L. Strategic Planning in Brazilian Protected Areas: Uses and Adjustments. **Journal of Environmental Management**, v. 200, p. 79-87, 2017.

BENSUSAN, N. Diversidade e unidade: um dilema constante. uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. *In*: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. (org.). **A diversidade cabe na Unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:

Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm . Acesso em: 20 jun. 2021.

- BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm . Acesso em: 10 set. 2021.
- BRITO, R. M; GARCÍA, P. H. M; SALINAS CHÁVEZ, E. Vinte anos do SNUC. Histórico e momento atual das unidades de conservação do Mato Grosso do Sul. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 62, p. 841-864, 2020.
- CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.
- CAVALCANTE, M. B. *et al.* As Unidades de Conservação no estado da Paraíba: a realidade atual da gestão das UCs estaduais. In: SILVA, A. B.; LUCENA, D. B.; GALVÃO, J. C. (orgs.) **Paraíba: pluralidade e representações geográficas 4**. Campina Grande: EDUFPG, 2021. p. 39-55.
- CAVALCANTE, M. B.; VIANA, E. R. V. As Unidades de Conservação no Brasil nos 20 anos do SNUC: da gênese do ideal aos desafios do real. In: PORTUGUEZ, A. P.; PEDROSO, L. B.; COSTA, R. A. (org.). **Paisagens, natureza e dinâmicas socioambientais**. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 195-217.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub USP/CEC, 2008.
- GATTO, D. B. Áreas protegidas marinhas e costeiras no Brasil: um diagnóstico a partir das categorias de manejo. In: SOUTO, R. D. (org.). **Gestão ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas: conceitos e práticas**. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável - IVIDES.org, 2020. p. 78-108.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Paraíba**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> . Acesso em: 28 mar. 2024.
- IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (org.). **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. Rio Janeiro: Editora Folio Digital, 2018.
- JORGE, M. C. O. O papel das comunidades locais, sua importância e os novos desafios acerca da sustentabilidade ambiental. In: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (orgs.). **Geoturismo, geodiversidade e geoconservação: abordagens geográficas e geológicas**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018, p. 51-80.
- LEWIS, N. *et al.* Large-Scale Marine Protected Areas: Guidelines for design and management. **Best Practice Protected Area Guidelines Series**, v. xxviii, n. 26. Gland, Switzerland: IUCN, 2017.
- LOPEZ-RICHARD, V.; CASSIANO, A. M.; AGUIAR, R. J. S. Abordagem integradora para implementação de um sistema de gestão de segurança e impactos de visitação em áreas naturais protegidas. **Revista Turismo em Análise**, São

- Paulo, v. 3, n. 31, p. 597-618, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v3i3p597-618>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- MAGALHÃES, R. J. F., BARBOSA JÚNIOR, A. R. O valor do serviço de proteção de mananciais. **Eng. Sanit. Ambient**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 1049-1060. 2019. Disponível em: Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522019142492>. Acesso em: 17 set. 2020.
- MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)**. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/areasprotegidas/cadastronacionaldeuc> . Acesso em: 22 out. 2024.
- MORSELLO, C. **Áreas Protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. 5. ed. São Paulo: Fapesp, Annablume, 2022.
- SANTOS, M. R.; VIEIRA, V. B.; ARAÚJO, R. O. P.; NASCIMENTO NETO, W. J.; OLIVEIRA, S. A. Turista do Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí. *In*: SUTIL T.; LADWIG, N. I.; SANTOS, J. G. S. S. (org.). **Turismo em áreas protegidas**. Criciúma: UNESC, 2021. p. 103-128.
- SUDEMA. Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba. **Unidades de Conservação da Paraíba**, 2022. Disponível em:
<https://sudema.pb.gov.br/unidades-de-conservacao-1> . Acesso em: 20 mar. 2023.
- SILVA, B. M. F; SANTOS JÚNIOR, O. F; FREITAS NETO, O; SCUDELARI, A. C. Unidades de Conservação no Semiárido Brasileiro: estudo da Gestão Desses Espaços Preservados. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 48-66, 2017. Disponível em:
<https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/537>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (PEPB), ARARUNA - PB: UMA ANÁLISE SOBRE O ECOTURISMO DESENVOLVIDO NA ÁREA E AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Profa. Espec. Maria Aparecida Pereira da Silva

e-mail: cyda.ribeiro30@gmail.com

Profa. Dra. Regina Celly Nogueira da Silva

Departamento de Geografia da UEPB/CH

e-mail: reginacellyn@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o ecoturismo desenvolvido no Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB), localizado no município de Araruna-PB. A metodologia baseou-se na revisão bibliográfica, na coleta de dados, reconhecimento da área estudada, delimitação cartográfica e fotográfica das principais geoformas existentes na área. A pesquisa identificou que as atividades ecoturísticas desenvolvidas no parque necessitam do fomento de ações de educação Ambiental, afim de possibilitar o desenvolvimento sustentável dessas atividades turísticas no PEPB. Considerou-se, também que é necessário um planejamento por parte dos guias locais para para que o turista, o visitante, o aluno e o romeiro tenham a sensibilização de preservar o parque.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Ecoturismo; Educação Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva de garantir o direito ao meio ambiente sadio, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC através da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Esta lei define as Unidade de Conservação como sendo o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000).

O Estado da Paraíba possui lugares onde a natureza se mostra generosa e abundante e com singular exuberância. Desse modo, busca a partir da criação das Unidades de Conservação, criar espaços protegidos voltados para a preservação da natureza e para a prática do ecoturismo, de modo que esse possa se desenvolver, valorizando as potencialidades naturais e culturais e gerando emprego e renda.

Entre estas UC's paraibanas, está o Parque Estadual da Pedra da Boca, criado pelo Decreto Governamental Nº 20.889 de 07 de fevereiro de 2000, localizado na porção norte do município de Araruna-PB (Paraíba, 2000). Sua área está inserida no bioma Caatinga, onde as configurações geológica-geomorfológicas são ímpares e atrativas para os estudiosos, turistas e visitantes amantes da natureza e dos esportes radicais (Cavalcante, 2007).

No PEPB são desenvolvidas as seguintes modalidades de turismo: turismo de aventura, ecoturismo, turismo religioso e turismo educacional, sendo que dentre estas atividades a que atrai um maior número de visitantes no parque é o turismo religioso, principalmente no dia da festa de Nossa Senhora de Fátima, a qual é realizado todos os anos no dia 13 de maio. Todavia, o ecoturismo é a modalidade de turismo que vem se destacando no mundo e no Brasil, esse segmento utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural e, incentiva a conservação e busca a formação de

uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente.

O ecoturismo visa a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras (Brasil, 2010, p. 11).

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o ecoturismo desenvolvido no Parque Estadual da Pedra da Boca, sob a perspectiva da Educação Ambiental e da sustentabilidade. Diante desse contexto, justifica-se essa pesquisa para análise das atividades turísticas desenvolvidas no PEPB, visto que essa é uma Unidade de Conservação, a qual merece toda preocupação por parte de todos aqueles que gerenciam o local, principalmente a gestão pública, como também de todos que o visitam, além disso, se faz necessário que haja ação contínua e permanente com vistas a preservação ambiental do parque.

Para atingir os objetivos supracitados, este trabalho teve como caminho metodológico o estudo de caso a qual foi utilizada para obter todo o levantamento de dados e análise da pesquisa, visto que este baseou-se na revisão bibliográfica, na coleta de dados, reconhecimento da área estudada e delimitação cartográfica e fotográfica das principais geoformas existentes no local. Os procedimentos adotados na realização dessa pesquisa constaram das fases de gabinete e campo.

2 O ECOTURISMO E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A ciência geográfica tem se preocupado cada vez mais com as questões ambientais, concernentes a preservação ambiental e, sobretudo, no tocante as inter-relações entre o ser humano e o

meio ambiente. Dessa forma, é de suma importância a criação de áreas protegidas como um dos principais mecanismos de proteção da diversidade biológica. Nesse sentido, observamos que esses espaços protegidos são tratados no Brasil como Unidades de Conservação (UC's). Tais UCs, principalmente os parques nacionais e estaduais, estão entre as principais destinações turísticas. Tanto é que o SNUC contempla a prática de atividades turísticas, no caso, o ecoturismo.

Desse modo, podemos ver que o turismo é um fenômeno espacial no cotidiano das sociedades, além de exercer um papel relevante na busca do desenvolvimento territorial, como também, mobiliza amplos setores da economia, sendo responsável pela inserção de novas atitudes sociais de comportamento (novos estilos de vida e padrões de consumo).

Partindo dessa assertiva, destacamos no presente estudo, o caso da atividade turística, que tem no meio natural o seu principal recurso. Para De La Torre (1995) *apud* Angeli (1995, p. 1995, p. 13), o turismo é definido como,

um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p. 20) define o turismo como sendo a atividade de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por não mais que um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos. Caracteriza-se por ser um fenômeno socioeconômico e cultural, pois envolve o contato com pessoas e com culturas diferentes.

O turismo é uma atividade que demanda pouco investimento para a geração de empregos. Segundo a OMT, a atividade é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo. Se

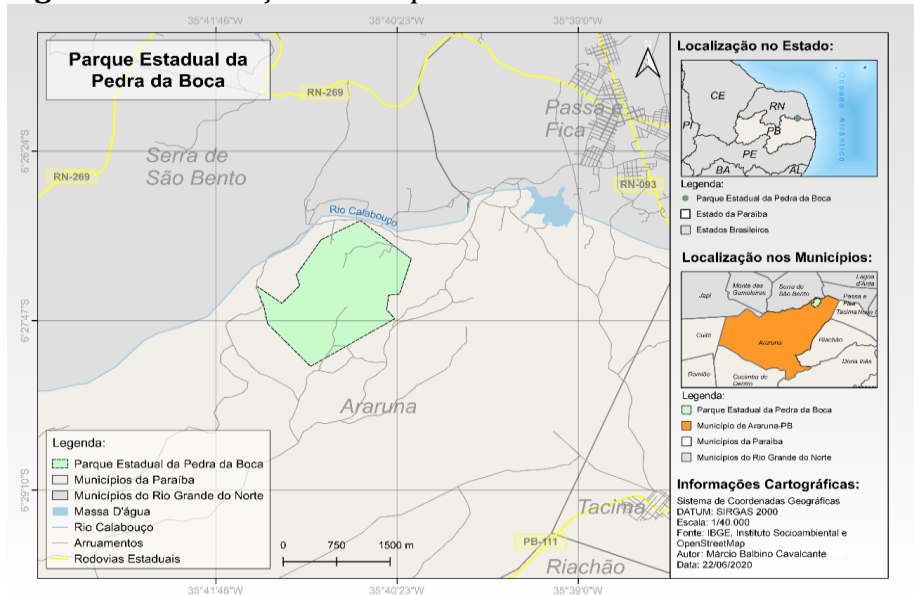
bem gerida, possibilita a efetiva descentralização do desenvolvimento do país, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, para a geração e distribuição de renda, para a criação de postos de trabalhos, ocupação e também para a entrada de divisas no país (Moreira, 2014, p.19)

Contudo, o ecoturismo tem demonstrado ser um dos mais eficientes instrumentos econômicos adotados por governos e setores comprometidos com o meio ambiente para financiar e garantir a proteção de ecossistemas. A essência do produto ecoturístico é a interpretação do ambiente, baseada em informações de qualidade, onde se privilegia o interesse do turista pela natureza (Hillel; Oliveira, 2000).

3 O Parque Estadual da Pedra da Boca e o desenvolvimento das atividades ecoturísticas

O PEPB está localizado ao norte do município paraibano de Araruna. Está situado na zona fisiográfica da caatinga, no Planalto da Borborema, mais precisamente na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Oriental, entre os paralelos 6º 31' e 6º 33' de Latitudes Sul e entre os meridianos de 35º 35' e 35º 37' de Longitudes Oeste (CPRM, 2005).

Figura 1 - Localização do Parque Estadual da Pedra da Boca - PEPB.



Fonte: Cavalcante, 2020.

O PEPB foi instituído pelo Decreto Estadual nº 20.889, em 07 de fevereiro de 2000 e publicado no Diário Oficial do Estado em 08 de fevereiro de 2000 (PARAÍBA, 2000). Possui um conjunto rochoso de grande beleza cênica, de composição granítica porfirídica com vestígios de gnasses e quartzitos que possuem fáceis arredondadas e extensas caneluras que vão do cume ao chão e está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão. A denominação “Pedra da Boca” advém da existência de uma imensa formação rochosa de aproximadamente 336 metros de altura, a qual apresenta uma enorme cavidade provocada pelos agentes endógenos e exógenos, cuja configuração é semelhante a uma boca aberta (figura 2).

Figura 2 - Parque Estadual da Pedra da Boca - PEPB.



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2020.

Turismo de Aventura

As altas rochas da região, em especial as do PEPB, atraem turistas do Estado da Paraíba, de outros estados e, inclusive de outros países, como Portugal e Holanda, que, encantados com as belezas naturais, têm como lazer fazer roteiros originais e tradicionais, ou praticar esportes radicais através de várias modalidades, como o rapel e a escalada.

Os pontos propícios à técnica do rapel no PEPB são: na Aroeira – 55 m; na Pedra da Oratória – 50 m; na Pedra da Caveira – 50 m; e, na Boca – 80 m. Também existe a prática da caminhada, *mountain bike*, *camping* e paraquedas. Nos arredores do PEPB, “jipeiros” e motociclistas fazem enduro e ciclistas percorrem as trilhas de tamanha beleza natural, através da Mata do Gemedouro. Estas práticas exigem cuidado e experiência, por isso faz-se necessária a ajuda e orientação de um instrutor capacitado na área (Cavalcante, 2012, p. 71).

Figura 3 - Trilha do santuário ou do letreiro no PEPB.



Fonte: As autoras, 2018.

Turismo Religioso

No Santuário de Nossa Senhora de Fátima, próximo a Pedra da Santa (Pedra do Letreiro), acontece o turismo religioso no Parque. Esta atividade religiosa é realizada pela Arquidiocese de Guarabira/PB e pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna/PB.

Turismo Científico e Escolar

A beleza cênica do Parque formada pelo conjunto rochoso e pelos recursos faunísticos e fitogeográficos, bem como pelos vestígios arqueológicos, é cenário e laboratório vivo de pesquisadores de diversas instituições e localidades. São geógrafos, biólogos, geólogos, turismólogos, historiadores, entre outros

profissionais, atraídos pela diversidade ambiental e cultural do local.

O PEPB também recebe alunos e professores das mais variadas modalidades de ensino, do fundamental ao superior, encontrando no ambiente local a possibilidade de vivenciar in loco o saber acadêmico da sala de aula (Cavalcante, 2007, p. 72).

Viabilidade econômica do turismo e ecoturismo desenvolvido no PEPB

É importante enfatizar a questão do turismo e o ecoturismo desenvolvidos no local como forma de viabilizar a economia na região, como também, aos moradores do objeto de pesquisa, pois tais atividades desenvolvidas no parque devem acontecer de forma correta para não agredir a natureza. Além disso, entende-se que é importante fomentar um conjunto de ações a fim de melhorar o desenvolvimento sustentável dessas atividades turísticas no PEPB. Ainda falta muita coisa para ser inserida no local, como por exemplo, uma política ecológica de preservação e desenvolvimento sustentável, pois sua principal atividade é o turismo de aventura.

Nessa perspectiva, podemos compreender que o turismo de aventura desenvolvido no PEPB, se constitui como o principal atrativo do parque. Os turistas percorrem as diversas trilhas e se encantam com as formações rochosas em meio à vegetação de caatinga. A seguir destacamos algumas das trilhas mais visitadas pelos turistas que frequentam o PEPB.

1. Trilha da Boca - essa é uma das trilhas classificadas como pesada, devido sua grande inclinação, onde sua subida é de mais ou menos 250m até o seu ponto de chegada. Essa é uma das trilhas mais conhecidas pelos visitantes, ate mesmo por ser a que fica mais exposta, além disso, aqueles que a visitam até o seu ponto final tem uma bela e perfeita visão da paisagem das paisagens naturais presentes no horizonte, como também observar as cidades que ficam próximas tal como, Passa e Fica, Monte das Gameleiras e Serra de São

Bento, além de contemplar a belíssima paisagem do Rio Calabouço. A realização dessa trilha dura em torno de 02h de caminhada no tempo máximo e, no mínimo 1:20. Mas depende do número de pessoas em cada grupo, o mais indicado é apenas de 04 a 10 pessoas por grupo.

2. Trilha do santuário ou do letreiro - essa é considerada leve, por esse motivo é uma das trilhas mais frequentadas por pessoas da terceira idade, como também grupos de alunos que buscam apenas apreciar a natureza sem grandes aventuras, na qual saem pelo portal do parque, percorrendo a Pedra da Caveira e, em seguida chegando a um imenso bosque de mangueiras existentes naquela exuberante paisagem que o PEPB possui. O tempo de duração dessa trilha dura cerca de 1;30 no máximo e de 45 minutos no mínimo. A variação da quantidade de pessoas é de até 15 por grupo.

3 Trilha do Gemedouro - é considerada como muito pesada, devido ao seu longo e cansativo percurso, sendo este percurso abrilhantado por vários jardins de cactos e bromélias, vegetação típica da Região Nordeste, essa trilha deve ser realizada com o acompanhamento de guias especializados e bem equipados. Por ser uma trilha muito longa deve-se atentar ao fato de levar comida para suprir as necessidades do grupo, também tem que ter equipamentos essenciais tal como, barracas, lanternas, rádios comunicadores, muita água, kit de primeiros socorros e bússolas para orientação de onde está. A duração do percurso é realizada no mínimo 04:30min. e no máximo de 7h.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, considera-se que o presente estudo sobre as atividades desenvolvidas no PEPB com o Turismo

e o Ecoturismo, efetivamente há um planejamento por parte dos guias locais para que de fato haja esse desenvolvimento dessas práticas turísticas sob o viés de uma Educação Ambiental, para que o turista, o visitante, o aluno e o romeiro tenham a sensibilização de preservar o parque.

Todavia, em uma Unidade de Conservação como esta, aberta ao Turismo é fundamental que haja ações educativas por parte de quem gerencia o PEPB, visto que, é através dessas perspectivas de envolver-se com as relações ambientais, tendo como caminho compreender a relação do homem com o meio ambiente e, assim, construir concepções de sustentabilidade, porque sabemos que onde há presença humana em um determinado lugar é sempre importante fazer tais esclarecimentos para não haver tanta degradação do ambiente em que é visitado.

Desse modo, podemos compreender que há por parte do poder público e privado, um grande interesse por essa criação dessas áreas de conservação e preservação, tendo em vista que os principais objetivos de preservar e com a iniciativa do Ecoturismo ter o beneficiamento da sustentabilidade através desse turismo.

Entretanto, nota-se que o processo de desenvolvimento desse turismo e ecoturismo no PEPB, ainda não se encontra de forma efetiva no local devido alguns fatores tais como:

- Falta de controle no processo de visitação, pois ainda há um improvisado por parte de alguns visitantes que acham que não necessitam de guias para leva-los a percorrer as trilhas e acabam adentrando sem conhecimento prévio do local;
- Ausência de plano de manejo eficiente que mostre de maneira clara a viabilidade econômica para a comunidade que vive em torno do PEPB;
- Falta de manuseio para com o lixo;
- Falta de uma economia voltada para inserir as populações que vivem em torno do parque, pois, apenas os grandes empresários é quem ficam com a maior parte.

Além disso, é de suma importância ressaltar que de fato o Turismo e o Ecoturismo são desenvolvidos no local, porém, ainda falta um pouco de política eficiente e autônoma voltada para o bem-estar da população do entorno do parque, uma vez que é indispensável para o bom andamento deste, bem como, proporcionar melhorias para o PEPB com o intuito de atrair mais turistas, que buscam se aventurar nos atrativos que o lugar oferece a cada um que o visita.

Enfim, tendo como bases esses itens mencionados, nota-se que a prática turística ainda se encontra precária demais, pois é necessário que haja mais requisitos básicos as quais são exigidos pelas empresas que trabalham nesse setor do turismo.

REFERÊNCIAS

- ANGELI, M.N.B. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 27/10/2020
- Brasil. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / **Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação**. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação – intenções e resultados**. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003
- CAVALCANTE, M. B.; MARIANO NETO, B. **Reflexões sobre os impactos sócio-ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba**. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 46-55, 2007.
- CAVALCANTE, M.B **Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna-PB): uma avaliação sobre as atividades turísticas e as ações de gestão territorial**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- CPRM-Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Araruna, estado da Paraíba/** Organizado [por] João de Castro Mascarenhas,

Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CRUZ, R. C.A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

HILLEL, O.; OLIVEIRA, H. **Oficinas de Capacitação em ecoturismo:**

Investindo em pessoas para conservar o meio ambiente. Brasília: Secretaria de Coordenação da Amazônia / MMA / Conservation International, 2000.

LIMA, M.L.C. **(Eco)turismo em Unidades de Conservação**. In: **RODRIGUES, Adyr Balastreri. (org.). Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

LUCENA, H.F. **Bem Vindos a Araruna**. Sebrae, Araruna, 2005.

MOREIRA, J.C. **Turismo em áreas naturais e o geoturismo**. In: **Geoturismo e interpretação ambiental [online]**. 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 19-36. ISBN 978-85-7798-213- 4. Available from SciELO Books .

OMT. **Guia de desenvolvimento do Turismo Sustentável / Organização Mundial do Turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PARAIBA. Decreto n.º 20.889, de 07 de fevereiro de 2000. **Cria o Parque Estadual da Pedra da Boca, e dá outras providências**. Disponível em: <https://parquesnobrasil.info/arp/2897> e

https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4165_20200204_193556.pdf?_ga=2.114556615.1513164601.1604597312-151022402.1604597312. Acesso em: 27/10/2020

CARTOGRAFIA DAS DINÂMICAS DE USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO CURIMATAÚ, ENTRE A PARAÍBA E O RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Departamento de Geografia da UEPB/CH
e-mail: belogeo@servidor.uepb.edu.br

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Departamento de Geografia, UEPB/CH
e-mail: lepaivarodrigues@servidor.uepb.edu.br

Profª. Dra. Luciene Vieira de Arruda

e-mail: luciviarruda@gmail.com

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida através do programa PIBIC/PROPESQ/UEPB/CNPq (2017) e contou com apoio de estudantes bolsistas do PIBIC. A área objeto do estudo é a Bacia Hidrográfica do Curimataú (BHC), localizada no Agreste paraibano e norte-rio-grandense e se estende até Litoral Atlântico. O objetivo geral foi cartografar as dinâmicas de uso e ocupação territorial da BHC. A metodologia foi o levantamento bibliográfico, documental/leis e dados cartográficos referentes ao objeto de estudo, além da pesquisa empírica. A base cartográfica foi o IBGE (2015) e AESA. O estudo foi realizado para compreender a totalidade da questão territorial e como o desenrolar dos conflitos por água afetam a população local e regional, em especial, nas áreas do semiárido nordestino.

Palavras-Chave: Território das águas; Bacia Hidrográfica, Rio Curimataú.

1 INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos são essenciais para a vida no planeta. Sobretudo, em regiões áridas e semiáridas em que esses recursos são cada vez mais escassos. A Bacia Hidrográfica do Curimataú (BHC) é de extrema importância no estado da Paraíba, pois diversas relações políticas, econômicas e agrárias se desenvolvem no entorno dessa região, como: Agricultura, pecuárias, extração mineral (areia) são exemplos de atividades econômicas presentes nessa porção do território paraibano. No início da ocupação do território paraibano, os rios tiveram relevante importância, pois, estes constituíram caminhos para a interiorização de sua ocupação. A BHC, localizada entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte é a área de estudo desta pesquisa e buscamos entender os conflitos e dependências pelos recursos hídricos e as relações territoriais criadas no entorno desta bacia, bem como o seu principal rio, o Curimataú.

Como os dados são muito vastos e complexos, elegemos alguns exemplos de maior destaque no processo de uso e ocupação territorial como a dinâmica da produção rural nos municípios que compõem a base territorial da DHC, destacando as áreas que ficam localizados no baixo curso da bacia hidrográfica. Então foi possível cartografar as diversas culturas alimentares, desde a produção camponesa do alto curso da bacia hidrográfica, passando por atividades industriais de pequeno e médio porte, até chegarmos a grande produção canavieira ou a carcinicultura no baixo curso do rio Curimataú.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

A base metodológica foi pautada pela pesquisa bibliográfica, analisando as referências consultadas, que possibilitam a compreensão e encaminhamento do objeto investigado, bem como para a confecção do trabalho. Em seguida, foi direcionada de uma forma mais específica para a questão regional e local, onde, foi possível a compreensão das dinâmicas e relações intrínsecas no

objeto de estudo referentes a uso e ocupação do espaço agrário brasileiro e paraibano, a semiaridez e convivência com o semiárido na BHC.

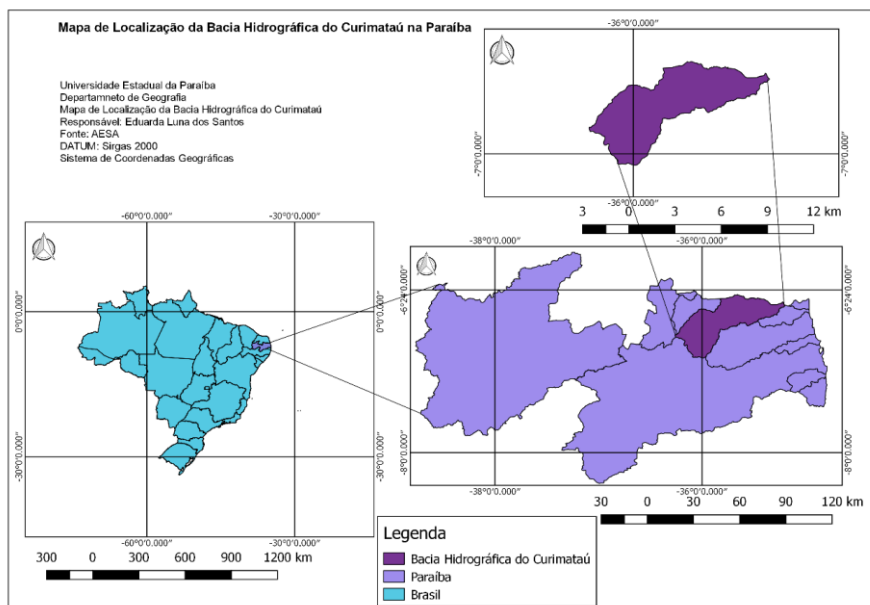
Algumas referências foram escolhidas para dar suporte ao estudo, tais como, Moreira (1990), Moreira; Targino (1996), Lindoso (2013), Silva (2006), Santos (2012) e IBGE (2017), Campos et. al., (2015), Mariano Neto (2001), Santana (2007). O levantamento documental e de leis foi realizado junto à página digital da AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas), (PARAÍBA, AESA 2008-2009, PARAÍBA, AESA) esse órgão é o responsável por gerir os recursos hídricos na Paraíba. Assim, relatórios, projetos, leis Estaduais e Federais (BRASIL. Lei nº 9.433, 1997; PARAÍBA, Lei nº 7.779, 2005 e PARAÍBA, LEI N.º 6.308, 1996).

A pesquisa digital, foi realizada nas páginas de órgãos do Governo Federal e Estadual. Dados referentes a agricultura, pecuária, estabelecimentos rurais na bacia hidrográfica em questão foram pesquisados no SIDRA e no INCRA (Censo Agropecuário, 2017 e INCRA 2017). O levantamento cartográfico também foi realizado na AESA. Entretanto, a maior parte da base cartográfica é do IBGE (2019; 2015).

3 O BAIXO CURSO DO RIO CURIMATAÚ

A BHC, no estado da Paraíba, está localizada no Agreste paraibano, se estende em partes pelo agreste Potiguar e o Litoral Sul Norte-Rio-Grandense. Durante a pesquisa, foi possível cobrir todo o curso principal da bacia entre os dois estados do Nordeste. Abaixo está ilustrando a localização da BHC, na unidade federativa do estado da Paraíba. Segundo o plano diretor de recursos hídricos da Paraíba, feito pela SEMARH, (Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba) “a bacia do Curimataú possui 909,6 km² no Rio Grande do Norte e 3.345,0 km² na Paraíba” (SEMARH, 2000. p. 11) (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Curimataú Paraibano.



Fonte: Santos. E. L. 2019, sistema de coordenadas geográficas sirgas, 2000.

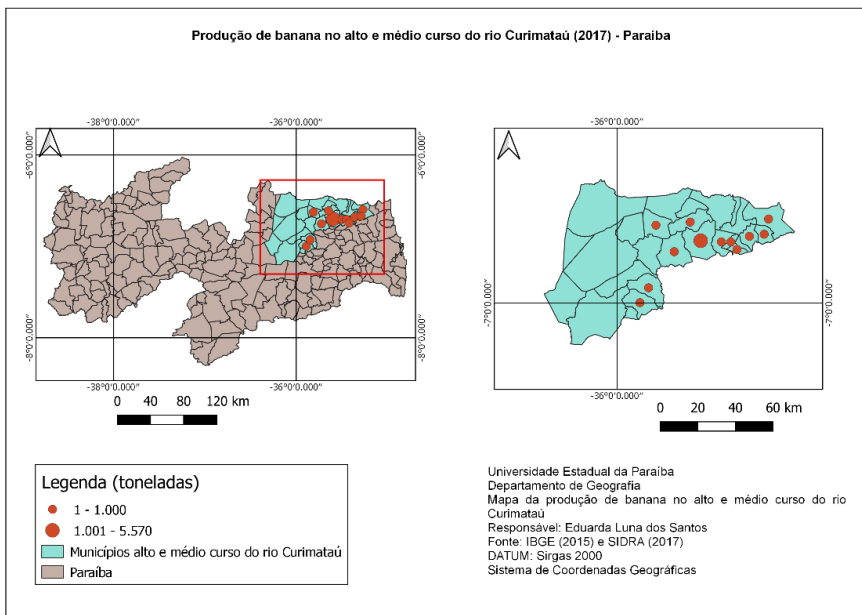
A bacia hidrográfica em estudo possui uma área de drenagem total de 3.589 km² no estado da Paraíba. Seu principal rio é o Curimataú, este é de domínio federal, se estendendo até o Rio Grande do Norte. Ele nasce no município paraibano de Barra de Santa Rosa, região semiárida e desagua no litoral norte-rio-grandense. Aqui focamos o estudo na BHC em território paraibano. A AESA também é responsável por monitorar as condições de tempo e de clima e informa que, o período chuvoso na bacia do Curimataú é de abril a julho. Esta bacia possui uma capacidade de armazenar 25.452.579 m³ de água. Mas “sofre com a intensa degradação ambiental causadas por fatores naturais e agravadas pelas intervenções antrópicas” (Campos, 2015, p. 2).

Algumas intervenções humanas mais comuns na área são as plantações, criações de animais, retirada de areia do leito do rio, irrigação, poços e/ou cisternas feitas nos leitos, entre outros. A maior parte dos municípios que compõem a BHC faz parte da delimitação do semiárido, com exceção dos municípios de

Canguaretama (fóz do rio Curimataú), Montanhas e Pedro Velho, todos no Rio Grande do Norte. De acordo com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (2017, p. 01).

Os municípios da Paraíba, foram marcados pela produção de culturas alimentícias, como as frutíferas. Desde a sua ocupação territorial, pois visavam o valor comercial e para o consumo interno das famílias. Porém, alguns municípios não produzem a banana ou seu cultivo não é tão rentável. O coco-da-baía também é bastante encontrado. No Rio Grande do Norte é encontrado em quase todos os municípios pertencentes a bacia: Baía Formosa, Canguaretama, Pedro velho e Nova Cruz, exceto Montanhas. A área litorânea, do baixo curso do rio é bastante propicia a produção do coco (Figura 2).

Figura 2 - Produção de banana do alto e médio curso do rio Curimataú (2017) – Paraíba.



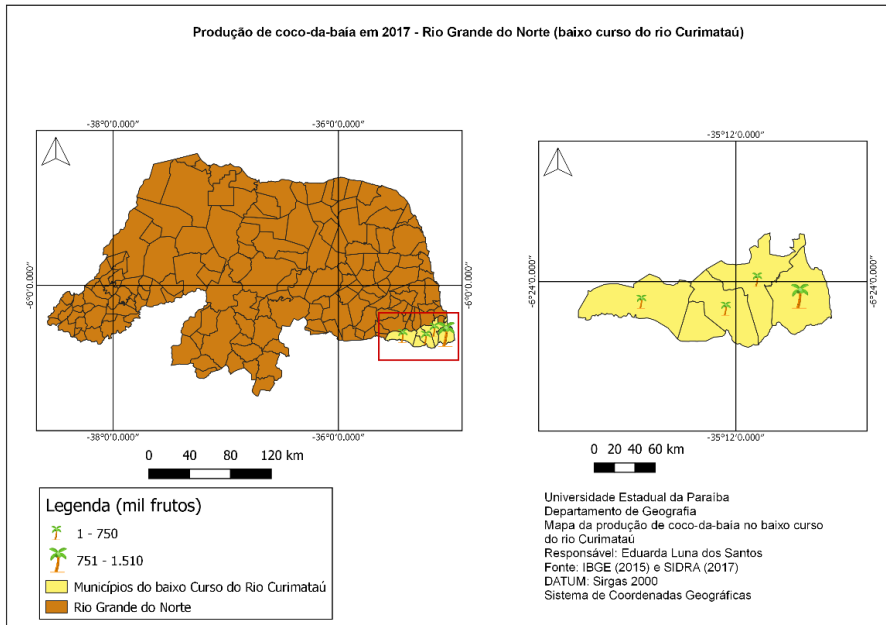
Fonte: SANTOS (2020). Fonte: adaptado do IBGE (2015) e SIDRA (2017).

A escolha da cartografia como atividade de destaque, pode ser expressa e revela que o território das águas em uma bacia hidrográfica da zona intertropical, revela monoculturas com importância econômica de peso para a economia dos estados no Nordeste brasileiro, aos exemplos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, entre tantos outros tipos de ocupações e usos territoriais.

A compreensão do espaço/tempo na BHC possibilitou entender a importância dos recursos hídricos para os assentamentos humanos. Ao longo do tempo, a humanidade foi constituindo suas comunidades às margens de corpos d'água. Assim, foi possível sua evolução, pois, a água é primordial para a estabilidade da sociedade. "Os rios constituíam as principais vias de penetração no sertão paraibano. A facilidade de circulação e a disponibilidade de água condicionaram a ocupação das margens fluviais e produziram o povoamento da ribeira" (Moreira, 1990. p.09).

Quando observamos o curso do rio em seu médio e baixo curso, as atividades típicas se revelam na paisagem. Esses municípios têm o coco-da-baía como a principal lavoura permanente produzida. Mas na Paraíba mesmo não sendo área de litoral, também tem a produção de coco-da-baía, porém em menor quantidade. Podemos citar os municípios de Jacaraú, Logradouro, Tacima, Dona Inês, entre outros (Figura 3).

Figura 3 - Produção de coco-da-baía no baixo curso do rio Curimataú (2017). Rio Grande do Norte.



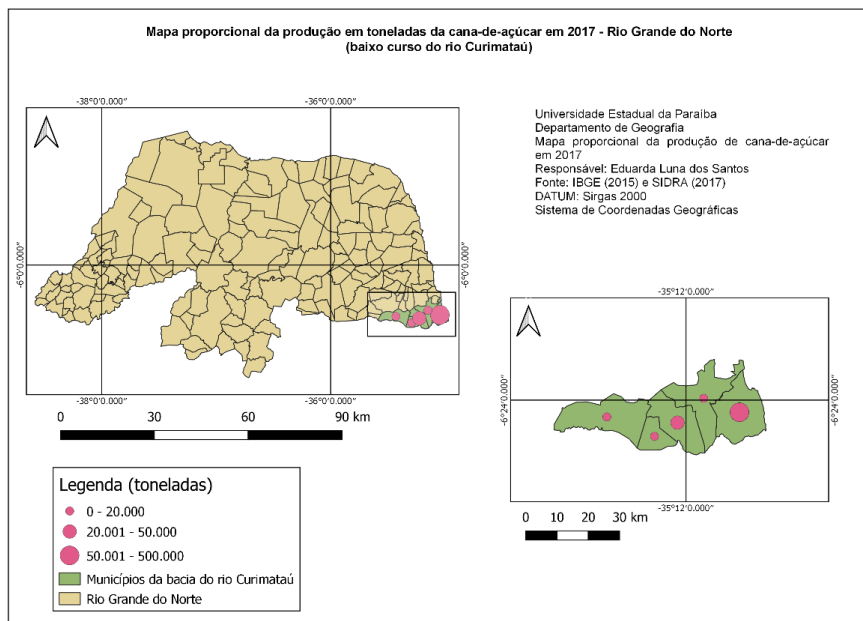
Fonte: SANTOS (2020). Fonte: adaptado do IBGE (2015) e SIDRA (2017).

O sisal, também conhecido como agave, é muito comum nos municípios paraibanos, pois fez parte de sua ocupação. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017, Damião, Algodão de Jandaíra, Cuité, Casserengue, Olivedos, Barra de Santa Rosa, Bananeiras, estão entre os municípios que produziam/produzem o sisal. A folha e a fibra do sisal são a matéria-prima para a produção de cordas e outros produtos, gerando renda. Atualmente, tal produção perdeu importância econômica devido à concorrência dos produtos à base de *nylon*.

Outra importante lavoura temporária é a cana-de-açúcar, cultivada em quase todos os municípios norte-rio-grandenses (Baía Formosa, Canguaretama, Nova cruz e Pedro Velho). Baía Formosa se destaca na produção de cana na região, por meio da Destilaria de mesmo nome, produzindo álcool e açúcar. De acordo com dados do

Censo Agropecuário deste município, a produção de cana-de-açúcar em 1995 foi de 348.130 toneladas (Figura 4).

Figura 4 - Produção da cana-de-açúcar no baixo curso do rio (2017) – Rio Grande do Norte.



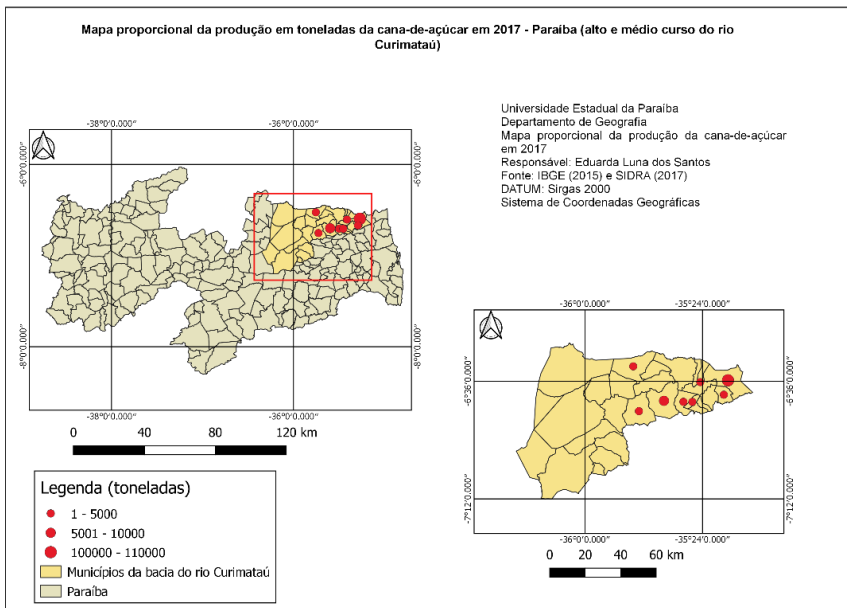
Fonte: SANTOS (2020). Adaptado do IBGE (2015) e SIDRA (2017).

Com relação ao estado da Paraíba, Jacaraú é o município que mais produz a cana-de-açúcar, dentre os municípios que pertencem à bacia hidrográfica do Curimataú. Situada na zona da mata Paraibana, possui as condições ambientais necessárias para o desenvolvimento desta cultura. Vale ressaltar que essa região da Zona da Mata é historicamente ocupada pela monocultura canavieira, porém, houve um crescimento da produção em 2017, com 109.968 toneladas produzidas.

Esse fato pode ser atribuído ao possível aumento do valor econômico que a cana-de-açúcar passou a ter e a procura pelos seus derivados: etanol, açúcar, entre outros. Isso pode ter causado a expansão das áreas e, conseqüentemente, da produção. Podemos

observar na figura 05, a representação proporcional da produção da cana-de-açúcar no ano de 2017, nos municípios paraibanos que pertencem à BHC bacia do Curimataú. Tais municípios fazem parte do alto e médio curso do rio. A produção foi maior no município de Jacaraú, seguido de Bananeiras. Alguns deles não produzem a cana-de-açúcar ou não tiveram uma produção considerável (Figura 5).

Figura 5 - Produção da cana-de-açúcar em 2017 – Paraíba (alto e médio curso).



Fonte: SANTOS (2020), Fonte: adaptado do IBGE (2015) e SIDRA (2017).

Historicamente, o litoral brasileiro foi ocupado pela monocultura da cana de açúcar, sendo ainda muito presente nestas áreas, além de ter bastante valor econômico. A produção canavieira sempre teve importância para o Nordeste, pois foi com essa monocultura que se deu o processo de povoamento do território desses municípios. Soma-se o fato de que as áreas próximas ao litoral possuem condições ambientais propícias para o

desenvolvimento dessa cultura, além de que muitos latifúndios se concentram nessas áreas.

Outra atividade comercial bastante comum, principalmente nas áreas próximas à foz do rio Curimataú é a carcinicultura (criação de camarão em viveiros). Observamos nos trabalhos de campo, a presença de diversos viveiros de criação, nas áreas de mangue próximas ao rio, para facilitar a utilização das águas. A empresa Camanor Produtos Marinhos, situada em Canguaretama/RN, possui duas áreas de produção: a matriz Fazenda Cana Brava em Canguaretama, a primeira unidade de produção, criada em 1983, com área total de 170 ha, área de produção de 50 ha e uma área de preservação de 120 ha. A segunda unidade de produção é a Fazenda Aratuá em Guamaré, criada em 1999, com área total de 269 ha, área de produção de 151 ha e área de preservação de 117 ha. Diversos viveiros pertencentes a esta empresa, podem ser avistados nas proximidades.

A Fazenda Cana Brava utiliza o sistema Aquascience e na Aratuá, o semi-intensivo, com utilização de maior tecnologia, suporte à pesquisa e utilização sustentável do meio ambiente. Antes dos camarões serem retirados do viveiro, é observado o tamanho, peso, textura da casca, entre outros elementos. A Fazenda Cana Brava produz 73,6 t/ha/ciclo¹. A carcinicultura predomina na região do baixo curso do rio, devido a abundância de água e de condições favoráveis a essa atividade econômica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, o território foi entendido das seguintes maneiras:

a) como um espaço concreto, definido por limites/fronteiras e delimitado a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico;

¹ Informações adaptadas do site da empresa:
<https://www.camanor.com.br/index.html>

- b) como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém, se destaca pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos;
- c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho.

Nas áreas pesquisadas, encontramos algumas práticas e alternativas de armazenamento de água, que propicia ou tenta propiciar uma melhor convivência com a semiaridez, bem como melhora a qualidade de vida do “homem do sertão”. Esses equipamentos sociais, como as cisternas de placas, além de propiciar uma qualidade de vida, pode evitar situações de conflitos por água na região, tendo em vista que muitas casas estão amparadas com uma ou duas cisternas, para o consumo da família, tornando a convivência com o semiárido minimamente possível.

É importante olharmos para o semiárido, observando a economia, tecnologia e política, na busca de compreender os diferentes pensamentos e práticas desenvolvidas nesta região, baseadas neste tripé, que podem caminhar juntos e que tem igual importância. A política de combate à seca vem sendo refletida pelas políticas governamentais e não governamentais, na busca de novas tecnologias e alternativas para a convivência com o semiárido.

REFERÊNCIAS

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do estado da Paraíba, **Relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos no estado da Paraíba 2008-2009**. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/relatorioHidrologico_Anual_2008_2009.pdf> Acesso em: 06/04/2020.

AESA, **Plano Estadual – Resumo Estendido: caracterização da oferta e da demanda hídrica do estado da Paraíba 2006-2025** - Fatores de degradação e principais focos de poluição. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/PE_33.pdf> Acesso em: 06/04/2019.

ANA, Agência Nacional de Águas (Brasil). **Reservatórios do Semiárido Brasileiro**: hidrologia, balanço hídrico e operação. Anexo A. – Brasília: ANA, 2017, 103 p. Disponível em: <ana.gov.br/noticias/estudo-reservatorios/anexo-a-apodi-curimatau-paraiba.pdf> Acesso em: 29/03/2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 53. ed, Brasília, DF: CÂMARA DO DEPUTADOS: Centro de Documentação e Informação, 2018. Disponível em: <<https://livraria.camara.leg.br/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>>, acesso em: 21 de mar de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União de 9 de Janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm> acesso em: 21 de mar de 2019 às 21:15.

CAMPOS, João Hugo Baracuy da Cunha; SILVA, Vicente de Paulo Rodrigues da; ROCHA, Clarissa Maria Ramalho de Sá; HOLANDA, Romildo Morant de. Caracterização hidrológica da região do Curimataú Paraibano. **II Workshop Internacional sobre água no semiárido Brasileiro**. Campina Grande, 2015. 8 p. Disponível em: <<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdr/ii-workshop-internacional-sobreagua-no-semiarido-brasileiro>> Acesso em: 29/03/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24/04/2020.

IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO. 2017, Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=25013#/S/CA/A/47/T/Q> . Acesso em 21 de mar de 2019.

MOREIRA, E.R.F. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. Paraíba, NDIHR-UFPB (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) 1990. Disponível em: <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html>. Acesso em 21 de mar de 2019.

MOREIRA, E.R.F; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996, 333 p.

PARAÍBA, AESA- **Gestão de Recursos Hídricos no Estado da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/documentos/gestao-das-aguas/>> acesso em: 12/04/2019 às 12:00.

PARAÍBA, LEI N.º 6.308, DE 02 DE JULHO DE 1996. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/lei_E_11.pdf> acesso em 21/03/2019 às 21:13.

PARAÍBA, Lei nº 7.779 DE 07 DE JULHO DE 2005 – CRIA A AESA. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/lei_E_07.pdf>. acesso em 21/03/2019 às 21: 29.

PARAÍBA, SEMARH. **PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS JACU E CURIMATAÚ**. Campina Grande: V.1º.

SEMARH, 2000. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/documentos/planos-diretores/>> acesso em 29/03/2019 às 21:21.

PARAÍBA, SEMARH. **Resumos Executivos Planos Estaduais do Programa Água Doce 2010 – 2019**. Brasília-DF, Ministério do meio Ambiente, 2010.

Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/doc_PAD_01.pdf> acesso em: 21/03/2019 às 21:35.

SANTOS, F.L. **O rio Curimataú na interface territorial do município de Logradouro-PB**. 2012, 54 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012. 54 p.

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Tabelas do Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017**. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>> Acesso em: 23/04/2020.

SILVA, R.M.A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006, Tese de Doutorado, (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>, acesso em: 22 de out de 2018.

SUDENE. PROPOSIÇÃO Nº 105/2017: **Proposta de critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência**. Recife: Ministério do Desenvolvimento Regional. 2017. Disponível em:

<http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/documentos/resolucao1072017.pdf>, acesso em 10/04/2019 as 10:08 h.

ARBORIZAÇÃO URBANA: ESTUDO BIOGEOGRÁFICO DA INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS NA PAISAGEM URBANA DO CENTRO DE GUARABIRA/PB

Profª. Espec. Janayna Ataíde da Fonseca

e-mail: professorajanaynafonseca@gmail.com

Prof. Dr. José Mácio Ramalho Teódulo

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: teodulomacio@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa faz uma análise das espécies arbóreas na principal praça no centro da cidade de Guarabira/PB e a identificação e classificação delas em exótica ou nativa. Verificou-se os aspectos quantitativos e qualitativos das espécies encontradas, e foram identificadas um total de 251 plantas arbóreas distribuídas em 17 espécies, sendo 65% dessas espécies exóticas e apenas 35% nativas, todas distribuídas de forma aleatória, recobrando aproximadamente 1,1 km de extensão. A falta de planejamento urbano no plantio dessas árvores e a ausência de critérios técnicos e dos condicionantes físicos ambientais pode causar transtornos à população tais como interrupção de serviços e danos à infraestrutura pública.

Palavras-Chave: arborização; espécies nativas e exóticas; Guarabira.

1 INTRODUÇÃO

O termo vegetação urbana se refere à diversidade de plantas inseridas dentro do perímetro urbano de uma determinada cidade,

distrito ou vila. Esses benéficos contribuem para manutenção dos processos ecológicos o equilíbrio físico ambiental das cidades. A arborização pode influenciar diretamente na qualidade de vida da população, pois oferece conforto térmico, sombra, redução da poluição e de ruídos, contribuindo para o bem-estar psicofisiológico de seus habitantes.

As árvores do ambiente urbano constituem um patrimônio de valor inestimável, tanto para a população local como para o meio ambiente. Os benefícios mais visíveis são o embelezamento e sombreamento das ruas locais, amenização da temperatura e captura de CO² (Figueredo, 2010). A introdução de espécies vegetais no ecossistema urbano precisa seguir critérios rígidos, tanto dos aspectos fisiológicos e anatômicos da vegetação introduzida, quanto dos fatores ecológicos e ambientais, além das questões relacionadas à infraestrutura urbana. No entanto, a falta de planejamento urbano na implementação e manutenção da arborização viária pode influenciar sua eficiência (Schuch, 2006).

O inventário das espécies vegetais no centro do município de Guarabira contribui para o planejamento urbano e a formulação de políticas públicas. A participação da comunidade é indispensável na fiscalização dos condicionantes físicos ambientais e a adaptação das espécies ao ambiente urbano. Diante das considerações apontadas, torna-se necessária a realização de pesquisas que discutam o papel das áreas verdes no espaço urbano, bem como suas contribuições para a qualidade ambiental das cidades e para a qualidade de vida da população, além de reflexões acerca da importância do planejamento municipal e de políticas públicas, na construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis (Londe; Mendes 2014);

Assim como a grande parte das cidades da Paraíba, por falta de planejamento urbano e infraestrutura das prefeituras e um olhar estudioso do poder público municipal, a cidade de Guarabira apresenta em sua arborização de praças com diversas espécies de árvores, entretanto, espécies inadequadas e que com o decorrer

dos anos e à medida que as mesmas crescem deixa transparecer que não espécies ornamentais para vias públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

A biogeografia é a disciplina que busca explicar a distribuição e o padrão dos grupos de organismos ou táxons, na superfície da terra no tempo e no espaço. A biogeografia histórica se propõe a estudar agentes do passado utilizando padrões de distribuição de espécies, gerados por processos que atuam em larga escala e dizem respeito a milhares de anos. As rápidas mudanças foram introduzidas por alguns indivíduos com ideias particulares (Miranda; Dias, 2012). A biogeografia é uma das disciplinas mais complexas, pois seus estudos demandam muito tempo, dependem enormemente de informações sistemáticas e são inter-relacionados a evidências fornecidas por outros campos da ciência, como a geologia, a geografia, a paleontologia, a biologia molecular e a ecologia (Santos; Amorim, 2007).

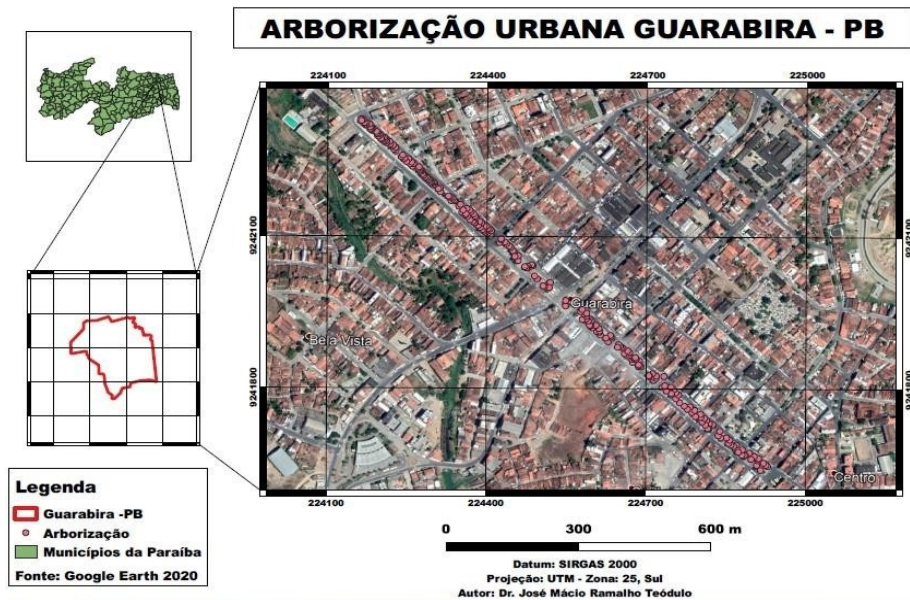
Dada a imensa diversidade de organismos, métodos e conceitos em biogeografia, é importante frisar que independente da interpretação, todas essas abordagens são legítimas e inestimáveis para o avanço do conhecimento sobre o tema e apenas enfatiza o amplo espectro de subdivisões dessa disciplina.

O município de Guarabira, localizada na mesorregião do agreste Paraibano, na Região Imediata que recebeu o seu nome de Guarabira e possui clima quente e seco (tropical continental) no verão e úmido no inverno (IBGE 2017). O território compreendido entre o litoral e o lugar onde é o atual município foi percorrido pelos franceses que, aliando-se aos índios potiguaras, passaram a explorar a região em busca de ouro que supunham existir na serra da Capaoba, hoje Serra da Raiz.

As espécies analisadas estão localizadas na principal praça da cidade, que possui aproximadamente 1,1 km de extensão, que inicia com o nome de Praça Lima e Moura e termina com o nome de praça novo milênio, que une as avenidas D. Pedro II, e Sabiniano

Maia. Na mesma estão distribuídas de forma aleatória e sem padrão 251 unidades de árvores divididas em 17 espécies diferentes.

Figura 1 - Localização geográfica das espécies arbóreas de Guarabira/PB.



Fonte: Teóculo, 2020.

Analisando o mapa a distribuições das espécies identificadas e localizadas através do GPS, verificamos no local que as mesmas estão tão próximas que cada ponto de identificação ficou praticamente um em cima do outro e difícil de separar na análise visual uma espécie da outra.

A pesquisa desenvolvida a partir da análise empírica de trabalhos de campo, observação, registros fotográficos com drone DJI Mavic Pro Fly More e smartphone, marcação de pontos com coordenadas UTM com GPS Garmin Etrex 32x de cada espécie introduzida sobre a praça, e revisão bibliográfica de literaturas, artigos, livros, trabalhos de conclusão de cursos e outros. Segundo Moraes (2005), o método empírico consistiu na identidade entre a imagem e o fenômeno, entre a realidade e a percepção.

Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico a fim de dar ao pesquisador um embasamento teórico no que se refere aos itens abordados; na segunda etapa foi realizada a contagem, análise das características das árvores e identificação das espécies através de floração, tamanho e formato da folha, largura do tronco e tipo de fruto comparando diferenças e semelhanças com as do material bibliográfico estudado e analisado e com ajuda de um agrônomo.

A terceira e última etapa identificou na paisagem os elementos da flora que são observados para realizar um mapeamento das espécies vegetais introduzidas na paisagem e levantar os impactos ambientais evidenciados pela introdução dessas espécies, identificar a localização distribuição e origem de cada espécie e sua contribuição ou não como árvore de área pública nativa ou exótica ou exótica invasora, analisando essa introdução e sua interferência na paisagem urbana de Guarabira-PB, a partir de teorias e métodos aplicados.

3 ABORDAGEM SOBRE O ESPAÇO E PLANEJAMENTO URBANO

Todas as atividades desenvolvidas em um município devem ser planejadas a fim de se evitar problemas e obter resultados mais satisfatórios. De acordo com este raciocínio, a arborização urbana merece atenção especial. Ruas arborizadas sem nenhum critério trazem, invariavelmente, prejuízo ao poder público municipal e não atende adequadamente os objetivos de seus usuários. São inúmeros os transtornos causados pela falta de planejamento e conhecimento dos elementos que norteiam a arborização de ruas (Schuch, 2006).

De acordo com Blum; Borgo; Sampaio (2008), a arborização urbana garante uma situação privilegiada em que árvores contribuem para um aspecto paisagístico urbano mais agradável, trazendo também outros benefícios ambientais como sombreamento, amenização da temperatura, melhorias na qualidade do ar e redução da poluição sonora.

Como medida mitigadora dos fatores negativos que envolvem o processo de urbanização, destaca-se a arborização urbana. Diante dos vários benefícios proporcionados pela presença da vegetação no ambiente urbano construído, dois exemplos que influenciam diretamente no clima urbano são comumente citados pela literatura especializada: a interceptação da luz do sol e da energia solar pela estrutura das árvores. Com isso, o calor é consumido por meio do fenômeno de evapotranspiração e o fornecimento de sombra proporcionado pelas suas copas extensas e elevado, diminui a amplitude térmica local (Martelli; Cardoso, 2018).

De fato, quando implantadas de forma planejada, árvores na paisagem urbana tendem a proporcionar somente benefícios. Exceção deve ser feita àquelas espécies que tem capacidade de realizar invasão biológica, denominadas atualmente “exóticas invasoras”. Invasão biológica é o processo de introdução e adaptação de espécies que não fazem parte, naturalmente, de um dado ecossistema, mas que se naturalizam e passam a provocar mudanças em seu funcionamento (Ziller, 2000).

Como exemplos sobre a praça temos o ficus benjamina que suas folhas possuem seiva podem provocar alergia e irritações na pele, porém árvores indicadas para arborização de vias públicas devem apresentar ramos e troncos resistentes, principalmente as ações do vento. Contudo, não devem ser muito volumosas e nem providas de acúleos ou espinhos e também não apresentar boa desrama natural, pois isto implica em riscos para os pedestres e para os veículos, além da sujeira provocada pela queda de ramos secos.

No caso do trecho em estudo das espécies arbóreas localizadas sobre as praças D. Pedro II, praça da Alimentação e praça Novo Milénio, unidas por uma rotatória, as árvores nem se encontram enfileiradas em linha reta, as espécies mais antigas estão sem alinhamento ou distribuídas sem alguma lógica, apenas sobre a praça, misturadas com outras espécies de forma aleatória e algumas com arbustos ao seu pés ou outras espécies de menor

porte abaixo ou lado a lado sem um distanciamento adequado para que possa crescer.

Figura 2 - Fotografia aérea da extensão de 1,1 km da praça central de Guarabira/PB.



Fonte: Arquivo da autora, abril de 2019.

A figura 2 mostra toda extensão da praça de início no Victor Center hotel até o prédio de Noêmia e parcialmente o bairro novo e centro visualmente conseguiram ver espaços pouco arborizados, como temos concreto, asfalto e telhados, vemos os quintais quase todos sem arborização, apenas trechos isolados ou terrenos abandonados com mato rasteiro, mas sem arborização. Além de um trecho do rio Guarabira e boa parte do bairro novo, em tese o mais antigo, e com pouca arborização, isso para um bairro até certo

ponto planejado através de loteamento, a única parte ainda arborizada na imagem além da praça.

Martelli; Cardoso (2018), relatam que as árvores proporcionam diversos benefícios aos ambientes construídos, tais como: a melhoria da qualidade do ar e das ilhas de calor, redução dos custos com refrigeração artificial, valorização econômica de imóveis, estética e redução de ruídos provenientes das mais diversas fontes urbanas, desenvolvimento cognitivo de crianças, além do alívio ao estresse, um fenômeno comum na sociedade moderna.

De acordo com o ministério do meio ambiente brasileiro, "espécie exótica" é toda espécie que se encontra fora de sua área de distribuição natural. E por sua vez, definida como sendo aquela que ameaça ecossistemas, habitats ou espécies como sendo a "Espécie Exótica Invasora". As espécies exóticas invasoras já contribuíram, desde o ano 1600, com 39% de todos os animais extintos, cujas causas são conhecidas (CDB). Mais de 120 mil espécies exóticas de plantas, animais e microrganismos foram introduzidos nos Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, Índia, África do Sul e Brasil (Pimentel *et al.*, 2001).

Tendo em vista o número de espécies que já invadiram esses seis países estudados, estima-se que um total aproximado de 480 mil espécies exóticas já foram introduzidas nos diversos ecossistemas da Terra. Aproximadamente 20 a 30% dessas espécies são consideradas pragas e são responsáveis por grandes problemas ambientais (Pimentel *et al.*, 2001). Isto indica o enorme desafio que deverá ser enfrentado para o controle, monitoramento e erradicação das espécies exóticas invasoras. No centro da cidade de Guarabira identificamos todos estes problemas ambientais, com diversas espécies exóticas e com os impactos ambientais do meio físico previstos pelos autores citados.

De acordo com o levantamento e identificação das espécies, o levantamento mostra a distribuição em percentual de espécies nativas que chegou somente á 35% e as espécies exóticas que totalizaram 65% de uma total de 251 espécies encontradas sobre 1,1 km de praça. Apesar do importante papel desempenhado pela

arborização, cabe ressaltar que a referida cidade, em sua totalidade, não consegue usufruir de todos os benefícios de tal prática, pois as árvores não se encontram distribuídas regularmente por toda a cidade, fato evidenciado pela falta de espécies de porte arbóreo em partes de algumas ruas e bairros da cidade (Rosario, 2018).

Guarabira é predominantemente recoberta por manta asfáltica em suas principais ruas e arteriais, além de calçamento granítico pelas ruas, tanto do centro, quanto dos bairros periféricos. Isso contribui para que a cidade seja artificialmente quente, abafada e pouco arborizada, fato observado tanto no centro da cidade, quanto nos bairros em geral. Como uma cidade centenária, cresceu em uma depressão relativa, com forte proximidade dos contrafortes da Serra da Borborema e que apresenta significativa irregularidade topográfica em seu solo urbano, impedindo tanto o seu crescimento para algumas áreas com forte acidente geográfico, ou tendo que ocupar trechos de solo rural, que de certa maneira, deixou de ter mais ambientes relativamente verdes (Souza Filho, 2014).

A falta de planejamento adequado para se implantar uma arborização urbana em muitas cidades do Nordeste brasileiro, principalmente nas pequenas cidades interioranas é uma realidade lamentável, em muitos casos as calçadas são estreitas não oferecendo um espaço adequado para se plantar árvores de porte relativo para aquele local ocasionando, a elevação da temperatura nos períodos de estiagem, outro problema, é a falta de diversidade de espécie para o local (Nobre, 2004).

Algumas das espécies vegetais introduzidas no espaço urbano de Guarabira sobre o extenso calçadão identificou-se a ocorrências de espécies arbóreas como: nim (*Azadirachta indica*), ficus (*Ficus benjamina*), algaroba (*Prosopis juliflora*), palmeira imperial (*Roystonea oleracea*), castanhola (*Terminalia catappa*), oliveira/jamelão (*Syzygium cumini*), Bracatinga-rósea (*Mimosa flocculosa*), casuarina (*Casuarina equisetifolia*) e outras. Como podemos observar ao longo da história, a Cidade de Guarabira pouco investiu em arborização, imagens de época deixam clara essa observação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve a identificação das espécies mostrando que de fato há uma necessidade de um projeto de arborização e principalmente de planejamento urbano. São necessárias árvores que sejam adequadas para áreas urbanas que forneça sombra, contribua para diminuir as altas temperaturas e que seja de fácil manutenção e poda. Durante a pesquisa não se identificou qualquer projeto ou programa de arborização por parte do poder público, arborizar ruas proporciona qualidade de vida.

As funções destas áreas estariam relacionadas à Função Social (possibilidade de convívio social e de lazer que essas áreas oferecem à população), Função Estética (diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade), Função ecológica (provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes e na diversificação da fauna), Função Educativa (possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental) e Função Psicológica (possibilidade de realização de atividades físicas, de lazer e de recreação (Vieira, 2004).

As árvores frutíferas não são muito aceitas nas ruas, tendo como alegação que, quando o fruto cai no chão produz muita sujeira e atrai a atenção de insetos indesejados, por outro lado dependendo do fruto pode até provocar acidentes, mas para os espaços maiores como parques e bosques são mais apropriados, pois podem até gerar rendas dependendo do tipo frutífero que ali for plantado.

A arborização urbana em Guarabira necessita de um planejamento ou um projeto de acompanhamento com profissionais da área de planejamento ambiental que seja eficaz e efetivo, com o crescimento acelerado em todos os lados da cidade há uma extrema necessidade de pensar como estará no futuro essa arborização. Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção.

REFERÊNCIAS

- BLUM, C. T.; BORGO, M.; SAMPAIO, A. C. F. **Espécies Exóticas Invasoras na Arborização de Vias Públicas de Maringá-Pr**- Rev. SBAU, Piracicaba, v.3, n.2, jun. 2008, p.78-97
- FIGUEREDO, T. E.. **Levantamento florístico e análise quali- quantitativa da arborização urbana do Bairro Inocop localizado em Cruz das Almas - Bahia.** / Taiana Esteves Figueredo. Cruz das Almas - Ba, 2010.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Companhia energética de Minas Gerais. **Manual de arborização.** Belo Horizonte, 2001.
- LONDE, P. R.; MENDES, P. C. **A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana;** Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde; Hygeia 10 (18): 264 - 272, Jun/2014.
- MARTELLI, A.; CARDOSO, M. M. de. (2018). Favorecimento da Arborização Urbana com a implantação do Projeto Espaço Árvore nos passeios públicos do município de Itapira-Sp. InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, 4 (13): 184-197.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; **Espécies Exóticas Invasoras;** Disponível em: ><http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/especies-exoticas-invasoras> < Acesso em: 17 abril 2018.
- MIRANDA, G. S. de; DIAS, P. H. S. **Biogeografia de vicariância: histórico e perspectivas da disciplina que lançou um novo olhar sobre a diversidade na Terra.** Filosofia e História da Biologia, v. 7, n. 2,
- NOBRE, C.A. **O aquecimento global e o papel do Brasil.** Revista Ciências Hoje.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA. Plano de desenvolvimento urbano de Guarabira, Volume I, 1987.
- RACHID, C.; COUTO, H. T. Z. Estudo da eficiência de dois métodos de amostragem de árvores de rua na cidade de São Carlos, SP. Scientia Florestalis. São Paulo. n.56, p.59-68, dez. 1999.
- SANTOS, C. M. D. dos; AMORIM, D. S.. Why biogeographical hypotheses need a well supported phylogenetic framework: a conceptual evaluation. Papéis Avulsos de Zoologia, 47(4): 63-73, 2007.
- SANTOS, M. A Urbanização brasileira. Hucitec, São Paulo, 1993, (4ª edição: 1998).
- SCHUCH, M. I. S.. **Arborização Urbana:Uma Contribuição À Qualidade De Vida Com Uso De Geotecnologias;** Programa De Pós-Graduação Em Geomática (UFSM); Santa Maria, RS, Brasil 2006.
- SOUZA FILHO, A. A. **Enfoques geográficos sobre arborização Nordeste 1 - Guarabira/PB.** Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia, Guarabira: UEPB, 2014.
- SOUZA, E. F. de. **Geografia, espaço e memória: O traçado urbano de Guarabira-PB.** (TCC) Guarabira: UEPB/CH 2011.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.1972. Carta Topográfica 1: 25.000, Folha SB.25 – Y - A - V – 3 – NO, v. 36. n.211, dez. 2004.

VIEIRA, P.B.H. Uma Visão Geográfica das Áreas Verdes de Florianópolis- SC: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). 2004. 109 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ZILLER, S. R.; **A Estepe Gramíneo-Lenhosa no segundo planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque à contaminação biológica.** 2000. 268 p. Tese. (Doutorado em Engenharia Florestal) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

A FORMAÇÃO DO HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO (HBCB/CH/UEPB) COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Profª. Dra. Luciene Vieira de Arruda

e-mail: luciviarruda@gmail.com

Profª. Ms. Maria Aletheia Stedile Belizário

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: aletheiastedile@servidor.uepb.edu.br

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Departamento de Geografia, UEPB/CH

e-mail: belogeo@servidor.uepb.edu.br

Prof. Dr. Carlos Antônio Belarmino Alves (In memoriam)

Departamento de Geografia, UEPB/CH

Amarildo Henrique de Lucena

UEPB/CH

e-mail: amarildo6406@gmail.com

*Turma IV do Curso de Especialização em Geografia e
Território: Planejamento urbano, rural e ambiental*

RESUMO

O Humaniza Bosque (HB) foi criado em 2019, na parte frontal do Centro de Humanidades (CH) da UEPB, para promover trabalhos práticos de iniciação

científica e extensão universitária, a partir da educação e conscientização ambiental. Em 2020, o Prof. Dr. Carlos Antônio Belarmino Alves, um dos coordenadores do citado projeto, faleceu vítima da pandemia da Covid-19. Em sua homenagem, o HB passou a chamar-se Humaniza Bosque Carlos Belarmino (HBCB). Neste espaço sem uso e coberto por gramíneas invasoras, foram plantados, aleatoriamente, 248 indivíduos vegetais, totalizando 49 espécies, distribuídas em 20 famílias, que estão sendo estudadas e cuidadas desde o seu plantio. Atualmente, o HBCB vem se configurando como um laboratório vivo ou espaço não formal de ensino (ENFE), para o desenvolvimento da pesquisa científica e extensão universitária no CH, sendo aberto à visitação pública.

Palavras-chave: Sustentabilidade; reflorestamento; Educação Ambiental; Laboratórios vivos; ENFE; Pesquisa e Extensão universitária.

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que o mundo vem passando por um processo de uso dos recursos naturais como nunca antes foi visto. É como se pensássemos assim: “recurso natural pra quem? Desenvolvimento sustentável pra que? O que é preciso sustentar?” (Krenak, 2020 (a), p. 22). Entender essa dinâmica é relevante para diversas áreas do conhecimento, principalmente nas ciências humanas e ambientais. Saber como atuar e gerir, de maneira sustentável, os recursos naturais, minimizando os danos que a ação antrópica acarreta, tornam-se imprescindíveis. Arruda, Belizário, Cavalcante *et al* (2020) chamam atenção para a ambiguidade humana onde, apesar da infinidade de aspectos tecnológicos, informacionais e científicos, os grupos sociais ainda são incapazes de proporcionar um ambiente equilibrado.

Isso nos faz refletir sobre as rápidas modificações espaciais, onde nos é indagado qual o nosso papel nessa dinâmica com relação aos ecossistemas degradados refletidos na paisagem, assumindo novas estruturas e formatos, com rupturas alterando seu uso e funcionalidade. Moreira (2020) pondera sobre a saturação dos espaços e ambientes coletivos e a necessidade de reestruturação dos mesmos para atender a uma nova dinâmica sociocultural e ambiental.

Essa discussão sobre o processo antrópico nos ambientes naturais e o processo de degradação, ganha força mundial a partir de propostas desenvolvidas com o intuito de mitigar os impactos negativos com relação às práticas ambientais. Para Sena, Freitas, Barcellos *et al* (2015), esse debate surge como um alerta para o modelo de desenvolvimento econômico, pautado nos ideais capitalistas de consumo desenfreado e acumulação, desencadeia a destruição dos ecossistemas, afetando o ambiente e seus ciclos, impactando, dessa forma, os meios: social e ambiental.

Como se não bastasse a problemática atual, em 2020, fomos surpreendidos por uma pandemia brutal, a Covid-19, que obrigou o mundo a repensar a forma de atuar no espaço. Estabeleceu-se, como escreve Tuan (2005), uma paisagem do medo, em que novas regras de convívio e isolamento foram traçadas. O medo da doença, nesse período, passou a ditar a organização da sociedade, já que, diferente de um desastre natural, a doença gerou uma atmosfera de pânico e suspeita.

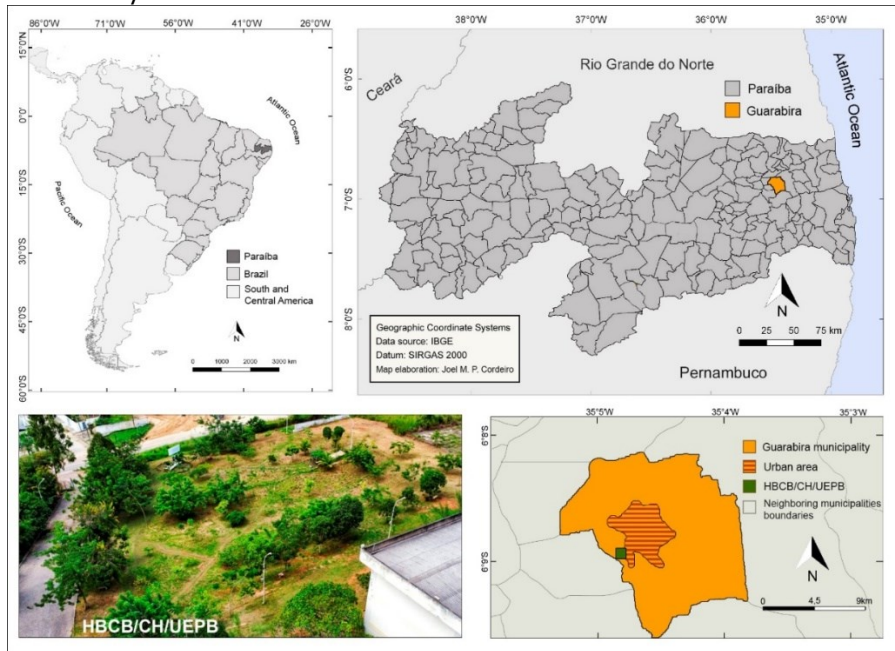
Belizário, Arruda, Stedile *et al* (2020) abordaram os aspectos da fragilidade humana e do desequilíbrio que a pandemia da Covid-19 trouxe para as relações sociais e ambientais. Elas suscitaram a necessidade de novas práticas que possam contribuir, de forma significativa, para mudar este cenário dos espaços atuais, sejam eles urbanos ou rurais, através de atitudes e condutas positivas em relação ao meio ambiente, capaz de levar a sociedade a reconhecer a importância da topofilia¹ e da biofilia² como os elos afetivos presentes entre as pessoas, seres vivos e os seus lugares.

¹ Conforme Tuan (2012), topofilia significa os elos afetivos que os grupos humanos mantêm com os lugares onde eles vivenciam os espaços a partir da percepção e simbologia que esses lugares fornecem.

² Conceito apresentado pelo biólogo estadunidense Edward O. Wilson, através da sua obra *Biophilia*. Nessa obra, ele nos apresenta de que forma os seres humanos coevoluem com as demais espécies e a importância dessa interação. (Wilson, 1984). Segundo Zanatta *et al*, (2019), somente dez anos depois, com o aprofundamento dos estudos em biofilia, é que foi promulgada a Hipótese da Biofilia, que fundamentou a existência da necessidade humana de se relacionar com a natureza como meio de promoção de bem-estar biopsicossocial.

Em outubro de 2019, pouco antes de sermos acometidos pela citada pandemia, foi criado no Centro de Humanidades (CH) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na cidade de Guarabira/PB, um minibosque denominado Humaniza Bosque (HB), com a proposta de transformar a parte frontal do CH em um espaço vegetado para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, contemplando a comunidade acadêmica do CH e as comunidades vizinhas à instituição (Figura 1).

Figura 1 - Localização geográfica do HBCB/CH/UEPB, em Guarabira/PB.



Fonte: Acervo do HBCB/CH/UEPB, 2024.

No ano de 2020, o professor Carlos Belarmino, um dos organizadores do HB, foi acometido pela Covid-19 e veio a óbito, o que levou à modificação do nome inicial do HB para HBCB (Humaniza Bosque Carlos Belarmino), em sua homenagem. Nesse cenário pandêmico, foi necessário encontrar alternativas de

continuar convivendo ambientalmente, além de repensar nossas práticas com relação à paisagem e como minimizar os impactos, ao menos em nível local. Assim, o HBCB que, inicialmente contava com apenas dois projetos, passou a compor um programa de extensão, com oito projetos, envolvendo os departamentos de Geografia e Letras, com pesquisas voltadas à EA e valorização da leitura literária, topofilia e biofilia.

Este artigo discorre sobre a criação do Humaniza Bosque Carlos Belarmino (HBCB) uma área verde urbana, localizada na parte frontal do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Guarabira/PB, para promover trabalhos práticos de iniciação científica e extensão universitária, a partir da educação e conscientização ambiental. Busca contribuir com modelos e projetos que direcionem a lidar com as questões ambientais que enfrentamos e que interferem no clima, nos ecossistemas, na segurança alimentar, entre outros.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O trabalho apresenta uma abordagem analítico-fenomenológica a partir da pesquisa-ação, tendo como base a relação do ser humano com o seu meio natural imediato, aquele das suas próprias vivências. Nesse sentido, para Tuan (2012, p. 135/136) “a topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material”.

O caráter desta pesquisa foi o qualiquantitativo a partir dos resultados dos Projetos de Extensão desenvolvidos pelo Programa HBCB/CH/UEPB. Como procedimentos metodológicos foi necessário um levantamento bibliográfico e de dados, por meio da observação participante, registro fotográfico, descrição dos projetos de extensão e análise dos resultados. Trata-se de uma metodologia fluida e varia de acordo com a temática de cada projeto, levando em

consideração a percepção e vivência dos agentes sociais envolvidos nos processos.

Esta pesquisa articula educação, sustentabilidade e percepção ambiental. Nesse sentido, a intenção é levar um modo de pensar os ecossistemas, não como uma fonte inesgotável de recursos naturais que podemos utilizar e sim, como precisamos cuidar, interagir e mantê-los. De acordo com Arruda, Belizário, Borba *et al* (2024), alternativas pensadas em pequenas escalas, podem mitigar impactos positivos e ainda funcionar como replicadores em áreas e comunidades próximas. Assim, “a ecologia nasceu da preocupação com o fato de que o que buscamos na natureza é finito, mas nosso desejo é infinito, e, se o nosso desejo não tem limite, então vamos comer todo este planeta.” (Krenak, 2020, p. 97).

Nessa perspectiva, se faz necessário criar espaços de debate, “em um diálogo que compreenda a reflexão para a Educação Geográfica contemplar a temática físico-natural, de forma indissociável” onde, sejam estabelecidas conexões através da percepção e vivência dos fatores físicos e dos atores sociais envolvidos (Oliveira, 2021, p. 09). É a partir dessa perspectiva que as práticas ambientais dos projetos de extensão do HBCB/CH/UEPB estão estruturadas.

Nesse contexto, os sujeitos da pesquisa foram os membros da comunidade acadêmica do CH/UEPB, composto por docentes, discentes e funcionários. A pesquisa é conduzida por cada orientador individualmente, mas a base de desenvolvimento dos estudos, a literatura, as pesquisas e os trabalhos desenvolvidos, estão estruturados nas dinâmicas, problemáticas ambientais e uso sustentável do meio natural.

3 A FORMAÇÃO DO HBCB/CH/UEPB COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O caminho trilhado para a implantação do citado bosque foi árduo e cheio de dificuldades. Assim, as primeiras atividades foram pensadas com o intuito de arborização, manejo e gestão dos espaços do CH/UEPB, a partir da percepção de que “os impactos ambientais são resultados de uma vasta exploração de áreas verdes e que não são reabilitadas na mesma proporção da degradação” (Silva, 2022, p. 14).

Inicialmente foi realizada a limpeza do terreno e a mobilização para providenciar as mudas vegetais para o plantio, visando o reflorestamento da citada área. Em seguida, foi criada uma logomarca, para melhor identificação do HB. Os estudantes pioneiros nas atividades práticas faziam parte da quarta turma do curso de Especialização em “Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental”, orientados por professores e funcionários do CH (Registro fotográfico 1).

Registro fotográfico 1 - (a) Parte frontal do CH/UEPB e planejamento inicial do HB; (b) Logomarca do HB; (c) Primeira atividade no HB; (d) Viveiro de mudas do HB; (e) Terreno preparado para receber o plantio; (f) Plantio compartilhado das primeiras mudas vegetais.

(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)



Fonte: Acervo do Programa Humaniza Bosque, 2019.

Primeiramente, foram plantadas 100 mudas vegetais, entre nativas e exóticas, adquiridas de órgãos públicos (universidades e instituições parceiras), privados (viveiros particulares) e doações voluntárias. Algumas espécies foram coletadas em campo, em um fragmento de mata próxima ao CH, enquanto outras nasceram espontaneamente, como é o caso do araçá (*Psidium guineense* Sw) e do jucá (*Caesalpinia férrea*). Atualmente, o HBCB já possui mais de 250 indivíduos plantados e a maior parte desses indivíduos já alcançou os 3 metros de altura e copa.

As mudas plantadas envolvem 47 espécies e 16 famílias botânicas, entre nativas (21) e exóticas (25). Em relação à importância econômica das espécies, 18 são apontadas como de uso medicinal, 19 podem ser usadas como ornamentais, 16 com potencial paisagístico, 19 apresentam potencial madeireiro, 13 espécies são frutíferas, 07 apresentam potencial apícola, 06 espécies são forrageiras, além de outros usos, como fornecedoras de tanino (3), fornecedoras de sombra (4), medicina veterinária (2) e planta mística (1), conforme levantamento de Cordeiro, Arruda, Sousa *et al* (2024).

Com o crescimento das espécies vegetais do HBCB/CH/UEPB, diferentes atividades foram realizadas, envolvendo os projetos de extensão universitária, as atividades de ensino-aprendizagem, as visitas programadas de escolas públicas e particulares da região do entorno, além do lazer recreativo e contemplativo, por parte dos alunos, professores, funcionários e comunidades circunvizinhas.

Em 2022 o HBCB/CH/UEPB passou a compor um Programa de extensão com sete projetos (Quadro 1), com bolsistas e voluntários, professores e coordenadores, formando uma equipe de mais de 50 pessoas, que atuam, até o momento, em uma diversidade de temas relevantes direcionando os participantes a enxergarem estas práticas benéficas ao meio natural, como uma possibilidade futura de educação.

Quadro 1 - Lista de Projetos Vinculados ao Programa de Extensão HBCB/CH/UEPB

Nº	TÍTULO DO PROJETO
1	SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS A PARTIR DO HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO (HBCB), DO CENTRO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB (PARTE III)
2	PRÁTICAS AMBIENTAIS A PARTIR DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM ESCOLAS PÚBLICAS E COMUNIDADES DO ESTADO DA PARAÍBA - (PARTE III)
3	BIOGEOGRAFIA E ORQUIDÁRIO DO HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO (HBCB), DO CENTRO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA: Natureza e Cultura na Seleção de Espécies (PARTE II)
4	CONTRIBUIÇÕES DO HBCB/CH/UEPB PARA O CULTIVO DE PLANTAS EM QUINTAIS RESIDENCIAIS
5	PRÁTICAS DE MONITORAMENTO DAS ESPÉCIES VEGETAIS QUE COMPÕEM O HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO (HBCB), DO CENTRO DE HUMANIDADES (CH/CAMPUS III) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB) (PARTE II)
6	LEITURA LITERÁRIA, PRÁTICAS AMBIENTAIS E AS CONEXÕES SIMBÓLICO/CULTURAIS CRIADAS A PARTIR DO HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO (HBCB), DO CENTRO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. (PARTE II)
7	LIVROS LIVRES: A PRÁTICA DA LEITURA NOS ESPAÇOS DO HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO (HBCB) CAMPUS III DA UEPB (PARTE II)

Fonte: Acervo do Programa HBCB/CH/UEPB, 2024.

Os projetos que compõem o programa supracitado estão atrelados à EA e, embora tenham algumas particularidades, todos convergem para a perspectiva da conscientização e sensibilização na temática sociedade/natureza. Infelizmente, neste mundo globalizado, as práticas de consumo em relação às paisagens se tornam cada vez mais predatórias. Partindo desse pressuposto, o modelo do Programa HBCB/CH/UEPB, propõe ações que minimizem esses impactos em nível local.

O direcionamento dos projetos, além da possibilidade de trabalharmos diversas temáticas teóricas e práticas da EA, nos possibilita direcionar temas voltados à Biogeografia, Gestão e Planejamento Ambiental. Dessa forma, a ação no HBCB tem contribuído para a percepção dos participantes sobre sustentabilidade, valorização do meio ambiente e conscientização sobre a biodiversidade local.

O monitoramento de espécies vegetais e cultivo de plantas são importantes para proteger as espécies ameaçadas, bem como recuperação de áreas degradadas, tal qual era a área onde hoje se encontra o HBCB. Além das conexões culturais e simbólicas na relação com a natureza, ocorre também a integração da comunidade acadêmica e externa, criando espaços de diálogo e leitura para a troca de saberes e responsabilidade com os bens da natureza e seus ecossistemas.

Os projetos 1 e 2, citados no quadro 1, têm objetivos semelhantes, mudando apenas a sua aplicabilidade. O objetivo principal de ambos é socializar as diversas práticas ambientais que ocorrem no HBCB/CH/UEPB. Enquanto o primeiro projeto recebe grupos nos espaços do HBCB, o segundo direciona as atividades para as escolas e comunidades, ambos socializando as práticas a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Registro fotográfico 2).

Registro fotográfico 2 - (a) Visita da ECI José Soares de Carvalho ao HBCB - 2024; **(b)** Visita do Projeto 2 à ECI Jose Soares de Carvalho - 2024; **(c)** Projeto 3 - Orquidário do HBCB; **(d)** Projeto 4 - Cultivo de espécies em quintais residenciais.

(a)



(b)



(c)



(d)



Fonte: acervo do HBCB/CH/UEPB, 2024.

Os projetos 3 e 4 e 5 articulam seleção e manejo das espécies vegetais. O projeto 3 se responsabiliza pelo orquidário, plantas essas de características distintas que trazem um valor tanto ornamental nas criações de ambientes de paisagismo, além de seu papel no meio ambiente com seu comportamento representativo de espécies epífitas. O projeto 4 incentiva o cultivo de espécies vegetais em quintais residenciais, considerando que a flora das

áreas urbanas e as culturas de quintais, sejam de plantas medicinais, frutíferas, ornamentais, entre outras. O projeto 5 monitora todas as espécies que compõem o HBCB e Incentiva a interação dos envolvidos no plantio e cuidados com as espécies vegetais plantadas no HBCB e orientam os visitantes quanto à prática de reflorestamento e de conhecimento das espécies nativas de nossa região.

Nos projetos 6 e 7, há um incentivo ao consumo dos espaços do HBCB, através do uso da literatura. O projeto 6, objetiva incentivar a leitura através de troca de livros e o projeto 7 incentiva a leitura literária, rodas de conversa e aulas, principalmente nas praças do HBCB. São organizadas também programações culturais, como saraus, apresentações musicais e o cine HBCB (Registro fotográfico 3).

Registro fotográfico 3 - (a) Troca de livros na pracinha Carlos Belarmino; (b) Projeto Leitura Literária.

(a)



(b)



Fonte: acervo do projeto, 2024.

De um modo geral, o Programa HBCB/CH/UEPB vem contribuindo no desenvolvimento de liderança e conhecimento dos participantes e isso pudemos constatar por meio do *feedback* dos envolvidos nas ações, na evolução das práticas ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de educação brasileira, nem sempre cria conexões efetivas entre teoria e prática, o que dificulta o aprendizado e a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos. Nessa perspectiva, o Programa HBCB/CH/UEPB surge como um laboratório, onde práticas com relação à paisagem poderão ser apresentadas. As práticas desenvolvidas pelo citado bosque, nesses cinco anos de atividade, permitiu um estreitamento de relações entre academia e comunidade, trazendo uma percepção do espaço vivido e suas dimensões. As atividades buscam discutir e questionar práticas ambientais que permitam articular um mundo mais humano, com um olhar mais cuidadoso para o meio ambiente e suas múltiplas interações.

Pensar nas questões ambientais e suas conexões requerem alternativas que possam minimizar os impactos decorrentes de um mau relacionamento entre os grupos humanos e seus espaços. Uma forma de potencializar essa divulgação/interação dos conhecimentos e práticas sustentáveis é adotar estratégias que envolvam o nicho educacional. Essa parceria funciona como veículo propagador de ensinamentos e práticas ambientais mais equilibradas.

Após cinco anos ininterruptos de atividades do Programa HBCB/CH/UEPB, concluímos que os elos entre a sociedade e a natureza precisam ser restabelecidos. A continuidade desse diálogo, com práticas efetivas que incentivem o cuidado do meio ambiente, irá sedimentar as bases para o fortalecimento das relações entre as comunidades e seu espaço vivido, possibilitando a expansão de práticas realmente sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, L.V.; BELIZÁRIO, M.A.S.; CAVALCANTE, M.B.; BORBA, G.K.O. Elos e flagelos na relação sociedade-natureza: Em busca da conscientização ambiental para preservar a vida. **Revbea**, v.15, nº 4, São Paulo, 2020. p. 279-300.
- BELIZÁRIO, M.A.S.; ARRUDA, L.V.; STEDILE, L.L.M.; BELIZÁRIO, B.C.S. Verso e Reverso da COVID-19 e o isolamento social: Alterações e impactos na dinâmica de convivência no/do lar. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v.05, n., p. 274 - 294, 2020.
- CORDEIRO, J.M.P; ARRUDA, L.V; SOUSA, R.S, et al. Projeto Humaniza Bosque Carlos Belarmino: Um Exemplo de Revitalização de Espaço Público Urbano em Guarabira, Paraíba, Brasil. **Pesquisar**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 68-86, nov. 2024.
- KRENAK, A. O amanhã não está à venda. **In: A vida não é útil**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história**, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020. 192p.
- OLIVEIRA, S. R. de L. Prefácio. In: BARROS, J. S., ARAGÃO, W. A. **Nos caminhos da Educação Geográfica**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021. 212p.
- SENA, A.; FREITAS, C.M.; BARCELLOS, C; RAMALHO, W.; CORVALAN, C. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (3), p. 671-683, 2015.
- SILVA, Eduardo Costa. **Práticas ambientais de extensão desenvolvidas no HUMANIZA BOSQUE CARLOS BELARMINO (HBCB/CH/UEPB) e suas relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. (Trabalho de Conclusão de Curso, Geografia, Centro de Humanidades/UEPB), 2022, 49 p.
- TUAN, Y. F. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 375p.
- TUAN, Y-F. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Trad) Livia de Oliveira. Londrina: 2012

ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE EROSÃO DOS SOLOS NO SÍTIO MARCAÇÃO, SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN.

Prof. Ms. Marlon Nelo de Lima

e-mail: marlon.nelo.101@ufrn.edu.br

Profª. Ms. Ana Carla Marques dos Santos

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: annascarlamarques@gmail.com

RESUMO

O estudo de caso teve como recorte de análise a propriedade agrícola do Sítio Marcação, situado na zona rural do município de São José do Campestre-RN, com o objetivo de analisar os principais fatores que ocasionam processos erosivos na propriedade agrícola. O estudo foi desenvolvido com base na proposta metodológica de Tricart (1977) e adaptada por Ross (1994), onde também foram realizados levantamentos bibliográficos e atividades de campo. As características de cada um dos elementos considerados, juntamente com o grau de fragilidade (plantio em linhas direcionadas aos cursos d'água; pastoreio excessivo do gado; e a retirada da vegetação da vertente), possibilitou a compreensão e identificação dos processos erosivos (Ravinas e Voçorocas).

Palavras-Chave: Erosão; Fragilidade Ambiental; Conservação dos Solos.

1 INTRODUÇÃO

As atividades humanas ao longo da História conseguiram alcançar altos níveis de degradação dos recursos naturais, ocasionando danos aos ecossistemas por todo o mundo. O manejo inadequado dos recursos naturais, tanto em áreas urbanas como

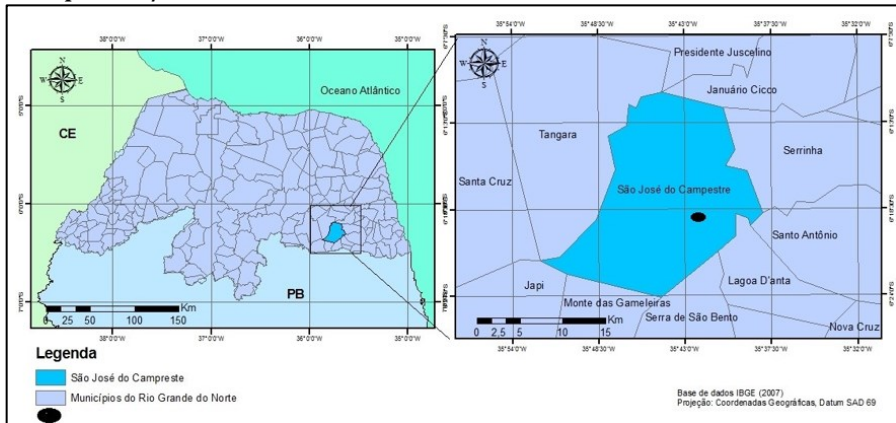
rurais, tem sido a principal causa da degradação ao meio ambiente (Guerra e Cunha, 2010). Como consequência dessas intervenções, temos assistido toda uma gama de impactos como erosão dos solos, desmatamentos, desertificação, poluição, inundações entre outros fenômenos.

Entre as atividades relacionadas à preservação ambiental, destacam-se as de conservação dos solos agrícolas, pois, juntamente com a luz solar, o ar e a água, o solo é uma das quatro condições básicas de vida na terra (Lepsch, 2010). Todavia segundo dados da Avaliação Global da Degradação dos Solos (GLASOD) a perda de solos agrícolas se dá a uma taxa de 6 a 7 milhões de hectares por ano, isto significa, a deterioração das suas propriedades físicas, químicas e biológicas, provocando assim, o empobrecimento precoce das terras produtivas (Guerra e Jorge, 2014).

O Brasil não está imune a esse processo de degradação, pois os problemas de erosão dos solos brasileiros consistem em uma combinação de um rápido desenvolvimento, associado a solos frágeis e um forte regime climático em algumas áreas, como é o caso da região Nordeste que apresenta um Índice de Degradação (ID) médio de 80,09% de sua área, considerando indicadores econômicos, sociais e biológicos (Lemos, 2001).

Entre os estados que compõem a região Nordeste, está o Rio Grande do Norte (RN), que apresenta um (ID) superior em relação à região Nordeste, com um percentual de 82,64% de sua área atingida (Lemos, 2001). Entre os municípios que compõem o RN, encontra-se o município de São José do Campestre/RN, na qual está inserido na Mesorregião Agreste e na Microrregião Borborema Potiguar (Figura 1).

Figura 1 - Localização Geográfica do município de São José do Campestre/RN.

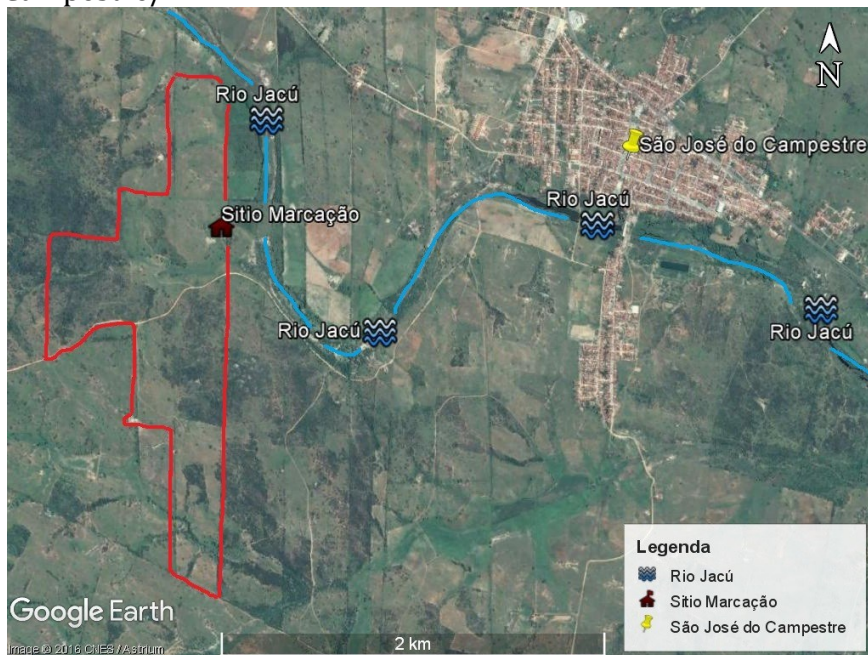


Fonte: Base de dados do IBGE, 2007.

São José do Campestre/RN apresenta nas suas formas de uso e ocupação, atividades ligadas ao setor agropecuário, onde se notabilizam por caracterizadas por práticas não conservacionistas, que contribuem substancialmente para o escoamento superficial e, conseqüentemente, ocasiona a erosão dos solos, sobretudo nas áreas rurais que se constitui a base da produção agrícola do município.

O estudo de caso teve como recorte de análise a propriedade agrícola do Sítio Marcação, situado na zona rural do município de São José do Campestre-RN, com uma distância de cerca de 3 km da sede municipal. Inserida nas coordenadas 06°19'16,53" de latitude Sul e 35°43'55,77" de longitude Oeste, o Sítio Marcação que apresenta uma área de 100 ha, estando geograficamente as margens do curso principal da bacia hidrográfica do Rio Jacu (Figura 2).

Figura 2 - Localização Geográfica do Sítio Marcação, São José do Campestre/RN.



Fonte: Adaptado do Google Earth Pro (2016).

No contexto apresentado, a pesquisa teve como objetivo analisar os principais fatores que ocasionam processos erosivos no Sítio Marcação, localizado na zona rural de São José do Campestre, considerando a fragilidade ambiental apresentada na área. Para tanto, foi necessário realizar a caracterização da propriedade agrícola com base nos aspectos físico-ambientais, verificar as técnicas utilizadas para o uso e manejo da terra e identificar os fatores de pressão e degradação ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O estudo de caso foi desenvolvido com base na adaptação da proposta metodológica de Ross (1994), que utiliza o conceito de Unidades Ecodinâmicas de Instabilidade Potencial (meios estáveis)

e de Instabilidade Emergente (meios instáveis), classificadas em graus de fragilidade. Essa proposta metodológica foi desenvolvida com base na concepção de Ecodinâmica definida por Tricart (1977).

Para tanto, esta abordagem metodológica requer a utilização de informações obtidas nos levantamentos de campo, serviços de gabinete a partir dos quais se geram produtos cartográficos temáticos de geomorfologia, pedologia, climatologia e uso e ocupação da terra/cobertura vegetal.

No entanto, para se chegar aos fins desta pesquisa, necessitou de uma adaptação mediante o recorte espacial em análise e considerando as características da área de pesquisa, onde o estudo de caso se desenvolveu a partir da análise e descrição do meio físico da propriedade agrícola, ao invés da produção de cartas temáticas.

Para alcançar a descrição do meio físico, os critérios técnicos (tabela 02) utilizados passam pelo levantamento de informações sobre os componentes naturais (solo, relevo e clima) e o componente antrópico (uso e manejo da terra), que se constituirão fatores determinantes dos graus de fragilidade do ambiente em estudo. Os critérios técnicos de cada um dos fatores analisados devem ser hierarquizados em graus de fragilidade com associação numérica que varia de (1 a 5), onde serão classificados em: 1 - Muito fraco; 2 - Fraco; 3 - Médio; 4 - Forte e 5 - Muito forte.

O fator principal para avaliar o grau de fragilidade do ambiente para a determinação da classificação das Unidades Ecodinâmicas é o uso e ocupação da terra, que se refere ao grau de proteção ao solo, de acordo com a cobertura vegetal predominante. Deste modo, a associação numérica representa um dígito para o grau de proteção dos solos pela vegetação, variando de (1 - Muito Alta) a (5 - Muito baixo/nulo) (Ross, 1994).

Para determinar o grau de fragilidade da variável relevo, Ross (1994) propõe a utilização de intervalos de classes já consagrados nos estudos de capacidade de uso/aprtdão agrícola associados com aqueles conhecidos como valores limites críticos da geotecnia, indicativos respectivamente do vigor no escoamento superficial em causar os processos erosivos, riscos de desliza-

mentos e inundações frequentes. A declividade do relevo varia de (1 - Muito fraca) a (5 - Muito forte).

Os critérios utilizados para a variável solo passam por suas características naturais: textura, estrutura, profundidade/espessura dos horizontes superficiais e subsuperficiais. Tais atributos estão diretamente relacionados com as características do meio físico: relevo, litologia, clima, pedogênese e fatores que determinam as propriedades físicas e químicas do solo (ROSS, 2014). A suscetibilidade à erosão por tipos de solos varia de (1 - Muito fraca) a (5 - Muito forte).

A análise do clima equivale aos tipos de comportamento pluviométricos, onde foram avaliadas a distribuição e volume das chuvas, na qual esses fatores conferem uma potencialidade da ação das gotas de chuva em modificar a dinâmica dos sistemas ambientais. Os graus de fragilidade variam de (1 - Muito fraco) a (5 - Muito forte) (Ross, 1994).

A pesquisa se iniciou em julho de 2014 e foi concluída em outubro de 2016. No processo de desenvolvimento também foram realizadas atividades de gabinete e pesquisa de campo. Na atividade de gabinete, inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico sobre o município de São José do Campestre/RN, bem como referências que abordam a relação solo-relevo e os processos erosivos. Essas referências possibilitaram o aprofundamento teórico-metodológico e subsidiou a operacionalização da pesquisa em suas etapas posteriores.

Por fim, foram utilizadas imagens recentes do *Google Earth*, onde gerou a produção de mapa temático de localização do município com ênfase na propriedade agrícola objeto de estudo, como também imagens que ajudaram a ilustrar as características do meio físico.

Na pesquisa de campo foi inicialmente feito o reconhecimento da área de estudo com a identificação dos processos erosivos, onde se fez necessário à utilização de recursos tecnológicos para localização (GPS) e registro fotográfico (Câmera fotográfica), neste período também foi realizado um levantamento de informações sobre a infraestrutura do Sítio, as características do

meio físico e as técnicas usadas pelos agricultores para o uso e manejo de solo para subsidiar a análise empírica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Sítio Marcação/RN os procedimentos usados para o preparo do solo com base em Ramalho Filho e Beek (1995), se constituem de nível primitivo, em decorrência dos implementos agrícolas adotados na propriedade como desmatamento, queimadas, o uso da tração animal e plantio em linhas a favor dos cursos d'águas, sendo que na área não há aplicação de capital para o manejo e planejamento de um desenvolvimento técnico que contribua para um melhor aproveitamento do solo, o que acarreta seu uso inadequado e, conseqüentemente, prejudica as condições da terra.

As formas de relevo encontradas na propriedade agrícola correspondem ao tipo Suave Ondulado, onde apresentam uma superfície de topografia ligeiramente movimentada, constituída por conjunto de pequenas colinas ou outeiros, sucessão de pequenos vales pouco encaixados (rasos), configurando pendentes ou encostas com graus de declividade entre 3 e 8% (IBGE, 2009).

Segundo a CPRM (2005) o tipo de solo que abrange o município de São José do Campestre é o Neossolo Regolítico (RR), que é marcado por uma textura arenosa e de baixa fertilidade. Já no tocantes ao clima, considerando o comportamento pluviométrico regional, São José do Campestre está inserido no domínio do clima semiárido, com médias anuais variando de 500 a 600 mm/ano.

Com base nos resultados obtidos, a partir dos levantamentos bibliográficos e das atividades de campo, foi elaborada a carta matriz com as características de cada um dos quatro elementos considerado, juntamente com o grau de fragilidade em que se encontram os mesmos, sendo que a análise integrada dos fatores ambientais subsidiou a compreensão dos processos erosivos ocorrentes no Sítio Marcação/RN (Quadro 1).

Quadro 1 - Carta matriz das características físicas do meio e os graus de fragilidade ambiental dos elementos naturais do Sítio Marcação/RN.

ELEMENTOS FÍSICOS	CARACTERÍSTICAS DO MEIO	GRAUS DE FRAGILIDADE AMBIENTAL
Uso e Manejo da Terra/ Cobertura Vegetal	Os procedimentos usados para o preparo do solo se constituem de nível primitivo, em decorrência dos implementos agrícolas simples adotados (desmatamento, queimadas e o uso da tração animal) / Áreas da propriedade agrícola, onde se apresenta desprovida de sua vegetação nativa, com a presença de uma rala pastagem, devido às práticas de desmatamento ao qual a área foi submetida – Área da propriedade com a presença de mata secundária, com sua formação arbustiva densa.	Proteção ao Solo 5 - Muito Baixo a Nulo (correspondente às áreas desmatadas com presença de pastagens); Proteção ao Solo 2 - Alto (correspondente às áreas de mata secundária, com sua formação arbustiva densa);
Relevo	Suave Ondulado (3 - 8%)	1- Muito Fraca;
Solo	Neossolo Regolítico (RR) de textura arenosa	4 – Forte;
Clima	Semiárido: com comportamento pluviométrico irregular ao longo do ano, com episódios de alta intensidade e volumes anuais baixos, geralmente abaixo de 900 mm/ano.	5 – Muito Forte;

Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

De acordo com Ross (1994) o que diferencia os meios estáveis (ambientes naturais) dos meios instáveis (ambientes antropizados), é o fator uso da Terra/Cobertura Vegetal. Com base nos dados obtidos na propriedade agrícola, verifica-se que ela se classifica como Unidade Ecodinâmica de Instabilidade Emergente, já que a área não apresenta qualquer tipo de vegetação natural preservada, e em virtude desse ambiente antropizado, o meio fica vulnerável aos processos de degradação da paisagem.

Na vertente analisada, onde estão localizados os processos erosivos, o comprimento da rampa é de 147 metros, sendo que esse aspecto interfere diretamente na velocidade das enxurradas. Para Bertoni e Lombardi Neto (2014), quanto maior o comprimento da rampa, mais a enxurrada se acumula e maior energia resultante dessas ações se traduz em um aumento da turbulência do fluxo hidrológico, com isso, o canal vai se ampliando se tornando mais largo e profundo, tendo, desta maneira, condições de transportar grandes quantidades de sedimentos e, conseqüentemente, uma maior taxa de erosão.

O processo descrito proporciona o ambiente a se adaptar em novo estágio de equilíbrio, principalmente, na sua função hidrológica. O fluxo hídrico, que deveria ser absorvido pelo solo, acaba atingindo o terreno com a ação dos *splash* e, a princípio, o escoamento da água tende a ser difuso. No entanto, com o aumento das enxurradas, o fluxo hídrico acaba escoando por pequenos canais, de forma concentrada. Esse tipo de ação, em virtude do comprimento da encosta, contribui para que a água ganhe velocidade e intensidade, atingindo o terreno de forma linear, causando assim, a erosão em sulcos (Figura 3).

Figura 3 - Erosão em Sulcos/Ravinas no Sítio Marcação/RN.



Fonte: Arquivo dos autores, 2016.

Assim, de acordo com Bertoni e Lombardi Neto (2014, p.77) a erosão em sulcos é resultado “[...] de pequenas irregularidades na declividade do terreno que faz que a enxurrada, concentrando-se em alguns pontos do terreno, atinja volume e velocidade suficientes para formar riscos mais ou menos profundos”. Uma vez ocorrida à precipitação no terreno com sua vegetação bem defasada, o escoamento das águas pode ocasionar diferentes tipos de erosão. Para Bryan (1987) *apud* Guerra *et al*, (2014, p.47): “as ravinas permanentes, que persistem no mesmo local por períodos prolongados, quase sempre evoluem para voçorocas, encosta abaixo, e podem formar os estágios iniciais da evolução de redes de drenagem”.

Para Bertoni e Lombardi Neto (2014, p.77), as voçorocas podem ser entendidas como “a forma espetacular de erosão, ocasionada por grandes concentrações de enxurradas que passam, ano após ano, no mesmo sulco, que vai ampliando, pelo deslocamento de grandes massas de solo, e formando grandes cavidades em extensão e em profundidade”. Distingue-se uma ravina de uma voçoroca, segundo o critério de que, ravinas seriam incisões de até 50 cm de largura e profundidade. Guerra (1998)

admite que acima destes valores, as feições erosivas podem ser denominadas de voçorocas (Figura 4).

Figura 4 - Erosão em Voçorocas no Sítio Marcação/RN.



Fonte: Arquivo dos autores, 2016.

As voçorocas podem ser classificadas de acordo com Bertoni e Lombardi Neto (2014), por sua profundidade e pela área de sua bacia e podem ser consideradas profundas quando tem mais de 5m de profundidade, médias quando tem de 1 a 5m e pequenas com menos de 1m. Em relação à bacia elas são consideradas pequenas quando a área de drenagem é menor que 2 hectares, médias entre 2 a 20 hectares e grandes quando têm mais de 20 hectares. Nesta perspectiva, a voçoroca em estudo, pode ser considerada em sua profundidade como média por ter cerca de 2m e, em sua bacia, como pequena já que a área onde ela abrange é menor que 2 hectares de terra.

Em virtude desse ambiente instável, Vitte e Guerra (2014) evidencia que os processos erosivos acelerados causam diversos prejuízos ao meio ambiente e a sociedade, tanto no local (*onsite*) onde os processos de degeneração ocorrem como em áreas próximas e afastadas (*offsite*). Os efeitos *onsite* incluem a diminuição da fertilidade dos solos, o crescimento das plantas, a

desertificação dos solos e diminuição da capacidade dos solos em reter a água. Os efeitos *offsite* decorrem do escoamento das águas e sedimentos, ocasionando mudanças negativas ao meio ambiente com impactos relacionados a enchentes, assoreamento de rios, contaminação dos corpos líquidos etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada dos componentes naturais (solo, relevo e clima) e do componente antrópico (uso e manejo da terra) para a compreensão dos processos erosivos atuantes no Sítio Marcação/RN, possibilitaram o cumprimento dos objetivos propostos nesta pesquisa, pois com base na abordagem metodológica proposta por Tricart (1977) e Ross (1994) foi possível identificar dos principais elementos que influenciam os processos erosivos, bem como o entendimento da dinâmica da paisagem na área de estudo.

Os principais fatores que influenciaram os processos erosivos no Sítio Marcação caracterizam-se pelo comprimento da encosta atrelada às práticas inadequadas de uso e manejo do solo, tais como desmatamento, agricultura mal planejada com plantio em linhas dirigidas a favor dos cursos d'água, pastoreio excessivo, associados a um tipo de solo muito frágil e sobre influência de um regime climático com forte concentração de chuvas, facilitaram o escoamento superficial concentrado, o que gerou as feições erosivas encontradas na propriedade agrícola.

A importância dos solos ultrapassa as fronteiras da agricultura, pecuária e silvicultura, onde, esse elemento natural, pode atuar promovendo a acumulação de matéria orgânica, como filtros e transformador de atividades entre a atmosfera e a água existente no subsolo, protegendo a cadeia alimentar e a água potável contra a poluição, onde o solo atua como armazenador de água e nutrientes, ajuda a preservar a flora e a fauna, participando assim, da manutenção da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, R.; ROSS, J.L.S. As unidades ecodinâmicas na análise da fragilidade ambiental do parque estadual do morro do diabo e entorno Teodoro Sampaio/SP – **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 26. 2009. p. 59-78.
- CPRM. Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimentos por Água Subterrânea, Estado do Rio Grande do Norte. **Diagnóstico do município de São José do Campestre**, Recife, 2005. 21p.
- GUERRA, A.J.T. (1998). Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, A.J.T. e CUNHA, S.B. (eds). **Geomorfologia, uma atualização de bases e conceitos**, Berthand Brasil, Rio de Janeiro, 3ª. Edição, 149-209.
- GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. **Geomorfologia e meio ambiente**. 4ª. ed. – Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010. 372p.
- GUERRA, A.J.T.; JORGE, M.C.O. **Degradação dos solos no Brasil**. - Rio de Janeiro. Bertand Brasil, 2014. p.16.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Geomorfologia**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro, 2009. 182p.
- LEPSCH, I.F. **Formação e conservação dos solos**. 2ª ed. - São Paulo: Oficina de textos, 2010. 216p.
- LEMOS, J.J.S. Níveis de Degradação no Nordeste Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.32, n. 3, 2001. p.406-429.
- RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Embrapa - CNPS, 1995. 68p.
- ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia/ FFLCH/USP**, n.º 8, p. 63-73, 1994.
- TRICART, J. – **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Diretoria Técnica, 1977. 97p
- VITTE, A.C. GUERRA, A.J.T. Reflexões sobre a geografia física no Brasil. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 282p.

GEOGRAFIA DAS ÁGUAS: AVALIAÇÃO AMBIENTAL PRELIMINAR DA NASCENTE DO RIO CAMARATUBA, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE DUAS ESTRADAS/PB E SERRA DA RAÍZ/PB

Prof. Espec. Devid Wallas de Sousa Borges

e-mail: devidwallas.geo@hotmail.com

Prof. Dr. Ivanildo Costa Silva

Departamento de Geografia – UEPB/CH

e-mail: ivan13silva@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar o estado de conservação da nascente do Rio Camaratuba, localizada entre os municípios de Duas Estradas/PB e Serra da Raiz/PB. Procurou-se investigar se a nascente possui cercas de proteção; se há atividade agropecuária no entorno; verificar o nível de degradação da mata ciliar e conhecer qual a concepção da comunidade local sobre a importância desta nascente. A pesquisa procurou fazer uma abordagem qualitativa, a partir da coleta de informações em campo. A nascente em questão não está seguindo os parâmetros e conformidades da LEI Nº 12.727 de 17.10.2012, que indica a situação de conservação das áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes e está inserida na zona ruim quanto ao grau de proteção, de modo que os impactos ambientais são visíveis.

Palavras-chave: Degradação ambiental; Nascente; “Geografia das águas”.

1 INTRODUÇÃO

O recorte geográfico que estamos propondo em tela, diz respeito à questão da água, uma vez que, enquanto recurso natural é um tema que abre um leque de discussão acerca da preservação, uso e distribuição da mesma, sobretudo das nuances que perpassam o território na Geografia da água, iniciando com a conservação das nascentes dos rios, como definem Gomes e Valente (2005):

Nascentes são as águas que emergem do solo, resultantes de um processo de infiltração e percolação de água das chuvas e de águas subterrâneas na estrutura do solo, que ao atingirem as zonas saturadas, são transmitidas lentamente através dos poros do solo, ou fraturas de rochas. São essenciais para a conservação dos recursos hídricos e responsáveis pela formação e manutenção dos canais fluviais (Gomes; Valente, 2005, p. 37).

De acordo com Calheiros (2004), consideram-se nascentes “o local da superfície topográfica onde emerge, naturalmente, uma quantidade apreciável de água subterrânea”. Estes locais representam descargas naturais dos aquíferos que alimentam normalmente os cursos de água, podendo eventualmente ser utilizadas para consumo humano, agricultura, e outros fins, através de obras de captação. Desse modo, “as nascentes são afloramentos do lençol freático, que, em seu acúmulo formam trechos de águas” (Calheiros *et al.*, 2004).

As nascentes abastecem os riachos, córregos e cursos d’água que, por sua vez, abastecem os rios. Se não houver a proteção das nascentes, por menor será a vazão de água disponível, os cursos d’água podem secar e a qualidade das águas será prejudicada, afetando todos os seres vivos que dependem dela para sobreviver (Belinati, 2015).

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), fundamentada na lei 9.433, que entre outros aspectos afirma em seu artigo 1º que: a água é um bem de domínio público; sendo, porém, um recurso limitado e dotado de valor econômico. A gestão

deste recurso deve proporcionar o uso múltiplo das águas, tendo a bacia hidrográfica como unidade territorial, e proporcionar uma gestão descentralizada e participativa. Neste viés, a lei de nº 12.727, de 17 de outubro de 2012 consolida no artigo IV que “as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros”.

Assim, partimos do pressuposto que nosso trabalho é produto de avaliação concreto no contexto geográfico que a unidade territorial da nascente do Rio Camaratuba nos possibilita a enxergar, fazendo reflexões das nuances que a percepção da comunidade deve ter quanto ao uso da água como recurso limitado, fazendo com que possamos irrigar com gotas de consciência as ações no território, zelo e cuidado para com a manutenção da nascente.

Nosso diálogo é pautado sob a categoria de análise geográfica do território, uma vez que discutimos o contexto de conservação da nascente do Rio Camaratuba dentro dos territórios dos municípios de Duas Estradas/PB e Serra da Raiz/PB. Desse modo, o conceito de território entendido neste trabalho se aproxima ao definido por Haesbaert (2000, p.121), que afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também), portanto, uma forma de (apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 2000, p.121).

Refletindo a respeito dessas questões, Santos e Antonello (2006) contribuem dizendo que:

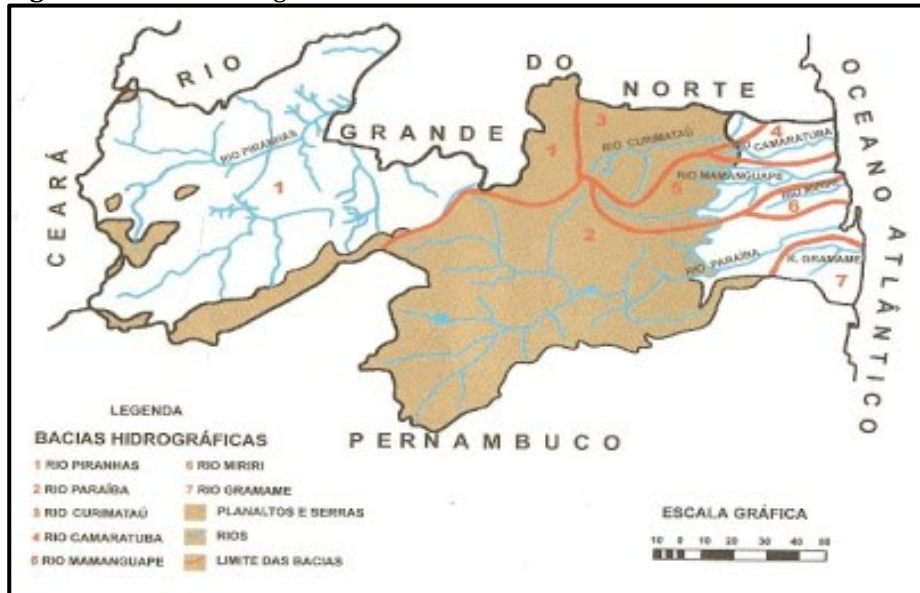
(...) com os avanços da ciência, da tecnologia e da informação, o capitalismo estabelece a diferenciação dos espaços, ou, mais precisamente dos territórios, pela materialidade por eles apresentada, traduzindo-se na divisão espacial entre os países,

regiões e cidades, fruto do desenvolvimento desigual e combinado, próprio da lógica capitalista, aumentando as disparidades socioeconômicas e espaciais, expressão de luta entre local/global (Santos; Antonello, 2006, p. 143).

A justificativa da compreensão de território como foi mencionado pelos autores acima, está nas peculiaridades observadas *in loco* no espaço geográfico, na pesquisa em específico da nascente do Rio Camaratuba, essa observação proporciona um conhecimento mais corporificado, configurando controle territorial de quem é dono de uma determinada área privada. Assim, a “Geografia águas” percorre sua importância nos municípios que participam deste rio, de modo que a categoria território permite revelar as contradições, conflitos e/ou produção/relação cidade-campo. Neste percorrido, caracterizamos a bacia do Rio Camaratuba segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2005) e trazemos na figura 1 e 2 a localização cartográfica para uma leitura melhor do estudo.

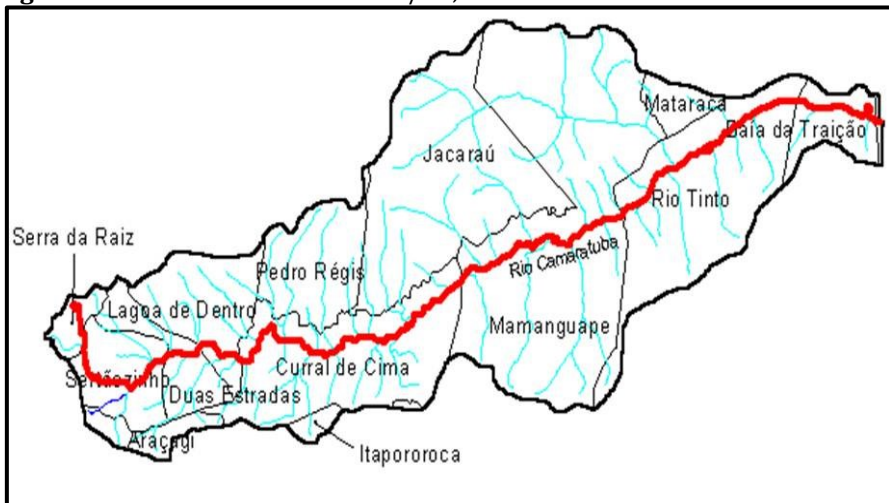
A bacia do rio Camaratuba situa-se na parte extremo leste do Estado da Paraíba. Conforma-se sob as latitudes 6°32'49" e 6°46'2" sul e entre as longitudes 34°57'49" e 35°27'59" à oeste, e tem como rio principal o rio Camaratuba; limita-se à sul com a bacia do rio Mamanguape, à leste com o Oceano Atlântico, à oeste com a bacia do rio Curimataú e à norte com as bacias dos rios Guajú e Curimataú. A bacia do rio Camaratuba drena uma área que mede cerca de 635,6 km². No interior desta bacia, distribuem-se completa e parcialmente os municípios: Baía da Traição; Curral de Cima; Duas Estradas; Itapororoca; Jacaraú; Lagoa de Dentro; Mamanguape; Mataraca; Pedro Régis; Pirpirituba; Rio Tinto; Serra da Raiz; Sertãozinho.

Figura 1 - Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba



Fonte: Arquivo Pessoal dos Autores (2018).

Figura 2 - Curso do Rio Camaratuba/PB, da nascente à foz.



Fonte: <http://serradaraizpb.blogspot.com/p/Geografia.html> (Adaptação de Adriano Miguel, 2010), acesso em 05/10/2018).

A discussão do presente artigo teve como objetivo avaliar o estado de conservação da nascente do Rio Camaratuba, localizada entre os territórios dos municípios de Duas Estradas/PB e Serra da Raiz/PB. Procurou-se investigar, de modo singular, se a nascente conta com a presença de cercas de proteção; se há atividade agropecuária no entorno; verificar a situação da mata ciliar e ainda tentar compreender a concepção da comunidade que mora próximo com relação à importância da nascente.

Diante dos expoentes contidos na nossa proposta avaliativa da nascente do Rio Camaratuba, nossa produção, percorre os caminhos da sustentação dos escritos de Vianna (2003) que aborda os “territórios das águas” e também nas reflexões de Torres (2007) que discute conceitos nesta vertente e dialogamos também com Oliveira (2017, p.7), mencionando que “o território da água é aqui compreendido como um segmento do espaço em que se estabelecem relações de poder em que determinados agentes se configuram no espaço para o usufruto da água”.

2 MATERIAL E MÉTODO

Para atingir os objetivos da pesquisa, o trabalho teve como caminho metodológico a abordagem qualitativa, aonde propusemos a nos fundamentar em outros trabalhos científicos que possibilitou uma discussão sólida no tocante a nascente, logo pudemos descrever a real situação que se encontra a nascente do Rio Camaratuba, através da análise das bibliografias consultadas foram importantes para a compreensão e encaminhamento do objeto investigado, bem como para estruturar e alimentar o trabalho teórico.

Prosseguindo com a pesquisa, realizamos trabalhos de campo para vivenciar *in loco* o entorno da nascente do Rio Camaratuba. Um dos trabalhos de campo foi de reconhecimento dos “territórios da água” que percorrem a área da nascente do Rio Camaratuba entre Duas Estradas/PB e Serra da Raiz/PB, sendo assim, a metodologia que foi adotada é a pesquisa de campo.

Para Suertegaray (2002), o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e, que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo.

Nossa ideia inicial partiu do pressuposto de envolver a dinâmica territorial da água da nascente do Rio Camaratuba entre os municípios de Duas Estradas/PB e Serra da Raíz/PB, as questões que literalmente se infiltra na Geografia hídrica para obtermos os devidos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Preocupado com o descaso da Geografia com a gestão e a cultura da água, Vianna (2003) levanta a questão: “Seria a Geografia a rainha do Espaço e a viúva das águas?” Na verdade, a gestão dos recursos hídricos é viúva da Geografia, que desconsidera os meandros que envolvem a Cultura da Água. Segundo o autor, se a Geografia falha por não incluir a água, os recursos hídricos e as intervenções nos espaços hídricos na análise espacial, por outro lado o conhecimento do espaço geográfico como um todo é incompleto sem uma visão espacial desse elemento (Vianna, 2003, p. 10).

Nessa abordagem, a relação sociedade-natureza no que tange a conservação/preservação das nascentes é de suma importância no sentido de garantir respeito, valor e responsabilidade ambiental com a mesma. Neste contexto, os conceitos vão se misturando e expressando a essência de cada peculiaridade a exemplo do território (categoria de análise da Geografia).

Nesta ótica a Geografia analisa os resultados preliminares que até aqui obtivemos durante o contexto da pesquisa, onde a nascente do Rio Camaratuba se inseri na zona complexa/urbanizada/antropizada quanto ao grau de proteção, favorecendo a ação humana no espaço, de modo que a degradação ambiental é notória quanto à presença de resíduos sólidos no entorno da nascente, vegetação alterada, presença de odor, espumas na água,

comprometendo assim o ecossistema e as relações existente sociedade-natureza, onde podemos observar na figura 3 o aspecto da nascentes do Rio Camaratuba com a vegetação não preservada e com resquícios de lixo em seu entorno.

Figura 3 - Aspectos da Nascente do Rio Camaratuba - Serra da Raíz/PB.



Fonte: Arquivo Pessoal dos Autores (2018).

O território está em todas as esferas da sociedade e o homem é parte integrante deste processo que se transforma no cotidiano da Geografia. Assim, é substancial trazer a população para o centro do diálogo que estamos construindo, uma vez que devemos romper paradigmas singulares e produzir em coletivo, de modo que a presente situação de não conservação da nascente afeta a todos e devemos o quanto antes pensar nas futuras gerações, despertando uma leitura crítica do espaço que deve ser protegido.

Ribeiro (2003) também reflete a respeito do papel da Geografia na análise territorial de uma geopolítica da água, o autor comenta que, a crise da água é, principalmente, gerada pela sua distribuição pelo planeta e pelo seu uso. Ela combina natureza a história, dando-lhe um caráter eminentemente geográfico. A crise circunscreve os países que mais consomem água no mundo e os que apresentam escassez dessa substância, assumindo caráter geográfico. Na ótica de alguns autores, a exemplo do autor acima, cabe, portanto, à Geografia, o desafio de analisar a tradição própria da água na sua espacialidade, aqui entendida como cultura da água, que é particular e inerente ao lugar, no seu aspecto físico, no aspecto humano e nas relações sociais. Podemos observar na figura 4 características das nascentes do Rio Camaratuba com a origem do curso hídrico necessitando de proteção.

Figura 4 - Aspectos da Nascente do Rio Camaratuba - Serra da Raíz/PB.



Fonte: Arquivo Pessoal dos Autores (2018).

Neste sentido, é importante considerar que existem pressões locais para aproximar essas identidades territoriais da água formando assim alguns territórios demarcados que seriam geridos por uma cultura hídrica global e que, a nascente em estudo apresenta sua origem “sufocada”, onde a urbanização no entorno da área da nascente implica para o avanço das casas dos moradores e/ou o volume produzido pelos mesmos que acarreta no acúmulo de resíduos sólidos,

Pelas verificações deste estudo é recomendada a inserção de um projeto de intervenção para recuperação e preservação do entorno da nascente do Rio Camaratuba, reflorestamento das áreas degradadas devido o acesso do rebanho bovino, pois é habitual trocar as matas ciliares por pastagem e poder público deve provocar a educação ambiental com a comunidade para que a relação sociedade-natureza esteja em harmonia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco central deste trabalho nos levou a percorrer e compreender como os pilares territoriais da água se contextualizam na Geografia, sobretudo das condições e aspectos encontrado na nascente do Rio Camaratuba, entre os municípios de Duas Estradas/PB e Serra da Raiz/PB, através de todos os fatores que são inerentes a busca e valorização da água. A referida produção se inclinou para uma discussão geográfica que transita as “veias” conceituais das nascentes, uma vez que a crise hídrica se tornou cada vez mais presente como um problema emergente para a sociedade e o cuidado as mesmas devem ser ponto de partida para fortalecer os recursos hídricos.

Nota-se que os objetivos propostos da pesquisa evidenciaram que o poder público local negligencia a realidade observada *in loco* de modo que a nascente se encontra desprotegida e vulnerável, devido o contato de animais na propriedade que é particular e o proprietário não demonstra flexibilidade para dialogar com as pessoas para realizar uma intervenção de proteção à nascente.

Assim, para título de conclusão, este artigo deve dar sequência a outros estudos e é uma ferramenta no processo de preservação da área. É importante restaurar o entorno das nascentes do Rio Camaratuba para proteger, assim como a participação do poder público dialogando com a comunidade sobre a educação ambiental, mostrando atenção, cuidado e zelo, uma vez que esta origina o curso hídrico da Bacia Hidrográfica do rio Camaratuba, fonte substancial a vida de muitos seres vivos.

REFERÊNCIAS

- ANTONELLO, C. S. **Aprendizagem na Ação Revisitada e sua Relação com a Noção de Competência. Comportamento Organizacional e Gestão.** Portugal - Lisboa, v. 1, p. 17-37, 2006.
- ARAÚJO, D. C. de. **Análise de conflitos institucionais na gestão dos recursos hídricos do Estado da Paraíba.** 148p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB., (2011).
- ARRETCHE, M. (2000). **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização.** São Paulo: Editora Revan, p. 302.
- BATTILANI, J.L., SCREMIN, D.E., SOUZA, A.L.T., **Fitossociologia De Um Trecho Da Mata Ciliar Do Rio Da Prata**, Jardim, MS, Brasil. **Acta bot. Bras**19 (3): 597-608. Campo Grande, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/abb/v19n3/27375.pdf>. Acesso em: 14 de Agosto de 2018.
- CALHEIROS, R.O., TABAI, F.C.V., BOSQUILIA, S. V., **Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.** Preservação e Recuperação das Nascentes (de Água e de Gente). Disponível em: <http://www.jorgeamaro.com.br/nascentes.pdf>. Acesso em: 14 de Agosto de 2018.
- HOUAISS, **Dicionário da língua portuguesa.** Disponível para assinantes UOL em: Acesso em: 11 de agosto de 2018.
- GOMES, M.A.; VALENTE, O.F. **Conservação de nascentes: Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas de Cabeceiras**, Viçosa, MG: Editora Aprenda Fácil, 2005. 210p.
- LANNA, A. E. L. Hidroeconomia in REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B. & TUNDISI, J.G., **Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico Uso e Conservação.** 2ª Ed. São Paulo, Ed. Escrituras, 531-561p, 2002.
- MARIANO NETO, B. **Ecologia e Imaginário - memória cultural, natureza e submundialização.** João Pessoa: Ed. universitária da UFPB, 2001.

- MARIANO NETO, B.; ARRUDA, L.V. (Orgs.) **Geografia e Território – planejamento urbano, rural e ambiental**. João Pessoa: Ideia, 2010.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.
- OLIVEIRA, L.M.N.O. **TERRITÓRIO DA ÁGUA: CONFLITOS NA DISTRIBUIÇÃO DA SECA ENTRE OS MUNICÍPIOS BAIANOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E BARRA DO CHOÇA**. IV Encontro Nacional e X Fórum Estados, Capital, Trabalho. Aracaju/SE, 11 de agosto de 2017.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.
- RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.
- RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1976. 168 p.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Geografia em Movimento).
- SOUZA, M.J. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995, p. 77 116.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia e trabalho de Campo**. In: _____. **Geografia Física, Geomorfologia: uma (re)leitura**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.
- TORRES, A.T. **Hidroterritórios (Novos Territórios da Água): os instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. 121f.
- VIANNA, P.C.G. **Mini Curso: Gestão do Território e Gestão dos Recursos Hídricos**. IX EREG NE – Aracaju/SE, 2003.

4 GEOGRAFIA E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NOS ESPAÇOS URBANOS

O CENTRO DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB E SUAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

Profa. Esp. Patrícia Soares de Meireles

e-mail: patriciasoares-geografia@hotmail.com

Profa. Dra. Regina Celly Nogueira da Silva

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB

e-mail: reginacelly@gmail.com

RESUMO

O centro de uma cidade tem grande importância social e econômica dentro do espaço urbano e no seu território municipal. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar as mudanças ocorridas no centro de Alagoinha-PB, no período de 2009 a 2019. Para chegar aos resultados almejados, foi feito um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Vale salientar, que o centro de Alagoinha nesse período ganhou novos estabelecimentos e novas praças, de forma que, o que já existia passou por alguma reforma ou foi reconstruído. Portanto, conclui-se que o centro da cidade supracitada teve sua infraestrutura e dinâmica econômica transformadas pelos agentes sociais, trazendo assim, algumas melhorias para os seus usuários no que se refere as suas funções comercial, administrativa, bancária e de lazer.

Palavras-chave: Alagoinha; Cidade; Centro.

1 INTRODUÇÃO

O centro da cidade tem uma grande importância social e econômica dentro do espaço urbano e no território municipal ao qual pertence e, por isso, passa por constantes transformações em relação à infraestrutura e aspectos socioeconômicos. Neste contexto, o presente trabalho abordará o centro da cidade de

Alagoinha-PB que se configura para sua população e frequentadores como um espaço de função administrativa, comercial, bancária e de lazer.

O município de Alagoinha, de acordo com a nova divisão regional do IBGE de 2017, localiza-se na Região Intermediária de João Pessoa, mais precisamente na Região Geográfica Imediata de Guarabira a 84 km de João Pessoa. Faz limite com os municípios de Cuitégi, Alagoa Grande, Mulungu, Guarabira, Pilões e Areia.

Segundo o IBGE (2022), Alagoinha possui uma área territorial de 111,361 km². Em 2010 este município possuía 13.576 habitantes, dos quais 9.034 viviam no perímetro urbano e 4.542 na zona rural. De acordo com estimativas desse mesmo instituto, em 2022 Alagoinha passou a ter 13.725 habitantes e uma densidade demográfica de 123,25 habitantes por km².

Sendo assim, a área de estudo é formada pelas ruas: Mestre Raimundo, Maria da Glória Aquino de Oliveira, Deputado Francisco Antônio, Irene Moura, Moura Filho, Antônio Carneiro, Tenente Moura, José Belo, Capitão Costa, Padre Afonso, Elogio Martins e Doutor João Pequeno. E pelas Praças Alfredo Moura, Geraldo Beltrão, Durval Barbosa, Banda Cidalino Pimenta, Frei Damião e Lia Beltrão. Estas ruas e praças formam um espaço que se apresenta dentro do espaço urbano de Alagoinha como uma centralidade.

Neste contexto, para desenvolver a presente pesquisa teve-se como objetivo geral analisar as mudanças ocorridas no centro de Alagoinha/PB, no período de 2009 a 2019. Já os objetivos específicos, consistiram em identificar quem vive neste centro hoje, compreender as funções do mesmo e apresentar como o poder público influencia as mudanças deste espaço.

O centro é a área da cidade que recebe mais investimentos no desenvolvimento socioeconômico e estudá-lo permite compreender como o Estado capitalista atua no planejamento urbano, dando a este espaço novas formas e funções sociais, ao longo do tempo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O centro de uma cidade é o destaque, interior, foco, meio de onde tudo parte, do qual tudo comanda ou depende dele. O meio urbano como uma espacialidade, tanto pode ser ou ter um centro. É neste sentido que Villaça (1998), afirma que variam muito os conceitos e as realidades representadas pela expressão “centro urbano”, pois ele pode designar ou ser chamado centro tradicional (por alguns autores chamado de centro histórico) pode ser uma área mais ampla, ou seja, “centro expandido” ou até mesmo significar cidade central.

De acordo com Serpa (2011), no urbano o conceito de centro ou localidade central, além de estar associado à aglomeração das atividades terciárias, incorpora também os fatores que favorecem sua formação ou consolidação. Souza (2003), diz que as atividades terciárias, que o constitui em grande parte, são especializadas e sofisticadas.

Sendo assim, o centro de uma cidade, por apresentar uma forte concentração de atividades terciárias, atrai um grande fluxo de pessoas. Neste ponto de vista, quanto mais estas atividades evoluem, mais aumenta o fluxo de pessoas circulando, sendo consumidores, empregados ou empregadores.

Segundo Villaça (1998), à medida que se desenvolve a comunidade organizada, o centro urbano surge em função de uma disputa pelo controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos. Portanto, “através de um centro diversificado, a população (clientes e consumidores) minimiza seus deslocamentos, podendo, ter todas as suas necessidades realizadas em um tempo mais curto” (Silva, 2016 p. 81-82).

Assim, o centro urbano faz com que as pessoas economizem tempo, pois em uma pequena escala temporal e espacial, pode-se encontrar grande variedade de coisas que são indispensáveis para a sobrevivência de uma sociedade capitalista. Quando se está no centro, é curioso observar quantos caminhos levaram aquele grande fluxo de pessoas a esta localidade, sendo estes caminhos os facilitadores do acesso.

De acordo com Villaça (1998), o centro principal tem a vantagem de poder concentrar tanto os empregos, como os locais de compras e serviços, além de apresentar a posição de acessibilidade para a maior parte da cidade. Logo, para Sposito (2010), nas cidades o centro por ser uma área onde se localiza o maior número de estabelecimentos comerciais, de bancos e das diferentes formas de produção de serviços, torna-se a localidade mais importante e de maior destaque.

Neste contexto, o centro urbano é aquela localidade que todos ou frequentam, ou precisam dele de forma direta, ou indireta. Nas cidades pequenas, o centro é um espaço que todas as outras localidades da cidade e do município dependem dele. Neste viés, se comparado com as partes de uma casa, ele funciona como um alicerce, pois foi onde tudo iniciou e é a base que mantém as outras partes.

O que seria o espaço do centro sem as catedrais, bancos, estabelecimentos comerciais e sem ter um grande fluxo de pessoas circulando? Esses elementos fazem com que este espaço atraia cada vez mais estabelecimentos que irão prestar serviços para população, sem tudo isso, ele não seria destaque e suas funções seriam outras e não se apresentaria como uma centralidade.

Villaça (1998), afirma que existe um círculo vicioso para os centros urbanos serem centro, que é o fato de ser neles onde se localizam os palácios, as catedrais ou os bancos, e o oposto, os palácios, catedrais ou bancos só se localizam nos centros porque eles são centros.

A desigualdade social pode ser vista nitidamente no centro, na forma como cada classe social o vive. Enquanto uns são donos dessa parte do solo urbano, outros são meros empregados que neste espaço vendem a sua força de trabalho, muitas vezes por menos de um salário mínimo, inclusive, isto é algo comum no comércio das pequenas cidades como Alagoinha.

De acordo com Serpa (2011), o centro funciona de modo diverso para as diferentes classes sociais, já que estas consomem de maneira distinta, os bens e serviços oferecidos pelos diferentes

centros e subcentros, seja nas escalas regional, metropolitana ou intraurbana.

Segundo Alves (2011), ainda que possa ser analisado em várias escalas, o centro tem como atributo a centralidade, ou seja, a capacidade de concentrar, em um determinado espaço, vários elementos necessários à reprodução da vida e, no sistema capitalista, a reprodução do próprio sistema, como equipamentos de circulação, comércio, serviços. Se até os anos 1950 no Brasil podia-se dizer que o centro das cidades era único, hoje, pode-se inferir que temos vários tipos de centros. Sejam estes com centralidades específicas e monofuncionais, muitas vezes destinados a grupos específicos da sociedade, ou em outros mais tradicionais, com comércio diversificado e uma mescla maior de grupos sociais.

3 METODOLOGIA

O centro de Alagoinha/PB foi estudado através de uma análise do seu espaço geográfico e em uma escala local com um marco temporal que vai de 2009-2019, de forma que neste intervalo de 10 anos, constatou-se que ocorreram algumas mudanças em relação à infraestrutura, ao comércio, as suas funções e a expansão do espaço que se apresenta como centralidade deste espaço urbano.

Para chegar aos resultados almejados foi elaborada uma pesquisa de campo de cunho quanti-qualitativa, a partir de levantamento de dados, entrevistas, registros fotográficos, observações *in loco* e coleta de dados junto aos órgãos públicos.

O referencial bibliográfico que embasou esta pesquisa compõe-se em obras de autores que abordam a geografia urbana e o conceito de espaço, tais como Souza (2003), Sposito (2010), Villaça (1998), dentre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 10 anos, o centro de Alagoinha/PB ganhou várias melhorias em sua infraestrutura urbana, que foram ocasionadas pelas intervenções dos agentes sociais. Em 2019 a área estudada contava com 328 estabelecimentos dos quais 196 eram residenciais, 242 comerciais, 4 bancários, 14 prestavam serviços públicos, 2 religiosos e 16 eram históricos. A variedade de perfis dos estabelecimentos faz com que diariamente um grande fluxo de pessoas percorram as ruas desta localidade em busca dos serviços prestados pelos mesmos.

Em 2019 a área central de Alagoinha possuía 90 imóveis, sendo exclusivamente destinados à moradia, sem que haja outro fim, sendo 76 casas e 14 prédios. Já em relação aos estabelecimentos que além de serem moradias tinham a finalidade de acomodar alguma atividade comercial tinham 106 sendo 18 casas e 88 prédios. Percebe-se que, ao longo de 10 anos muitas das moradias foram transformadas em estabelecimentos comerciais ou passaram a ser as duas coisas.

A busca das pessoas por mais espaço no centro da cidade fez com que o mesmo crescesse para o alto através dos prédios. Em 2019 o centro de Alagoinha tinha um total de 102 prédios que correspondia a 31% dos estabelecimentos existentes nesta área, sendo 61 com um andar, 32 com dois andares; 8 com três andares e 1 com cinco andares. Nota-se que os prédios surgiram devido à necessidade de morar no centro e, ao mesmo tempo ter o seu térreo como espaço comercial ou prestador de serviços. Dos 102 prédios apenas 14 eram exclusivamente residenciais, enquanto 88 eram residenciais e tinham os seus térreos usados para outros fins.

As formas e funções do centro de Alagoinha são comandadas por estabelecimentos públicos e privadas, conservados e modificados pelos agentes sociais que são os produtores do espaço urbano. Em relação aos estabelecimentos que existiam no centro de Alagoinha em 2019, percebe-se que havia um número maior de estabelecimentos privados do que públicos. Portanto, o poder

privado legitimado pelo poder público foi o agente que mais modificou este espaço.

Mesmo o centro de Alagoinha tendo mais estabelecimentos privados do que públicos observa-se que esta área é o espaço da cidade onde se concentra uma quantidade maior de estabelecimentos públicos. Encontravam-se localizados neste espaço a Prefeitura; Câmara; Mercado, Açougue, Biblioteca, Secretaria de Educação, Creche, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), Casa do Cidadão, Casa do Prefeito(a), Garagem Municipal e a Sede da banda de música Maestro Cidalino Pimenta. Muitos destes estabelecimentos mencionados faziam parte da administração do município e dão a este espaço a função administrativa.

Nos últimos 10 anos, o poder público no centro de Alagoinha construiu novos estabelecimentos, fez reformas e deu novas funções a outros. Pode-se ter como exemplo: o antigo prédio da prefeitura que foi demolido para construção de uma nova instalação; a construção da sede da banda de música Maestro Cidalino Pimenta; reforma no antigo estabelecimento da Escola Carlos Martins para tornar-se o novo endereço da Secretaria de Educação; Já o antigo estabelecimento da Secretaria de Educação após uma reforma passou a ser a Casa do Cidadão.

Os estabelecimentos que prestam serviços bancários são típicos de áreas urbanas, que exercem uma centralidade. Portanto, em Alagoinha é no centro onde se concentra todos os estabelecimentos que prestam os serviços bancários a esta cidade: a Casa Lotérica; os Supermercados Bom de Preço e Pague Menos oferecem os serviços do Bradesco Expresso. Dentre as mudanças ocorridas nesse espaço entre 2009 e 2019 em relação a sua função bancária estão: o fato dos Correios em 2019 deixar de ser correspondente do Banco do Brasil, assim como, a mudança de endereço do Posto de atendimento Bradesco e da Casa Lotérica.

A circulação de fluxos como carros, motos, ônibus, caminhões fazem com que as pessoas e as mercadorias cheguem e saiam do centro. Portanto, é no centro onde se localiza a maioria dos fixos que dependem exclusivamente da existência desses fluxos para existirem como lava jatos, borracharias e as oficinas. Em 2019

existiam em Alagoinha um total de 12 estabelecimentos que prestavam serviços para este segmento, sendo 7 oficinas, 3 borracharias, e 2 lava jatos todos localizados as margens da PB-075. O número desses estabelecimentos vem crescendo, isso se deve ao aumento significativo da frota de veículos no município nos últimos anos.

Segundo o IBGE (2020), em 2009, Alagoinha tinha uma frota com 1100 veículos e em 2018 passou a ser 2978, tendo assim, ocorrido nesse intervalo de nove anos um aumento de 1878 veículos. O aumento do fluxo de transportes está gradativamente modificando a infraestrutura, a dinâmica e as questões socio-econômicas do centro de Alagoinha. Os veículos ao facilitarem a locomoção permitem que um número maior de pessoas frequente o centro em todos os dias da semana e que mercadorias de diferentes partes do país cheguem a este espaço.

No centro de Alagoinha em 2019 existiam 2 praças de taxistas e 3 de mototaxistas. Sendo que os taxistas transportam seus passageiros principalmente para Guarabira-PB e os mototaxistas para as outras áreas da cidade e para a zona rural do município. Ambos contribuem para um maior fluxo de pessoas neste espaço.

Tanto o poder público quanto o privado, ao longo dos anos, contribuiu na infraestrutura do centro de Alagoinha para que, dentre as suas funções, estivesse a de promover o lazer, seja ele de forma pública, por meio das praças e do parque de eventos, ou privada, através dos bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias, açaiadeiras, entre outros.

O poder público em Alagoinha, enquanto modificador do centro, tornou em 2016 um espaço sem edificação, localizado às margens das rodovias PB-063 e PB-075, em um Parque de Eventos, nomeado de Petrônio Albuquerque. Neste parque são realizadas as tradicionais festas de Natal, São João e outros eventos de grande porte. Antes da existência deste parque, o pátio do mercado se constituía no local dos maiores eventos da cidade até dezembro 2009 e, posteriormente, a rua Governador José Américo, de 2010 até junho de 2016. Percebe-se que as festas que foram realizadas

nestes espaços públicos, além de terem promovido o lazer de forma gratuita também contribuíram para a economia local.

Em Alagoinha no ano de 2019 existiam 9 praças, 6 delas estão localizadas na área estudada que são Geraldo Beltrão, Alfredo Moura, Lia Beltrão, Frei Damião, Banda Cidalino Pimenta e Durval Barbosa das quais as mais movimentadas são a Praça Geraldo Beltrão e a Durval Barbosa. Essas praças apresentam-se para a população como um espaço de lazer gratuito, sendo apreciadas por crianças, jovens e idosos, sejam eles moradores ou não do centro.

Durante o período de 2009 a 2019, novas praças surgiram como é o exemplo das praças Banda Cidalino Pimenta em 2015 e a Durval Barbosa em 2018. Algo que também contribuiu para mudanças na infraestrutura do centro da cidade, foi a reconstrução das praças Alfredo Moura e Geraldo Beltrão em 2009, que passaram a ter mais espaço e ganharam uma estrutura mais moderna. Até 2018 a Praça Geraldo Beltrão era a mais movimentada no turno da noite e durante os fins de semana, porém com o surgimento da Praça Durval Barbosa e de todos estabelecimentos comerciais em seu entorno, houve uma diminuição significativa no fluxo de pessoas neste espaço.

No Centro de Alagoinha, em 2019, existiam 46 estabelecimentos que tinham como finalidade o entretenimento, sendo 21 bares, 12 lanchonetes, 6 açaiadeiras, 6 restaurantes e 1 sorveteria. Boa parte desses estabelecimentos estavam no entorno das praças Durval Barbosa, Geraldo Beltrão, Alfredo Moura, Frei Damião e Banda Cidalino Pimenta, apenas a Praça Lia Beltrão não apresentava nenhum. Pelo fato da maioria desses estabelecimentos estarem próximo à Praça Durval Barbosa a mesma apresentava um fluxo maior de pessoas.

O comércio contribui para que a área estudada tenha uma posição de centralidade dentro do espaço urbano de Alagoinha. São encontrados nesta localidade estabelecimentos comerciais que dispõem de mercadorias e serviços como: farmácias, lojas de calçados, lojas de roupas, bombonieres, papelarias, supermercados, hortifrúti, padarias, bares, depósitos de bebidas, lanchonetes, pizzarias, posto de gasolina, clínicas odontológicas,

escritórios de advocacia, salões de beleza, lojas de móveis e eletrodomésticos, dentre outros.

É notório o quanto o comércio cresceu no centro de Alagoinha, entre 2009 e 2019. Os estabelecimentos apresentavam-se mais variados e existia uma concorrência maior entre alguns segmentos. A concorrência apresentava-se maior entre os bares que eram no total de 21, lojas de roupa 17, salões de beleza 13 e as lanchonetes com 12. No âmbito do comércio, a concorrência faz com que o consumidor disponha de uma variedade maior do mesmo produto, assim como, de melhores preços.

As feiras livres das quartas-feiras e dos sábados fortalece ainda mais a função comercial deste espaço. Sendo que a feira livre da quarta-feira não tem a mesma proporção da realizada aos sábados, já que são armados poucos bancos que se concentram apenas no pátio do mercado e na Rua Irene Moura. Neste dia são comercializados apenas gêneros alimentícios, os feirantes são do próprio município e o fluxo de clientes é bem pequeno, se comparado a feira do sábado.

Já aos sábados, a feira livre atrai um grande fluxo de pessoas vindas tanto de outras áreas da cidade, como da Zona Rural e ocupa todo o pátio do mercado, áreas próximas à Praça Geraldo Beltrão, as Ruas Irene Moura, José Belo, Tenente Moura, Elogio Martins, Moura Filho e a Governador João Fernandes Lima. Os consumidores encontram uma grande variedade de produtos industrializados, artesanais e agropecuários. De acordo com a percepção dos feirantes entrevistados, de 2009-2019 o número de comerciantes aumentou, sendo em sua maioria alagoinhenses. Os feirantes que vêm de outros municípios são de Alagoa Grande, Guarabira, Cuitégi, Lagoa Seca, Jacaraú, Pilões, Mulungu e Juarez Távora.

O poder público, enquanto planejador deste espaço, pode, através de suas ações, trazer contribuições para o comércio existente no centro da cidade de Alagoinha. De acordo com os entrevistados, as gestões públicas entre 2009 e 2019 fizeram em 2013 um piso novo no pátio do mercado e no açougue municipal uma reforma em 2012, bem como uma restauração em 2019.

Já o capital privado diversificou o comércio ainda mais e com isso ocorreu um aumento no número de estabelecimentos comerciais em todo o centro. A atuação mais significativa dos recursos privados, no intervalo que vai de 2009-2019, foi a construção da Praça Durval Barbosa e a instalação de estabelecimentos comerciais no seu entorno. Mesmo com o desenvolvimento ocorrido nesses 10 anos, o comércio que existia no centro de Alagoinha ainda não atendia e nem atende no momento a todas as necessidades dos Alagoinhenses. Fato este que faz com que os alagoinhenses precisem frequentar o comércio de Guarabira-PB.

O principal problema do centro de Alagoinha, segundo os entrevistados, são os alagamentos causados pelas águas pluviais, que ocorrem devido ao fato de não existir uma infraestrutura urbana que permita o escoamento de forma rápida. Os maiores alagamentos nesses 10 anos ocorreram no dia 14 de janeiro de 2016 e em 18 de fevereiro de 2019. Em ambos, o grande fluxo de água invadiu estabelecimentos comerciais e moradias, causando prejuízos aos comerciantes e moradores. Após o alagamento de 2016 foi feita uma obra de saneamento básico com o intuito de resolver esse problema, só que não resolveu já que os alagamentos continuam ocorrendo. Portanto, novas medidas devem ser tomadas pelo poder público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo, os hábitos das pessoas mudam devido surgimento de novas formas de consumo. Isso faz com que o espaço passe por constantes mudanças para atender os padrões de consumo da modernidade. Portanto, o centro enquanto espaço se apresenta para sua população e frequentadores, em cada época, de acordo com as exigências do momento e também conforme o seu crescimento socioeconômico.

Percebe-se que o centro de Alagoinha/PB no intervalo entre 2009 e 2019, teve sua infraestrutura e dinâmica econômica transformadas pelos agentes sociais, trazendo assim, algumas

melhorias para os seus usuários no que se refere as suas funções comercial, administrativa, bancária e de lazer.

Dentre as funções exercidas pelo centro de Alagoinha, a que mais se destacou, durante o período estudado foi a função comercial. Função esta, que faz com que as outras áreas da cidade e a zona rural do município sejam dependentes deste espaço. O comércio também contribui para que, diuturnamente, exista um grande fluxo de pessoas circulando no centro. No entanto, nota-se que o poder público deve investir mais na infraestrutura deste espaço de modo que venha contemplar o comércio.

O centro urbano de Alagoinha, com todas as suas funções, é aquele espaço que não é vivenciado apenas pelos seus moradores. Nas ruas do centro de Alagoinha, cotidianamente, se vê um grande número de frequentadores que são de outras áreas da cidade, da zona rural do município e, em uma escala menor, de municípios circunvizinhos, principalmente nos dias de feira livre e em dias festivos. Frequentadores esses, que vão a este espaço em busca dos estabelecimentos comerciais, de serviços bancários, das praças, das feiras livres e das festas.

Com base nas entrevistas e na observação, percebeu-se que o Poder Público pode resolver alguns problemas existentes no centro de Alagoinha, assim como, também pode contribuir para que o mesmo se torne um espaço ainda mais agradável. Sendo assim, o poder público ao intervir no centro com obras ou ações que venham a melhorar este espaço, não estará contemplando apenas os seus moradores e sim a todos os seus usuários.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.A. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Frota de veículos de Alagoinha/PB de 2006-2018**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoinha/panorama>. Acesso em: 20 set. 2020.

_____. **Divisão Regional do Brasil:** em Regiões Geográficas Imediatas e em Regiões Intermediárias. IBGE: Rio de Janeiro: 2017.

_____. **Censo Demográfico de 2010**, Alagoinha-PB. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoinha/panorama>. Acesso em: 20 set. 2020.

_____. **Censo Demográfico de 2022**, Alagoinha-PB. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoinha/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, R.C.N. **A revitalização do centro histórico de João Pessoa: uma estratégia para a reprodução do capital**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOUZA, M.L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPÓSITO, E.S. **A vida nas cidades**. 5. edição. São Paulo: Contexto, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Lincoln Institute, 1998.

O SHOPPING CIDADE LUZE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM GUARABIRA/PB

Profa. Ms. Geisa Karla de Oliveira Borba

Departamento de Geografia, UEPB/CH
e-mail: geoliborba@gmail.com

Profa. Dra. Michele Kely Moraes Santos Souza

e-mail: michelekmoraes@gmail.com

RESUMO

O referido estudo teve como objetivo analisar as transformações socioespaciais nos bairros Areia Branca e Rosário a partir da implantação do *Shopping Center* Cidade Luz, em Guarabira/PB bem como identificar os novos espaços construídos, através da valorização das localidades e discutir a atuação dos agentes sociais. Para a elaboração do trabalho foi necessário realizar o levantamento bibliográfico e investigação documental, que configurou em uma pesquisa qualitativa. A pesquisa de campo, possibilitou a realização de 49 entrevistas semiestruturadas, registro fotográfico e produção de mapas. Constatamos que o *shopping* Cidade Luz atraiu novas habitações, comércio e serviços, pois oportunizou infraestrutura e especulação imobiliária, fez surgir uma nova lógica urbana e contribuiu nos processos de transformações socioespaciais.

Palavras-chave: Transformações socioespaciais; *Shopping center*; Guarabira-PB.

1 INTRODUÇÃO

Os *shopping centers* se tornaram centros multifuncionais que vão além de espaços de compra, mas de influenciar a urbanização e a economia. Estes empreendimentos são importantes se

serem discutidos, pois reestruturaram as cidades para atender às necessidades dos produtores do espaço urbano (Endlish, 2009). Diante disso, Padilha (2006) caracteriza-os como equipamentos que passaram de espaços de entretenimento e consumo para produtos e serviços os quais dialogam com as mudanças espaciais das cidades.

Nesta perspectiva, o referido trabalho teve como objeto de pesquisa as transformações socioespaciais do *shopping* Cidade Luz em Guarabira-PB. Este município está localizado no estado da Paraíba e segundo a divisão hierárquica das cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence à Região Imediata de João Pessoa e Região Imediata de Guarabira (IBGE, 2017).

Conforme o processo histórico-temporal, a sua sede municipal ganhou, desde 2012, um novo elemento urbano, o *Shopping Center* Cidade Luz, que atribuiu novas formas e usos da terra urbana. Assim, o trabalho teve como objetivo geral analisar as transformações socioespaciais nos bairros Areia Branca e Rosário a partir da implantação do *Shopping* Cidade Luz, bem como os novos espaços construídos, através da valorização das localidades e a atuação dos agentes sociais. Para tanto, estudos que tratam da análise espacial de *shoppings* são relevantes para a geografia os quais contribuem como fonte de pesquisa para estudos futuros.

O trabalho se baseou em uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório e como procedimentos metodológicos, levantamento bibliográfico a partir de Carlos (2007), Villaça (2001), Padilha (2006) entre outros, bem como levantamento documental e dados estatísticos coletados no IBGE e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Na sequência, a pesquisa de campo (fevereiro e março de 2020) nos bairros Areia Branca e Rosário. Optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas (presenciais e virtual devido à pandemia da SARS-COVID-2). Por fim, registro fotográfico e confecção de mapa no programa *Quantum GIS*.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, DA PRODUÇÃO ESPACIAL E DA IMPLANTAÇÃO DO SHOPPING CIDADE LUZ

Guarabira esteve historicamente ligada à economia açucareira nacional entre os séculos XIX e XX. Em 1884, foi instalada a Estação Independência, de linha férrea Conde D'Eu pela empresa inglesa *Great Western Brasil* (GWBR), que favoreceu a expansão de suas fronteiras comerciais, ultrapassando os limites do estado da Paraíba. Nesse mesmo período, Guarabira foi elevada à categoria de município pela Lei Provincial nº 841, de 26 de novembro de 1887. No século XX, com o declínio da economia do açúcar e do couro, o algodão emergiu como alternativa econômica no estado e no município, como também o sisal/agave contribuindo para a sua dinâmica agrícola (Silva Júnior, 2013, Melo, 1999, Pereira, 2016).

Somados aos ciclos econômicos, a feira exerceu forte atração no fluxo de pessoas e mercadorias e como resultado, favoreceu na produção espacial da cidade nas proximidades da atual Matriz de Nossa Senhora da Luz com os casarões e armazéns. Entre as décadas de 1930 a 1990 recebeu agências bancárias, Mercado Municipal, Hospital Regional/Serviço de Saúde Pública (SESP), obras de infraestrutura e saneamento básico. Dessa forma, novos bairros e distritos surgiram que, posteriormente, se emanciparam. Segundo Lucena e Mariano Neto (2010), Guarabira tornou-se polo regional, reforçando a sua centralidade.

Em período recente, Guarabira tem uma economia voltada ao setor terciário com a participação da indústria alimentícia, têxtil e calçadista, agrícola, comércio em varejo e atacado com pouca expressividade. Ademais, serviços de saúde, bancário e educação. A variedade de negócios tem sido um fator positivo na economia, atraindo novos mercados, incluindo a construção civil e empreendimento imobiliários (*shopping*).

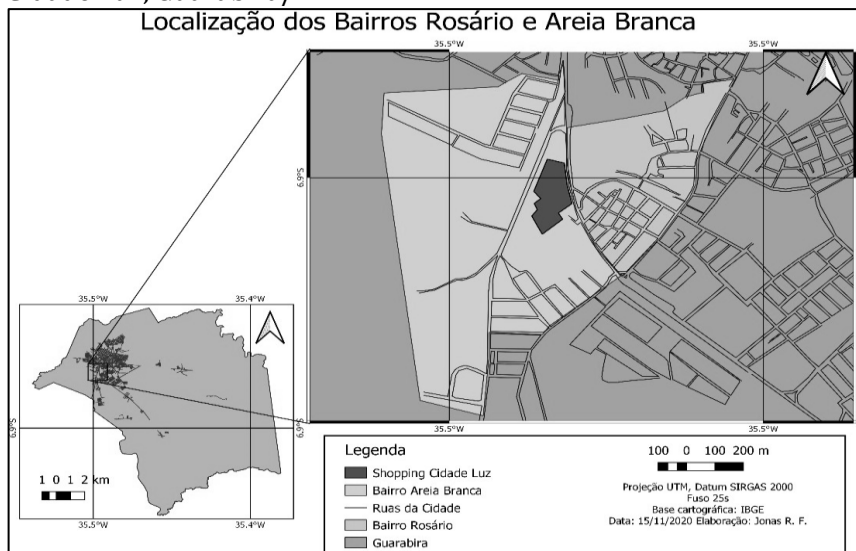
Entre 2009 e 2019, Guarabira registrou 2.159 Micro e Pequenas Empresas (MEI) e 999 Microempreendedores Individuais (MPE). Entre 2014 e 2018, só o comércio e os serviços

registraram juntos 890 novos estabelecimentos, de acordo com informações do SEBRAE. Por outro lado, o trabalho informal, realizado pelo trabalho familiar e serviços em *delivery* e lojas virtuais se encontram em expansão.

Esse dinamismo econômico tem impulsionado o surgimento de pousadas, hotel, novos bairros, redes de supermercados, loteamentos e produção do espaço urbano, a exemplo do *shopping*. Estas são consequências das ações dos agentes sociais, no processo de reprodução do capital. Esta expansão comercial contribui na produção do espaço, pois novos espaços são inseridos na cidade no contexto urbano.

O *Shopping Center* Cidade Luz está localizado no bairro Areia Branca. O acesso da entrada principal, dar-se pela Av. Otacílio Lira Cabral, sentido Mari-João Pessoa na PB-073 e a segunda, pela Antônio Paulino Filho, sentido Cuitegi-Campina Grade na PB-075. O empreendimento tem ligação com as avenidas Rui Barbosa e Des. Pedro Bandeira as quais se conectam com o centro principal (Mapa 1).

Mapa 1 - Mapa de localização dos bairros no entorno do *Shopping Cidade Luz*, Guarabira/PB



Fonte: Jonas Rafael Ferreira do Nascimento (2020). Organização: Das autoras (2020).

O *Shopping Cidade Luz* é uma iniciativa privada pertencente ao mercado formal de imóveis e está vinculado ao Grupo econômico Guarabira Aves Alimentos LTDA (Guaraves) que investiu R\$50.000.000,00 e como responsável pela obra, a WPM *Consult*. Possui uma área de 42.880 m² (quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta metros quadrados), sendo 24.850m² (vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta metros quadrados) de área construída e 13.500 m² de Área Bruta Locável (ABL).

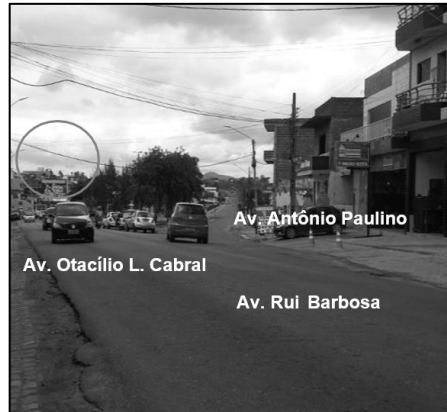
Após a sua implantação novas estruturas urbanas surgiram. Tais resultados são comprovados por Villaça (2001) e Padilha (2006). Este empreendimento tem três lojas âncoras, dezenove lojas satélites, Praça da Alimentação, quatro quiosques e serviços (faculdade, Casa da cidadania, consultórios pediátrico e odontológico, escritório advocatício, banco e agência de viagens). As suas lojas têm uma vida útil relativamente curta e enfrentam um baixo fluxo de visitantes, enquanto o centro tradicional da cidade mantém seu papel de centralidade dominante (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Fachada do *Shopping Cidade Luz*, Av. Otacílio Lira Cabral, Guarabira/PB



Fonte: das autoras (2020).

Figura 2 – Trecho de acesso ao *Shopping* entre as avenidas, Guarabira/PB



Fonte: das autoras (2020).

No que se refere aos bairros analisados, Areia Branca possui em suas delimitações as avenidas Otacílio Lira Cabral e a Antônio Paulino Filho. Tem baixo adensamento populacional, de baixa a alta renda. Já o bairro do Rosário tem como acessos, as avenidas Otacílio Lira Cabral e Des. Pedro Bandeira. É um bairro popular e populoso com famílias de baixa a média renda.

3 INFLUÊNCIA DO *SHOPPING CIDADE LUZ* NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DAS LOCALIDADES E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE DE GUARABIRA/PB

Para compreender as transformações ocorridas no espaço urbano de Guarabira e, especificamente, nos bairros Areia Branca e Rosário, há a necessidade de compreender os processos de especulação imobiliária valorização destas localidades. A área onde hoje é o *Shopping Cidade Luz*, Condomínio Serra da Luz *Residence Privê* e o Posto Frei Damião (todos empreendimentos do Grupo

Guaraves) pertenciam à família Madruga, dona de grandes parcelas de terras dos bairros pesquisados, segundo os moradores.

Nesta mesma área, havia casas simples, onde a terra era arrenda para o plantio de cana-de-açúcar, mamona, vagem, capim e criação de gado. Para a construção destes empreendimentos ocorreu o aterramento do manancial e canalização do subafluente do rio Guarabira (efluente) e demolição do antigo Clube Recreativo de Guarabira, já desativado para a construção do condomínio. Ademais, a construção com estrutura de galpão, que seria um abatedouro da Guaraves, tornou-se o shopping. No mesmo período, a praça, as atividades agrícolas e culturais (olaria) não se mantiveram.

Os proprietários fundiários nos bairros do entorno do *Shopping Cidade Luz* são compostos, tanto por particulares quanto por famílias tradicionais de Guarabira. Entre elas, destaca-se a família Madruga, responsável pelas terras onde hoje se localizam o *shopping* e o condomínio, e que continuam comercializando lotes no bairro do Rosário. Também participam desse cenário a família Aquino, antigos proprietários da Fazenda Mirian, transformada no loteamento Pouso das Garças, bem como as famílias Fraga e Severo, que ainda detêm terras nas áreas adjacentes. Essa dinâmica revela a permanência de grupos tradicionais no controle da terra e de sua especulação.

Em um período anterior, estas famílias vendiam lotes de terras a valores muito baixos ou doavam terrenos aos moradores dos bairros estudados. Corrêa (2011), aponta que os agentes sociais são os proprietários fundiários dos meios de produção, sobretudo, os grandes industriais, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos excluídos. No caso do Estado, exerce papel estratégico, justamente por criar condições para a especulação e valorização das áreas urbanas a partir de suas obras de infraestrutura, flexibilização de leis de uso e ocupação do solo.

Com o passar do tempo, esse cenário se transformou significativamente. Os lotes nos bairros próximos ao *shopping Cidade Luz*, entre 2012 e 2020, tiveram uma valorização significativa. Segundo relatos dos moradores, no bairro Areia

Branca, o valor de um lote de 300 m² passou de R\$ 1.200,00 para R\$ 150.000,00, onde a valorizado maior é na rua Iracy Cavalcante de Souza e no Condomínio Serra da Luz. As residências com valores médios de R\$ 25.000,00, chegam, atualmente, a valer entre R\$ 1.000.000,00 e 1.500.000,00, no condomínio. Quanto ao bairro do Rosário, um lote de 200 m² valorizou de R\$ 1.000,00 para R\$ 50.000,00. Outra realidade se refere às demolições de casas para a venda de lotes devido a pouca reserva de terra para especulação. No que se refere ao valor das habitações, estas passaram de R\$ 20.000,00 para R\$ 60.000,00, chegando a R\$ 140.000,00.

Esta valorização também atingiu os loteamentos Pouso das Garças e Fernando Cunha Lima, onde os lotes foram de R\$ 54.000,00 a R\$ 185.000,00. Os dados apresentados indicam a influência do *shopping* Cidade Luz na valorização imobiliária, novo valor gerado nas áreas vizinhas e na especulação imobiliária, já que é a partir dessa atividade que ocorre o valor da terra e esta se torna mercadoria (financiada, vendida e comprada), surgindo novas localizações, Harvey(2013) e Villaça (2001).

Como resultado dessa lógica de valorização e mercantilização da terra, os valores dos imóveis passaram a ser determinados pelos proprietários, excluindo os grupos com menor poder aquisitivo, gerando desigualdade social. Os residentes dos bairros em questão e dos loteamentos compram terrenos na perspectiva de especulação imobiliária, mas deixando a possibilidade de residir. Como fatores determinantes alegaram que o principal motivo seria devido ao *shopping*, pela PB 073, que liga à capital, proximidades da UEPB e UNOPAR e acessibilidade ao centro.

Nesse contexto, os maiores interessados em obter lucros com a venda da terra no entorno do empreendimento, possuem estoques, enquanto existem pessoas que não podem comprar a terra ou a casa, pois ambas são mercadoria. A terra urbana, assim como a casa, tem valor de uso, da mesma forma que possui valor de troca quando é transformada em mercadoria. Segundo Rodrigues (2016) a propriedade privada da terra urbana é um dos motivos

para o avanço do capitalismo, importante para a produção e reprodução capitalista do espaço.

Como resultado dessa mudança, os moradores dos bairros vizinhos ao *Shopping Cidade Luz* expressaram insatisfação com as mudanças na paisagem urbana, apontando que as novas construções, tais como casas, prédios residenciais e comerciais, o próprio *shopping*, condomínios e posto de combustível mudaram a dinâmica local. *“O interesse coletivo vai para o individual e o interesse da comunidade fica de lado, esquecido”* (V. F. J., 49 anos, costureira). Esta fala revela a percepção de exclusão da população nas decisões sobre o uso do espaço urbano.

4 O SHOPPING CIDADE LUZ E A SUA INFLUÊNCIA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O *Shopping Cidade Luz* tem influenciado importantes transformações socioespaciais nos bairros Rosário e Areia Branca. Os bairros em questão são interligados pela Avenida Otacílio Lira Cabral que, por sua vez, já possuía relevância como eixo de mobilidade, antes do empreendimento, o que é comum em trechos de rodovias estaduais, como a PB-073 e a PB-075, que por si só atraem fluxos e favorecem o crescimento urbano ao longo de seu traçado.

O referido empreendimento impulsionou melhorias na infraestrutura urbana de Guarabira, contribuindo na transformação espacial e na acessibilidade pelas rodovias estaduais quanto pela articulação com o centro da cidade. Como destaca Villaça (2001), o centro concentra o ponto de conexão do sistema viário urbano, atribuindo valor de uso ao território.

No bairro Areia Branca, as ruas Iracy Cavalcante de Souza e Maria do Carmo B. dos Anjos foram abertas e pavimentadas. O mesmo aconteceu no bairro do Rosário, com as ruas Ramalho Barbosa Nunes, Maria das Neves Costa, Maria Ivanilda da Silva, além da construção e reforma de praças. No entanto, ainda existem ruas com infraestrutura precária e sem pavimentação. Diferentemente disso, todas as vias do primeiro bairro foram

calçadas, contando-se com a parceria entre os agentes privados e públicos, para se beneficiarem. As imagens 3 e 4 mostram a evolução dos bairros analisados em escala temporal entre 2012 a 2020.

Figura 3 - Vista panorâmica dos bairros próximos ao Shopping Cidade Luz em 2012, Guarabira/PB



Fonte: *Google Earth* (2012).

Figura 4 - Vista panorâmica dos bairros próximos ao Shopping Cidade Luz em 2020, Guarabira/PB



Fonte: Das autoras (2020).

Em ambos os bairros, a melhoria de infraestrutura se dá pelo aumento dos limites físicos destes, que amplia a malha edificada pelas construções de moradias e condomínios. Em Areia branca, por ter mais áreas disponíveis para o parcelamento, as moradias são mais amplas e ocorre a maior edificação de prédios, apenas de uso residencial ou combinado com o comercial. No Rosário, a predominância é de casas menores e construções de andares improvisadas, para comportar numerosas famílias.

Também surgiram moradias nos loteamentos nas proximidades do Pouso das Garças e Fernando Cunha Lima. Os moradores destes loteamentos argumentaram que foram atraídos pela proximidade com o *Shopping* Cidade Luz, consolidando a tendência de crescimento urbano para áreas periféricas. Como afirma Santos (2012, p. 29-30), “o espaço é a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo.”

Ademais, um crescimento de novas atividades econômicas para além da avenida, nos bairros analisados a partir da construção de prédios (térreo destinado ao setor terciário e demais andares à moradia), novos estabelecimentos e o processo de substituição de residências por pontos comerciais e de serviços, atraindo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias.

No bairro Areia Branca, observa-se a predominância de serviços em relação ao comércio. Os moradores deslocam-se para bairros vizinhos como Osmar de Aquino, Rosário e São José, além do Centro, para realizar compras de produtos essenciais. A Av. Antônio Paulino Filho abriga o Hotel France, pertencente ao Grupo Guaramóveis, além de estabelecimentos como restaurantes, bares, concessionárias, lojas de materiais de construção, acessórios e outros serviços, ao longo de suas vias adjacentes. Identificou-se 33 estabelecimentos no bairro, dos quais 14 surgiram após a implantação do *Shopping* Cidade Luz.

O bairro do Rosário possui uma maior diversidade de atividades comerciais (mercearias, bombonieres, lojas de cosméticos, artigos de cama, mesa e banho, móveis e equipamentos de informática), além de bares, oficinas, salões de beleza e barbearias.

É comum, o uso de residências como pontos de venda, onde salas ou calçadas são adaptadas para as atividades comerciais, muitas vezes ultrapassando os limites da área edificada permitido pela prefeitura. O bairro se destaca pela multifuncionalidade dos espaços (moradia e comércio). Foram identificados 61 estabelecimentos, sendo que 32 deles surgiram após a instalação do shopping.

Esses resultados evidenciam o papel do *Shopping* Cidade Luz como vetor de transformações socioespacial, como também socioeconômica, em resposta às novas demandas de consumo. Alguns proprietários de estabelecimentos relataram que se beneficiam da presença do *shopping*, seja do trabalho formal ou informal. Essa nova dinâmica contribui nas relações sociais e na produção do espaço urbano.

Nesse sentido, Pintaui (2010) ressalta que as formas comerciais e espaciais também são formas sociais e históricas de cada cidade em processos de mudanças. Assim sendo, a cidade transforma-se a partir das suas construções e o urbano se expande e adquire novas formas, funções e estruturas a partir das ações dos agentes da transformação do espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aporte teórico e a pesquisa de campo ajudaram a compreender que o *Shopping* Cidade Luz contribui nas transformações socioespaciais nos bairros Areia Branca e Rosário. Assim, com a atuação dos agentes sociais fez surgir novas áreas e nova lógica locacional urbana por estar concentrado entre as principais avenidas da cidade e atrair empreendimentos, habitações, comércio, serviços, investimentos, como também o parcelamento do solo pelo uso e ocupação do espaço urbano para a construção de novas moradias.

No que se refere à valorização imobiliária das localizações, impulsionou o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos, além de atrair novos moradores de padrão socioeconômico elevado para as áreas no entorno do *shopping*. Como resultado, gerou melhorias

infraestrutura e acessibilidade a partir da abertura de ruas e uso e ocupação do espaço incentivado, tanto por agentes sociais privados quanto pela ação do Estado.

Entretanto, essa valorização forçada também resultou em exclusão socioespacial, ao restringir o acesso à terra e à moradia para os grupos de menor renda. Em suma, o empreendimento contribuiu, direta e indiretamente, nas transformações socioespaciais e tem contribuído na ampliação de áreas urbanizadas da cidade. O Grupo Guaraves, por meio do *Shopping Cidade Luz*, tem concentrado, espacial e economicamente, a reprodução do capital, ao diversificar as suas atividades econômicas, valorizar a terra urbana, ampliar a oferta habitacional, estimular a comercialização da venda de lotes e consolidar-se no mercado imobiliário local.

REFERÊNCIAS

- CÔRREA, R. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51
- ENDLICH, A.M. **Pensando os papéis e significados das pequenascidades**. São Paulo: UNESP, 2009. 356 p.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. Trad. Magda Lopes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográfica intermediárias** – 2017, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro, 2017. 82 p.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022**
- LUCENA, C.P.N; MARIANO NETO, B. A formação do território de Guarabira/PB e seus recortes territoriais. In: MARIANO NETO, Belarmino; ARRUDA, Luciene Vieira de (Orgs.) **Geografia e território: Planejamento urbano, rural e ambiental**, João Pessoa: Ideia, 2010. p. 111 – 124.
- MELO, M.C. **Itinerário Histórico de Guarabira**. 1. ed. João Pessoa: Artgraf, 1999. 78 p.
- PADILHA, V. **Shopping Center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEREIRA, W.E.N. Breves notas acerca da formação histórico-econômica de campina grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX). **História Econômica e História de Empresas**, v. 19, n. 2, p. 295-346, 2016.

SOUZA FILHO, A.A. **Enfoques geográficos sobre arborização do bairro do Nordeste – I, Guarabira-PB**. Monografia. (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute, 2001.

GEOINFORMAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO LEGALMENTE ORIENTADO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE GUARABIRA/PB

Profª. Espec. Daniele Gomes de Andrade

e-mail: danielle.gomes.andrade@gmail.com

Prof. Dr. José Mácio Ramalho Teódulo

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: teodulomacio@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é conhecer e analisar as normas de planejamento urbano de Guarabira/PB, no que tange a sua integralização por geoinformações, contribuindo para o futuro processo de revisão do Plano Diretor de Guarabira, promulgado a mais de 15 anos. O aporte teórico foi selecionado e organizado pelos temas: o fenômeno da urbanização na atualidade; ii) Estado de Direito brasileiro e regras gerais de direito urbanístico; e iii) território, planejamento urbano e geoinformação. Concluiu-se que o planejamento urbano de Guarabira está fragmentado em diferentes legislações desarticuladas entre si e desprovido de geoinformações indispensáveis para sua efetivação, descumprindo diretrizes legais do Estatuto da Cidade e ferindo, assim, o Estado de Direito instituído pela Constituição Federal.

Palavras-Chave: Geoinformação; Plano Diretor; Guarabira/PB.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços da geotecnologia acompanharam a modernização da Ciência da Computação (hardware e software) e da

Engenharia, ocasionando aprimoramentos como: aumento na disponibilidade de sensores de alta resolução espacial e espectral¹; satélites de comunicação capazes de transmitir um volume de dados cada vez maior e com mais velocidade; redução de custos de produção dos sistemas de observação da Terra e seus lançamentos; e aperfeiçoamento de softwares multifuncionais de tratamento de dados georreferenciáveis, como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), com o surgimento, inclusive das soluções em SIGWeb (Batistella *et al*, 2008).

A presente pesquisa teve por objetivo geral conhecer e analisar criticamente as normas de planejamento urbano de Guarabira/PB, no que tange a sua integralização por geoinformações, contribuindo para o futuro processo de revisão do Plano Diretor de Guarabira, promulgado a mais de 15 anos. Desse modo, foram propostas algumas reflexões para o aprofundamento do próximo processo de planejamento urban. Consequentemente, algumas reflexões propostas contribuirão para o futuro processo de revisão do Plano Diretor de Guarabira (PDG), visando torná-lo ainda mais participativo, democrático e baseado em geoinformação. Tal estudo torna-se ainda mais relevante quando se considera o fato de que o atual PDG não foi revisado desde sua promulgação, em 17 de novembro de 2006, contrariando, assim, o estabelecido pelo art. 30, §3º do Estatuto da Cidade (EC).

As novas geotecnologias têm facilitado e barateado as ações de coleta, sistematização e análise de dados georreferenciáveis, bem como as ações de apresentação da geoinformação por meio da geração de materiais cartográficos digitais. Tais ferramentas apresentam grande potencial para subsidiar as ações de monitoramento do território mediante acompanhamento das modificações que ocorrem no território no transcorrer do tempo, dentre outras soluções possíveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

A tecnologia e o conhecimento produzido podem ser considerados veículos do poder exercido para reafirmar o controle de legitimação do sistema (Habermas, 2014b). Assim, a força libertadora da tecnologia pode ser acompanhada da instrumentalização das coisas, podendo transfigurar-se em travão para a libertação. Para representar essas interações de interferências recíprocas entre esses processos e fenômenos, construímos um ciclo radial de interação, usado para demonstrar que os aspectos contidos no anel externo contribuem para compreensão do fenômeno no círculo central. Porém, não se especifica qual a natureza dessas interações, ressaltando-se que não são de simples causa e efeito, mas de alta complexidade, onde a causa por vezes também se transfigura em resultado do que ela ocasionou, sendo suas posições no gráfico intercambiáveis.

Utilizou-se de metodologias de análise de documentos e de revisão integrativa da literatura científica a partir de alguns temas para a compreensão dos processos sociais de planejamento urbano e de sua normatização, mais especificamente no que tange ao uso de geoinformação nesses processos. Conceitualmente, uma revisão integrativa consiste em uma metodologia de pesquisa de dados secundários, na qual os estudos relacionados a um determinado assunto são sumarizados, permitindo-se obter conclusões gerais a partir da reunião de vários estudos, sendo que o método pode combinar dados de literatura teórica ou empírica (Galvão; Mendes; Silveira, 2008).

No campo da geografia utiliza-se, primordialmente, de autores como Raffestin (1993), Lefebvre (2002 e 2011), Santos (1993) e Limonad (2018); no campo do Direito e da Teoria do Estado bebe-se de Dallari (2015); no campo do Planejamento Urbano de abordagem territorial caminha-se entre as discussões de Villaça (1999), Galvanese (2018) e Silva (2012); e no que se refere à geoinformação e à geociência utiliza-se de Fitz, Batistella, Carvalho e Pierozzi (2008). Tais autores teceram importantes discussões técnicas e científicas sobre os temas escolhidos,

contribuindo para a contextualização do objeto deste trabalho, projetando algumas luzes que nos permitirão compreender alguns de seus aspectos (Demo, 2010).

A revisão bibliográfica e documental realizada no tópico Aporte Teórico fornece uma matriz teórica e sociohistórica a partir da qual se irá analisar as normas municipais fruto dos processos de planejamento urbano de Guarabira e sua integralização por geoinformações, especialmente no PDG. O Plano Diretor é uma Lei Municipal, elaborada pelo Poder Executivo (prefeitura), debatida publicamente e democraticamente antes de ser encaminhada para debate e aprovação pelo Poder Legislativo (Câmara de vereadores). Portanto, é dever das autoridades públicas agir para concretizar os objetivos e metas determinadas em normas constitucionais no que tange às questões urbanas, não podendo o administrador público se abster de tal responsabilidade.

3 A GEOINFORMAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO EM GUARABIRA/PB

O Geoprocessamento é uma das técnicas para tratamento e análise de pelos menos 5 tipos diferentes de dados georreferenciáveis, como dados temáticos, dados cadastrais, redes, modelos numéricos de terreno e imagens (Câmara; Monteiro, 2001). Consiste na realização de diversas operações em ambientes virtuais/computacionais de manipulação e interpretação de dados, através de processos matemáticos automatizados. Utiliza-se de instrumentos tecnológicos, como computadores e programas computacionais e tem influenciado de maneira crescente a cartografia, as pesquisas de análise de recursos naturais, os projetos de transportes, de comunicações, de energia e de planejamento urbano (Fitz, 2008).

Os SIG ou GIS (Geographic Information Systems) são os sistemas que conectam informações geográficas a bancos de dados contendo outros tipos de informação. Os SIG permitem realizar análises complexas ao integrar dados de diversas fontes e criar bancos de dados georreferenciados (Davis; Câmara, 2001),

permitindo a geração e apresentação de geoinformações (Delgado, 2014).

De acordo com a nova Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, o município de Guarabira está localizado no Estado da Paraíba, na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa e na Região Geográfica Imediata de Guarabira (IBGE, 2017) (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Município de Guarabira no estado da Paraíba.



Fonte: Adaptado de Grangeiro (2019).

Essa nova divisão regional, deu a Guarabira o nome da sua região Imediata, pois é o município que mais se destaca na hierarquia urbana regional. Segundo o Censo de 2022 do IBGE, é a 9ª (nona) cidade mais populosas do estado da Paraíba, com 57.484 mil habitantes, dos quais, 88% reside nas áreas urbanas do município. Segundo Grangeiro (2019), Guarabira limita-se ao norte com Pirpirituba, ao sul com Mulungu e Alagoinha, a leste com Araçagi e a oeste com Cuitegi e Pilõezinhos. Cidades estas que fazem parte da região imediata de influência de Guarabira, que ao todo comportaria 20 municípios.

Construído sobre um terreno acidentado, seu centro urbano se encontra circundado, em sua porção noroeste, pelas elevações da Serra da Jurema, onde se localiza o ponto mais alto do município, com 300 metros de altitude. Em seu cume, foi construído o Memorial Frei Damião, ponto turístico-religioso do município (Silva, 2016). Na legislação municipal, que trata sobre o planejamento urbano, encontrou-se 06 (seis) diplomas legais. Além de outras 06 (seis) legislações sobre gestão urbana, e o desenvolvimento urbano do município e seu planejamento (Tabela 1).

Tabela 1 - LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO PÚBLICO URBANO	
Numeração e Ano de Publicação	Conteúdo
Lei Municipal nº 178/88	Delimitação do perímetro urbano de Guarabira
Lei Municipal nº 179/88	Delimitação do perímetro urbano do Distrito de Cachoeira
Lei Orgânica do Município de Guarabira	Arts. 89, 90 e 91
Lei Complementar nº 01/91	Código de Posturas
Lei Complementar Municipal nº 718/06	Plano Diretor Municipal
Lei nº 813/08	Código de Obras e Urbanismo
Lei Municipal nº 560/02	Cria o conselho municipal de urbanismo, meio ambiente e saneamento
Lei Municipal nº 561/02	Cria o Fundo Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento
Lei Municipal nº 679/05	Cria o Fundo Municipal de Habitação (FMH) e o Conselho Municipal de Habitação (CMH) do Município de Guarabira – PB
Lei Municipal nº 1723/19	Institui o programa de coleta seletiva de lixo eletrônico e tecnológico, na zona rural e urbana do município de Guarabira/PB

Lei Municipal nº 1783/19	Autoriza o Município de Guarabira a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado da Paraíba para o fim de estabelecer uma Colaboração Federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de seu Território
Lei Municipal nº 1847/2020	Assegura o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contigua às faixas de domínio público de rodovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável no âmbito do Município de Guarabira

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Segundo informação disponibilizada no repositório virtual da UEPB, ambas ainda estão em vigor. Por se tratar de legislações bastante antigas, a delimitação dos perímetros urbanos foram feitas mediante descrição de pontos de referência, sem informação sobre coordenada geográfica, nem elaboração de material cartográfico. Santos Junior (2017), e apresentou uma imagem ou mapa urbano de Guarabira datado de 2005, anterior ao Plano Diretor e ao Código de Obras e Urbanismo.

As Leis nº 178 e nº 179, ambas de 1988, definem os perímetros urbanos existentes no município, porém não se encontram integralmente disponibilizadas no repositório online, constando apenas a primeira página de cada. Segundo informação disponibilizada no repositório virtual, ambas ainda estão em vigor. Até a defesa desse trabalho ainda não tinha ocorrido uma atualização do Plano Diretor Local (Figura 2).

Figura 2 - Mapa urbano de Guarabira/PB, de 2005.

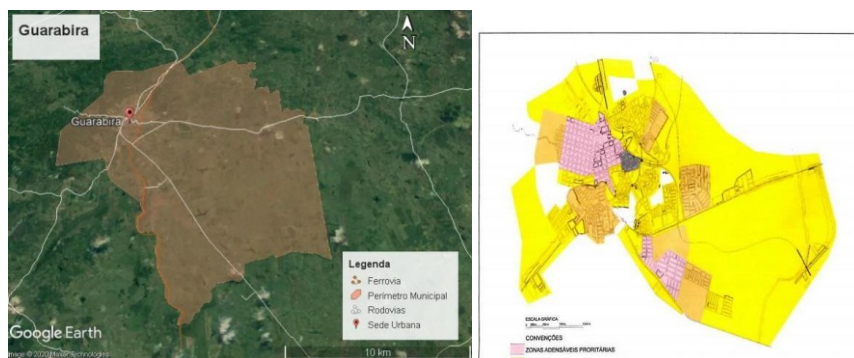


Fonte: Santos Junior, 2017.

O Código de Obras e Urbanismo, legislação promulgada em 2008, em seu art. 145 estabeleceu um novo macrozoneamento dividindo o território municipal em 4 (quatro) partes distintas porém integradas: a) Área Urbana; b) Área de Expansão Urbana; c) Área de Interesse Urbano; e d) Área Rural, tendo previsto que Secretaria de Infraestrutura deveria elaborar material cartográfico estabelecendo os perímetros de cada uma dessas novas zonas (Figura 3).

Figura 3 - Comparação de formato territorial de Guarabira/PB.

ANEXO 1 - MACROZONEAMENTO



Fonte: Adaptado do Plano Diretor de Guarabira (2006) e no *GoogleEarth*.

A realidade GuarabireNSE, chama à atenção os usos conflitantes do solo em uma área na extremidade sudoeste do município: embora Guarabira conte com um Distrito Industrial, as duas empresas do Grupo Guaraves, as maiores do município, estão localizadas fora desse Distrito. A Aquavita opera bem na frente do campus III da UEPB, gerando transtornos para comunidade acadêmica, como trânsito pesado de caminhões e poluição atmosférica, gerando insalubridade (Figura 4).

Figura 4 - Localização Distrito Industrial, Campus III/UEPB e indústrias Guaraves.



Fonte: Adaptado do Plano Diretor de Guarabira (2018) e no *GoogleEarth*.

Vimos que o microzoneamento entregue está fragmentado, o que compromete sua eficiência técnica. Além de não dar conta de todo o território municipal, ele trata de uma área urbana que seria composta unicamente de zonas de interesse especial (ambientais, sociais e históricas), porém nessa área urbana são desenvolvidas diferentes atividades econômicas, culturais, educativas, etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guarabira indica seu forte potencial de crescimento e desenvolvimento, sendo indispensável que esse processo ocorra de forma planejada, calcado em conhecimentos e técnicas atualizados sobre o urbano e sobre como melhor entendê-lo e nele interferir e dentro do que foi estabelecido para a política urbana na CF/88. Contudo, os dados coletados em diferentes pesquisas sobre diferentes aspectos da malha urbana de Guarabira apontam para inúmeras deficiências, desde vias públicas mal urbanizadas, ao

crescimento da cidade em direção à áreas consideradas impróprias ou de risco para ocupação humana, bem como para a sobreposição de usos incompatíveis em uma mesma área ou em áreas contíguas, causando diversos conflitos.

O planejamento urbano de Guarabira está fragmentado em diferentes legislações desarticuladas entre si e desprovido de geoinformações indispensáveis para sua real implementação, descumprindo diretrizes legais previstas no art. 2º do Estatuto da Cidade e ferindo, assim, o Estado de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988. O planejamento territorial existe, porém espalhado em ao menos 06 normas distintas que, quando não se sobrepõe e causam conflitos, não se complementam a contento, podendo também causar dificuldades para os administrados.

O resultado disso é uma cidade que cresce em discordância com as próprias normas e com as normas gerais da União, é uma cidade que, ao passo que se forma, aprofunda as desigualdades sociais e as problemáticas ambientais locais e nega a sua população o acesso ao conhecimento real sobre seus aspectos e suas regras de uso e ocupação. Apesar da criação formal do Conselho da Cidade e do Sistema de Planejamento Municipal no corpo do próprio PDG, nas pesquisas em repositórios virtuais não se localizou mais nenhum documento sobre essas instância de governança pública urbana. Tais constatações são fortes indícios da descontinuidade, ineficácia e fragilidades dos mecanismos de participação democrática no planejamento urbano de Guarabira.

Considera-se de suma importância que para a revisão do PDG sejam observadas as recomendações do Ministério da Integração Regional, ensinado e aprendido pelo antigo Ministério das Cidades. A adoção de uma abordagem do território nas etapas de planejamento urbano resultaria em maior mobilização dos diferentes setores sociais para participarem desse processo. A cidade poderá ser verdadeiramente transformada, por meio da

geração e disseminação de conhecimentos seguros sobre o território municipal empoderando a sua população.

REFERÊNCIAS

- BATISTELLA, M.; CARVALHO, G. R.; PIEROZZI JUNIOR, I. **Análises e tendências para o mercado de geoinformação no Brasil**. In: Geoinformação e Monitoramento Ambiental na América Latina. Org.: Mateus Batistella e Emilio F. Moran. Ed. SENAC São Paulo, 2008. p. 91 – 110.
- BRASIL – MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Orgs. Orlando Alves dos Santos Junior, Daniel Todtmann Montandon – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: < Livro_Os_planos_diretores_municipais_ps_EC_balano_critico_e_perspectivas.pdf (planejamento.gov.br)> Acesso em: 18 de Outubro de 2020.
- BRASIL – MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Coord. Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro. mai-jun 2004. 160 p. Disponível em: < plano_diretor_040608.indd (mprs.mp.br)> Acesso em: 18 de outubro de 2020.
- BRASIL – MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. In: Cadernos MCidades Habitação. Coord. Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro. Novembro de 2004. Disponível em: < Politica Nacional Habitacao.pdf> Acesso em: 18 de outubro de 2020.
- BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Guia para elaboração e revisão de planos diretores**. 2019a. 460 p. Disponível em < Guia para elaboração e revisão de planos diretores - versão para teste - Instituto Pólis (polis.org.br)> Acesso em 18 de outubro de 2020.
- BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **A Relação entre os ODS e os Planos Diretores: Visão e Desafios do Ministério do Desenvolvimento Regional**. Workshop ODS: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, 2019b. Disponível em: < Apresentação do PowerPoint (seduh.df.gov.br) > Acesso em: 02 de novembro de 2020
- DALLARI, D. A. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 33ª edição. Saraiva Jur: São José dos Campos, 2015.
- DAVIS, C.; CÂMARA, G. **Introdução: por que geoprocessamento?** São José dos Campos: INPE, 2001.
- DELGADO, A. **Geotecnologias como ferramenta para o controle externo de obras públicas: estado da arte e perspectivas futuras**. Cidade: Editora, 2014.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ECOSAM. RIMA – **Relatório de Impacto Ambiental do Centro de Tratamento e Disposição de Resíduos de Guarabira (CTDR de Guarabira) Aterro**

- Sanitário de Guarabira (ASG).** Editado e Publicado em novembro de 2018. Disponível em: < RIMA_ PARA IMPRESSÃO NA GRÁFICA JB_28 11 2018.indd (sudema.pb.gov.br)> Acesso em: 05 de outubro de 2020
- FITZ, P. R., **Geoprocessamento sem Complicação**, São Paulo, Ed. Oficina de Textos, 2008
- GALVANESE, C. S. **Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo – SP, 236 p., 2018. Disponível em: < Microsoft Word - pre_texto 2 (wordpress.com) > Acesso em 21 de outubro de 2020.
- GRANGEIRO, Wagner da Silva. **Aspectos geoeconômicos de Guarabira/PB enquanto cidade Polo (TCC/UEP/CH/DH)**, 2019. 40 p. Disponível em PDF < <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/19871> >.
- GALVÃO, C. M; MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P. <Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis v. 17, n. 4, p.758-764, out-dez, 2008.
- Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf> . Acesso em: 28 setembro 2020
- HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como “Ideologia”.** Tradução de Felipe Gonçalves Silva. Editora Unesp; 1ª edição. São Paulo, 2014b.
- IBGE – CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Guarabira – Paraíba.** Coleção de Monografias 371, 1967. Disponível em: < col_mono_n371_guarabira.pdf (ibge.gov.br) > Acesso em: 24 de outubro de 2020
- IBGE - DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020.** Disponível em: <IBGE | Cidades@ | Paraíba | Guarabira | Panorama> Acesso em: 19 de outubro de 2020
- IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020
- IBGE. **Censo Demográfico 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>> Acesso em: 31 jul. 2020.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIMONAD, E. **Novidades na urbanização brasileira?** In: Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Orgs. Denise Elías e Renato Pequeno. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. Disponível em:

< SE-bookTENDÊNCIAS-

URBANIZAÇÃO.pdf(observatoriodasmetropoles.net.br)> Acesso em: 23 de Outubro de 2020

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. Série Temas, v. 29. Geografia e Política. Ed. Ática: São Paulo, 1993

SANTOS JÚNIOR, E. L. dos. **O crescimento desordenado do centro urbano de Guarabira-PB**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017, 34f

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1993. p.

SILVA, S. P. **A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no brasil**. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012.

SILVA, W. da. **Expansão urbana do município de Guarabira - PB 2015-2016**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016, 33p.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: O processo de urbanização no Brasil, DEÁK e SCHIFFER (org.) São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - *CAMPUS IV* E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE MAMANGUAPE/PB

Profa. Ms. Alice Maria Marques da Silva

e-mail: alice.uepb@gmail.com

Profa. Ms. Ana Carla dos Santos Marques

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: anacarlaprofgeo@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

No contexto das mudanças que ocorrem na sociedade, desde as últimas décadas do século XX, destaca-se a disseminação das Instituições de Ensino Superior (IES). No Brasil, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Programa Expandir levou o ensino superior a todas as regiões brasileiras. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a importância e as mudanças ocorridas na cidade de Mamanguape/PB, após a instalação do *Campus IV* da UFPB, que ficou dividido entre as cidades de Mamanguape/PB e Rio Tinto/PB. A metodologia contou com pesquisa bibliográfica e exploratória, observação e questionários *online* para coleta de dados. O estudo comprovou a importância da instalação do Campus IV da UFPB para o desenvolvimento local e regional, em especial, para o setor terciário, como comércio, serviços, setor imobiliário e da construção civil.

Palavras-chave: Ensino Superior; Transformação Socioespacial; Mamanguape/PB.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as mudanças ocorridas na cidade de Mamanguape/PB a partir da instalação do Campus VI, discorrendo sobre a importância do Ensino Superior tanto para os

moradores do município em estudo quanto para os moradores dos municípios circunvizinhos, bem como compreender as relações e influências da cidade de Mamanguape sobre os outros municípios e os motivos que levaram a Instalação do campus IV no território do município.

O Campus IV da UFPB foi criado pelo Conselho Universitário, órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade (CONSUNI), e se divide tanto fisicamente quanto em sua administração nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, sendo importante destacar que a sua criação teve a finalidade de atender às necessidades da vida cultural, social e econômica da população do vale do Mamanguape, da microrregião de Sapé e dos 22 municípios vizinhos.

É importante ressaltar que nesta pesquisa analisamos apenas as mudanças ocorridas na cidade de Mamanguape, que se localiza a 52 km da capital da Paraíba. Por possuir uma conexão direta com a BR-101 o município obtém vantagens comerciais, fácil acesso, empreendimentos e investimentos em alguns setores. Diante do processo de expansão do Ensino Superior que permitiu a instalação do *Campus IV* em Mamanguape, levou a cidade a vivenciar mudanças socioespaciais em seu contexto histórico. Assim, esta pesquisa buscou identificar e analisar quais foram os impactos causados por este *campus* universitário à cidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado inicialmente o levantamento bibliográfico e documental para construirmos o embasamento teórico dentro. O estudo foi elaborado por meio da pesquisa quantitativa que requer um cuidado especial na análise para uma coerente avaliação dos dados obtidos (Manzato, 2012).

Foi elaborada uma entrevista com uma questão aberta, enviada para duas pessoas de cada bairro da cidade de Mamanguape, para analisar diferentes visões sobre o objeto de estudo por pessoas dos diferentes bairros locais. A faixa etária escolhida foi de pessoas com idades entre 18 e 55 anos, o grau de escolaridade escolhido variou entre fundamental completo/ensino médio e formação superior.

A escolha pela pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, com o nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificável, ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e atitude. Este conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada por seus semelhantes (Minayo, 2008).

O tratamento do material colhido ocorreu por meio da técnica de análise desenvolvida por Lefebvre (2006) a partir do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Trata-se de uma estratégia metodológica que visa tornar mais clara uma dada representação social e, por meio do modo discursivo, visualiza-se melhor a representação social, na medida em que ela aparece, não sob uma forma artificial como quadros e tabelas, mas sob uma forma viva e direta, por meio de um discurso, que é como se assinalou o modo como os indivíduos reais (Lefebvre & Lefebvre, 2003).

No processo e utilização desta técnica, parte-se do princípio de que a resposta do sujeito pesquisado representa um segmento social sendo, portanto, uma representação do pensamento coletivo sobre o espaço. Para tanto é feita a transcrição da entrevista sendo agrupado segundo a pergunta referente ao depoimento do entrevistado e identificação das expressões chave (ECH) e Ideias Centrais (IC) são destacadas em cores para elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

É perceptível compreender e observar que a sociedade produz suas relações com o espaço modificando-o e transformando-o de acordo com suas necessidades, fazendo com que a paisagem ganhe assim novas cores, formas e elementos, que são reproduzidos pelas relações sociais. Com a instalação do Campus IV na cidade de Mamanguape em um de seus bairros periféricos levou a mudanças na paisagem do local permitindo uma nova utilidade do espaço urbano, voltada para a busca pelo ensino superior.

2 AS NECESSIDADES SOCIOESPACIAIS E SUAS ALTERAÇÕES NO ESPAÇO URBANO E NA PAISAGEM DA CIDADE DE MAMANGUAPE

O espaço urbano é um produto social, resultado das ações acumuladas através dos tempos, pois os agentes sociais por meio de suas práticas levam a um constante processo de reorganização espacial, que é desenvolvido por meio da produção social, que por sua vez acaba incorporando novas áreas que são realocadas, fazendo com que novas áreas do espaço urbano surjam no contexto socioespacial, pois o espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais (Corrêa, 2000).

O local escolhido para a instalação do *Campus IV* da UFPB movimentou a população do Bairro do Alto do Cemitério que viu nesta instalação a possibilidade de investir em algo próprio para comercializar durante os períodos letivos, expectativas foram criadas, e novas necessidades sociais precisavam ser atendidas. A universidade permitiu novos olhares para a área em que foi instalado, se antes era apenas mais um bairro da cidade passou a ter uma maior movimentação de funcionários e estudantes vindos de diversas partes do município das cidades circunvizinhas.

A produção do espaço geográfico perpassa pelas relações sociais. A sociedade, ao criar seus bens materiais e se reproduzir como espécie, produz também o espaço geográfico (Carlos, 2008). Nesta perspectiva, a produção da vida não é apenas para a produção de bens materiais, que satisfarão as necessidades, porém a produção da humanidade também é uma produção de relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas entre outras articulações existentes, dando singularidade a parcelas do espaço, que são articuladas em sua totalidade. Portanto, para se pensar as relações sociais em sua dimensão espacial, se faz necessário analisar a espacialidade imanente à existência construtiva da sociedade e os seus processos de desenvolvimento.

A instalação do *Campus IV* da UFPB permitiu novas formas de relações sócias tanto com a comunidade local quanto com a comunidade acadêmica. Assim, se faz necessário a análise das

relações sociais na produção do espaço, para que haja uma compreensão do processo socioespacial. A noção de produção do espaço urbano perpassa por diferentes setores que exercem diferentes funções que influenciam através da demanda, da prática de mercado e do processo de valorização dos espaços urbanos que contempla um duplo caráter, a princípio se refere ao próprio processo constitutivo do humano enquanto ser, e apresenta também um caráter histórico, apresentando assim uma discussão teórica a partir das leituras sobre Lefebvre; Carlos (2011) nos leva a reflexão a respeito da noção de produção e reprodução social.

A ideia de produção se modifica e se transforma ao longo da história, acarretando assim diferentes espacialidades, transformando os espaços sociais de diferentes maneiras em realidades distintas. Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial, modificando seu espaço e criando diferentes possibilidades sociais na transformação da paisagem urbana (Corrêa, 2011).

3 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA CIDADE DE MAMANGUAPE: Uma perspectiva atual feita por meio de análises do discurso do sujeito coletivo

Na pesquisa urbana esse processo não se dá de forma diferente, pois se realiza a partir da reprodução que faz com que as cidades tenham sua continuidade, nesse processo histórico. Podemos observar que os agentes sociais transformam sua realidade e se articulam em diferentes classes sociais, em cada modo ou momento, produzem assim um espaço que pode apresentar diferentes possibilidades. Neste sentido, o espaço apresenta dimensões onde a expressão, a materialidade objetiva e as relações sociais que se realizam no espaço estão inseridas neste processo de reprodução da sociedade no espaço urbano. Através da renovação urbana e os processos espaciais articulados por meio das forças que modificam e transformam a paisagem urbana nessas atividades se constituem a própria organização espacial urbana (Corrêa, 2000).

A respeito da organização espacial da cidade de Mamanguape é possível constatar que houve mudanças significativas é uma delas pode ser observada nas transformações da paisagem urbana, a cidade apresenta um crescimento na área educacional, comercial e espaços de entretenimento que juntas movimentam a vida urbana da cidade. Ao analisarmos o gráfico de pessoas ocupadas na cidade observamos que ele apresenta mudanças significativas com o surgimento de novos estabelecimentos comerciais e educacionais, reforçando a importância urbana de Mamanguape.

De acordo com IBGE (2018), houve um aumento de pessoas com renda no município de Mamanguape, dos inúmeros fatores que contribuíram para a instalação do Campus IV, diferentes tipos de comércios e prestações de serviços em Mamanguape. Mamanguape atende muitas demandas das cidades circunvizinhas por ser a cidade central do Vale do Mamanguape. A instalação do *Campus IV* da UFPB levou à necessidades de novas formas de comercialização e serviços, tais como o crescimento imobiliário para acomodar os estudantes oriundos de outras cidades, como também os serviços de alimentação, pequenos vendedores ambulantes, pequenas lanchonetes nas proximidades do *campus* e serviços de entrega de refeições.

Ao analisarmos o contexto socioespacial da cidade de Mamanguape, tendo como base o crescente número de pessoas ocupadas por meio dos diversos estabelecimentos e serviços que surgiram nos últimos 15 anos, é possível perceber que a paisagem passa por mudanças perceptíveis, de acordo com a produção do espaço, através das relações socioespaciais. Portanto a paisagem é construída e modificada pelo ser humano, em diferentes processos históricos, estando assim em constantes movimentos e transformações.

A proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefebvre & Lefebvre, 2003) possibilita desenvolver uma análise de forma qualitativa por meio da realização de entrevistas em que o sujeito fala de forma aberta, expressando assim suas opiniões e seus posicionamentos. “O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é uma

técnica de tabulação e organização de dados qualitativos, desenvolvido por Lefebvre e Lefebvre no fim da década de 90, e tem como fundamento a teoria da Representação Social” (Figueiredo, 2013, p.130). Portanto o DSC nos permite ter conhecimento sobre as representações e pensamentos da coletividade.

Foi realizada a aplicação de uma única pergunta que engloba a problemática desta pesquisa, as respostas estão em destaques de cores iniciadas pela letra “R” de resposta, por se tratar de respostas de nove pessoas dos que responderam a pergunta. Todos receberam a mesma pergunta e, segundo a metodologia utilizada nessa pesquisa, é preservada a identidade dos entrevistados.

I. Transcrição da questão do questionário aplicada a partir das ideias centrais das respostas obtidas, e a identificação das expressões chave (ECH) que foram destacados em cores.

Em sua opinião, quais foram os impactos que você considera positivos e/ou negativos após a instalação do Campus IV na cidade Mamanguape?

R1 A vinda do Campus IV da UFPB para Mamanguape/Rio Tinto trouxe melhorias significativas para estes municípios e para todo o vale do Mamanguape. Especificamente para o município de Mamanguape, as mudanças foram maiores. Após o estabelecimento da UFPB muitos alunos de outros municípios e de outros estados vieram morar em Mamanguape o que aumentou a quantidade de casas alugadas fazendo este serviço crescer. Além disso, os gastos com alimentação/vestuário esquentaram o comércio local favorecendo a vinda de grandes lojas de varejo com Armazém Paraíba, Magazine Luiza, Casas Bahia e também a modernização de bancos e a vinda do Banco Santander. Esses fatores contribuíram para o aumento do comércio, consolidando nosso município como a cidade polo do Vale do Mamanguape. Muitos alunos puderam cursar uma universidade pública e de qualidade já que antes tinham que se deslocar a capital do estado, João Pessoa e também a cidade de Guarabira. Hoje muitos alunos de classes médias e baixas podem cursar uma faculdade. O conhecimento científico está chegando cada vez mais a lares de Mamanguape. Além disso, através de projetos desenvolvidos entre o UFPB, campus IV, e algumas escolas estaduais e municipais vem dando bons frutos. Muitas foram as mudanças trazidas pela UFPB em nosso município, foram elencadas acima as que eu considero mais importantes.

R2 A UFPB no Vale do Mamanguape trouxe diversas contribuições para a região, dentre elas: o aumento de estudantes e consequentemente de moradores para a cidade; vínculo entre escolas e universidade em projetos e estágios, contribuindo assim com a educação; elaboração de projetos que visam analisar o comércio, escolas, meio ambiente da cidade etc. Infelizmente, o Campus IV possui poucos cursos, limitando assim a escolha ou preferência de alguns estudantes da região. Com isso, estes optam por estudarem em outra região. Além disso, a falta de insegurança barra alguns alunos quanto ao estudo, pois muitos não têm transporte e depende da caminhada para chegar a instituição.

R3 Por pontos positivos, podemos considerar o aumento do comércio da cidade principalmente em relação a serviços como alimentação e moradia. Como ponto negativo podemos apontar o aumento da marginalidade nos arredores da Universidade, tendo em vista que ela fora instada a periferia da cidade.

R4 Mediante aos impactos positivos, é de suma importância ressaltar a instalação da primeira instituição superior (pública) na região. Estudantes da região tiveram a oportunidade de optar por estudar na própria cidade. Para quem não reside em Mamanguape, tem a oportunidade de receber o auxílio moradia e alugar um espaço. Além disso, algumas prefeituras de cidades próximas disponibilizam transporte. O ponto negativo é que a localização da universidade gera insegurança para quem enfrenta o percurso de bicicleta ou mesmo caminhando. Os acessos à UFPB são perigosos e já houve relatos de assaltos.
R5 Positivo: acesso à cursos superiores para os moradores da cidade e de cidades vizinhas, reduzindo a necessidade de se deslocar para a capital. Negativo: poucas opções de cursos; obras inacabadas do RU e da residência universitária.
R6 No meu ponto de vista, vejo que a UFPB Campus IV trouxe para nós mamanguapenses grandes benefícios. Principalmente direcionados aos estudantes de baixa renda, pelo fato do deslocamento. Hoje podemos estudar em uma universidade que está perto de nós e com professores de qualidade. Ainda há muitas coisas para serem melhoradas em questão de estrutura, mas foi um grande avanço para a população.
R7 Fortaleceu a região desfavorecida, que era os bairros do alto do cemitério e engenho novo, movimentou a economia da região com o aluguel de imóveis, além de que muitos projetos da universidade favorece a população, como por exemplo auxílio a empreendedores.
R8 Os impactos positivos posso dizer que foi a parceria da Universidade com as empresas da região na promoção de eventos organizados pelos estudantes como atributo ao cumprimento de carga horária das disciplinas. Foi a promoção de emprego, através de empresas de segurança e serviços gerais, prestadoras de serviço no campus. Posso dizer que foi também o incentivo aos estudantes da região a buscarem concluir um curso de ensino superior e as promoções de atividades voltadas as comunidades carentes da nossa cidade. Impactos negativos posso dizer com toda certeza de que foram as construções de possíveis dormitórios para estudantes de outras cidades, as quais nunca foram concluídas e dia após dia vemos o dinheiro público indo ralo abaixo, e o que deveria trazer benefício a classe acadêmica, tem servido de esconderijo para usuários de drogas e vândalos.
R9 A Universidade trouxe a Mamanguape maiores possibilidades de crescimento. O comércio praticamente duplicou em poucos anos. Além dos serviços novos que foram agregados à cidade, tais como hospedagem de pequeno porte e fornecimento de refeições em domicílio (Quentinhas). Como pontos negativos vi que a infraestrutura da cidade não acompanha ou não super as necessidades advindas dessa nova demanda. Falta de transporte, água são uma constante na cidade. Outro ponto negativo é a ausência de atividades que possibilitem a permanência dos universitários de outras localidades na cidade durante os fins de semana. Coisas que outras cidades que também receberam um polo acadêmico tiveram o cuidado de suprir logo nos primeiros momentos a exemplo de Rio tinto. Em geral, a chegada da Universidade a cidade trouxe perspectivas para os cidadãos e uma nova dinâmica social a uma região de práticas tradicionalmente interioranas.

II. Identificação das ideias centrais

ECH	
R1 Após o estabelecimento da UFPB muitos alunos de outros municípios e de outros estados vieram morar em Mamanguape o que aumentou a quantidade de casas alugadas fazendo este serviço crescer. Além disso, os gastos com alimentação/vestuário esquentaram o comércio local favorecendo a	Id1A chegada da universidade na cidade aumentou a utilização de alguns serviços, pois fez aumentar a demanda de aluguéis, necessidades em alimentação e proporcionou uma maior movimentação no comércio local o que contribuiu para a vinda de grandes estabelecimentos comerciais para a cidade.

vinda de grandes lojas de varejo com Armazém Paraíba, Magazine Luiza, Casas Bahia e também a modernização de bancos e a vinda do Banco Santander. Esses fatores contribuíram para o aumento do comércio, consolidando nosso município como a cidade polo do Vale do Mamanguape. Muitos alunos puderam cursar uma universidade pública e de qualidade já que antes tinham que se deslocar a capital do estado, João Pessoa e a cidade de Guarabira. Hoje muitos alunos de classes médias e baixas podem cursar uma faculdade. O conhecimento científico está chegando cada vez mais a lares de Mamanguape. Além disso, através de projetos desenvolvidos entre o UFPB, campus IV, e algumas escolas estaduais e municipais vem dando bons frutos. R2 o aumento de estudantes e consequentemente de moradores para a cidade; vínculo entre escolas e universidade em projetos e estágios, contribuindo assim com a educação; elaboração de projetos que visam analisar o comércio, escolas, meio ambiente da cidade etc. Além disso, a falta de insegurança barra alguns alunos quanto ao estudo, pois muitos não têm transporte e depende da caminhada para chegar a instituição. R3 podemos considerar o aumento do comércio da cidade principalmente em relação a serviços como alimentação e moradia. podemos apontar o aumento da marginalidade nos arredores da Universidade, tendo em vista que ela fora instalada a periferia da cidade. R4 é de suma importância ressaltar a instalação da primeira instituição superior (pública) na região. Estudantes da região tiveram a oportunidade de optar por estudar na própria cidade. Além disso, algumas prefeituras de cidades próximas disponibilizam transporte. O ponto negativo é que a localização da universidade gera insegurança para quem enfrenta o percurso de bicicleta ou mesmo caminhando. Os acessos à UFPB são perigosos e já houve relatos de assaltos.	Outra coisa importante a destacar é que a instalação do campus na cidade permitiu que tanto os moradores da cidade quanto os das zonas rurais e cidades vizinhas tivessem acesso ao ensino superior, sem necessariamente se deslocar para cidades mais distantes o que acarreta custos, que nem sempre todos conseguem pagar. Id2 Os projetos universitários desenvolvidos nas escolas locais por meio dos estágios contribuíram para a educação local, como também incentiva os jovens a buscarem o ensino superior. Algo que foi identificado nas respostas foi o fato da necessidade de um investimento na segurança local, visto que, a Universidade está instalada em um local periférico da cidade, e há relatos de assaltos nas proximidades do Campus. Id3 O aumento dos serviços na cidade é notório, não apenas dos estabelecimentos locais, como também do pequeno consumidor ambulante na comercialização de produtos alimentares, como lanches e o fornecimento de quentinhas. Id4 A movimentação da cidade aumentou de forma significativa, o incentivo ao ensino superior e a proximidade permitiu com que muitos jovens e adultos dessem continuidade a sua formação profissional. As cidades vizinhas de Mamanguape também são beneficiadas, em períodos de médio e longo prazo, o fato de disponibilizarem transportes possibilita a mão de obra qualificada que retornara para a cidade para atuar em diferentes setores locais. a segurança nos arredores da universidade deveria ser repensada, visto que, há assaltos no percurso que os universitários fazem para adentrar as instalações da faculdade. Id5 Antes da instalação do campus IV muitos jovens deixavam de buscar um curso superior pelas dificuldades de deslocamento, falta de recursos, entre outros motivos, porém a instalação no campus IV permitiu que muitos estudantes voltassem a ter a esperança de uma formação de qualidade pertinho de casa. Um dos pontos negativos apresentados foram as obras inacabadas do Campus IV, outro fator levantado foi a necessidade de novas opções

R5 acesso à cursos superiores para os moradores da cidade e de cidades vizinhas, reduzindo a necessidade de se deslocar para a capital. poucas opções de cursos; obras inacabadas do RU e da residência universitária. R6 vejo que a UFPB Campus IV trouxe para nós mamanguapenses grandes benefícios. Principalmente direcionados aos estudantes de baixa renda, pelo fato do deslocamento. Hoje podemos estudar em uma universidade que está perto de nós e com professores de qualidade. R7 Fortaleceu a região desfavorecida, que era os bairros do alto do cemitério e engenho novo, movimentou a economia da região com o aluguel de imóveis, além de que muitos projetos da universidade favorece a população, como por exemplo auxílio a empreendedores. R8 foi a parceria da Universidade com as empresas da região na promoção de eventos organizados pelos estudantes como atributo ao cumprimento de carga horária das disciplinas. Foi a promoção de emprego através de empresas de segurança e serviços gerais, prestadoras de serviço no campus. Incentivo aos estudantes da região a buscarem concluir um curso de ensino superior e as promoções de atividades voltadas as comunidades carentes da nossa cidade. tem servido de esconderijo para usuários de drogas e vândalos. foram as construções de possíveis dormitórios para estudantes de outras cidades, as quais nunca foram concluídas e dia após dia vemos o dinheiro público indo ralo abaixo, e o que deveria trazer benefício a classe acadêmica. R9 O comércio praticamente duplicou em poucos anos, tais como hospedagem de pequeno porte e fornecimento de refeições em domicílio (Quentinhas). a infraestrutura da cidade não acompanha ou não super as necessidades advindas dessa demanda. Falta de transporte, água são uma constante na cidade.	de cursos. Id6 O fator principal para muitos é a importância de ter um Campus Universitário na cidade é justamente proporcionar a formação superior aos moradores menos favorecidos, que antes não tinham condições de buscar essa formação por inúmeros motivos. Id7 A instalação do Campus IV permitiu avanços na região, movimentou a economia local, proporcionou novas oportunidades de emprego e desenvolvimento de projetos importantes para as pessoas que tinham o sonho do próprio comércio. Id8 A universidade proporcionou empregos e renda para a população local e da região, tanto na contratação de empresas para a prestação de serviços no campus, quanto na promoção de eventos universitários desenvolvidos pelos estudantes permitindo a movimentação na cidade e a venda de produtos alimentares por meio dos vendedores ambulantes locais. porém, uma das obras inacabadas do campus localizada em suas proximidades tem servido para que pessoas de má fé utilizem o espaço. Id9 o crescimento imobiliário de pequenas hospedagens para atender a demanda universitária e o crescimento de pequenos comerciantes fornecedores de produtos alimentares aumentou de forma significativa após a chegada do campus, estabelecimentos de grande porte começaram a fazer parte do comércio local, porém a infraestrutura da cidade não consegue dar conta de todas as necessidades universitárias, há muitos problemas locais ainda a serem resolvidos, a exemplo da falta de água em alguns bairros, transporte e a ausência de atividades que permitissem e possibilitassem o interesse dos universitários a permanecer na cidade aos fins de semana.

a ausência de atividades que possibilitem a permanência dos universitários de outras localidades na cidade durante os fins de semana.

Fonte: Elaborado pelas autoras em 2019

Elaboração do discurso-base que serviu como fundamento para a elaboração do Discurso do Sujeito coletivo. A universidade proporcionou mudanças significativas na realidade vivenciada pela população do vale do Mamanguape, proporcionando uma maior interação local e diferentes possibilidades econômicas, muitos estabelecimentos começaram a surgir após sua instalação tanto de pequeno porte quanto de grande porte, é possível encontrar barzinhos com show ao vivo na cidade, pontos comerciais esses que foram instalados a poucos anos, as pizzarias já existentes buscaram se inovar tanto em seus produtos oferecidos quanto em sua estrutura e outras passaram a fazer parte das opções de lazer da população local movimentando assim, os fins de semana da cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto socioespacial, é possível compreender a importância do programa Expandir, que levou educação a jovens e adultos em situações financeiras desfavorecidas. A instalação do *Campus IV* foi de suma importância para os moradores do vale do Mamanguape e suas cidades circunvizinhas, pois contribuiu para o desenvolvimento do comércio local, incentivou a comercialização e instalação de estabelecimentos de pequeno e médio porte, foram instaladas na cidade filiais de grandes lojas que comercializam suas mercadorias em diferentes estabelecimentos espalhados pelo Brasil e por meio do *e-commerce*. A universidade também incentivou o desenvolvimento imobiliário e a prestação de diferentes tipos e formas de serviços na cidade.

A promoção de eventos por meio de professores e estudantes para o cumprimento de carga horária incentivou parcerias locais, e proporcionou interação social, levando ao incentivo à comercialização de produtos alimentícios nesses eventos pela

população local, como também a contratação de diferentes serviços para o funcionamento dos eventos.

É notório que a instalação do *Campus IV* da UFPB favoreceu e promoveu o crescimento e o desenvolvimento local. Porém, é necessário melhorias na prestação de serviços. Podemos mencionar, como fatores negativos, a falta de segurança nas proximidades do *Campus IV*, onde já aconteceram inúmeros assaltos, além das obras inacabadas, que estão sendo invadidas por desocupados ou para comércio de entorpecentes.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- _____. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CARLOS, A.F.A (Org.). SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTRO, A.A.B.C. *et al.* **Instituições de ensino superior: desenvolvimento urbano e regional**. 3º SAU – Simpósio de Arquitetura e Urbanismo das FIP – ISSN 25263927, 2016.
- CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática. 2000.
- FIGUEIREDO, M.Z.A.; CHIARI, B.M.; GOULLART, N. G. de. **Discurso do sujeito coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quantitativa**. São Paulo: Distúrbio Comum. 2013, p. 129-136.
- HOLANDA, V.C.C.; FREIRE, H.P. **Expansão dos serviços de educação superior em sobral: vida de relações na cidade média**. Revista da casa da geografia de Sobral, Sobal-CE, v.13, n. 1, p.47-55, 2011. www.uvanet.br/regs
- HOLANDA, V.C.C. SILVA, R.M.G. (Orgs.). **A expansão do ensino superior em debate**. Sobral: Edições UVA, Editora Sertão Cult, 2018.
- IBGE. Cidades. Mamanguape. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/panorama>. acesso em: 20/11/2020.
- IBGE. **Atlas escolar**. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/download-atlas.html>. Acesso em: 06/03/2019.
- IBGE CIDADES. **Baía da Traição**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/baiadatraicao/historico> . Acesso em: 22/10/2018.

_____. **Cuité de Mamanguape.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuitedemamanguape/historico>>.

Acesso em: 22/10/2018.

_____. **Curral de Cima.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/curraldecima/historico>>. Acesso em:

22/10/2018.

_____. **Itapororoca.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/itapororoca/historico>>. Acesso em:

22/10/2018.

_____. **Jacaraú.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/jacaraú/historico>>. Acesso em: 22/10.

2018.

_____. **Marcação.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/marcação/historico>>. Acesso em:

22/10/2018.

_____. **Mamanguape.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/historico>>. Acesso em:

22/10/2018.

_____. **Mataraca.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mataraca/historico>>. Acesso em:

22/10/2018.

_____. **Pedro Régis.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pedroregis/historico>>. Acesso em:

22/10/2018.

LEFÈBVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. O discurso do sujeito coletivo. **Um novo enfoque em pesquisa qualitativa** (desdobramentos). Caxias do Sul (RS): Educs, 2003.

_____. O sujeito coletivo que fala. v.1 n.20, São Paulo: **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, jul/dez 2006, p 517-24.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Grupo RAs (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace . 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MARTINS, A.C.P. **Ensino Superior no Brasil:** da descoberta até os dias atuais. Acta Cir. Bras. vol.17 suppl.3 São Paulo, 2002.

MANCEBO, D.; VALE, A.A.; MARTINS, T.B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** V20, n. 60 jan-mar. 2015.

MANZATO, A.J.; SANTOS, A.B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.** Disponível em:

<http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA>.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. 27ª Ed, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

NASCIMENTO, F.S.. **Expansão e interiorização das universidades federais:**

uma análise do processo de implementação do campus litoral norte da universidade federal da Paraíba. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, S. F. *et al.* **Um olhar para os municípios de Rio Tinto e Mamanguape após a implantação do campus IV – UFPB.** BATISTA, Aline Cleide et al (Orgs.).

Uma década de expansão Universitária: estudos sobre o vale do Mamanguape. Volume I, Joao Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

DIAGNÓSTICO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS ELETRÔNICO NA CIDADE DE JACANÃ-RN

João Guilherme de Lima Silva

e-mail: jguilhermeflamengo@gmail.com

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/CH

e-mail: lepaivarodrigues@servidor.uepb.edu.br

Profa. Ms. Simone da Silva

e-mail: simoneds86@gmail.com

Prof. Dr. Ramon Santos Souza

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/CH

e-mail: ramonssouza93@gmail.com

RESUMO

Este estudo diagnostica a gestão e descarte de resíduos eletrônicos em Jacanã-RN. Utilizou questionário online e entrevistas com catadores de recicláveis. Os resultados mostram que 62,8% dos entrevistados conhecem sobre resíduos eletrônicos, e 78,6% possuem aparelhos não utilizados em casa, com 87,5% armazenando até 10 itens. Os itens mais comuns são carregadores, telefones e baterias. Quanto ao descarte, 62,8% descartam junto ao lixo comum. A maioria (65%) conhece os danos ambientais, e 98% atribuem o problema à falta de informação. Os entrevistados indicaram consumidores, órgãos públicos e fabricantes como responsáveis pelo aumento dos resíduos. O estudo propõe educação ambiental, criação de associações de catadores, treinamento profissional, pontos de coleta e parcerias com recicladores para mitigar o problema.

Palavras-Chave: Resíduos sólidos; Gestão de resíduos sólidos; Dispositivos eletrônicos.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é reconhecido como o principal agente responsável pela transformação do meio ambiente, comprometendo a dinâmica natural do planeta (Scariot, 2021). A dependência da sociedade em relação aos equipamentos eletroeletrônicos torna preocupante o descarte inadequado desses dispositivos. Este fenômeno é exacerbado por um padrão de consumo excessivo para atender necessidades imediatistas. Consequentemente, os produtos se tornam obsoletos e são descartados rapidamente. Ademais, observa-se uma carência de conhecimento e infraestrutura para a destinação correta desses resíduos (Giaretta et al., 2010).

O lixo eletrônico refere-se a produtos elétricos e eletrônicos danificados e sem utilidade, que atingiram o fim de sua vida útil. Esses itens são frequentemente esquecidos em casa ou descartados, mas podem ser reaproveitados como matérias-primas. Esse tipo de resíduo é um desafio para a gestão de resíduos de todo o mundo, pois é considerado como o resíduo que mais cresce no planeta. Segundo *The Global E-waste Monitor* (2020), esse tipo de material aumenta 4% a cada ano. Em apenas 5 anos, os resíduos eletrônicos cresceram 21% (*Green Eletron*, 2021). De acordo com a *Green Eletron* (2021) o Brasil ocupa a 5ª posição mundial de maior gerador de lixo eletrônico e lidera o ranking na América Latina. Como apresenta o relatório da *The Global E-waste Monitor* (2020), da ONU (Organização das Nações Unidas), no estado do Rio Grande do Norte (RN) é reciclado apenas 2% de todo seu lixo. Enquanto, Natal, capital do RN, já chegou a gerar 16.636 toneladas desse material no ano de 2020.

O resíduo eletrônico é, sem dúvidas, uma consequência da humanidade, que é bombardeada pela tecnologia. Hoje vivemos em uma era digital, muitos aparelhos, muitas novidades, o mundo se tornou mais ágil do que há 20 anos. Nesse contexto, Bauman (2008), expõe uma diferença entre o consumo e o consumismo. Em que, o consumo é fundamental para a existência humana, já o

consumismo foi desenvolvido pela sociedade capitalista através de satisfazer desejos imediatistas.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM, 2018), em quatro estados Brasileiros, 85% das pessoas que foram entrevistadas tinham guardados em casa, aparelhos eletrônicos e elétricos, que deixaram de funcionar. Isso é proveniente de diversos aparelhos esquecidos dentro das residências, devido às pessoas não terem conhecimento para descartá-los

Quando descartamos esses materiais, a natureza e o próprio ser humano serão altamente prejudicados, metais pesados como o mercúrio, chumbo e níquel, que estão presentes na composição de alguns produtos tecnológicos, podem fazer ligação com o solo, adentrar nos lençóis freáticos e, chegar até a água que consumimos. E o contato humano com esses metais nocivos pode acarretar sérios problemas futuros.

Frente a esse contexto, a questão sobre a reciclagem e o reuso do lixo eletrônico é de extrema importância, devido este impactar diretamente na saúde humana e na degradação do meio ambiente. Esta pesquisa tem o objetivo de diagnosticar a gestão e descarte do resíduo eletrônico no município de Jaçanã-RN.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O lixo é identificado como restos de atividades humanas, vistos como descartáveis ou indesejáveis. Diferentemente do resíduo, que é considerado aquilo que pode ser reciclado e reutilizado. Com isso, esse tipo de resíduo deve ser separado do lixo comum e direcionado para uma recicladora. Já o rejeito é aquilo que não tem nenhuma possibilidade de ser reciclado. Dessa forma, o material deve ser encaminhado para o aterro sanitário e receber o tratamento adequado, para que não venha a prejudicar o meio ambiente (NBR 1004:2004).

No Brasil, desde o ano de 1954, é proibido o descarte indevido do lixo, pela Lei 2.312 de 3 de setembro (Código Nacional de Saúde). Essa proibição foi renovada em 1981 diante da Política

Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Mais adiante, no ano de 2010, novamente foi reforçada pela Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Essa política prevê programas de prevenção e estratégias para reduzir a geração de resíduos, além de elaborar formas para realizar a destinação correta do lixo. Com isso, foi determinado pela PNRS de 2010 o fim dos lixões, com previsão até 2014, conforme o tamanho da população nacional. Com a dificuldade dos municípios em cumprir o prazo, o novo Marco Legal do Saneamento Básico, via Lei 14.026/2020, aprovado pelo Congresso Nacional em 2020, prorrogou o prazo para os anos de 2021 e 2024. É perceptível que muitas cidades ainda seguem realizando o descarte incorreto, principalmente municípios de pequeno porte.

Freitas (2010) explana que o termo “lixo eletrônico” apresenta resíduos originados de um processo de produção e do pós-consumo de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (REEEs), como telefones, computadores, pilhas e baterias, TVs, geladeiras, ar-condicionado, entre outros itens tecnológicos. Segundo a *Green Eletron* (2021), por ano, são descartados irregularmente mais de 53 milhões de toneladas de REEE e pilhas em todo o mundo. De acordo com Meloni (2020), somente 20% dos REEE recebem o tratamento de maneira correta, enquanto os outros 80% são tratados de forma incorreta. Os equipamentos tecnológicos apresentam uma grande quantidade de substâncias prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana. Isso mostra que esses produtos necessitam de um cuidado especial e não podem ser descartados incorretamente.

Diniz (2016) destaca que produtos eletroeletrônicos e a sociedade moderna estão interligados. São apresentados novos aparelhos constantemente, mais modernos que os anteriores, gerando interesse nos consumidores e causando o desuso dos ultrapassados, sem conhecimento das consequências. Santos (2001) afirma que indústrias hegemônicas realizam a produção do consumidor antes do produto. Com o consumo exorbitante, tem como consequência uma produção de resíduo prejudicial ao meio

ambiente e à saúde humana. É preocupante a forma da produção do resíduo.

Atualmente, a tecnologia está presente em todos os setores da vida do ser humano, sendo essencial para sua sobrevivência. Sendo que a tecnologia é gradativa, sempre está em uma constante evolução, causando assim uma constante mudança no consumidor. Isso reflete problemas com os grandes descartes de eletroeletrônicos em boas condições de uso. No Brasil, o gerenciamento dos resíduos sólidos, abarcando os REEE, é determinado pela Lei nº 12.305 de agosto de 2010, que compôs a PNRS. Desde a implementação, as empresas que produzem e comercializam produtos tecnológicos têm por obrigação elaborar um plano de Logística Reversa (LG) para esse tipo de resíduo. Porém, ainda não foi possível implementar esse projeto para os REEE no país, embora tenha sido instituído pela PNRS no ano de 2010 (Dias, 2017).

Com o intuito de destinar o lixo eletrônico corretamente, Zhang e Xu (2016) destacam dois processos de reaproveitamento. O primeiro é elementar, sendo um processo de desmontagem e classificação. O segundo possui alto valor agregado, incorporando novas tecnologias para recuperar metais dos resíduos. O Relatório de Análise e Viabilidade Técnica e Econômica para instalação de LR de produtos Eletroeletrônicos, da ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2012) destaca os tipos de REEE divididos em quatro linhas: linha verde (computadores *desktops*, *notebooks*, impressoras, *scanners*, acessórios de informática, *tablets* e telefones); linha azul (cafeteiras, secadores de cabelo, furadeiras, chaleiras, aspiradores de pó, ferros elétricos); linha branca (fogão, ar-condicionado, freezer, geladeiras, máquinas de lavar); e linha marrom (TVs, monitores, DVD, produtos de áudio). Essa definição tornou-se conhecida pela população devido aos incentivos fiscais do governo, por Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para compra de produtos da linha branca.

O gerenciamento dos REEE requer a interação da sociedade, exigindo mudanças dos produtores, distribuidores e consumidores (Dias, 2017). A coleta adequada cumpre a Lei 12.305/2010, PNRS,

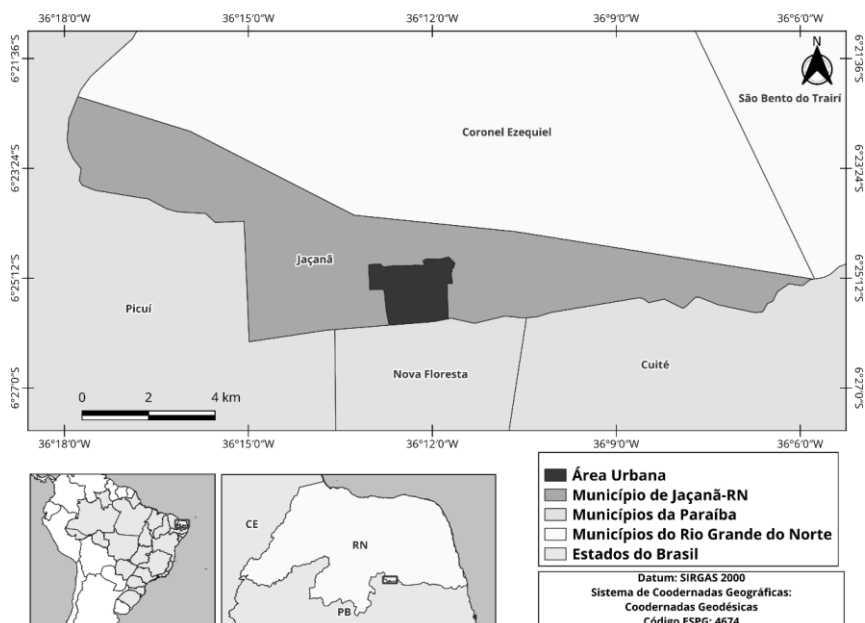
que determina a destinação correta dos resíduos. O crescimento desse lixo e seu tratamento incorreto ameaça o meio ambiente. Os eletrônicos descartados contêm metais pesados como mercúrio, chumbo, níquel e cobre, prejudicando o ambiente e a saúde humana. Por falta de informação, equipamentos obsoletos são descartados com lixo comum. Quando expostos à chuva, geram chorume, contaminando solo, lençol freático e afetando fauna e flora, causando doenças graves (Maciel, 2011).

A indústria da informática é uma das que mais afeta o equilíbrio ambiental. Novas tecnologias reduzem a vida útil dos produtos e aumentam o lixo eletrônico descartado (Rosa, 2007). O lixo eletrônico descartado com lixo comum vai para aterros ou lixões, quando deveria ir para recicladoras. Os problemas tóxicos afetam quem tem contato direto com o *e-lixo*. Em gestantes, pode comprometer a saúde do feto permanentemente. O contato com chumbo, mercúrio e cádmio dos equipamentos tecnológicos causa problemas respiratórios e nervosos por contaminação (Silva, 2011).

3 METODOLOGIA

O município de Jaçanã-RN está situado no interior do Rio Grande do Norte, fazendo fronteira com a Paraíba. Localiza-se na região imediata de Santa Cruz, com área de 54,561 km² (IBGE, 2022), no topo da serra do Cuité-PB, na Região do Curimataú. O censo de 2022 registrou 7.834 habitantes, com densidade de 143,58 hab/km² (IBGE, 2022). No censo de 2010, a população era de 7.925 habitantes (IBGE, 2010). O município, de clima semiárido, integra a Bacia Hidrográfica do Rio Trairi, com riachos intermitentes. Predomina o latossolo vermelho-amarelo, com textura de argila e areia, e vegetação de Caatinga, onde as folhas desaparecem na estiagem (Das Chagas et al., 2019). Com altitude média de 684 metros, é a quarta cidade mais alta do estado, situada a 155 quilômetros da capital, com acesso pelas rodovias BR-226 e RN-129 (Beltrão et al., 2005) (Figura 1).

Figura 1 - Localização do município de Jaçanã – RN.



Fonte: Elaborado por Ramon Santos Souza (2023).

A metodologia deste trabalho direcionou-se ao método de *Survey*, conforme (Fonseca, 2002, p.33) podem ser coletadas opiniões de um grupo de pessoas, contendo seus dados e informações, através de um questionário como fonte de pesquisa. Através dos métodos estatísticos teve-se os resultados dessa pesquisa, obtendo as informações das pessoas.

De acordo com Creswell e Plano Clark (2022) a pesquisa se baseou em métodos mistos, no qual refere-se a procedimentos de coleta, análises e uma conexão de técnicas quantitativas e qualitativas, se estruturando em um mesmo protótipo de pesquisa.

Neste trabalho foi realizado uma aplicação de um questionário online para a população de Jaçanã-RN, utilizando a plataforma do questionário eletrônico *Google Forms*, para a coleta de informações. Como forma de divulgação, foi utilizado as redes de comunicação como *WhatsApp* e *Facebook*. A pesquisa, teve o objetivo de obter informações da população a respeito do lixo

eletrônico, seu conhecimento sobre o tema relacionado, para qual setor esses resíduos são destinados e se, em suas residências se encontram equipamentos eletroeletrônicos, sem uso.

O referido questionário ficou disponível do dia 28 de agosto de 2023, até o dia 11 de setembro do respectivo ano. A pesquisa contou com a participação de 43 pessoas. Dentre eles, 20 moram no centro da cidade, e os demais residem em bairros e zonas rurais do município. A faixa etária dos participantes variou entre 20 e 56 anos.

A pesquisa também contou com um trabalho de campo, no respectivo lixão da cidade, com o intuito de analisar a quantidade de REEE presentes no local. Na mesma ocasião, foi realizada uma entrevista informal com um dos catadores recicláveis atuantes no município, buscando informações sobre o seu trabalho diário na cidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que 62,8% dos entrevistados possuem conhecimento sobre o REEE, enquanto 37,2% não possuem. A falta de conscientização é identificada como o principal obstáculo para a reciclagem de resíduos eletrônicos, sendo desafiador para a população desenvolver consciência sobre o consumo excessivo e o avanço tecnológico (Oliveira; Gomes; Afonso, 2010).

Residências hoje têm forte ligação com a tecnologia, oferecendo rotina simples e prática. Máquinas de lavar, televisões e celulares tornam o ambiente mais tecnológico, facilitando o dia a dia. Segundo a PNAD (2021), 90% das residências brasileiras têm acesso à Internet, totalizando 65,6 milhões de lares conectados. Sobre eletrodomésticos e eletroeletrônicos, 27,9% dos questionados têm até 10 equipamentos em casa, enquanto 72,1% possuem entre 10 e 20 produtos.

Entre os entrevistados 78,6% possuem eletroeletrônicos sem uso, enquanto 21,2% não possuem equipamentos em desuso. Devido à falta de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e informação sobre o descarte correto, há números elevados de equipamentos

eletrônicos esquecidos nas residências, geralmente danificados ou ultrapassados. Com o descarte correto, esses produtos são encaminhados a recicladoras para tratamento. Na triagem, separam-se equipamentos em condições de uso dos inutilizáveis, retirando peças para matéria-prima e metais preciosos.

Segundo a Green Eletron (2021), 87% da população brasileira guarda eletroeletrônicos sem utilidade por mais de 60 dias e 25% nunca usaram pontos de coleta. Nossa pesquisa registrou que 87,5% dos questionados possuem até 10 equipamentos elétricos sem utilidade, enquanto 12,5% têm entre 10 e 20. Por falta de conhecimento e dificuldade no descarte correto, a maioria guarda os equipamentos em desuso para não prejudicar o meio ambiente.

Quando questionados sobre quais os tipos de eletrônicos guardados em sua residência, 85% assinalaram que mantém carregadores guardados, 67,5% afirmam ter telefones em desuso, 60% dizem ter pilhas, 52,5% destacaram ter eletrodomésticos, 45% revelaram ter baterias, 25% comprovaram ter brinquedos eletrônicos, e 22,5% dizem ter outras opções de eletroeletrônicos.

Carregadores, telefones e pilhas são os itens eletrônicos mais descartados, sendo também os que ficam guardados por mais tempo nas residências. Já eletrônicos maiores são descartados mais rapidamente.

Sobre a destinação desses materiais, 62,8% descartam junto ao lixo comum para o lixão municipal, 11,6% através de catadores, 9,3% em qualquer lugar, 7% vendem, 4,7% devolvem às empresas e 9,3% utilizam outras formas de descarte. No Brasil, são produzidos anualmente 670 milhões de pilhas recarregáveis e 800 mil pilhas comuns (ABBINE, 2022). A melhor opção é substituir pilhas comuns por recarregáveis, economizando e reduzindo impactos ambientais.

Com o intuito de obter informações sobre o conhecimento dos entrevistados sobre danos do lixo eletrônico ao meio ambiente, 65% têm consciência dos problemas, enquanto 35% não têm conhecimento. É preocupante o desconhecimento sobre os problemas que o lixo pode causar ao meio ambiente e saúde

humana. Equipamentos descartados como telefones, televisores e baterias contêm substâncias danosas que, quando descartados incorretamente em lixões, podem causar contaminação por metais pesados e produtos químicos.

O estudo de Bonfim *et al.* (2018), baseado no Manual de Levantamento de Impactos Ambientais (LAIA, 2018) da Marinha, mostrou elevada devastação ambiental, com contaminação nociva devido ao descarte incorreto.

Sobre se o descuido com lixo eletrônico é causado pela falta de informação, 98% dos questionados concordaram, enquanto 2% discordaram. Segundo pesquisa da *Green eletron* (2021), a maioria das pessoas conhece superficialmente o lixo eletrônico, confundindo lixo digital com resíduo eletrônico.

Quando perguntados sobre o melhor destino do resíduo eletrônico, 59,5% indicaram empresas do setor, 26,2% as recicladoras, 11,9% os catadores de materiais recicláveis, 2,4% outras opções, e nenhum indicou a prefeitura. Sobre quem é o maior responsável pela expansão do lixo eletrônico, 34,9% apontaram os consumidores, 11,60% os órgãos públicos, 4,7% as empresas fabricantes, 2,3% as empresas de reciclagem, e 46,5% todos os anteriores. A Lei 13.576/09 declara que fabricantes são responsáveis pela destinação do lixo eletrônico, devendo os equipamentos em desuso serem direcionados às lojas, que devem encaminhar aos fabricantes para destino correto.

Na última questão sobre conscientização do tema, todos concordaram ser extremamente importante repassar informações, especialmente considerando que a cidade não possui PEVs, recicladoras ou associação de catadores. Em visita ao lixão municipal, foram encontrados equipamentos eletrônicos. No Rio Grande do Norte, apenas 7% dos 167 municípios realizam descarte correto desses resíduos. Em Jaçanã, sem coleta seletiva especializada, o lixo é destinado ao lixão municipal, gerando impactos ambientais e à saúde humana (IBGE, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do estudo, observa-se que a população carece de informações sobre o tema em questão e os riscos associados aos dispositivos eletrônicos. No entanto, a população em geral tende a esperar ações exclusivamente de órgãos públicos ou empresas especializadas, embora a sociedade como um todo seja responsável pelo acúmulo de lixo eletrônico gerado, desde a aquisição de tais equipamentos até o seu descarte. A população foi educada a acreditar que o descarte correto consiste apenas em depositar o lixo para que o caminhão o transporte até o local de descarte. Contudo, o descarte adequado envolve o manuseio e a separação do lixo de acordo com sua classificação, para que seja destinado de forma apropriada.

A Educação Ambiental é um meio de instruir a sociedade sobre a importância de cuidar do planeta e é responsável por apresentar os problemas que cada ação humana pode causar ao meio ambiente. Fundamenta-se na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de compreender os conceitos relacionados ao meio ambiente.

A pesquisa revela que a população mantém diversos aparelhos eletroeletrônicos em desuso, em suas residências e quando desejam descartá-los, frequentemente o fazem junto ao lixo comum. Esse comportamento é resultado da falta de informação, da carência de incentivos às recicladoras, além da informalidade dos catadores atuantes.

Por fim, sugere-se a implementação de ações para combater a produção excessiva de lixo eletrônico na cidade, com o objetivo de contribuir para um município menos poluente. Além disso, é importante demonstrar à população que existe a possibilidade de reaproveitar os equipamentos elétricos, que muitas vezes são considerados inutilizáveis.

REFERÊNCIAS

- ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Logística reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos: Análise de Viabilidade Técnica e Econômica**, 2012. Disponível em: <https://www.abdi.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR-10004. Resíduos sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro, 2004, 71p.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BELTRÃO, B. A. *et al.* **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Jaçanã. Recife: Ministério de Minas e Energia, 2005.
- BOMFIM, N. L. *et al.* Levantamento dos aspectos e impactos ambientais: um estudo de caso em uma empresa de manutenção de eletroeletrônicos. **Sustentabilidade e Meio Ambiente**, [s. l.], p. 209–221, 2018.
- BRASIL. **Decreto - lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 de agosto de 2010.
- CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Projetar e conduzir pesquisas de métodos mistos**. Los Angeles: SAGE Publications, 2011.
- DAS CHAGAS, M. D. *et al.* Mapeamento de unidades de paisagem dos municípios de Coronel Ezequiel e Jaçanã (RN): em evidência o táxon geofácies. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 21, n. 2, p. 303-318, 2019.
- DIAS, M. V. **Avaliação da gestão de resíduos eletroeletrônicos**. Curitiba: Universidade Positivo, 2017.
- DINIZ, N. R. F. **Gestão ambiental em instituições públicas de ensino superior: processos de destinação de resíduos eletrônicos de informação**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Florestal, 2016.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FORTI, V. *et al.* **Monitor global de resíduos eletrônicos 2020: quantidades, fluxos e o potencial da economia circular**, 2020.
- FREITAS, D. M. S. **Diagnóstico e proposta de modelo de gestão de resíduos eletroeletrônicos gerados nos ministérios do governo brasileiro**. 2010. f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.
- GIARETTA, J. B. Z. *et al.* Hábitos relacionados ao descarte pós-consumo de aparelhos e baterias de telefones celulares em uma comunidade acadêmica. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 674-684, 2010.
- Green Eletron, Gestora de Logística reversa. Disponível em: <<http://greeneletron.org.br/pesquisa>>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 25 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.026 de 15 de julho de (2020)**. Que atualiza o marco legal do saneamento e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 25 abr. 2023.

MACIEL, A.C. **Lixo eletrônico**. Ebah, 2011. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAezhMAJ/artigosobre-lixo-eletronico#%23%3E>. Acesso em: 04 de out. de 2023.

Meloni, M. A. (2020). Chapter 3: A circular economy for consumer electronics. **Issues in Environmental Science and Technology**, 49, 66–100. <https://doi.org/10.1039/9781788018784-00066>

OLIVEIRA, R. S.; GOMES, E. S.; AFONSO, J. C. O Lixo eletroeletrônico: uma abordagem para o ensino fundamental e médio. **Química Nova na Escola**, v. 32, n. 4, p. 240-248, 2010.

ROSA, A. **A fabricação de cada computador consome 1800 quilos de materiais**. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=010125070309&id=010125070309> Acessado em: 24 abr. 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCARIOT, N. A. **A evolução do Estado na perspectiva da questão ambiental**. Editora Dialética, 2021.

SILVA, L. F. **O lixo eletrônico na cidade de Munhoz de Mello** - um estudo de caso. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública, Programa Nacional de Formação em Administração Pública) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ZHANG, L.; XU, Z. Uma revisão do progresso atual das tecnologias de reciclagem de metais provenientes de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos. **Revista Produção Mais Limpa**, v. 127, p. 19-36, 2016.

A GEOGRAFIA DO COMÉRCIO EM PEQUENAS CIDADES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RUA CELSO CIRNE, EM SOLÂNEA/PB

Prof. Espec. Marcos Antônio dos Santos Alves

e-mail: jonasgeo94@gmail.com

Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: saraivaluizarthur@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa discutiu a Geografia do comércio em pequenas cidades, tendo como foco a dinâmica comercial de Solânea, no estado da Paraíba. O objetivo foi analisar a polaridade exercida por esta cidade, a partir do comércio varejista e de seus consumidores. Fizemos observações *in loco* dos estabelecimentos comerciais e dos serviços e registro fotográfico de alguns eventos importantes na área central desta cidade. Aplicamos questionários aos consumidores, além de entrevistas com representantes do poder público municipal e os donos de estabelecimentos comerciais. Concluímos que o comércio varejista, que é uma das potencialidades de Solânea, vem exercendo forte influência na região, atraindo não só os clientes desta localidade, mas também, das cidades circunvizinhas que veem neste município um importante espaço comercial para o atendimento das suas necessidades.

Palavras-Chave: Comércio Varejista; Pequenas Cidades; Solânea/PB.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de pesquisar sobre a cidade de Solânea, no estado da Paraíba que, embora seja pequena, polariza vários municípios circunvizinhos por meio de suas atividades comerciais

e serviços oferecidos. O objetivo geral foi analisar a polaridade exercida por esta cidade sob a ótica da expansão do comércio varejista. Assim, procuramos discutir sobre as principais características socioeconômicas do município de Solânea, refletir sobre a relação dessa cidade com as demais que integram a sua área de influência, identificar o perfil dos estabelecimentos comerciais e de seus consumidores na referida cidade, bem como conhecer as ações do poder público municipal para a expansão do comércio na cidade de Solânea.

Já que estamos diante de um caso específico, a polaridade da cidade de Solânea sob a ótica do comércio e serviços, que permite ao pesquisador estudar um fenômeno de forma aprofundada, classificamos esta pesquisa como sendo um estudo de caso (Prodanov; Freitas, 2013). Uma proposta de investigação que, conforme tais autores, desempenha um papel muito importante na construção do conhecimento científico. Como o estudo de caso permite a discussão de temas variados, conforme Prodanov; Freitas (2013), adotamos uma abordagem qualitativa que leva em consideração discussões pautadas em subjetividade, que qualificam à natureza e à essência da dinâmica comercial de Solânea.

Assim, ao destacar sobre o uso da abordagem qualitativa nos trabalhos científicos, também adotamos o método fenomenológico de Edmund Husserl que, atualmente, vem se consolidando em muitas pesquisas ligadas à ciência geográfica. Dado que esse meio investigativo, ao contrário de outros, busca compreender a essência dos fenômenos em sua totalidade, a partir das experiências subjetivas e perceptivas dos indivíduos (Nascimento; Costa, 2016). Os argumentos teóricos e metodológicos, atrelados a pesquisa empírica revelaram a importante dinâmica urbana e comercial de solânea/PB em seu contexto local e regional.

2 ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA SOBRE O ESPAÇO URBANO NA PERPESCTIVA DO COMÉRCIO.

Para Salguero; Cachinho (2009), a partir do método fenomenológico, nos preocupamos em discutir sobre o espaço geográfico e, em particular, o espaço comercial de Solânea que, nesta ocasião, concentra inúmeros estabelecimentos comerciais e utilizam das mais variadas simbologias para atrair consumidores desta cidade e de outras localidades circunvizinhas. A simbologia é uma construção social atrelada aos significados que atribuímos a algo, como o comércio de Solânea. É por meio dela que os espaços ganham importância para a sociedade, em decorrência de suas mediações culturais e sociais.

O comércio é uma atividade essencialmente humana que, desde os primórdios, tem sido muito importante para sustento e atendimento das necessidades básicas da população. Embora associamos essa prática simplesmente ao ato de vender e consumir determinada mercadoria, o mesmo também incorpora a prestação de serviços, que se manifesta através da imaterialidade (Almeida et al, 2013).

Compreendendo ideias de Rolnik (1995) e do IBGE, Carlos (2018) defende que a cidade é o espaço das coisas concretas e abstratas. Assim, deve-se pensar a cidade não apenas como um conjunto de casas, prédios, ruas e lojas mas, também, pelo contexto do não visível, ou seja, das relações, identidades, conflitos, entre outros. Uma perspectiva diferenciada de ver a cidade e que pouco vem sendo trabalhada, uma vez que é “raro emergirem associações vinculadas a sentimentos e emoções que permeia as relações humanas. A forma domina, predomina, esmaga os seres humanos como as grandes construções religiosas” (Carlos, 2018, p. 12).

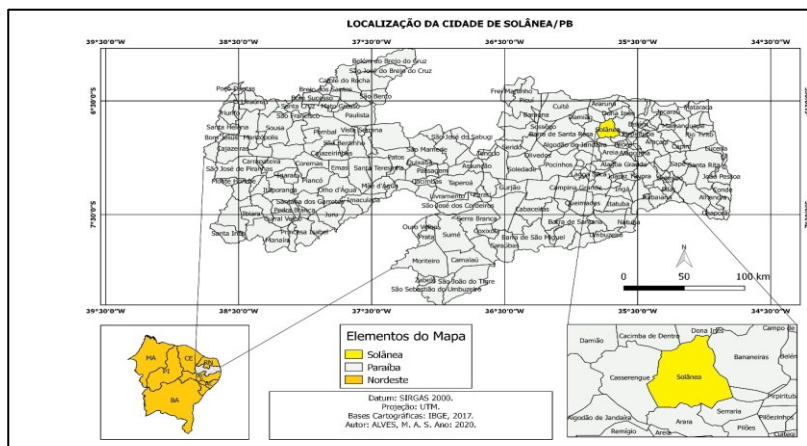
Nesse sentido, se as cidades são dotadas de maiores tecnologias, melhores serviços e variadas opções de produtos, elas têm maior influência em sua região, portanto, dominam. Por outro lado, se não apresentam tais características, as mesmas não são polarizadoras, logo, são dominadas (Santos; Silveira, 2013).

3 CARACTERIZAÇÃO GEOECONÔMICA E HISTÓRIA DE SOLÂNEA/PB

Solânea é um dos 223 municípios do estado da Paraíba, localizado na Região Geográfica Imediata de Guarabira e Intermediária de João Pessoa (antiga Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião do Curimataú Oriental), que possui uma área de 232,970 km² (IBGE, 2019).

A mesma está a 68 km de Campina Grande, interligada pela PB 105 e PB 104, e a 138,4 km de João Pessoa, capital paraibana, onde é possível ter acesso à referida cidade por meio das rodovias BR 230; BR 040 e PB 105 (Pinto Junior, 2014). Destaca-se, ainda, conforme o mapa 1, que sua sede faz limite com Casserengue (9 km), Serraria (22,3 km), Dona Inês (16 km), Remígio (26 km), Arara (14 km), Barra de Santa Rosa (44 km), Borborema (7,5 km), Bananeiras (3 km) e Cacimba de Dentro (20 km) (Figura 1).

Figura 1 - Localização da cidade de Solânea/PB.



Fonte: Marcos Antônio dos Santos Alves, 2020.

O município de Solânea possui cerca de 26.407 habitantes, valor que tem diminuído desde os últimos resultados do IBGE (Censo 2000, 2010 e estimativas de 2019), mas que ainda é expressivo se comparado as outras cidades adjacentes. Desse total, boa parte reside no meio urbano, fruto do processo de urbanização que tem se intensificado nesta cidade em decorrência das melhores condições de vida, das oportunidades de emprego (seja no serviço público ou no privado), da proximidade do comércio e serviços urbanos.

Além desses atrativos, a falta de oportunidades, o pouco apoio para o desempenho de atividades agrícolas e a violência no campo têm incentivado o processo de urbanização dessa cidade. Neste último, por exemplo, o escasso patrulhamento policial impacta na produção agrícola do município, faz com que as pessoas habitem sobre o meio urbano e, como resultado, desenvolvam atividades que diferem do meio rural, como a prestação de serviços e o comércio formal/informal (Santos, 2012).

A rua Celso Cirne, que é um dos núcleos da cidade no que se refere ao setor varejista e que foi escolhida para a realização desta investigação científica, possui diversos estabelecimentos comerciais que se enquadram tanto no circuito superior da economia quanto inferior. A boa localização geográfica dessa rua, somado ao grande fluxo de pessoas e às melhores condições de infraestrutura têm possibilitado a permanência de lojas nesse espaço e, em alguns casos, a atração de grandes unidades comerciais de nível nacional/regional, como as Óticas Diniz, as Americanas, o Armazém Paraíba e a Magazine Luiza (Figura 2).

Figura 2 - Rua Celso Cirne e o centro comercial de Solânea/PB.



Fonte: Google Earth, 2020.

Essa dinâmica comercial urbana gera um PIB do município corresponde a R\$ 188.960.000,00 deixando-o na 28ª posição entre as 223 cidades do estado, e a 7ª, entre as 15 regiões geoadministrativas (IDEME; IBGE, 2013). As atividades comerciais, que em parte contribuem para o crescimento do PIB local, possuem 17,70% de participação na economia desta cidade, perdendo apenas para os setores agropecuário, que possui 36,23%, e os serviços, com 34,98%

O comércio tem se destacado na economia de Solânea não somente pelo consumo de produtos mas, também, em decorrência da sua estrutura física e das instituições financeiras, materializadas através de três agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco e Banco do Nordeste) e três casas lotéricas, que são responsáveis pelo financiamento a curto e médio prazo deste e de outros seguimentos, ao fornecerem créditos simples ou em contas garantidas, captarem depósitos e fazerem outras operações ligadas ao crédito, ao câmbio e ao comércio (Santos; Silveira, 2013).

As atividades comerciais de alta e baixa complexidade, que não necessitam de muito espaço para suas instalações, se localizam no núcleo urbano de Solânea, em especial na rua Celso Cirne. Diferentemente do mercado público, que é mais afastado desse

perímetro em decorrência das suas dimensões físicas, que equivalem a aproximadamente 12 mil metros de extensão (Figura 3).

Figura 3 - Mercado público de Solânea/PB.



Fonte: Focando a notícia, 2019.

Embora o mercado público possua um baixo nível tecnológico em decorrência dos resquícios de tradicionalismo e do pouco capital empregado, esse espaço tem se destacado em relação as outras cidades, permitindo desde o consumo de produtos de primeira necessidade até o desenvolvimento de atividades turísticas, que diferem das suas funcionalidades de origem.

Boa parte do comércio varejista de Solânea está localizada em sua área central, em especial, na rua Celso Cirne. Diante disso, para que possamos traçar um perfil dos estabelecimentos comerciais, foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas as cinquenta e quatro pessoas que gerenciam o comércio nestas ruas centrais, existindo de fato um binário de circulação mais favorável ao comércio (Figura 4).

Figura 4 - Binário de Solânea/PB.



Fonte: Google Earth, 2020.

Assim como os estabelecimentos comerciais, os consumidores que alimentam o comércio de Solânea são bem diversificados, variando conforme o sexo, faixa etária, origem, renda e o período de consumo. Diferenças que se aproximam da realidade do mundo moderno em decorrência. Das pessoas que compram em Solânea, uma parcela é composta pelos habitantes desta cidade e outra pelos consumidores de municípios circunvizinhos, que enxergam naquele espaço um importante mercado.

A diversidade de produtos, a presença de equipamentos urbanos como as agências bancárias e as casas lotéricas, somados às pequenas distâncias que aquele município possui em torno da sua região evitam com que as pessoas se desloquem para os grandes centros urbanos na hora de consumirem algo ou/e utilizarem determinados serviços bancários que, por ventura, não se apresentam em suas localidades de origem

A presença de instituições financeiras em Solânea é uma variável importante no comércio desta cidade, pois estamos falando de aposentados, trabalhadores (liberais/públicos/privados) e de beneficiários dos programas sociais, que necessitam

de dinheiro para realizarem suas compras e de mais opções de produtos para consumirem. Observa-se que boa parte dos consumidores desta cidade é composta pela população ativa, ou seja, pelos profissionais liberais, servidores públicos e privados, que equivalem a 53%. Posteriormente a isso, têm os idosos com 26%, que compõem um importante grupo de consumo e, por fim, as pessoas que participam dos programas sociais, que correspondem a 21%.

No que se refere aos pontos negativos do comércio, cerca de 41% dos consumidores afirmaram que o preço dos produtos de Solânea é mais elevado que em suas cidades de origem, o que já era esperado desse município devido ao seu potencial na região, ao contrário dos 59%, que criticaram a qualidade no atendimento, como a demora no despacho de mercadorias e à forma que o cliente é tratado com alguma cortesia. Embora a qualidade no atendimento seja considerada fútil para algumas pessoas, essa é um diferencial na hora de comprar um produto, pois o consumidor não só avalia os preços, as opções de pagamento, a diversidade e a qualidade das mercadorias mas, também, a forma como o mesmo é tratado como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora Solânea se adeque a classificação de cidade pequena, tanto na concepção do IBGE quanto nas produções acadêmicas, a mesma tem se destacado em relação aos municípios circunvizinhos que também fazem parte desse universo em decorrência da sua localização geográfica, dos serviços, dos investimentos em infraestrutura por parte do poder público municipal e estadual, dos equipamentos urbanos, como as agências bancárias e as casas lotéricas e do seu comércio, potencialidades que atribuem a este município o título de região geoadministrativa do estado desde 2013.

O comércio dessa cidade é diversificado, sendo composto por um mercado público que é referência na região e por diversas lojas que integram o setor varejista, atendendo aos consumidores

solanenses e de outras localidades que enxergam o comércio desse município como um grande mercado para atenderem as suas necessidades básicas enquanto consumidores e seres humanos. A rua Celso Cirne, que é um dos núcleos da cidade no que se refere ao setor varejista e que foi escolhida para a realização desta investigação científica, possui diversos estabelecimentos comerciais que se enquadram tanto no circuito superior da economia quanto inferior.

O circuito inferior da economia urbana, que é mais numeroso e está presente nesta rua, possui pouco capital, mão de obra reduzida, com no máximo três membros da própria cidade e, em alguns casos, integrantes da unidade familiar, produtos simples e poucos diversificados, utiliza mais as redes sociais para divulgar às suas mercadorias, tem influência local e poucos recursos tecnológicos.

Ambos os circuitos atendem aos mais diversos públicos, entre eles, os trabalhadores que possuem uma renda e são os principais consumidores de Solânea por estarem em atividade, seguido pela população idosa que, embora não trabalhe, possui uma renda fixa, ocupando o segundo lugar entre os grupos de consumo e, as pessoas que participam dos programas de assistência social que, aos poucos, vem ganhando expressividade no comércio desse município.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Referenciais curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC. SETEC, 2000b.
- BRITO, L. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países do subdesenvolvidos. **bvru**, Goiânia, v.3, n.1, p.165-169, jan./jul, 2017.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CPRM (Serviço Geológico do Brasil). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Solânea, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

_____. Serviço Geológico do Brasil. **Solânea - SB.25-Y-A-IV, escala 1:100.000:** nota explicativa/Ignez de Pinho Guimarães, Sheila Maria Bretas Bittar, José Maurício Rangel da Silva, Francis Miller J. Virtuoso da Silva, Daniel Brito de Araújo, Sharliane Dornelle D'Almeida Arruda, Vanja Coelho Alcantara - Paraíba: UFPE / CPRM, 2007.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.

GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

COUTINHO, R. **Ricardo inaugura binário de Solânea.** Governo da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://der.pb.gov.br/noticias/ricardo-inaugura-binario-e-autoriza-licitacao-para-reforma-de-escola-de-solanea>. Acesso em: 25 nov.2020.

FOCANDO A NOTÍCIA. **Mercado Público de Solânea está sendo monitorado por câmeras de segurança.** 2019. Disponível em:

<https://www.focandoanoticia.com.br/mercado-publico-de-solanea-esta-sendo-monitorado-por-cameras-de-seguranca/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GOMES, P. C. C.; **Geografia e modernidade.** 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Nota técnica do PIB dos municípios da Paraíba.** Governo do Estado da Paraíba: Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão, 2013. Disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib/nota-tecnica_pib-dos-municipios-da-paraiba-2013.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013, p. 160.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Histórico da cidade Solânea.** Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/solanea.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. **Produto Interno Bruto de Solânea/PB por setores.** Rio de Janeiro, IBGE, 2017. Acesso em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/solanea/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios.** Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

_____. **Resultados do Censo de 2010.** Sinopse do Censo demográfico de 2010 no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. **Dados gerais da cidade de Solânea-PB.** Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/solanea/panorama>>. Acesso em 14 nov. 2020.

- _____. **Regiões de Influência das Cidades – 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- NASCIMENTO, J. R. F.; MARQUES, A. C. S.; SANTOS, R. F. P. Uma análise sobre os circuitos da economia urbana em Guarabira/PB. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia, 2016, São Luís. **Anais Eletrônicos**. São Luís/MA, 2016. p. 1-11.
- NASCIMENTO, T. F.; COSTA, B. P. Fenomenologia e Geografia: teorias e reflexões. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, p. 43-50, 2016.
- OLIVEIRA, P. S. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ORTIGOZA, S.A.G. As formas do comércio e a generalização da mercadoria. In: ORTIGOZA, S.A.G. **Paisagens do consumo**. São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 20-33.
- PARAÍBA, Governo da. **Decreto nº 115, de 21 de janeiro de 2013. Institui a Região geoadministrativa de Solânea e dá outras providências**. Diário Oficial [do estado da Paraíba], João Pessoa/PB, nº 15.143, 22 jan. 2013. Seção I, p. 1.
- PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Scripta Nova**. v. X, n. 218, p. 81-100, 2006.
- PINTO JÚNIOR, E. C. A EEEFM Dr. **Alfredo Pessoa de Lima no contexto histórico-cultural do município de Solânea – PB**. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2014.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.
- RCCF (Rota Cultural Caminhos do Frio). **O que esperar em Solânea?**. Brejo Paraibano, 2019. Disponível em: <<https://brejoparaibano.com.br/cidades/solanea/>>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (Org.) **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p.9-39.
- SANTOS, J. J. M. **Um estudo sobre o aumento do êxodo rural nas últimas décadas no município de Solânea-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Guarabira: UEPB, 2012.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução Maria Irene Q. F. S. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 125- 136.

- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. Trad Myrna T. Rego Viana – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 433p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, L. S. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- SILVA, R. A. **Evolução recente do terciário (serviços) no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas: São Paulo, 2009.
- SILVEIRA, M. L. **Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo**. Cad. CRH [online]. 2009, vol.22, n.55, pp.65-76.
- SILVEIRA, L. J. **O centro da cidade e o comércio: um estudo da importância das atividades terciárias na configuração espacial urbana de Uberaba - MG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- SIGNOR, D.; MARIN, S. R. Desenvolvimento socioeconômico e os setores de atividade econômica: uma análise do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2008. **Economia Ensaio**, v. 26, p. 07-20, 2011.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E SELETIVIDADE ESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE GUARABIRA/PB

Prof. Espec. Jonas Rafael Ferreira do Nascimento

e-mail: jonasgeo94@gmail.com

Profa. Ms. Maria Aletheia Stedile Belizário

Departamento de Geografia - UEPB/CH

e-mail: aletheiastedile@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

A análise dos circuitos da economia urbana busca compreender a totalidade da cidade e suas relações econômicas e sociais, postas em circuitos espaciais produtivos nos mais diferentes ramos da economia urbana. O objetivo desta pesquisa é analisar o centro da cidade de Guarabira/PB, dentro dos circuitos da economia urbana, como ponto luminoso na cidade, atraindo os mais diversos tipos de comércio e criando um cenário favorável ao consumismo. Foi elaborado e analisado um levantamento de dados no *site* da Receita Estadual da Paraíba, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística além da observação de campo e pesquisas bibliográficas. Concluiu-se que Guarabira polariza uma dinâmica urbana em seu centro urbano em seu circuito inferior.

Palavras-chave: Circuitos da economia urbana; Território. Seletividade espacial.

1 INTRODUÇÃO

Escolhemos estudar o espaço urbano de Guarabira/PB no contexto das teorias econômicas do circuito urbano. O objetivo geral foi analisar o centro da cidade de Guarabira/PB, dentro dos circuitos da economia urbana, como ponto luminoso na cidade,

atraindo os mais diversos tipos de comércios, criando um cenário favorável ao consumismo local e regional imediato (IBGE, 2017).

A forma de ver as novas realidades, principalmente dentro dos países subdesenvolvidos começa a ganhar força. Autores como McGeen em obra intitulada *The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory*, Lewis na obra *Economic Development with Unlimited Supplies of Labor* e, mais tarde, Lautier, na obra *L'économie informelle dans le Tiers Monde*, mostram análises das diferentes formas de manifestação da urbanização nos países subdesenvolvidos, e as particularidades na organização social e demográfica dos mesmos (Montenegro, 2011).

A partir de teorias como a dos circuitos da economia urbana, concluída em 1979, e em processos de atualização até os dias atuais, o movimento da geografia Crítica vem trazendo grandes contribuições com a epistemologia geográfica a revisão de suas bases filosóficas e a sua forma de entender o espaço, objeto que por muito tempo foi deixado de lado nas análises da geografia (Santos, [1978]2008).

Tendo a preocupação de estudar especificamente os fenômenos das cidades dos países subdesenvolvidos e livrar-se assim do erro de comparação, Santos (2008) propõe a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, que leva em consideração as especificidades dos mesmos. Assim, podemos estudar os circuitos econômicos das cidades dos países subdesenvolvidos de forma mais condizente com o real, onde os fenômenos são contemplados em suas complexidades, “tanto em sua dimensão histórica como as especificidades de seu espaço” (Montenegro, 2012, p. 155), sem deixar de lado as relações entre os circuitos coexistentes que possibilitam o movimento no sistema urbano (Santos, 2007a).

A teoria a qual será utilizada nesse estudo se tornou uma das mais clara leituras das cidade dos países subdesenvolvidos, através desta podemos entender a fonte geradora dos subsistemas do sistema urbano, Santos (2008), elaborou no final da década de 1970 a teoria dos Circuitos da Economia urbana, essa consiste em uma análise profunda dos fatores históricos que possibilitaram o

acontecer e a bipolarização nos mais diversos níveis da vida social das cidades, mais especificamente no mundo subdesenvolvido.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Cada circuito da economia urbana, consiste em um mundo de relações e de movimentos, que coincidem dialeticamente, além de se complementarem mutuamente de forma dialética e concorrente. São eles o Circuito Superior, com sua porção marginal e podendo ser entendido em suas atividades puras, impuras e mistas, caracterizado por capital intensivo, práticas modernas e complexa organização, e o Circuito Inferior que dentre as variáveis que caracteriza-o, estão atividades de capital não intensivo, comércio não moderno e comércio de pequena dimensão (Santos, 2008; Carneiro, 2015).

A pesquisa foi de caráter qualitativo, tendo como início a pesquisa bibliográfica, essa que se faz extremamente necessária para o entendimento do fenômeno dos circuitos e a sua contextualização no atual período de globalização, bem como a atualização da teoria frente as novas variáveis que estão incorporadas em ambos os circuitos.

Em seguida foi realizado o reconhecimento da área de estudo, através de campos de observação, para identificar os usos do território, o uso do campo considerou sua importância na compreensão dos fenômenos estudados, como afirma Minayo et. al. (2008). Para compreender o movimento dialético dos dois circuitos e sua fluidez no espaço, o método materialismo histórico e dialético foi usado, pretendendo desta forma, compreender a dialética, entre ambos os circuitos nesse processo de seletividade do espaço. Em um primeiro momento o campo se realizou a partir de observação empírica das formas e dos conteúdos do centro e dos bairros da cidade. Em um segundo momento a visita ao Shopping Popular da cidade e uma conversa informal com os comerciantes foi realizada.

Os dados que foram recolhidos junto a órgãos governamentais como: IBGE e Secretaria de Receita do Estado foram

suficientes para a espacialização dos fenômenos e a compreensão da dinâmica das empresas, ainda que não pudesse desvendar as particularidades das mesmas. Para o trabalho com os dados tabulares dos órgãos e a sua espacialização foi utilizado o Software Qgis 3.10 (A CORUÑA), também foi utilizado como equipamento o celular na função câmera.

A elaboração de uma teoria que se preocupasse com a forma de uso e a ocupação do território e seus elementos constitutivos, possibilitou compreender como a organização de seus elementos é seletiva e particular em países subdesenvolvidos. A formação de dois circuitos, um superior e outro inferior, é o resultado de uma economia fragmentada e complementar que existe em países periféricos, ou em vias de desenvolvimento (Santos, 2008).

É observado também que a forma de organização social pode influenciar os circuitos econômicos, pois esses são criados e moldados de forma a serem consumidos pelos cidadãos e por isso apresentam características únicas, considerando suas especificidades em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Sendo assim, a forma como a cidade se organiza é para a manutenção do consumo e do lucro, porém nem toda população tem acessibilidade às atividades modernas, criando deste modo uma configuração espacial e econômica que favorece o surgimento do circuito inferior, assim como, também acarreta uma seletividade espacial não disseminando os sistemas de engenharia necessários ao desenvolvimento, proporcionando a concentração em uns e a escassez em outros (Santos, 2007b).

Antes da elaboração de uma teoria que levasse em consideração as especificidades dos países subdesenvolvidos, muitas outras teorias foram criadas e importadas dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. Segundo Santos (1975), as primeiras abordagens sobre a urbanização e a economia urbana dos países subdesenvolvidos, datam da década de 1950 com os trabalhos de Redfield e Singer (1954), Sjoberg (1960) e Hoselitz (1960). Esses elaboraram conceitos que assumiram um valor de paradigma na reflexão sobre a urbanização dos países subdesenvolvidos.

Para Montenegro (2011) e Silveira (2008) essa forma de interpretar o setor informal, se coloca como uma distorção, pois este setor é apenas uma resposta aos desiguais processos de modernização do espaço e dos agentes que habitam o espaço, não sendo a causa, mas a consequência do subdesenvolvimento.

Essa análise, que propõe o setor informal como o grande problema dos países subdesenvolvidos, é compreendida por Silveira (2008) como uma distorção do método, pois transfere-se a responsabilidade da estruturação da economia urbana para a classe menos abastada, desconsiderando a introdução da modernização nas cidades e a falta de recurso por parte da população dessa. Para Santos (1979), o circuito inferior da economia urbana não pode ser considerado no todo como um setor informal, mas deve ser considerado como um circuito maleável, onde podem ser encontradas atividades ditas formais e ditas informais (Silveira, 2010; Montenegro, 2011).

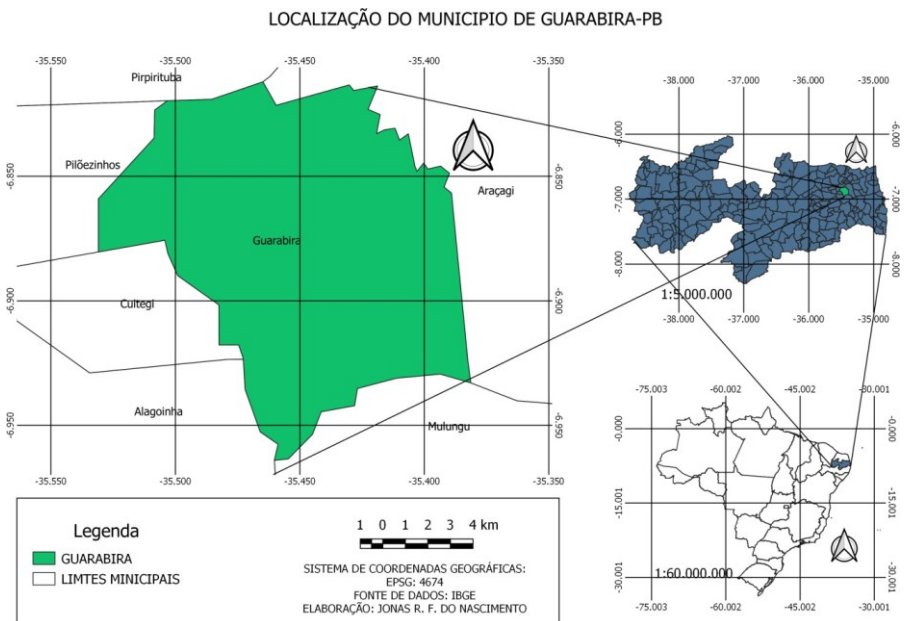
Para Santos (2008), as novas formas que se fazem presentes nas cidades criam muros para parte da população, estes podem ser representados pelas normas que impedem a ocupação de certas áreas da cidade pelos agentes do circuito inferior sendo sujeito a multas ou outros tipos de penalidade como ocorre em Guarabira, ou até mesmo a dificuldade de competir com as formas modernas de consumo na cidade.

3 GUARABIRA/PB NA CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

Podemos entender que a forma administrativa do território do município de Guarabira/PB consiste numa variável que possibilita analisar a constituição da importância e da influência desta cidade ao atrair o comércio e a indústria da região. Podemos atribuir isso a fatores constitutivos do território, como a localização que faz com que a chegada em várias cidades tenha obrigatoriamente a passagem por Guarabira, e fatores da constituição do território da cidade que acaba por influenciar a atual configuração territorial da cidade.

Dentre as várias formas de divisão regional administrativa, em 2017, o IBGE cria as Regiões Imediatas e as Regiões Intermediárias, essas levam em conta as novas articulações no território brasileiro. As Regiões Geográficas Intermediárias têm o papel de organização das Regiões Imediatas, através de um polo de hierarquia superior; enquanto que as regiões Imediatas têm o papel de ligar as cidades de forma direta a federação e a empresas do setor privado, sejam elas nacionais ou internacionais (IBGE, 2017). No mapa a seguir é possível observar a localização geográfica do município de Guarabira (Figura 1).

Figura 1 - Localização da cidade de Guarabira/PB.



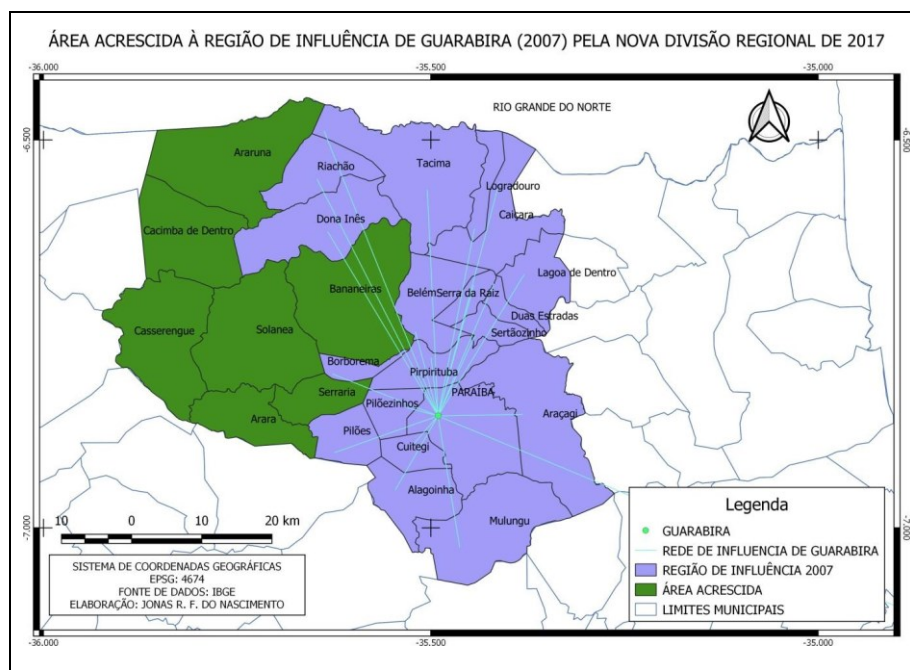
Fonte: IBGE, 2020.

As características de uma cidade considerado centro urbano, consegue ser observado em Guarabira, fazendo com que a mesma consiga, através das empresas e das instituições públicas, criar maior dinamicidade no seu interior e atrair novas forças de modificações do espaço, como empresas de grande capital,

Magazine Luiza, que são atraídas pelo fluxo do território, e instituição financeira como a Crefisa, essas também atraídas pelo fluxo de capital e mercadorias que necessitam deste capital.

Podemos compreender que a configuração territorial de Guarabira e sua influência dentro da região Geográfica Imediata (IBGE, 2017), ou diante do que o IBGE chama de Área de Influência das Cidades (REGIC, 2008; 2020), é uma construção história, a partir de importantes sucessões de acontecimentos, eventos geográficos, que tiveram seus conteúdos modificados ao longo dos anos e das gerações que usufruíram de forma quantitativa e qualitativa diferentes do mesmo território (Figura 2).

Figura 2 - Região de influência de Guarabira/PB e a área acrescentada a partir da região geográfica imediata.



Fonte: Adaptado de REGIC, 2008; IBGE, 2017

A presença de sistemas de engenharia que engendram na cidade uma tecnosfera mais avançada que nas demais. “Privilegiou-

se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços” (REGIC, 2008, p.11). Dessa forma Guarabira aparece como uma área de localização seletiva dos fenômenos, isso se dá pelas diferentes situações geográficas (Silveira, 1999), essas que se sucederam no território, possibilitando diferentes usos em diferentes momentos, como já descrito anteriormente, a continua sucessão de eventos geográficos no espaço que hoje é Guarabira (Nascimento, 2017).

Com variáveis determinantes, se torna um ponto luminoso dentro da região que a mesma tem o papel de gerir. Com a nova divisão geográfica realizada pelo IBGE (2017) em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, a cidade ganha uma nova posição dentro da divisão do trabalho em sua área de influência, tornando-se Região Geográfica Imediata para uma quantidade maior de núcleos urbanos e expandindo sua área de atração.

Os circuitos da economia urbana têm características próprias de acordo com a localização, podendo ser assim o circuito superior ou inferior central para os que se localizam na porção central da cidade, ou residencial para os que se localizam em bairros residenciais, essa característica de localização na porção residencial acaba por pertencer mais ao circuito inferior da economia urbana que ao seu par. A existência de uma concentração de estabelecimentos na porção central da cidade, onde há uma maior dinâmica, mostra necessidade de formas fluidas que possibilitem a existência e o fortalecimento do comércio.

As novas formas de empreendedorismo se faz como nova forma de capilarização do sistema capitalista frente ao circuito inferior (Contel, 2009), apresentando facilidades de acesso ao crédito menos burocrático, e assim, incentivando os agentes que pertencendo ao circuito inferior se posicionam em uma porção dita formal. O uso de equipamentos modernos pelos agentes do circuito inferior na cidade se põe como algo pertinente não em relação a localização e seletividade, mas com relação a forma de existência e

forma de relacionar-se com o circuito superior e as finanças, que transforma as relações entre ambos os circuitos de maneira mais intensa

Desse modo, a ideia de uma formalidade traz uma ideia de modernização, entretanto, os diferentes acessos às novas tecnologias ainda se apresenta como característica fundamental de distinção entre ambos os circuitos, a acessibilidade que o circuito inferior tem em detrimento ao seu par dialético ainda é grande. Nesse contexto as empresas podem ser classificadas em MEI, ME e EPP, respectivamente Microempreendedor individual, Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte. Segundo o Portal do Empreendedor, do próprio Governo Federal, o MEI seria uma empresa com um ganho anual de até 81 mil reais e que não emprega mais que um funcionário, este empreendimento tem um acesso facilitado a empréstimos e um regime de pagamento de impostos menor que as demais empresas. Dessa forma as finanças e o setor criam novas capilaridades, graças a ação do Estado, fazendo com que o capitalismo seja dirigido, no período atual pelas finanças (Guttmann, 2008).

O MEI por sua vez, tem um faturamento anual bem maior, podendo chegar até 360 mil reais, e podendo ter de 9 a 19 funcionários de acordo com o ramo de negócio escolhido pelo microempreendedor, entretanto esse ainda pode ser enquadrado no circuito inferior quando se trata das empresas que estão no início dessa pirâmide, em uma espécie de transição entre o MEI e o ME, e as demais como empresas do circuito superior marginal, com as rugosidades que são entraves para seu desenvolvimento, podendo se espacializar as empresas que fazem parte dessa categoria MEI na cidade de Guarabira por bairro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Graças às mais variáveis formas de trabalho nos circuitos, e sua profunda divisão social do trabalho, o espaço aprofunda cada vez mais a sua seletividade de setores da economia e indivíduos

que trabalham no mesmo. Sendo assim o espaço acaba por selecionar os grupos de indivíduos que se localizam em determinados pontos, ora luminosos, ora opacos, fazendo com que possam existir áreas de repulsão e áreas de atração no espaço urbano.

Desse modo pode ser observado na cidade de Guarabira, uma seletividade no que diz respeito às atividades com uma expressividade na cidade, como as lojas de roupa e calçados, podendo essas serem divididas em lojas de um circuito superior e outras pertencentes ao seu par dialético.

Cada vez mais o espaço dos agentes de ambos os circuitos se confunde, causando mais complexidade na análise e na relação entre ambos. Na cidade, a presença de Micro Empreendimentos Individuais (MEI) chama atenção, sendo o espaço central da cidade, geralmente um espaço de valor elevado no que se refere a alugueis e tributos municipais para esses agentes; ainda assim eles conseguem se localizar nessa porção da cidade, mesmo que não utilizem da mesma forma o meio construído existente na mesma.

Essa diferença na cidade de Guarabira pode ser vista na forma de organização dos comércios, na estrutura das lojas, quando há lojas dos agentes do circuito inferior. O outro fator que chama atenção é o *Shopping* Popular, que contém um bolsão depositário de agentes do circuito não hegemônico, em detrimento do fortalecimento de um circuito superior e superior marginal que querem ter as principais vias “limpas” da presença desses agentes indesejáveis. Além de ter uma dificuldade maior nas vendas, os agentes do circuito inferior enfrentam problemas estruturais, como tamanho dos boxes, altas temperaturas e rusticidade na construção. Para esses agentes, tudo isso faz ainda mais com que os clientes evitem estar no ambiente, além de uma não divulgação do novo espaço, o que dificulta a ação desses agentes.

Desse modo podemos concluir que a presença do circuito inferior central na cidade dá maior dinamicidade as atividades

centrais da cidade e a sua porção residual, atende ao fato de muitos agentes não poderem consumir no centro da cidade, por fatores materiais de localização, isso obriga o surgimento dessa porção do circuito inferior denominado residual, que atende as necessidades de uma porção do bairro ao qual faz parte.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, R.N. **Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos hoje**. Mossoró-RN: editora UERN, 2015, 203 p
- CONTEL, F. B. **Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil**. Cadernos CRH, v. 22, p. 119-134, 2009
- GOMES, P.C.C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro-RJ: editora Bertrand Brasil, 1996, 366 p
- GUTTMANN, R. **Uma Introdução ao Capitalismo Dirigido Pelas Finanças**. Novos Estudos, n. 82, p. 11-33, 2008
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias** - 2017, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro. IBGE, 2017. 82p
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Regiões de Influência de Cidades – 2007**. Rio de Janeiro. IBGE, 2008
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Regiões de Influência de Cidades – 2019**. Rio de Janeiro. IBGE, 2020
- MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 27ª Ed, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008
- MONTENEGRO, M. R. **Dinamismos Atuais do Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de São Paulo: expansão e renovação**. Espaço e Tempo, São Paulo, n. 34, p. 33-45, 2013a
- MONTENEGRO, M. R. **Globalização, Trabalho e Pobreza no Brasil Metropolitano: O Circuito Inferior da Economia Urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 291p.
- MONTENEGRO, M.R. **A Teoria Dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos: De seu Surgimento à sua Atualização**. Revista Geográfica Venezolana, vol. 53, Nº 1, janeiro-junho, 2012, pp. 147-164
- NASCIMENTO, J.R.F. **A materialidade como condição a ação: uma análise do circuito inferior da economia urbana em Guarabira/PB**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, 2017, 72 p

- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 5. reimpr. São Paulo: Edusp, [1996] 2009a. 392p
- _____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. Tradução Maria Irene Q. F. Szmrecsanyi.-2 ed., 1ª reimpressão. Editora EDUSP, São Paulo, 2007. 208p.
- _____. **Espaço e Método**. 5ª edição. 2ª reimpressão - São Paulo: EDUSP, 2014b. 120p
- _____. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Colaboração com Denise Elias- 6 ed. 2 reimp. - EDUSP, São Paulo, 2014a, 136p.
- _____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Tradução Myrna T. Rego Viana. -2 ed.. Editora EDUSP, São Paulo, [1979] 2008a. 440p
- _____. **O Espaço Geográfico e Urbano**. In:. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 55-113
- _____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª edição. 1ª reimpressão São Paulo: EDUSP, 2008b. 288p.
- SILVEIRA, M.L. **Da Pobreza Estrutural à Resistência: Pensando os Circuitos da Economia Urbana**. In:. Crise, práxis e autonomia: o espaço de resistência e de esperanças espaço de diálogo e práticas. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS
- _____. **Finança, Consumo e Circuito da Economia Urbana na Cidade de São Paulo**. Caderno CRH, v.22, n.55, p.65-76, 2008.
- _____. **Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade**. Revista Ciência Geográfica. Ano 15, nº 15. Bauru: Janeiro/Dezembro - 2011, p. 4-12
- _____. **Urbanização latino-americana e circuitos da economia urbana**. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio. Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2017. p. 63-82